



ISSN: 2238-1651

Janeiro-Julho 2020

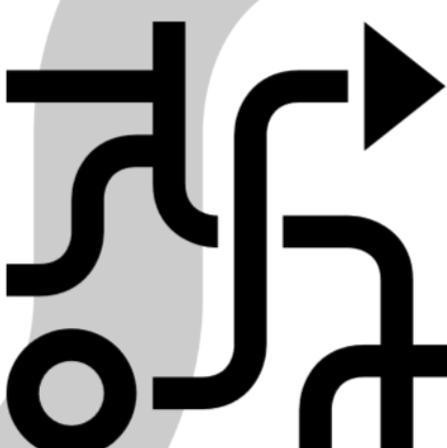
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA **TRILHAS** DA HISTÓRIA

Dossiê: “A teoria da história e a história da historiografia ante os desafios contemporâneos: saber histórico, comprometimento ético e ativismos políticos”





REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

**Revista do Curso de História da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas**

Editoração:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL



Apoio:



Indexação:

latindex



LatinREV
Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales


REDIB
Red Iberoamericana
de Innovación y Conocimiento Científico


LivRe
Revistas de livre acesso

Revista Eletrônica Trilhas da História
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Curso de Licenciatura em História
Volume 10, Número 18, janeiro a julho de 2020
ISSN: 2238-1651
<https://trilhasdahistoria.ufms.br/>



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Henry Marcelo Martins da Silva, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

José Walter Cracco Junior, Unesp, Brasil
Hugo Alves Gonçalves, UFMS, Brasil
Luana Fink de Vargas, UFMS, Brasil
João Paulo Pereira dos Santos, UFMS, Brasil
Gabriela Natália Corrêa, UFMS, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
PET História Conexões de Saberes UFMS/CPTL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil
Prof.^a Dr.^a Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Carmen Norambuena Carrasco, Universidad del Chile, Chile
Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil
Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil
Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil
Prof.^a Dr.^a Mariana Estevez de Oliveira, UFMS, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
Prof. Dr Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof. Dr Ângelo Priori, UEM, Brasil
Prof.^a Dr.^a Alzira Saete Menegat, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Prof. Dr Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil
Prof.^a Dr.^a Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil

Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
 Prof.^a Dr.^a Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal
 Prof. Dr. José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
 Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Nauk Maria de Jessus, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
 Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
 Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
 Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil
 Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil
 Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil
 Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira
 Prof.^a Dr.^a Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaios de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos

nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos.

A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecemos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

ꦱꦸꦩꦂꦶꦺ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
DOSSIÊ: A TEORIA DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA ANTE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: SABER HISTÓRICO, COMPROMETIMENTO ÉTICO E ATIVISMOS POLÍTICOS	16
<i>Rupturas na continuidade histórica e ação política: diálogos entre Hannah Arendt e Walter Benjamin</i> Mariana Amaral Folgueral	17-32
<i>Pós-Modernismo e Teoria da História: o relativismo revisitado</i> Manoel Gustavo de Souza Neto	33-46
<i>Emergentismo e representância o debate historiográfico entre White e Ricoeur</i> Dagmar Manieri	47-62
<i>A subjetividade neoliberal contemporânea versus histórias baseadas na alteridade: identificação narrativa, linguagem e escrita da história</i> João Camilo Grazziotin Portal	63-82
<i>Interseccionalidade como categoria de análise na Revista Estudos Feministas (1992-2019)</i> Janai Harin Lopes	83-96
<i>Paul Gilroy e a Black Britain: a figuração-performativa da narrativa e a escrita antirracista da história</i> Gabriel Gonzaga	97-118
<i>O que a COVID-19 tem a dizer aos historiadores? Uma breve reflexão sobre o presente e o futuro historiográfico</i> Marlon Ferreira dos Reis	119-137
<i>Pensando o papel social do historiador a partir da publicação do Manifesto de Historiadores no Chile (1998-1999)</i> Lays Correa da Silva	138-149
<i>A cultura brasileira na síntese de Fernando de Azevedo</i> Wilson de Sousa Gomes	150-160
<i>(In)Confiabilidade da Memória como Introdução à Interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann</i> Rodrigo Tavares Godoi	161-188

ARTIGOS LIVRES	189
<i>A Feira Livre e a dinâmica sócio-espacial de Três Lagoas: horizontalidades e verticalidades</i> Fernando Carmona de Moraes Falco e Thiago Araujo Santos	190-205
<i>Entre céus e infernos: as fronteiras do eterno</i> Aécio Thiago Alves de Souza	206-224
<i>Livros didáticos: uma análise crítica de duas obras trabalhadas no nono ano do ensino fundamental e os caminhos percorridos para a construção do conhecimento histórico</i> Hugo Alves Gonçalves e Maycon Regis Nogueira dos Santos	225-239
<i>Mapeamento Inicial do Acervo Escolar em Naviraí-MS (2017-2018): Um Instrumento de Pesquisa</i> Verônica Barbosa Andrade e Vivianny Bessão de Assis	240-258
ENSAIOS DE GRADUAÇÃO	259
<i>A formação da identidade brasileira presentes em “Brasil na América” de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana</i> Luana Dias dos Santos	260-274
<i>Considerações sobre o ensino de história a partir dos pressupostos de uma educação inclusiva</i> Andresa Fernanda Silva e Isabela Rodrigues Regagnan	275-296
RESENHAS	297
<i>FAUSTO, Boris. O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala. São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.</i> João Lucas Poiani Trescentti	298-301
<i>FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.</i> Kathiusy Gomes da Silva e Mariana Esteves de Oliveira	302-306

APRESENTAÇÃO

O dossiê “A teoria da história e a história da historiografia ante os desafios contemporâneos: saber histórico, comprometimento ético e ativismos políticos” surgiu a partir da ação conjunta do GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia da Associação Nacional de História – ANPUH, do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia – FTHHH e do grupo de pesquisa Teoria da História e História da Historiografia no Brasil (UFMS), que reúnem pesquisadores de todas as regiões do país e de diversas instituições e níveis de ensino que refletem sobre a teoria da história e a história da historiografia como aspectos substanciais da produção do conhecimento histórico. Um dos propósitos que articulam esses grupos é contribuir para o fortalecimento dessa área de pesquisa não só nos meios acadêmicos, propondo agendas e debates, mas também procurando estabelecer a importância da aproximação desses historiadores com a sociedade e as demandas do tempo presente, ampliando com isso o horizonte de legitimidade social da disciplina e daquelas áreas de pesquisa.

Portanto, esse dossiê, em grande medida, se apresenta como um retrato dessas discussões. No conjunto de textos que se segue o leitor encontrará um debate sobre os múltiplos sentidos atribuídos a pesquisa e a escrita da história, pensada como um processo contínuo de construção, reconstrução e recepção do conhecimento histórico, produzido com base em critérios epistemológicos, teóricos, metodológicos, políticos, estéticos e historiográficos, mas sem perder de vista as suas responsabilidades éticas de atuar como lugar produtor de respostas possíveis para as demandas sociais e políticas de um dado período e lugar, que é sempre o presente a partir do qual o historiador perscruta o passado, visando dentre outras coisas entendimento e orientação.

O artigo que abre a discussão intitulado *Rupturas na continuidade histórica e ação política: diálogos entre Hannah Arendt e Walter Benjamin* de autoria de **Mariana Amaral Fogueral** apresenta um debate profícuo e atual sobre a produção do conhecimento histórico a partir das leituras de Hannah Arendt e Walter Benjamin, pensando essa produção a partir dos conceitos de experiência, tradição e narrativa e estabelecendo-a como horizonte político qualificado para reivindicar a intervenção direta em questões práticas do tempo presente, oferecendo um *superávit* cognitivo capaz de restaurar as expectativas no potencial humano, de produzir futuros menos sombrios e obscuros que o nosso presente.

Outro texto que investe nessa atualização do sentido histórico é *Pós-Modernismo e Teoria da História: o relativismo revisitado*, de **Manoel Gustavo de Souza Neto**. Nele o autor analisa o papel da linguagem na História dialogando com dois autores tidos como pós-modernos – Hayden White e J.F. Lyotard – para questionar o sentido corrente de algumas interpretações que reduzem o pós-modernismo a equiparação direta e rasa dos estatutos

epistemológicos da História e da Literatura. Com essa proposta, o autor defende a primazia deste debate para a compreensão de uma necessária conciliação entre os critérios científicos da pesquisa histórica com a dimensão poética, atualizando estes autores com base em questões que já estavam sinalizadas para a pesquisa histórica desde o historicismo.

Ainda nessa senda de debate sobre representação e epistemologia histórica, o texto *Emergentismo e representância: o debate historiográfico entre White e Ricoeur*, de autoria de **Dagmar Manieri**, apresenta um debate que atualiza o sentido de objetividade histórica ao fazer uma leitura de White que ao mesmo tempo em que rebate algumas de suas proposições, incorpora outros de seus argumentos pensando-os e relacionando-os às discussões da epistemologia da história produzida por Paul Ricoeur.

Aprofundando e diversificando essas reflexões sobre a escrita da história a partir do eixo objetividade e narrativa o texto *A subjetividade neoliberal contemporânea versus histórias baseadas na alteridade: identificação narrativa, linguagem e escrita da história* de autoria de **João Camilo Grazziotin Portal** coloca como uma questão premente reconhecer que a disciplina histórica, tradicionalmente, afastou a imaginação e a subjetividade de sua narrativa, baseada numa preocupação com a verdade. Nesse sentido, o autor defende com base num diálogo com Judith Butler e Christian Dunker que a história precisa assumir seu papel de produção de corpos e inserir artificios imaginativos e mnemônicos a partir de novas linguagens e problemáticas, principalmente se quiser alcançar públicos mais amplos que o dos pares.

Refletindo sobre subjetividade, alteridade e escrita da história, o texto *Interseccionalidade como categoria de análise na Revista Estudos Feministas (1992-2019)*, de autoria de **Janai Lopes Harin** apresenta a historicização da apropriação desta categoria nos trabalhos deste periódico tão significativo para os estudos de gênero e a teoria feminista no Brasil. Para além de uma história das apropriações e usos de uma categoria de análise histórica, o texto também apresenta uma reflexão historiográfica, sobre o lugar e a importância das revistas especializadas na produção da pesquisa histórica no Brasil.

Tendo como mote analítico as categorias imaginação, estética, narrativa e performatividade o texto *Paul Gilroy e a Black Britain: a figuração-performativa da narrativa e a escrita antirracista da história*, de autoria de **Gabriel Gonzaga** apresenta uma contextualização do pensamento do autor através de um esforço de definição do seu conceito de diáspora, para inquirir sobre a possibilidade de identificar uma historiografia antirracista em sua obra e como esta pode ser mobilizada para o enfrentamento político de tais questões no presente.

A relação entre tempo presente e produção historiográfica é colocada em primeiro plano pelo texto *O que a COVID-19 tem a dizer aos historiadores? Uma breve reflexão sobre o presente e o futuro historiográfico*, de autoria de **Marlon Ferreira dos Reis**. Nele o autor professa a importância da teoria da história e dos historiadores profissionais colocarem a crise político-ambiental, escancarada pela pandemia, como um tema central das análises históricas objetivando formas de enfrentamento das fake news, dos diversos negacionismos e do anticientificismo de uma maneira geral, o que no atual contexto de pandemia no Brasil têm atingido as ciências como um todo, colocando em cheque a legitimidade social do conhecimento científico e sua capacidade de dar respostas a crises como essa que vivemos.

Na mesma trilha de pensamento do texto anterior, mas desbravando outros espaços históricos e geográficos, o texto *Pensando o papel social do historiador a partir da publicação do Manifesto de Historiadores no Chile (1998-1999)* assinado por **Lays Correa da Silva** coloca como problema central a questão ética que envolve o trabalho nos historiadores no seu fazer historiográfico. Essa análise da experiência professada no manifesto dos historiadores chilenos contra os usos públicos do passado ditatorial do Chile que tentavam enaltecê-lo ou oferecer uma leitura laudatória tem muito a dizer numa perspectiva comparativa sobre as demandas postas aos historiadores brasileiros diante de um governo que trabalha para monumentalizar o passado, fazendo tabua rasa da violência, flertando com a morte na medida que além de elogiar a tortura e torturadores publicamente, nada faz para impedir a proliferação de uma doença que já matou mais de 60 mil pessoas e segue contando...

O texto *A cultura brasileira na síntese de Fernando de Azevedo* de autoria de **Wilson de Sousa Gomes** retoma e aprofunda uma discussão corrente na historiografia brasileira de pensar os debates acerca da interpretação do Brasil e da formação nacional por meio da análise da obra de um dos seus maiores expoentes. Esse olhar para o passado mediado pela fonte, carrega um desejo fecundo e manifesto de pensar a sociedade brasileira contemporânea por meio da compreensão da historicidade de suas mazelas.

O texto *(In)Confiabilidade da Memória como Introdução à Interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann*, de autoria de **Rodrigo Tavares Godoi**, propõe um diálogo crítico com a autora alemã pela via de uma hermenêutica da memória estruturada no pensamento de Henri Bergson. O diálogo com a autora é mediado por um esforço reflexivo de pensar a tensão entre experiência e historicidade. A ênfase do texto recai na reflexão da memória a partir de uma dimensão retórica que se vincula há algumas ideias de história trabalhadas pela historiografia.

Como nos faz lembrar o histórico e o título da Revista Trilhas da História: “trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir

novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes”. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram. Nesse sentido, esse conjunto de textos aqui reunidos, seguindo uma orientação proposta pelo dossiê, se propuseram a apresentar a partir de suas experiências de pesquisa trilhas possíveis que podem ser percorridas e pavimentadas por outras pesquisas no futuro.

Boa leitura a tod@s, estamos certos de que será apenas percorrendo as trilhas do conhecimento que poderemos desbravar um amanhã menos tenebroso, mais humano e sustentável.

Organizadores do dossiê:

Profa. Dr. Luiz Carlos Bento (UFMS/CPTL)

Prof. Dr. Wagner Geminiano dos Santos (Redes municipais de ensino de São J. C. Grande e
Água Preta – PE)

APRESENTAÇÃO: ARTIGOS LIVRES, ENSAIOS E RESENHAS

Na seção **ARTIGOS LIVRES** o texto *A Feira Livre e a dinâmica sócio-espacial de Três Lagoas: horizontalidades e verticalidades* de autoria de **Fernando Carmona de Moraes Falco** e **Thiago Araújo Santos** apresenta a historicidade da produção do espaço urbano, analisando a relação indissociável entre espaço e sociabilidade. No texto a feira livre de Três Lagoas é apresentada ao leitor de forma entrelaçada a história do município e pensada tanto como lugar institucionalizado, pois atende a uma lógica de racionalização do espaço público empreendida pelo estado, quanto um lugar de afirmação e de disputas coletivas, horizontais – como um produto cultural, social e político, abertas à espontaneidade, onde o humano se expressa na sua multiplicidade.

Na sequência o texto *Entre céus e infernos: as fronteiras do eterno*, de autoria de **Aécio Thiago Alves de Souza** busca demonstrar analiticamente que o mito da punição eterna após a vida é uma construção da racionalidade filosófica ocidental, anterior ao cristianismo. Lançando-se na análise de uma forma de representar a contingência do tempo que deita raízes profundas na cultura ocidental, o autor pretende demonstrar um primado básico do historicismo de que a forma como representamos o mundo é histórica e que a compreensão dessa historicidade é a chave para a emancipação do espírito humano em relação as narrativas que nós mesmos produzimos, mas que ao serem sacralizadas enquanto dogmas, perdem a sua historicidade e se tornam dispositivos de poder e de controle que escapam a

compreensão dos indivíduos. No texto, busca-se compreender esse imaginário do inferno como uma visão de mundo construída historicamente para entender a sustentação de diversas formas de intolerância na contemporaneidade.

No texto *Livros didáticos: uma análise crítica de duas obras trabalhadas no nono ano do ensino fundamental e os caminhos percorridos para a construção do conhecimento histórico*, os autores **Hugo Alves Gonçalves** e **Maycon Regis Nogueira dos Santos** problematizam o papel, e os usos do livro didático no ensino de história através de uma análise das características gerais dos livros e por meio da comparação das estratégias e linguagens de duas obras específicas. Além de retomar uma discussão sobre os usos e abuso do livro didático, o texto também apresenta um estudo de caso interessante para pensarmos os limites e possibilidades desse objeto complexo que são os livros didáticos de história.

Numa perspectiva de levantamento e aprofundamento de temáticas para uma história da educação em Mato Grosso do Sul o texto *Mapeamento Inicial do Acervo Escolar em Naviraí-MS (2017-2018): Um Instrumento de Pesquisa*, de autoria de **Verônica Barbosa Andrade** e **Vivianny Bessão de Assis** apresentam a historicidade de uma escola do Estado a partir de uma perspectiva quantitativa e qualitativa, aliando pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Esse tipo de trabalho além de evidenciar questões históricas importantes para a compreensão da história da educação e do município, também faz um trabalho de levantamento e conservação de fontes que podem servir de base para trabalhos futuros.

Na sessão **ENSAIOS DE GRADUAÇÃO**, o texto *A formação da identidade brasileira presentes em “Brasil na América” de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana* de autoria de **Luana Dias dos Santos**, busca apresentar uma análise preliminar das obras desses autores, tendo como eixo analítico o debate sobre a importância da miscigenação na construção da identidade brasileira, dando ênfase nas diferentes abordagens que essas categorias tiveram na historiografia sobre a nação no Brasil. O ensaio tem como objetivo central a análise dessas duas obras, que procuraram construir um ideal de identidade nacional, centrada em duas visões distintas, e ao mesmo tempo, analisar os discursos que se tornaram dominantes na sociedade brasileira, reificando tanto narrativas e formas de representar o processo de escravização dos negros quanto o papel das elites no desenvolvimento nacional. O texto do ensaio, faz uma boa introdução a este debate.

E fechando a sessão Ensaios de Graduação o texto *Considerações sobre o ensino de história a partir dos pressupostos de uma educação inclusiva* de autoria de **Andresa Fernanda Silva** e **Isabela Rodrigues Regagnan** apresentam uma pesquisa inicial sobre a temática objetivando por intermédio da história oral compreender como os professores trabalham e

planejam suas aulas, visando a construção de um ensino de história sobre os parâmetros de uma educação inclusiva. O texto sinaliza um esforço de aproximação crítica entre os debates produzidos na universidade com os espaços da escola e da sala de aula, preocupação atual e premente para uma licenciatura em História.

Por fim, na seção **RESENHA**, **João Lucas Poiani Trescentti** apresenta a obra do historiador Boris Fausto, intitulada *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala. São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras*, livro de um autor renomado na historiografia brasileira, mas que nessa obra em específico adota um recorte, uma temática e uma narrativa capaz de atingir um público amplo, sem abdicar, contudo, do rigor historiográfico e do tratamento crítico das fontes, uma estratégia de aproximação com um público mais amplo, que é muito bem-vinda na contemporaneidade.

Encerrando de forma apoteótica o presente número da Revista Trilhas da História, temos a resenha da obra *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019*, da pesquisadora italiana Silvia Federici. O texto da resenha é assinado por **Kathiusy Gomes da Silva** e **Mariana Esteves de Oliveira** que apresentam o texto numa sistemática de diálogo com a obra anterior *O Calibã e a Bruxa* da mesma autora. Nesse enredo as autoras apresentam a existência, permanência e persistência de um amplo e profundo processo de perseguição e disciplinarização dos corpos femininos, da sociabilidade e da reprodução, que estruturam mecanismos de divisão sexual que desvalorizam os papéis e os trabalhos das mulheres na sociedade capitalista contemporânea. Essa historicização das formas de violência contra os corpos femininos é fundamental para pensarmos a desigualdade, bem como as diversas formas de violência naturalizadas pelos discursos conservadores, sobre os quais, algumas doses de história são uma terapêutica importante.

Dessa forma, defendemos que todas essas trilhas analíticas apontadas pelos autores do presente número, possuem o potencial de esclarecer caminhos possíveis e necessários para o saber histórico contemporâneo. As trilhas não só apontam para a existência de lugares/perspectivas diferentes, mas também atuam como meio que aproxima lugares, encurtando distâncias, viabilizando diálogos e aproximações. Esta também é uma característica que pode ser evidenciada no presente número da revista Trilhas da História, que apresenta uma grande diversidade de instituições a partir das quais falam os autores e suas pesquisas. Dessa forma, estamos a partir do curso de História do CPTL/UFMS conectando lugares, instituições e pessoas de diferentes regiões do Brasil pelas trilhas do conhecimento.

Nós do conselho editorial, convidamos a todos (as) a se aventurarem nessas trilhas, sabedores de que nada temos a perder, exceto os nossos grilhões.

Três Lagoas, junho de 2020

DOSSIÊ

Rupturas na continuidade histórica e ação política: diálogos entre Hannah Arendt e Walter Benjamin

Ruptures in historical continuity and political actions: dialogs between Hannah Arendt and Walter Benjamin

FOLGUERAL, Mariana Amaral *

<https://orcid.org/0000-0003-2019-4116> 

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo entre Hannah Arendt e Walter Benjamin sobre o problema da história. Os autores analisados construíram uma visão sobre história como ruptura no tempo automático do progresso frente às questões impostas pelo contexto do século XX (imperialismo e Guerras Mundiais). Os conceitos de experiência, tradição e narrativa, mobilizados pelos autores com diferentes sentidos, permitem identificar uma preocupação comum com a apropriação do saber histórico pelo tempo presente. A articulação entre ideias de Arendt e Benjamin busca reivindicar um olhar atual para a produção histórica que tenha como horizonte político interferência na realidade e busque restaurar a esperança no potencial de agência humano.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Walter Benjamin; História

ABSTRACT: The current paper has the objective of establishing a dialogue between Hannah Arendt's and Walter Benjamin's views on the matter of history. The analysed authors have built a view on history as a rupture of time, facing the issues imposed by the XXth century (imperialism and World Wars). The concepts of experience, tradition and narrative, mobilized by the authors with different meanings, allow us to identify a common concern regarding the appropriation of historical knowledge by the present times. The articulation of Arendt's and Benjamin's ideas seeks to reclaim a current sight at the historical production, having as its political horizon the interference in reality and aiming to re-establish hope in human's potential of agency.

Keywords: Hannah Arendt; Walter Benjamin; História

* Bacharela e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Mestranda em História Social na Universidade de São Paulo. E-mail: mariana.folgueral@usp.br



INTRODUÇÃO

*À duração de minha existência dou uma
significação oculta que me ultrapassa. Sou um ser
concomitante: reúno em mim o tempo passado, o presente e
o futuro, o tempo que lateja no tique-taque dos relógios.*

Clarice Lispector, Água Viva

Em seu prefácio à coletânea *Magia e técnica, arte e política*, Jeanne Marie Gagnebin introduz o problema da história como estruturante do pensamento político-filosófico de Walter Benjamin. Gagnebin apresenta a corrente *historicista* da História – burguesa, conservadora e crente em uma objetividade sobre-determinante do fazer historiográfico, exemplificada por Ranke – como contraponto ao pensamento histórico benjaminiano. A oposição, ao passo que situa o debate acadêmico no qual o autor se insere, não dá conta de expor suas particularidades. A forma particular de Benjamin relacionar-se com a história é indicada por Gagnebin como uma “história aberta”. Para compreendê-la, a filósofa abre o texto com o lembrete:

Se nos lembrarmos que o termo “Geschichte”, como “história”, designa tanto o processo de desenvolvimento da realidade no tempo como o estudo desse processo ou um relato qualquer, compreenderemos que as teses “*Sobre o conceito de história*” não são apenas uma especulação sobre o devir histórico “enquanto tal”, mas uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa prática. Assim, a questão da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração (GANGNEBIN In: BENJAMIN, 2012, p. 7-8).

Ao fazê-lo, indica a polissemia da palavra alemã para “história” como forma de introduzir a multiplicidade de aspectos contidos nas reflexões de Walter Benjamin sobre o tema. O estudo e a disciplina homônima são contidos na palavra, bem como o relato narrativo. A pluralidade aparece como ponto de partida para pensar a relação de Benjamin com a história e seus impactos filosófico-políticos. A construção de uma história em aberto, portanto, não se restringe à discussão com outras correntes historiográficas, mas assume centralidade no pensamento do autor na medida em que contempla como horizonte uma prática discursiva de elaborar experiências que influi na ação humana.



A compreensão alargada do que significa história também se manifesta no pensamento de Hannah Arendt. Se o inglês, ao contrário do alemão, distingue *history* de *story*¹, é apenas na relação entre essas duas práticas de, respectivamente, estudo e relato, que o lugar do homem no tempo pode ser pensado para autora. A pensadora, contemporânea de Benjamin, participa também do debate com o historicismo alemão, mas não adota a História enquanto ciência como objeto único de reflexão. Ao contrário, na história múltipla de Arendt, a preocupação central reside na compreensão do passado a partir do presente como modo de inspirar um novo futuro.

A aproximação entre Arendt e Benjamin não se restringe à multiplicidade de sentidos associados ao humano no tempo. Apesar das diferenças entre eles quanto às referências mobilizadas e ao tipo de transformação política almejada, ambos constroem uma visão sobre a história pautada na ruptura com a linearidade imposta pela ideia de progresso. Ambos propõem também a valorização da experiência e da narrativa em contraposição ao modo de vida endossado no *mundo moderno*, definido politicamente por Arendt como período distinto da era moderna e equivalente ao momento das Guerras Mundiais (ARENDR, 1981, p. 14).

A partir do diálogo entre os autores busco iluminar uma atitude em relação à história que possibilite a nós, historiadores, pensar o tempo presente e os problemas políticos que nos atravessam. No contexto atual, marcado por constantes violências que buscam impor o “bem” à todo o custo, reforçar que o caminho entre passado e futuro não é pré-determinado e imutável, mas se transforma pela ação humana, é particularmente de grande importância. À luz de Arendt e Benjamin, é possível pensar formas de articular historicamente a temporalidade capazes de promover a esperança no potencial de ação humana em meio à desesperança generalizada que nos cerca.

AS TEMPORALIDADES DA VIDA HUMANA

O sentido alargado da história pode ser compreendido na relação do homem com o tempo apresentada pelos autores. No prefácio de *Entre o Passado e o Futuro*, Hannah Arendt justifica a preposição contida no título e, ao fazê-lo, indica a ausência de uma organização

¹ Tal distinção é importante uma vez que as obras que pensarei no presente artigo foram publicadas originalmente em inglês, a despeito do alemão ser a língua materna de Arendt.



linear e estática de passado, presente e futuro. Não há um caminho *do* passado *para* o futuro, mas sim uma lacuna na qual o homem se situa e estabelece relações:

Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo e ininterrupta sucessão; é partido ao meio, do ponto onde “ele” está; e a posição “dele” não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro (ARENDR, 1972, p. 37).

A lacuna temporal habitada pelo homem, transformada em passado, presente ou futuro na medida em que o ser humano age e elabora suas experiências e expectativas, é o espaço e a condição para a existência humana. Ela não existe enquanto fluxo contínuo ou sucessão premeditada de acontecimentos causais, mas se forja a partir da ação humana, que, herdeira de um determinado passado presentificado, pode promover rupturas e iniciar o novo.

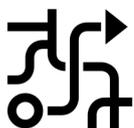
Tal pressuposto não implica o apagamento do tempo da natureza, marcado pelos limites biológicos e por um ciclo constante, mas a indicação de outra temporalidade na qual as atividades humanas não restritas à sobrevivência se estabelecem.² A importância da ideia de durabilidade no pensamento arendtiano está justamente no estabelecimento de outra relação com o tempo cuja característica é o descolamento do tempo da vida no qual as coisas são constantemente consumidas em um ciclo que leva à morte.

O conceito de *mundo*, não como equivalente ao planeta Terra no qual a vida se estabelece, mas como conjunto de objetos e instituições que perduram ao ciclo vital, ocupa lugar central na obra de Arendt pois demarca uma primeira ruptura no tempo da natureza. Arendt distingue as atividades humanas a partir de sua relação com a temporalidade: o trabalho, associado ao tempo da natureza, a obra, associada ao tempo do mundo, e a ação, associada à relação com o tempo do *entre*.

Pensar a existência do homem e sua relação com o tempo a partir de Arendt implica no reconhecimento de temporalidades distintas que coexistem e são fundamentais à transformação política. A organização do tempo, dessa forma, faz sentido na medida em que se associa à temporalidade não naturalizada da ação humana. José Sérgio de Carvalho, ao pensar tais associações, sintetiza:

O que sua obra nos oferece – e em especial toda a primeira parte de *A condição humana* – é uma análise elucidativa das dimensões temporais da existência

² As temporalidades da natureza e das atividades humanas são exauridas no terceiro e quarto capítulo de *A Condição Humana*, voltados respectivamente ao trabalho como atividade humana circunscrita ao tempo da natureza e a obra como atividade humana voltada ao mundo.



humana tal como estas se manifestam no trabalho de seus corpos, na capacidade dos homens para edificar um mundo durável, na permanência dos princípios que inspiram suas ações e em sua capacidade de, por meio da política, romper com a reprodução do passado e iniciar algo novo, salvando o mundo da ruína inevitável que a passagem do tempo lhe infligiria. Não é, pois, para a consciência subjetiva de um tempo que passa e nos escapa que se voltam as reflexões de Arendt. Seu foco é, antes, a variedade de experiências existenciais de um ser temporal que, enquanto vivente, participa do ciclo sempiterno e, enquanto pessoa singular, constrói, habita e renova um mundo comum. Trata-se, assim, de pensar a experiência humana do viver-juntos-uns-aos-outros sob o horizonte do tempo (CARVALHO, 2018, p. 263).

A reflexão sobre as dimensões temporais da existência humana em Arendt permite identificar um duplo movimento de permanência e transformação, uma vez que a preservação de um mundo comum condiciona o surgimento de ações políticas. O início de algo novo, ao mesmo tempo em que rompe com determinada situação do passado, garante que o mundo continue e não seja consumido pela temporalidade da vida. Assim, existência, história e política se entremeiam na reflexão sobre o tempo humano investigado por Arendt.

Walter Benjamin inclui o homem no tempo de modo distinto, mas com algumas noções partilhadas com Arendt. Em sua relação com a tradição marxista, Benjamin também separa o tempo da natureza do tempo do progresso de modo articulado à existência humana na natureza, como elabora Rodrigo Oliveira de Araújo na dissertação *O choque do moderno: experiência e narração em Walter Benjamin*. Nela, o tempo do homem na natureza está associado a uma forma de estabelecer experiências a partir do horizonte da morte. A ideia de fim, não como finalidade, mas como encerramento, condiciona na aproximação com o tempo da natureza uma possibilidade de elaboração de experiências a partir da narrativa. O tempo da produção, em contrapartida, é linear e infinito, tal qual o tempo do lucro, se impõe sobre a experiência e estabelece uma relação com a temporalidade não mais dimensionado pela vida humana. A ideia de que o tempo se organiza como um progresso infinito no qual as ações humanas pouco têm valor surge como derivada desse tempo sem significado imposto pela produção capitalista.

Tal relação entre tempo, formas produtivas e atribuição de sentidos aos feitos e à própria vida aparece na citação de Paul Valéry por Benjamin:

Talvez ninguém tenha descrito melhor que Paul Valéry a imagem espiritual desse mundo de artífices, do qual provém o narrador. Falando das coisas perfeitas que se encontram na natureza, pérolas imaculadas, vinhos encorpados e maduros, criaturas realmente completas, ele as escreve como “o produto precioso de uma longa cadeia de causas semelhantes entre si”. O acúmulo dessas causas só teria limites temporais quando fosse atingida a perfeição. “Antigamente o homem imitava essa paciência”, prossegue Valéry,



“Iluminuras, marfins profundamente entalhados; pedras duras, perfeitamente polidas e claramente gravadas; lacas e pinturas obtidas pela superposição de uma quantidade de camadas finas e translúcidas... - todas essas produções de uma indústria tenaz e virtuosística cessaram, e já passou o tempo em que o tempo não se contava. O homem hoje não cultiva o que não pode ser abreviado.” Com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa (BENJAMIN, 2012, p. 206).

O tempo da vida, no capitalismo, deixa de ser uma régua para a experiência humana. A crescente abreviação do tempo produtivo acarreta novas formas de se relacionar com o tempo, narrar experiências e produzir histórias. A forma artesanal de se relacionar com a experiência é substituída pela aceleração industrial no tempo na qual se perde o sentido da temporalidade.

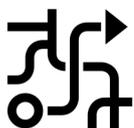
Assim, o tempo da história para ambos os autores não constitui um dado vazio de significado e homogêneo. Não há neles uma ontologia do tempo, na medida em que o tempo em si não é definido filosoficamente, mas sua objetivação como elemento relacionado às práticas humanas. Assim, embora as discussões sobre temporalidade apareçam, elas são mobilizadas apenas na medida em que possibilitam compreender traços da existência humana no mundo moderno e inspirar ações futuras.

O TEMPO DA RUPTURA E AS HISTÓRIAS

O tempo da vida para Arendt ou da natureza para Benjamin aparece como uma esfera temporal que une todas as formas de vida. O tempo histórico, como particularidade humana, rompe com o ciclo da natureza, é produzido e apropriado pelo homem e constitui o espaço da história. É no tempo definido por Koselleck como intervalo entre a experiência enquanto elaboração do passado e a expectativa como construção do futuro³ que as histórias existem.

Benjamin e Arendt reconhecem a importância de articular historicamente esse tempo humano pois ambos estabelecem como horizonte a transformação política. Visando irrupções revolucionárias distintas no tempo, ambos os autores percebem na história o potencial de inspirar ações no presente. Para os dois pensadores, reconhecer o tempo

³ A definição aparece no trecho: “No processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’.” (KOSELLECK, 2006, p.16).



histórico como algo que não segue o ciclo da natureza ou que não está fadado ao progresso, possibilita identificar um futuro em aberto a partir da ação humana.

Para tanto, a experiência temporal humana não pode ser pensada como circular, como a temporalidade da natureza, ou linear, como a temporalidade pretendida pelo progresso. Promover uma ruptura nas lógicas que automatizam a história e indicar o potencial constante da ação constituem os objetivos da reflexão histórica.

Para Arendt, tanto a História como as histórias que a formam existem porque a ação humana existe.⁴ A história apenas faz sentido se for possível vislumbrar a partir dela a possibilidade de agir como faculdade humana inalienável. Destacar esse potencial de ação pressupõe retirar a história dos processos automáticos que tendem a atravessar a vida humana e levam à ruína, à destruição e ao consumo despreocupado com a durabilidade.⁵ Olhar para o passado de modo a retirá-lo do automatismo que mimetiza a natureza, é realizar o exercício da ruptura na história. Para Arendt, tal ruptura apareceria na ênfase em eventos iniciados pela ação humana:

A história, em contraposição com a natureza, é repleta de eventos; aqui, o milagre do acidente e da infinita improbabilidade ocorre com tanta frequência que parece estranho até mesmo falar de milagres. Mas o motivo dessa frequência está simplesmente no fato de que os processos históricos são criados e constantemente interrompidos pela iniciativa humana, pelo *initium* que é o homem enquanto ser que age (ARENDDT, 1972, p. 219).

Se a história é criada pela ação humana, é fundamental reconhecer nela os milagres, os momentos de ruptura, e não limitá-la à descrição de processos que diminuem o lugar do homem como início e iniciador. Cabe à história, portanto, não evidenciar e explicar objetivamente processos alcançados apenas pelo historiador-cientista, como pretendia o historicismo, mas evidenciar os momentos de liberdade como “a pura capacidade de começar, que anima e inspira todas as atividades humanas e que constitui a fonte oculta de todas as coisas grandes e belas” (ARENDDT, 1972, p. 218), tanto no passado a partir das narrativas, quanto no futuro como expectativas.

Os milagres como resultado da liberdade humana são, portanto, o objeto da história:

⁴ A relação entre ação e história aparece no trecho: “O fato de que toda a vida individual, compreendida entre o nascimento e a morte, pode vir a ser narrada como uma história com princípio e fim, é a condição pré-política e pré-histórica da História, a grande história sem começo nem fim. Mas o motivo pelo qual toda a vida humana constitui uma história e pelo qual a História vem a ser, posteriormente, o livro de histórias da humanidade, com muitos atores e narradores, mas sem autores tangíveis, é que ambas resultam da ação.” (ARENDDT, 1981, p. 197).

⁵ A destruição associada à automatização dos processos é sintetizada na afirmação: “É da natureza dos processos automáticos a que o homem está sujeito, porém no interior dos quais e contra os quais pode se afirmar através da ação, só poderem significar a ruína para a vida humana.” (ARENDDT, 1972, p. 217).



O que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente, ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bios* retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções - o extraordinário, em outras palavras (ARENDDT, 1972, p. 72).

A história, para Arendt, não diz respeito aos grandes processos sobre os quais os indivíduos pouco interferem, como a narrativa positivista sobre o progresso indicava. Seu tema fundamental são os momentos em que a continuidade é rompida por meio da ação humana como exercício da liberdade. A imagem dos milagres na obra arendtiana diz respeito justamente aos momentos em que o novo eclode e dá início à outra temporalidade que não se inscreve no tempo de consumo da vida biológica. As narrativas históricas, portanto, devem destacar não apenas os processos, mas, e sobretudo, seus momentos de ação e contingência.

Walter Benjamin também evoca imagens próximas dos milagres para sustentar a ideia de que cabe à história iluminar os momentos de ação humana e romper com o imobilismo suportado por uma história pretensamente universal, objetiva, unilateral e inescapável. Tal ideia aparece como o cerne do testamento filosófico de Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de História*. Na décima quarta tese, Benjamin afirma: “A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” (BENJAMIN, 2012, p. 229). O tempo saturado de agoras, em oposição ao tempo vazio de significado e homogêneo, se aproxima da história permeada de milagres no pensamento arendtiano.

Os “agoras” como momento da ação humana, potencialmente transformadora e subversiva da ordem das coisas indicam um duplo movimento do pensamento histórico. Ao reconhecer um passado marcado por situações em que a atuação política desencadeou mudanças, o sujeito do presente pode identificar a si mesmo como um agente capaz de transformar o rumo da história.

Assim, o pensamento histórico não é apenas a cristalização de imagens do passado, mas sua apropriação pelo presente que objetiva um novo futuro. Na sexta tese, Benjamin manifesta tal questão ao dizer:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (...) O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os



mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2012, p. 224-225).

A pretensão historicista de conhecer o passado “como ele de fato foi” não é criticada por sua ambição, mas por seu descolamento da função social da história. Para Benjamin, cabe ao historiador indicar no passado o tempo saturado de agoras a partir da apropriação dos momentos em que a ação humana relampeja e, ao fazê-lo, marcar o tempo histórico com faíscas de esperança. A ideia de que o passado deve ser apenas descoberto pelo historiador é substituída no pensamento benjaminiano pela convicção de que o passado cumpre uma função no presente e, portanto, é também espaço de disputa.

Proteger os mortos do esquecimento ou da mentira constitui um compromisso do historiador com o tempo presente. Apenas se a história é pensada como articulação entre passado e presente capaz de produzir efeitos políticos no futuro, é possível compreender porque os mortos são também ameaçados. A visão de história como processo no qual as dissidências de uma grande narrativa direcionada não têm espaço reforça os processos políticos do capitalismo e de sua forma nazi-fascista no século XX. Romper com esses processos no nível do discurso histórico, portanto, também tem potencialidades em uma ação política de ruptura. Os duplo desdobramento da história, no futuro com a possibilidade de eclosão do novo, no passado com a destruição de narrativas causais historicistas, aproxima, portanto, os dois pensadores.

Arendt reconhece a importância do modo benjaminiano de pensar a História no texto sobre Benjamin em *Homens em Tempos Sombrios*:

E esse pensar, alimentado pelo presente, trabalha com os “fragmentos do pensamento” que consegue extorquir do passado e reunir sobre si. Como um pescador de pérolas que desce ao fundo do mar, não para escavá-lo e trazê-lo à luz, mas para extrair o rico e o estranho, as pérolas e o coral das profundezas, e trazê-los à superfície, esse pensar sonda as profundezas do passado — mas não para ressuscitá-lo tal como era e contribuir para a renovação de eras extintas (ARENDR, 1977, p. 176).

No trecho, Arendt descreve o olhar para a história de Benjamin como um pescador de pérolas. A ideia de buscar no passado inspirações para o presente, contida na descrição de Arendt, também descreve, de certo modo, a relação da pensadora com a história. A questão para ambos não é pensar a história como uma reconstituição do passado cujo fim reside em si mesma, mas como uma articulação de temporalidades que possibilita pensar no presente com a luz dos feitos do passado.



A imagem de um pescador de pérolas que mostra aquilo de precioso que muitas vezes se perde no desconhecido é evocada para marcar essa atitude. A pensadora não indica a importância do pensamento histórico como a iluminação integral do passado, uma vez que o mar não é escavado e inteiramente trazido à superfície, mas o destaque de fragmentos, episódios e milagres que, como pérolas, existem na imensidão da água salgada. Salvar do esquecimento momentos de ruptura e descontinuidade com a noção de processo e recorrer à esses momentos como inspiração para o presente constitui, portanto, a tarefa de pensar historicamente para os autores.

A função social da história como organizadora do passado a partir do presente (FEBVRE, 1985, p. 258), se desloca em Benjamin e Arendt também para o futuro como expectativa e confiança na ação. Isso não significa que a partir da reflexão histórica é possível reproduzir experiências do passado ou encontrar modelos para a transformação do futuro, mas que a importância da história consiste na possibilidade de indicar um tempo que pode ser interrompido pela ação humana.

TEMPO HISTÓRICO NO MUNDO MODERNO E A URGÊNCIA DA RUPTURA

A proposta de relação com o tempo histórico presente em Arendt e Benjamin dialoga com transformações no modo de vida durante o século XX. A urgência de romper com um tempo contínuo e vazio não diz respeito apenas ao debate travado pelos autores com as correntes historiográficas em voga na Alemanha, mas a um processo histórico por eles vivido que gradualmente minaria as possibilidades de agir politicamente. História e política não se separam para os autores em um duplo movimento: as narrativas e a produção historiográfica não são feitas pelo cientista que observa de fora, mas por alguém que também está inserido no mundo comum, e elas têm o potencial de inspirar ações políticas para além de quem as escreve.

Arendt e Benjamin compartilharam o momento histórico da primeira metade do século XX como judeus e alemães. As Guerras Mundiais e sobretudo a experiência de perseguição durante o regime nazista constituíram um solo comum de tensão frequente sobre o qual o pensamento filosófico e político dos autores se formou. A violência do modo de vida capitalista, do imperialismo e das guerras industriais constituem o pano de fundo para a discussão sobre o potencial transformador da ação humana presente em ambos.



O impacto de tal contexto nas formas de se relacionar com o tempo histórico aparece para os autores nas discussões sobre experiência, tradição e narrativa. O diagnóstico comum de que as três possuem seu espaço limitado no mundo moderno acarreta formas de pensar as rupturas que não objetivam retomar uma condição pré-capitalista, a despeito do eventual tom nostálgico dos pensadores, mas possibilitam buscar nas brechas geradas pelas mudanças espaços para a ação.

O ocaso da experiência no mundo moderno aparece como tema privilegiado em Benjamin. O autor reconhece na Primeira Guerra Mundial o fim das possibilidades de elaborar e transmitir experiências⁶: a violência inenarrável da guerra, a incomensurabilidade humana frente ao potencial de destruição vivenciado nos campos econômico, ético e físico rompem com o modo comum de articular temporalmente os acontecimentos.

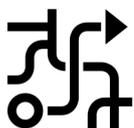
O “corpo humano frágil e minúsculo” (BENJAMIN, 2012, p. 115) não mais poderia referenciar os acontecimentos vividos, o que impediria sua elaboração como experiências dotadas de sentido. A violência vivida não é comunicada como experiência pois seria até então inimaginável e, portanto, incomparável com as experiências prévias. O silêncio faz com que o ocorrido não seja partilhado e não se torne comum. Como resultado, o sujeito, agora pobre de experiências comunicáveis, se fecha em sua vida privada e passa a existir de forma atomizada.

A atomização, apesar de agravada pelo silêncio do pós guerra, não é por ele gerado. A atomização crescente distancia o indivíduo do comum e estabelece uma nova relação com a cultura e com todo o patrimônio que depende da partilha.⁷ O cansaço físico e mental resultante da rotina capitalista de trabalho sem significado também motiva o indivíduo a não buscar experiências partilhadas e se relacionar com as coisas do mundo como forma de consumo.⁸ Assim, o tempo do consumo passa a organizar os acontecimentos, que não se tornam experiências.

⁶ Benjamin enuncia a pobreza de experiências comunicáveis ao afirmar: “No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável (...) Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras” (BENJAMIN, 2012, p. 198).

⁷ A separação entre patrimônio e experiência pode ser evidenciada no trecho: “Aqui se revela, com toda clareza, que nossa pobreza de experiências é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula à nós?” (BENJAMIN, 2012, p. 115).

⁸ A substituição de uma fruição da experiência pelo consumo também do imaterial como resultado de uma nova relação produtiva aparece em: “Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso.



Além disso, segundo Benjamin, o capitalismo, na destruição das formas artesanais de produção, destrói também a narrativa enquanto forma artesanal de transmissão de experiências,⁹ dado que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 2012, p. 198). A narrativa desaparece em detrimento da notícia ou do romance e, como consequência, desaparece uma articulação do tempo capaz de atribuir sentido a experiência por meio da sabedoria partilhada.

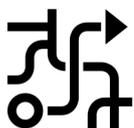
A partir de tal processo, Benjamin reconhece possíveis respostas. Uma delas é a crescente atomização resultante das guerras e da exploração capitalista, que destrói o comum e distancia os sujeitos da percepção de si como agentes históricos. Outra, é o surgimento de uma barbárie positiva capaz de promover rupturas e construir o até então inimaginável.¹⁰ Apesar do pessimismo de um mundo atravessado por crises e guerras, o futuro e a fagulha de esperança ainda podem ser vislumbrados, como marca Benjamin na conclusão de *Experiência e Pobreza*:

Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”. A crise econômica está em diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra. A tenacidade é hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus não são mais humanos que os outros; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido. Porém os outros precisam instalar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e narrativas, a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia talvez retribua com juros e com os juros dos juros (BENJAMIN, 2012, p. 119).

Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles ‘devoraram’ tudo, a ‘cultura’ e os ‘homens’, e ficaram saciados e exaustos. ‘Vocês estão todos tão cansados – e tudo porque não concentraram todos os seus pensamentos num plano totalmente simples mas absolutamente grandioso.’ Ao cansaço segue-se o sonho, e não é raro que o sonho compense a tristeza e o desânimo do dia, realizando a existência inteiramente simples e absolutamente grandiosa que não pode ser realizada durante o dia, por falta de forças..’ (BENJAMIN, 2012,p. 119).

⁹ A artesanaria da narrativa, tema recorrente em *O Narrador*, pode ser evidenciada no trecho: “A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração está agora vazio. (Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito.)” (BENJAMIN, 2012, p. 221).

¹⁰ Benjamin indica o aparecimento da nova barbárie ao afirmar: “Surge assim uma nova barbárie. Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um conceito novo e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar em para a direita em para a esquerda.” (BENJAMIN, 2012, p. 116).



Enquanto para Benjamin as experiências se particularizam em relação aos acontecimentos por serem comunicáveis e, portanto, se empobrecem no mundo moderno, em Arendt ocorre o “estranhamento do mundo no qual as experiências se transformavam em experiências com o próprio eu” (ARENDR, 1972, p. 192). Para Arendt, a noção de experiência está associada a um tipo de elaboração da realidade, pautado no que o homem recebe por meio de seus sentidos e atribui significado. Ao pensar as transformações da experiência no mundo moderno, Arendt não concebe um diagnóstico único, uma vez que a experiência para a autora não é unívoca, mas pode ser política, filosófica, comum ou individual. Não há o desaparecimento da experiência no geral, mas o declínio das condições para que ela seja partilhada e dotada de sentido comum.

A narrativa tampouco diz respeito à forma artesanal de transmitir experiências, mas constitui em Arendt um tipo de relação com o que se narra (experiências, acontecimentos, histórias, a História). A narrativa sofre um *exílio* (AUGUSTO, 2013) durante a guerra a partir das violências inenarráveis, porém ela pode ser retomada como uma forma de se conciliar com o passado e atribuir significado aos acontecimentos.

O que desaparece em Arendt no mundo moderno é a tradição. A perda da experiência e o fim da narrativa a ela associados na obra de Benjamin se equipara em Arendt ao “esfacelamento da tradição.” (LAFER, In: ARENDR, 1972, p.10). A experiência e a narrativa, mesmo fragilizadas no pós-guerra, são características da existência humana, ao passo que a tradição é uma forma de se relacionar com o passado cada vez menos presente durante o século XX.

Arendt reconhece uma ruptura com o fio da tradição na medida em que o passado deixa de evocar autoridade apenas por existir. Com o fim dela, as respostas dadas de antemão sobre a qual o senso comum se apoia também deixam de ter validade reconhecida. A partir disso, pode ocorrer um duplo movimento:

Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém, foi também a cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado. Poderia ocorrer que somente agora o passado se abrisse a nós com inesperada novidade e nos dissesse coisas que ninguém teve ainda ouvidos para ouvir. Mas não se pode negar que, sem uma tradição firmemente ancorada – e a perda dessa firmeza ocorreu muitos séculos atrás –, toda a dimensão do passado foi também posta em perigo. Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana (ARENDR, 1972, p. 130-131).



Apesar de reconhecerem que determinadas formas de se relacionar com o tempo não são mais encontradas no mundo moderno, os autores não são saudosistas de um tempo que passou. Tanto o novo tipo de relação com a experiência e narrativa indicado por Arendt como o reconhecimento de que, mesmo com seu desaparecimento, podem surgir formas positivas de barbárie em Benjamin, indicam um futuro aberto, mesmo que pouco otimista. Ambos os autores evocam a imagem do milagre para indicar o novo que surge a despeito de qualquer adversidade. Como aponta Davi da Costa Almeida,

Quando Benjamin e Arendt apresentam a destruição do passado, o despedaçamento da tradição e o fim das narrativas sapiências, eles demonstram o quão ambíguo e paradoxal é o mundo contemporâneo, porque por mais que a ação tenha encontrado sua forma civilizatória na técnica e na dominação da natureza e do homem, revelando-se como barbárie, ela mesma também expressa a forma genuinamente humana de viver no mundo. A ação e a experiência humana ainda são as formas concretas dos homens se estabelecerem no mundo e de construírem o próprio mundo humano (ALMEIDA, 2015, p. 136)

Se o futuro é contingente e depende da ação humana, não cabe indicar um prognóstico, mas apresentar a transformação para qualquer um dos sentidos como possibilidade. É possível que a perda de experiência em Benjamin leve ao fim de uma comunidade política, mas também é possível que a ação se reinvente. Assim como em Arendt é possível que a perda da tradição gere esquecimento e perda de sentido para a existência humana, mas também é possível que, perdido o fio, a novidade tenha espaço para ocorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No reconhecimento de uma fragilidade na transmissão das experiências no mundo moderno como narrativa, Arendt e Benjamin realizam o exercício de ruptura com a linearidade do tempo. Os autores evocam o passado enquanto forma de expor as fragilidades do tempo presente e inspirar sua transformação. A enunciação de que o destino está em aberto passa pela promoção de rupturas no tempo histórico, dado que as mudanças não são indicadas como parte de um caminho inescapável rumo ao progresso.

Ao demonstrarem a distância entre as elaborações sobre o tempo histórico e a construção de um sentido partilhado para o passado, os autores destacam as transformações trazidas pelo mundo moderno. Tal diagnóstico não circunscreve os



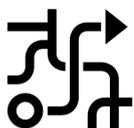
processos históricos no Grande Processo Evolutivo compreensível apenas pelo historiador, como fazia crer a corrente historicista (WEHLING, 1973). Ao contrário, a partir da perda de experiência, ruptura com a tradição e fim da narrativa, é possível compreender a aderência aos discursos que naturalizam o tempo histórico e retiram do sujeito qualquer possibilidade de interferir nos rumos da história, dado que o passado deixa de fazer sentido na compreensão do presente e não mais inspira mudanças no futuro. A barbárie positiva em Benjamin e a suspensão da tradição nos tempos de crise em Arendt podem acarretar transformações importantes. Nenhum dos autores, contudo, parte de uma previsibilidade histórica e, portanto, não fornecem um prognóstico único sobre o futuro. Por pensarem na ação, reconhecem sobretudo a necessidade de agir na promoção desse novo tempo, sempre em aberto.

Existe em Arendt e Benjamin uma relação com o objeto de estudo dos historiadores que inspira formas de encarar os documentos e fontes que analisamos. Não há neles um modelo pronto a ser aplicável nas pesquisas em História, mas uma atitude frente ao passado que busca iluminar os momentos em que a ação humana, mesmo nas condições mais adversas, aparece. A ruptura na linearidade do tempo não depende de determinados temas para mostrar-se, mas parte de um interesse em afirmar que, em qualquer situação em que humanos vivem juntos uns aos outros, mesmo em momentos de adversidade e ameaça, é possível agir politicamente.

Por fim, sobretudo nos *tempos sombrios* em que vivemos, marcados pela ascensão da extrema direita e pela descrença generalizada no papel social do historiador, buscar companhias inspiradoras para pensar o presente e os desafios da História, como Arendt e Benjamin, também nos retira da crença paralisante de que fomos vencidos. Nas palavras de Arendt

Mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra. [...] Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era de uma vela ou a de um sol resplandecente (ARENDDT, 1987, p. 6).

Eis o sentido que Arendt e Benjamin nos animam à trazer para o fazer do historiador: agir pelo direito de iluminar o presente com experiências inspiradoras do passado.



REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, D. da C. (2015). Hannah Arendt e Walter Benjamin: história, memória e narrativas perdidas. *Filosofia E Educação*, 7(3), 114-138.

ARAÚJO, Rodrigo Oliveira de. *O choque do moderno: experiência e narração em Walter Benjamin*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal da Bahia. 2006.

AUGUSTO, Mauricio Liberal. *A narrativa cativa*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. 2013.

CARVALHO, J. S. F. DE. Experiências temporais da vida activa e os desafios da transmissão intergeracional. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 25, n. 48, p. 259-280, 6 set. 2018.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

LISPECTOR, Clarice. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

WEHLING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. *Revista de História (USP)*, v. 46 n. 93, p. 177-200, Aug 1973. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131940/128085>.

Fontes

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Universitária, Edusp, 1981.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Recebido em: 24/04/2020

Aprovado em: 14/06/2020

Pós-Modernismo e Teoria da História: o relativismo revisitado

Postmodernism and Theory of History: relativism revisited

SOUZA NETO, Manoel Gustavo de*

<https://orcid.org/0000-0002-2749-6881> 

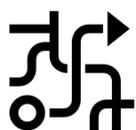
RESUMO: Esse artigo disserta sobre o papel da linguagem em História. Meu intento é focar no trabalho de dois nomes do assim chamado paradigma pós-moderno com vistas a expor um modo de tomar as questões estéticas como fundamento para estratégias metodológicas para representação histórica. Hayden White e J.F. Lyotard me guiam num argumento que vai do primeiro pro segundo indagando sobre se é mesmo verdade que o pós-modernismo confere a História e à Literatura o mesmo status epistemológico. Também é minha intenção indagar sobre as possibilidades de levar a sério as teses pós-modernas sem cair necessariamente no completo relativismo. Se alcançar meu intento, então teremos conciliado os fundamentos científicos da História e aquela dimensão da pesquisa histórica que Humboldt chamou de poética.

Palavras-chave: História; pós-modernismo; teoria; relativismo; linguagem.

ABSTRACT: This paper runs on the hole of language in History. My aim is focus on the work of two names of the so called post-modern paradigm in order to show a way to take the concerns about the aesthetics as a ground for methodological strategies for historical presentation. Hayden White and J. F. Lyotard lead me through an argument that goes from first to last arguing if is it true that post-modernism gives history and literature exactly the same epistemological status. Its also my aim to argue about the possibilities to take post-modernist thesis seriously without necessarily fall on full relativism. If I reach my aims, than we will have conceald the cientifical foundations of History and that dimension of historical research Humboldt called poetical.

Keywords: History; postmodernism; theory; Relativism; language.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Prof. de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte, onde coordena o Núcleo de Estudos em Teoria da História. E-mail: manoel.neto@ueg.br

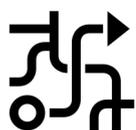


INTRODUÇÃO

A recepção do Pós-Modernismo entre historiadores tem sido, no mais das vezes, bastante peculiar. Enquanto nas Ciências Humanas em geral, bem como nos estudos sobre Arquitetura, Literatura e Arte, trata-se de avaliar o alcance do conceito, seus limites e potencialidades, na Teoria da História a atitude tem sido não raro a de uma recusa tácita, acompanhada de um exame apressado, envolto pelo receio de que as teses pós-modernas constituam algo como uma sabotagem da História. No extremo, o Pós-Modernismo é visto como um projeto intelectual que, no tocante à epistemologia, impossibilitaria um conhecimento metodicamente controlado do passado, na medida em que põe em xeque o verismo intrínseco à História. No tocante à política, as teses pós-modernas configurariam a prevenção contra o caráter crítico do diagnóstico marxista acerca da modernidade.

No que se segue pretendo uma leitura alternativa que, sem deixar de reconhecer os limites do Pós-Modernismo, leva em conta também suas potencialidades, o que há de fértil em seus diagnósticos. Essa atitude implica visitar o tema do relativismo e para isso nada melhor que uma releitura do célebre escrito de Hayden White, *O Texto Histórico Como Artefato Literário*, de 1978. Não se trata, porém, de tecer o elogio do pensamento pós-moderno – e sim de evitar uma leitura estereotipada, que reduz ao pirronismo o tema do relativismo em História.

Procuro ir além das interpretações que enxergam no Pós-Modernismo uma abordagem que impossibilita o conhecimento histórico e proponho uma leitura que leve a sério o tema do relativismo, supondo que, ao invés de enfraquecer a História, a busca pelos fundamentos linguísticos do conhecimento histórico serve antes para reforçar a fundamentação teórica de um conhecimento controlado do passado – uma vez que esta fundamentação não pode ser garantida até que historiadores estejam perfeitamente conscientes da natureza formal da História. Ao final, espero demonstrar que a atenção sobre o fato de que a forma condiciona o conteúdo em nossa área de conhecimento não implica de modo algum uma equiparação pura e simples entre História e Literatura. Neste esforço mobilizo também outra obra clássica do pós-modernismo, seu texto fundador, por assim dizer: *A Condição Pós-Moderna*, de Jean François Lyotard, publicado na França em 1979. Com isso pretendo recordar a importância da crítica dos “relatos de legitimação” e da consciência acerca das “formas de elaboração de enredo”, para ler Lyotard com White.



O TEXTO HISTÓRICO COMO ARTEFATO LITERÁRIO

O Texto Histórico Como Artefato Literário é um dos mais polêmicos escritos de Teoria da História e isso porque nele Hayden White apresenta a síntese da perspectiva teórica que fundamenta sua grande obra de 1973, *Meta-História*. Nele o autor aborda historiadores e filósofos da história do séc. XIX com a finalidade de demonstrar como os aspectos formais da narrativa – as formas de elaboração de enredo – organizam os conteúdos em História.

No artigo de 1978, chama a atenção, antes de mais anda, o fato de que o texto foi publicado um ano antes de *A Condição Pós-Moderna*, de Lyotard, antes que o termo Pós-Modernidade estivesse consagrado no vocabulário da Filosofia e das Ciências Humanas, mérito que cabe à obra do filósofo francês. White pode, portanto, ser incluso entre os primeiros formuladores de uma concepção pós-moderna em matéria de Teoria do Conhecimento, por mais que, como nos lembra Daniela Kern, o autor se entendesse como um modernista que leva ao seu extremo lógico os pressupostos do Modernismo (KERN, 2016, p. 181).

White formula a polêmica nos seguintes termos: as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p. 98). Justamente essa passagem, bastante famosa e tão escandalosa à primeira vista, é muitas vezes o suficiente para que o historiador profissional deixe de lado a obra de White sem o devido exame, afinal, porque deveria perder seu tempo com um autor que, de partida, situa a História no âmbito da invenção, nomeadamente no da ficção? A tarefa algo ingrata a que me proponho é a de tentar dirimir o que acredito ser um mal-entendido, esclarecendo essa passagem e evocando outras que evidenciam a preocupação de White com a devida fundamentação teórica da História (bem o contrário do relativismo quase niilista comumente atribuído à sua obra).

Em primeiro lugar, seria preciso ter clareza do que White tem em mente quando fala em ficção, para que se esclareça o que quer dizer com a palavra invenção referindo-se ao passado, quando espera-se que o historiador seja um investigador e não um inventor. Ora, tratando da possibilidade de ambiguidades na narrativa histórica, o autor recorda “isso não significa que não podemos distinguir entre a boa e a má historiografia” e acrescenta: “sempre podemos recorrer a critérios como a responsabilidade perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo e a consistência lógica” (WHITE, 1994,

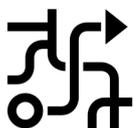


p. 114). Devemos descartar, portanto, a suposição, bastante difundida de que para White as narrativas históricas teriam todas o mesmo status, sendo impossível distinguir sua maior ou menor validade segundo critérios lógicos. O mal entendido decorre justamente de uma má compreensão do que White entende por ficção, que muitos supõem tratar-se de patrimônio exclusivo da literatura, afinal, como poderia atribuir o historiador o caráter de ficção à sua narrativa se mesmo antes de constituir-se como ciência, desde Heródoto, o verismo constitui uma de suas características irrenunciáveis? Não havia também Voltaire feito a distinção entre uma narrativa de acontecimentos imaginários e aquela que toma por base acontecimentos efetivos ou, para falar em seus termos, entre uma concepção mitológica da história e outra, de natureza crítica, que ele chamaria de Filosofia da História, inaugurando assim a terminologia? Haveria, de fato, ofensa maior do que conferir ao trabalho do historiador o título de ficção? O próprio White ressalta: “essa insistência sobre o elemento ficcional de todas as narrativas históricas desperta com certeza a ira dos historiadores” (WHITE, 1994, p115).

A situação talvez assuma contornos menos dramáticos se tomarmos a ficção como o que ela é: uma forma de atribuir coerência formal aos elementos de uma narrativa. Não apenas romances constituem obras de ficção, mas também textos de jornalismo investigativo, cuja pretensão verista não é menor que a da História, ainda que não reivindicuem para si, como faz a comunidade dos historiadores, a especificidade de uma metodologia científica. Ao contrário do que se imagina, uma pesquisa histórica que dispensasse na elaboração de seu produto final o recurso à ficção não alcançaria a forma de um texto verista, e sim a de um catálogo de fontes meramente dispostas uma ao lado da outra, página após página. Ficção significa não apenas a elaboração de uma narrativa imaginária, como compreendemos geralmente, mas, em sentido mais técnico, o esforço de conferir coesão a informações dispersas, de modo que elas assumam a forma de uma narrativa. Faríamos bem, portanto, se distinguíssemos entre uma ficção literária e outra, de natureza verista, que é o que pretende ser a História afinal.

Para explicar o que entende por ficção, White lança mão da expressão “urdidura de enredo”, oriunda da teoria literária de Nortorp Frye: “por urdidura de enredo entendo simplesmente a codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes específicos” (WHITE, 1994, p. 100).

É possível então inverter o tom usual das críticas às concepções pós-modernas da História e indagar de que maneira transpor as informações obtidas por meio da interpretação das fontes, senão pela urdidura de um enredo, por meio de ênfases, seleções



e metáforas, nas quais consistem a prosa do historiador. Na impossibilidade de apresentar seus resultados de forma positiva, dispensando o recurso a uma prosa explanatória, o historiador está condenado à elaboração de um enredo.

Isso não significa que a História, por sua vez, esteja condenada aos desvarios de uma imaginação desregulada, que encerraria as possibilidades de um conhecimento controlado. Significa antes que ela não pode proceder de outra forma senão por meio da elaboração de enredos. Robert Daron logrou êxito em notar que a afirmação de que conhecimento histórico é dotado de um fundamento a um só tempo empírico e linguístico, uma vez que consiste na articulação narrativa das informações obtidas por meio da interpretação das fontes, não consiste em White num abandono do conceito de verdade histórica, ou da compreensão da História como um tipo de conhecimento. Traduzo Daron em sua contribuição para o *The Sage Handbook of Historical Theory*:

Em Metahistória White buscou desenvolver a noção de que a história era idêntica à escrita da história, refutando portando o principal pressuposto do objetivismo histórico: a ideia de que a história poderia ser tratada como ontologicamente distinta de sua narração. Isso, no entanto, não significa que White tenha abandonado o conceito mesmo de conhecimento histórico ou de verdade histórica. De fato, White falou sobre a escrita da história em termos de sua capacidade de expressar uma verdade especificamente humana (DORAN: 2013, p. 107)¹.

Trata-se de um pressuposto elementar, não tanto da epistemologia, mas da natureza das narrativas em geral, que as informações por elas veiculadas se organizem pelo constrangimento de estratégias formais, estratégias que White, munido da teoria tropológica de Frye, identifica como o patrimônio narrativo do qual o historiador não pode escapar. Ainda segundo o White leitor de Frye, as narrativas em geral podem ser, trágicas, satíricas, cômicas ou romanescas, não havendo um gênero esteticamente neutro ao qual o historiador possa recorrer supondo encontrar aí uma forma que não constranja os conteúdos oriundos das fontes. Estes não migram intactos dos documentos para a prosa do historiador, sendo antes o fruto de uma interpretação, fato que mesmo a reflexão de um historicista como Droysen não deixa de admitir (2009, p. 53-63).

Por outro lado;

¹ No original se lê: “In Metahistory White sought to develop the notion that history was identical with historical writing, thereby refuting the main presupposition of historical objectivism: the idea that history could be treated as ontologically distinct from its recounting. This, however, did not mean that White had abandoned the very concept of historical knowledge or historical truth. In fact, White spoke of historical writing in terms of its capacity to express a ‘specifically human truth’”.



Dizer que conferimos sentido ao mundo impondo-lhe a coerência formal que costumamos associar aos produtos dos escritores de ficção não diminui de maneira nenhuma o status de conhecimento que atribuímos à historiografia (WHITE, 1994, p. 115).

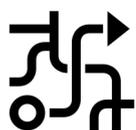
White ressalta ainda a necessidade de a História informar-se sobre sua constituição estética, reconhecendo-a em termos propriamente literários:

É possível observar que, se os historiadores quisessem reconhecer o elemento ficcional de suas narrativas, isso não significaria a degradação da história ao *status* de ideologia ou propaganda. Com efeito tal reconhecimento serviria de antídoto eficaz para a tendência de historiadores a apegar-se a preconceitos ideológicos que eles não reconhecem como tais, mas reverenciam como a forma de percepção “correta” do modo “como as coisas realmente são”. Trazendo a historiografia para mais perto de suas origens na sensibilidade literária, deveríamos ser capazes de identificar o elemento ideológico, porque fictício, contido em nosso próprio discurso” (WHITE, 1994, p. 116).

Se tivermos logrado êxito em tornar mais compreensível o conceito de ficção com o qual opera Hayden White, estará claro que ele não constitui um patrimônio exclusivo da literatura. A ficção não é um procedimento exclusivo de narrativas que, por sua natureza literária, encontram-se desobrigadas daquele verismo que a História não pode renunciar. Como destacamos, para o White leitor de Nortorp Frye, ficção significa o arranjo de elementos dispersos até que eles assumam a coerência de uma narrativa, e é por meio deste procedimento que o narrador consegue tornar estranho o familiar, compreensíveis os elementos que compõem a narrativa e que estariam dispersos, não fosse o esforço no sentido de produzir a coesão formal de uma prosa. No limite, narrar é lançar mão de procedimentos ficcionais, ainda que não sejam umas as intenções que podem animar uma narrativa.

Desfeita a identificação apressada entre ficção e fantasia, talvez estejamos em condições de compreender melhor o que White entende por invenção, quando afirma que as narrativas históricas são “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados quanto dispersos” (WHITE, 1994, p. 98). Ora, que os conteúdos históricos sejam *descobertos* é algo que o historiador trata com naturalidade, já que nunca perde de vista seu lastro empírico, o conjunto de fontes que a heurística reuniu, que a crítica avaliou e tipificou, e que, por fim, a interpretação crivou – para recorrermos aqui à divisão tripartite do método histórico de Droysen (DROYSEN, 2009, p. 45-59).

É num sentido específico que White utiliza o termo *inventadas* para referir-se às narrativas dos historiadores, sentido esse que deve ser compreendido em continuidade com o conceito de ficção. O passado, que não existe mais senão na forma de seus resíduos, não repousa íntegro em fonte alguma, bem como o texto histórico não se encontra simplesmente



prefigurado nas fontes. Nesse sentido, e apenas nesse sentido, os conteúdos históricos são criações do historiador, uma vez que é ele quem recorre à narrativa para conferir coerência a informações que jamais transcenderiam a forma da crônica senão por meio de uma série de expedientes formais que a História partilha com outras modalidades de narração. Os conteúdos históricos são, portanto, forjados pelo historiador, mas não *ex nihilo*, por assim dizer, e não de maneira ilimitada, mas dentro de um horizonte circunscrito às possibilidades de sugestões das fontes, que podem dizer muitas coisas, inclusive coisas bastante diversas, a depender do que se tenha em mãos e de como serão questionadas, mas não podem dizer todas ou quaisquer coisas.

Justamente aqui se faz notar a “consistência lógica” à qual se refere White. Com Daniela Kern constatamos que ele é, sem dúvida, um pluralista, mas de modo algum um niilista (KERN, 2016, p. 189). Talvez White tivesse se poupado muitos mal-entendidos se, ao invés da ideia de *invenção*, tivesse remetido àquela de *construção*, com a qual a Teoria da História já está acostumada, ao menos desde Humboldt, e que sugere, já na base do Historicismo alemão, a dupla origem da História, primeiramente no registro verista que busca “apresentar os fatos” – aquele de uma “verdade interna” – em seguida naquele do “poético” – justamente onde reside o trabalho de dar carne ao esqueleto dos fatos obtidos numa primeira triagem dos documentos, trabalho da forma portanto.

Humboldt abre seu *A Tarefa do Historiador* atribuindo ao método histórico a tarefa da “exposição dos acontecimentos”, mas ao longo de seu argumento escreve que:

Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire nessa triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. Parar nesse ponto significaria sacrificar uma verdade autêntica, interna e fundamentada num contexto causal, em nome de uma outra, superficial, literal e aparente. (...) A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de parte invisível do fato. Visto por esse lado o historiador é autônomo, e até mesmo criativo; e não na medida em que produz o que não está previamente dado, mas na medida em que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível de ser obtido sendo meramente receptivo. De um modo diverso do poeta, mas ainda assim guardando semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos (HUMBOLDT, 2015, p. 82-83)

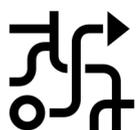
O termo *invenção* tem no texto de White a vantagem de remeter ao domínio criativo da estética, evocado acima por Humboldt, ao passo que o termo *construção*, por exemplo, poderia sugerir que os elementos com os quais se edifica o texto histórico encontram-se prontos e acabados em algum lugar, mais ou menos como se encontram na loja de materiais os tijolos com os quais o construtor erguerá seus edifícios. Nada mais falso, já que as



informações que o historiador há de interpretar e formatar no sentido de convertê-las em conteúdos históricos não podem, de modo algum, ser equiparadas aos tijolos que se encontram prontos e acabados na loja de materiais, sem mais. As informações contidas nas fontes estão mais para o material com que são fabricados os tijolos e que pode assumir formas as mais diversas.

Ao escolher o termo *inventados* para se referir aos conteúdos históricos, White não facilitou as coisas pra si, mas acertou em cheio no sentido de ressaltar na História a sua dimensão estética, aproximando-a da literatura. Essa aproximação, no entanto, é amiúde lida como uma equiparação, e é este o equívoco que faz com que na voz de alguns críticos White pareça um inconsequente incapaz de perceber a distinção óbvia entre as intenções do literato e aquelas do historiador. Essa distinção remete, antes de tudo, à obra de Heródoto, que apesar da crítica de Tucídides, visava a produção de um tipo de relato diverso daquele da Mitologia. O que não é nem de longe tão óbvia é a distinção formal entre estes domínios. História e Literatura se assemelham na obra de Hayden White não no que diz respeito às suas intenções, já que a segunda não se constrange pelo verismo que para a primeira é incontornável. Acontece que, informado não apenas de Frye, mas também de Foucault e mesmo de Wittgenstein, White não pode mais sustentar uma noção do que seja a relação sujeito-objeto senão supondo a linguagem como instância mediadora. Novamente, isso não significa equiparar a História aos produtos literários no tocante às suas diferentes intenções. A História, antes de se consolidar como ciência, no contexto do Historicismo alemão, teve atrás de si um longo caminho em estreita proximidade com a retórica. Portanto a História, que se constituiu como prática erudita muito antes de ter se constituído como ciência, não poderia desaparecer, como que num passe de mágica, com sua dimensão literária, sedimentada durante os séculos em que o bom historiador era justamente o bom narrador, e não ainda o cientista amparado por um método eficaz. É curioso, inclusive, que essa dupla constituição da História, como gênero discursivo e como uma prática de pesquisa, como um “artefato literário” fundado em intenções veristas, não era estranha àquela geração que é, tantas vezes e de forma equivocada, taxada de positivista, qual seja, justamente aquela da Escola Histórica alemã.

JEAN-FRANÇOIS LYOTARD E A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

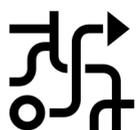


Outro nome fundamental para a compreensão do relativismo, desta feita não apenas no que concerne à História, mas também à Epistemologia em geral, é o de Jean-François Lyotard, que publicou seu *A Condição Pós-Moderna* no ano seguinte à publicação de *Trópicos do Discurso*. A obra de Lyotard foi responsável por difundir o termo Pós-Modernidade no vocabulário da filosofia e mirou, por um lado, na legitimidade epistemológica e política das ciências, por outro naquilo que chamou de saberes narrativos. Há aqui um paralelo entre a dimensão epistemológica e social dos saberes e esse paralelo constitui o cerne da leitura que faço a seguir. Ele foi fundamental para o desenvolvimento da antropologia simétrica como concebida por Bruno Latour.

Também aqui trata-se de ler Lyotard de forma produtiva, como procuramos fazer com Hayden White, para além da atitude defensiva com que em História comumente se reduz o Pós-Modernismo à negação das possibilidades de um conhecimento metodicamente controlado do passado. Interessa antes de tudo localizar no texto de Lyotard aqueles elementos que permitem antes um refinamento da fundamentação teórica da História a partir de uma ampliação da sua autoconsciência epistemológica. Em Lyotard aquele modelo de Filosofia da História que surge com Kant e encontra em Hegel sua forma plena recebe, por assim dizer, seu tiro de misericórdia. Se Hayden White fala em uma *meta-história* para se referir à reflexão epistemológica sobre os fundamentos do conhecimento histórico (aquilo que chamamos justamente de Teoria da História), Lyotard cunha o conceito de *meta-narrativa* para se referir ao domínio a partir de onde as ciências em geral obtêm sua legitimação.

Para o filósofo francês, a legitimação de uma ciência jamais é meramente epistemológica, mas também ética e política. Como recorda Steven Connor, abordando Lyotard em seu *Cultura Pós-Moderna*, “a ciência volta inevitavelmente à narrativa, já que é somente por meio das narrativas que o trabalho científico pode receber autoridade e propósito” (CONNOR, 2012, p.31).

Podemos, em total continuidade com o pensamento de Lyotard, estender esse princípio à História, recordando que ética e política são dimensões da cultura que se deixam organizar em última instância na forma de narrativas. Isso não significa, como poderia concluir o crítico apressado, reduzir a ética e a política à forma da narrativa. Assim como a história – compreendida aqui como o conjunto de experiências humanas ao longo do tempo – se organiza por meio de narrativas sem que isso implique na inexistência dos fatos e processos efetivos aos quais as narrativas conferem forma discursiva, assim também afirmar que ética e política se organizam na forma de narrativas não implica em negar a



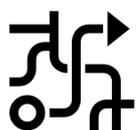
existência dos eventos éticos e políticos que afetam de modo absolutamente concreto as instituições, os grupos sociais e mesmo os corpos dos indivíduos. São as narrativas, no entanto, que organizam a multiplicidade desses eventos, funcionando como o pano de fundo das escolhas éticas e políticas concretas, como fonte de critérios para orientação do agir. No que reside a dimensão ética e política dos chamados jogos de linguagem, conceito operatório que antes de tornar mais abstrata a reflexão, faz dela algo mais concreto, pois a insere nos domínios ético e político, onde a natureza da verdade nunca é de teor meramente lógico e empírico, mas de igual modo semântico e narrativo. Nisso tenho em mente Lyotard quando escreve:

O direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do de decidir sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos a esta e àquela autoridade forem diferentes. É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política (LYOTARD, 2004, p. 13).

Também quando o filósofo francês busca dar lastro sociológico ao conceito de jogos de linguagem, situando-o no campo das disputas de poder: “falar é combater, no sentido de jogar”, e arremata: “os jogos de linguagem provém de uma agonística geral” (LYOTARD, 2004, p. 17)

Justamente a ciência, que além de constituir uma prática de pesquisa metodicamente controlada, constitui também um tipo de discurso, durante muito tempo acreditou furtar-se aos condicionamentos da narrativa, imaginando-se num campo gnosiológico em tudo oposto: ao passo que o método científico exige a demonstrabilidade de todos os enunciados que tenham a pretensão de validar-se cientificamente, as narrativas circulariam pela sociedade desprovidas de método, estruturando, reproduzindo e costurando tradições. Se não se resumem a um espontaneísmo puro e simples, isso se deve ao fato de que as instituições mobilizam essas mesmas narrativas em seus jogos de linguagem, que, por sua vez, são sempre jogos de poder. Essa aproximação entre o os domínios da linguagem, por um lado, e da ética e da política, por outro, não significa uma equiparação. Nas palavras de Lyotard: “Não se poderia assim julgar sobre a existência nem sobre o valor do narrativo a partir do científico, nem o inverso: os critérios pertinentes não são os mesmos para um e outro” (LYOTARD, 2004, p. 49).

A riqueza da tese elaborada por Lyotard no final dos anos 1970 tem a ver com aquilo que se tornou um lugar-comum atualmente: a descoberta de que a ciência não se legitima apenas epistemologicamente, mas também narrativamente, já que sua legitimidade tem a



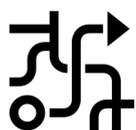
ver com demandas sociais que são, digamos, *pré-científicas*. A resposta sobre porque as sociedades precisam das ciências não pode ser obtida cientificamente, e sim por meio de uma narrativa que surge num estágio específico do desenvolvimento da cultura humanista, aquele marcado pelo Iluminismo, e se expande com o republicanismo moderno, transcendendo esse limite por meio da expansão do capitalismo, que gera uma demanda por ciência na medida em que é tecnologicamente propelido.

O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer a outro saber, que é para ele o não-saber, sem o que é obrigado a pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição de princípio, preconceito (LYOTARD, 2004, p. 53)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de apresentar um outro significado possível para o Pós-Modernismo que não aquele de um relativismo exacerbado, em que o conhecimento histórico é tido como impossível, uma vez que entendido como mero constructo linguístico, tratei de esclarecer justamente o que é um constructo linguístico na perspectiva de Hayden White, ou seja: qual o papel da narrativa em sua teoria da história, aquele da elaboração de enredo. Se o fiz foi para me afastar da interpretação, infelizmente muito comum entre historiadores, de que para White História e Literatura se equiparam, ou antes, que ele reduz a primeira a segunda. Sobre a recusa tácita do narrativismo em nome de uma concepção realista da História, que atribui a esta uma coesão formal que justamente ela só pode obter por meio da narrativa, seria o caso de deixar, uma última vez, White falar por si, recuperando aqui suas palavras em *O Fardo da História*, texto presente em *Trópicos do Discurso*, e que constitui um manifesto de sua concepção da História.

O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. Se, como disse Nietzsche, 'temos a arte para não morrer pela verdade', temos também a verdade para escapar à sedução de um mundo que não passa de uma criação dos nossos anseios. A história é capaz de prover uma base em que possamos buscar pela 'transparência impossível' que Camus exige para a humanidade ensandecida da nossa época. Só uma consciência histórica pura pode desafiar o mundo a cada segundo, pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador. Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna (WHITE, 1994, p. 63).



Não são exatamente as palavras de alguém que desacredita da possibilidade, ou mesmo da utilidade do conhecimento histórico. Acontece que a ênfase dada por White à linguagem causa um sem-número de mal entendidos quando ela é entendida de maneira unilateral, em sua dimensão de abstração, de onde se supõe um recurso ao mau hábito do idealismo epistemológico. Um recurso aos pós-estruturalistas, que exerceram sobre White uma influência semelhante àquela exercida por Wittengenstein sobre Lyotard, talvez ajudasse a esclarecer que, na verdade, a linguagem constitui uma dimensão da máxima concretude, inclusive porque é por meio dela que o mundo empírico nos chega. Não há percepção, tampouco conhecimento, senão por meio da linguagem. Este recurso aos pós-estruturalistas, que evidentemente escapa aos limites do presente ensaio, se deixaria completar pelo exame de alguns aspectos das neurociências – igualmente inviável num texto que já caminha pro fim.

No entanto, uma breve remissão a Walter Benjamin, autor sobre quem White nunca escreveu uma linha, mas que certamente atenderia suas expectativas quando se pergunta se a História algum dia abdicaria do paradigma realista em nome de indispensáveis experimentos estéticos, quiçá recorrendo ao surrealismo, deve bastar para enfatizar um conceito de linguagem da máxima concretude – um conceito que a concebe como *médium* do conhecimento.

Em *Sobre a Linguagem e Geral e Sobre a Linguagem do Homem*, de 1916, lê-se: “Toda manifestação da vida espiritual humana pode ser concebida como uma espécie de linguagem, e essa concepção leva, a toda parte, à maneira de verdadeiro método, a novos questionamentos” (BENJAMIN, 2011, p. 49). E, mais adiante, para caracterizar a linguagem como *médium* não apenas de todo conhecimento, mas também de toda experiência (para remeter àquela distinção cara às *Kulturwissenschaft*), ou seja: como suporte do pensamento e da ação, que os precede e os constitui, Benjamin destaca que “não podemos representar para nós mesmos em parte alguma uma total ausência de linguagem. Uma existência que não tivesse nenhuma relação com a linguagem é uma ideia” (2011, p. 51). Notem que, na perspectiva do filósofo alemão, uma concepção de linguagem meramente instrumental, que a concebe mais como instrumento de comunicação do que como instância mediadora entre o ser humano e o mundo, constitui uma forma de idealismo. Praticamente o contrário do que supõem tantos críticos da chamada virada linguística. Esse conceito de linguagem, amplamente inspirado nos românticos de Jena (não tanto em Schleimecher, mas em Novalis



e Friedrich Schlegel), inspirou imensamente a Derrida, que jamais ocultou a dívida, debruçando-se em mais de uma ocasião sobre a obra de Benjamin.

Por sua vez, a crítica de Lyotard aos grandes relatos e às explicações totalizantes, notadamente à maneira como a tradição epistemológica sempre se permitiu, com certa frouxidão teórica, fundamentar a legitimidade da ciência em oposição à das diversas práticas narrativas que constituem a teia em que toda sociedade acha-se inserida, como se apenas de epistemologias e métodos se fizessem as ciências, e não de narrativas, igualmente determinantes senão dos resultados das pesquisas científicas, certamente de sua dimensão institucional e política.

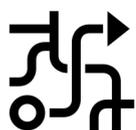
Perante aqueles que veem na obra de Lyotard o suicídio do pensamento e a apologia do relativismo mais irresponsável, recordamos que, assim como para White, a tomada de consciência sobre a dimensão narrativa do conhecimento histórico não significa a abdicação de todo conceito do que seja a verdade, tampouco da prática de pesquisa em História. Tampouco em Lyotard se trata de sacrificar as ciências às narrativas, decretando sua inutilidade. Pelo contrário, o esclarecimento de que o fundamento de toda ciência é, a um só tempo, epistemológico e narrativo, permite à comunidade se posicionar melhor nos embates por legitimação que nunca cessam, demandando antes sua atualização em termos sempre novos e atuais, já que são sempre novas as possibilidades de obscurantismo, bem como os monismos diversos.

Em posse do saber de que em toda ciência há uma narrativa legitimadora, por meio da qual ela justifica sua existência, anunciando o motivo pelo qual se faz necessária, a comunidade científica se encontra numa posição melhor e não pior, a partir da qual pode indagar-se sobre que tipo de narrativa auto-legitimadora pode expressar de maneira mais eficaz suas razões de ser. E isso sem precisar repetir para si o discurso das filosofias da história orientadas de forma teleológica, sob a égide de um humanismo datado, empirista na intenção ainda que idealista na forma.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BENJAMIN, Walter. Sobre a Linguagem em Geral e Sobre a linguagem dos Homens. In: *Escritos Sobre Mito e Linguagem*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.



CÉSAR, Temístocles. *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica* (1970-1980).

CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 2012.

DORAN, Robert. *The work of Hayden White I: mimesis, figuration and the writing of history*. In: PARTNER, Nancy. *The SAGE Handbook of Historical Theory*. London: SAGE Publications, 2013

DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis. Vozes, 2009.

FRAZINI, Fábio. The Burden is Still Heavy. Práticas da História. *Journal on Theory, Historiography and Uses of The Past*, Lisboa, nº 6, 23-30, 2018.

HUMBOLDT, Wilhelm von. A Tarefa do Historiador. in MARTIN, Estevão de Rezende. *A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia do séc. XIX*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

KERN, Daniela. Hayden White e o Pluralismo Histórico. In: MALERBA, Jurandir. *História e Narrativa: A Ciência e a Arte da Escrita Histórica*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em: 10/04/2020

Aprovado em: 23/06/2020

Emergentismo e representância o debate historiográfico entre White e Ricoeur

Emergentism and representance: the historiographic debate between White and Ricoeur.

MANIERI, Dagmar*

<https://orcid.org/0000-0001-5082-3599> 

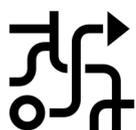
RESUMO: O objetivo desse artigo é um estudo sobre o estatuto epistemológico do conhecimento histórico após a produção intelectual de Hayden White. O que se traduz como linguistic turn corresponde aos estudos sobre o poder da linguagem de constituir o mundo; Hayden White é compreendido neste campo teórico da linguagem, resultando com isso uma nova forma de se pensar a objetividade da história. É em torno desta nova perspectiva linguística que Paul Ricoeur elabora uma reflexão de ordem epistemológica sobre o conhecimento histórico. Sem rejeitar totalmente o pensamento de White, Ricoeur propõe um novo estatuto para a objetividade dos estudos históricos.

Palavras-chave: Emergentismo; história; epistemologia; linguagem; metáfora.

ABSTRACT: The aim of this article is to study the epistemological status of historical knowledge after Hayden White's intellectual production. What translates as “linguistic turn” corresponds to studies on the power of language to constitute the world; Hayden White is understood in this theoretical field of language, resulting in a new way of thinking about the objectivity of history. It is around this new linguistic perspective that Paul Ricoeur elaborates an epistemological reflection on historical knowledge. Without totally rejecting White's thought, Ricoeur proposes a new statute for the objectivity of historical

Keywords: Emergentism; representance; history; epistemology; language.

* Professor Associado do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Araguaína. Leciona a disciplina de Teoria da História (Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEHIST). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: dagmarmanieri@bol.com.br



INTRODUÇÃO

De certa perspectiva, os confrontos sobre o estatuto da história podem ser entendidos como uma forma da própria história, como campo de conhecimento, reatualizar a institucionalização de sua objetividade. Um exemplo desse confronto ocorre em 1903, na *Revue de synthèse historique*. Quem narra este acontecimento é François Dosse; ele comenta que se trata “da ofensiva global dirigida pela sociologia” contra os historiadores. Dosse se refere ao artigo “Método histórico e ciências sociais” de François Simiand. Diante das objeções deste último ante a história, há o desejo de que esta última pudesse “passar do fenômeno singular para o regular, para as relações estáveis que permitem perceber as leis e os sistemas de causalidade” (DOSSE, 2003, p. 46). Aliás, a primeira afronta a havia ocorrido em 1894, quando Pierre Lacombe publica *L’Histoire considérée comme science*. Portanto, a investida de Simiand correspondia uma segunda onda em busca de uma “história renovada, que se abra para os movimentos lentos (...)” (Ibid., p. 47). Esse confronto entre sociologia e história é evocado por François Dosse para explicar a incorporação da noção de “estrutura” (via os estudos das mentalidades, por exemplo) na corrente historiográfica da Escola dos *Annales*. Ela é significativa para mostrar como o próprio campo da história é obrigado a rever seu estatuto epistemológico.

Assim, são transformações do campo da história que torna o objeto de estudo cada vez mais complexo. Isto ocorre também com a Escola dos *Annales* e a posterior, História Nova. Na voz de um representante desta última, Jacques Le Goff, o historiador enfatiza que a História Nova “ampliou o campo do documento histórico”; agora não é só o texto (escrito) que autentica um discurso histórico, mas “escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.” (LE GOFF, 2005, p. 36). Na herança dos *Annales*, a História Nova permite “falar de tudo” em formas que rejeitam o determinismo. Le Goff cita uma passagem de Lucien Febvre (*Combats pour l’histoire*) que explica a pluralidade epistemológica do grupo francês: “(...) há motivos geográficos; há motivos econômicos, sociais também, e intelectuais, religiosos e psicológicos” (Apud LE GOFF, 2005, p. 40).

Mais recentemente, foi a *linguistic turn* que provoca uma série de debates sobre a especificidade do campo de conhecimento histórico. Na acepção de Temístocles Cezar, a *linguistic turn* “é uma construção que ocorre nos anos 1960 e 1970 (...)”. Cezar repercute alguns desses confrontos e a figura que evoca é do “espectro do relativismo”. A obra de



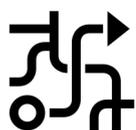
Hayden White de início dos anos 1970 (Meta-história) é “instigante para (poucos) historiadores e incômoda para (muitos) outros” (CEZAR, 2015, p. 442). O próprio Temístocles Cezar resgata uma passagem da historiadora Gabrielle Spiegel. Em seu discurso de 2009, ela comenta sobre “o desafio semiótico que foi colocado para a historiografia nas últimas décadas (...)” (Apud CEZAR, 2015, p. 445).

É neste quadro de confrontos que pretendemos inserir o embate entre Hayden White e Paul Ricoeur. Confronto produtivo que, ao que parece, constitui um novo estatuto epistemológico para o campo da história. Vê-se, com isso, que cada vez mais há uma complexidade em torno da objetividade da produção histórica. Isto sem deixar – assim como enfatiza Ricoeur – de se questionar a especificidade do trabalho do historiador, bem como a função social da disciplina história.

O EMERGENTISMO E A POSTURA LINGUÍSTICA WHITEANA

No pragmatismo o conhecimento é compreendido em sua relação com a noção de “realidade”. Na interpretação de Henri Bergson, no pragmatismo de William James a realidade é “indefinida” (BERGSON, 2006, p. 247). Ainda segundo Bergson, no pragmatismo inventa-se “a verdade para utilizar a realidade, como criamos dispositivos mecânicos para utilizar as forças da natureza” (Ibid., p. 253). Isto ocorre porque nos pensadores pragmatistas (ou ligados indiretamente a essa filosófica), há o cuidado ao se tratar de temas como a “verdade”, o “saber”, entre outros. Essa forma de tratamento pode ser identificada em Richard Rorty. Em *Contigência, ironia e solidariedade*, transparece o anseio de superar a visão (que ele insere no conjunto de pensadores ainda fiéis ao modelo Iluminista) de uma ciência como uma “atividade humana paradigmática”; eles insistem em afirmar “que a ciência natural descobre a verdade em vez de criá-la” (RORTY, 2007, p. 26). Como forma de rejeitar esta concepção, Rorty nos mostra que há um segundo grupo de pensadores que concebe a ciência “como mais uma das atividades humanas”; isto traz como consequência a quebra da hierarquia nos diversos campos da cultura:

De acordo com essa visão, os grandes cientistas inventam descrições do mundo que são úteis para o objetivo de prever e controlar o que acontece, assim como os poetas e os pensadores políticos inventam outras descrições do mundo para outros fins (Ibid., p. 26).

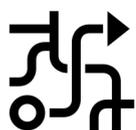


Observar que nesta passagem, além da ausência de hierarquia sobre as “criações”, desaparece a ideia de “descobrir a realidade”. Evidentemente que esta postura pragmática nos lança em direção a uma nova situação epistemológica. Como Rorty enfatiza, “a verdade não pode estar dada”; então, se a “verdade” não é algo que ontologicamente existe para além do círculo humano, resta uma problematização em torno da noção de “verdade”. Se não há fatos em si, então “o mundo existe, mas não as descrições do mundo. Só as descrições do mundo podem ser verdadeiras ou falsas” (Ibid., p. 28).

Aqui já se vislumbra uma postura epistemológica que é plenamente compatível com o pragmatismo e, ao mesmo tempo, pode ser considerada uma forma de pensar pós-moderno. Instaure-se uma espécie de separação (que, de verdade, inicia-se com o kantismo) que evita os extremos do realismo ingênuo e do solipsismo: “Dizer que devemos abandonar a ideia da verdade como algo que está aí, à espera de ser descoberto, não é dizer que descobrimos que não existe verdade alguma” (Ibid., p. 33). Assim como enfatiza Rorty, há certa urgência em se abandonar velhos temas como a “natureza da verdade” e a “natureza do homem”, por exemplo.

São novas orientações que surgem no princípio do século XX sobre a relação entre a prática do saber e o mundo objetivo. Elas nos alertam sobre uma questão importante: de verdade, aquilo que descobrimos está no objeto? Essa questão foi pensada por Ludwig Wittgenstein no *Tractatus logico-philosophicus*. Em um dos aforismos da obra (Afor. 2.174), Wittgenstein enfatiza que “a figuração, porém, não pode colocar-se fora de sua forma de representação” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 145). Então, a figuração não pode ser entendida como um espelho da realidade; ela é uma “possibilidade de existência ou inexistência de estados de coisas” (Afor. 2.201; Idem). Pela interpretação de Luiz Henrique Santos, observa-se a complexidade que Wittgenstein conduz a reflexão sobre a linguagem. Segundo Santos, o valor do *Tractatus logico-philosophicus* foi ter mostrado que a linguagem tem o poder de produzir um sentido independente do referente; em suas palavras, há “verdades estritamente lógicas” (Ibid., p. 28). Mas isso não deve particularizar a linguagem. Santos complementa:

(...) o sentido de uma proposição não é seu significado: exprimir e significar são relações distintas, que atam a uma proposição componentes distintos de seu conteúdo logicamente relevante. (...) Isso equivale a dizer que o significado de um nome não é o sentido que exprime, que também em seu conteúdo semântico há que se distinguir um sentido e um significado (Ibid., p. 35).

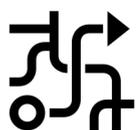


É a tese da independência do sentido; então, segundo a advertência de Wittgenstein, posso estar concebendo um determinado “sentido” ao real que, na verdade, “representa independentemente da existência do que representa, (...)”, na expressão de Luiz Henrique Santos (Ibid., p. 64).

Mesmo no âmbito da matemática se averigua os efeitos da ideia de que o discurso científico não desvenda a realidade. Na prova de Gödel (empreendida em 1931), comprova-se que “não podemos deduzir todas as verdades aritméticas a partir dos axiomas” (NAGEL; NEWMAN, 2003, p. 75). Isto quer dizer que ao se conceber a aritmética como um sistema (lógico), ela pode ser entendida como um sistema “incompleto”. A conclusão de Gödel de que a aritmética é consistente, mas incompleta, trouxe uma grande novidade para a lógica contemporânea. Isto porque “existe um enunciado aritmético verdadeiro que não é formalmente demonstrável na aritmética” (Ibid., p. 82). A teoria da incompletude de Gödel, nas interpretações de Ernest Nagel e James Newman, mostrou que um sistema (lógico) pode ser consistente e, mesmo assim, ser incapaz de justificar “verdades” metamatemáticas.

O que se verifica desde o início do século XX – em parte influenciada pela física quântica e a teoria da relatividade – é a teoria do emergentismo. Na compreensão de Charnel El-Hani e Sami Pihlström, o clima que propiciou tal atitude epistemológica é uma espécie de resistência “à ideia fisicalista de que uma perspectiva científica e naturalista seria adequada (...)” (EL-HANI; PIHLSTRÖM, 2005, p. 210). No texto “Realismo, pragmatismo e emergência”, El-Hani e Pihlström explicam que na concepção emergentista se diferenciam “os níveis de realidade”; posteriormente os autores enfatizam que “propriedades emergentes são também, mas não exclusivamente (...), propriedades físicas” (Ibid., p. 220). Nesse sentido, o conjunto de conhecimento produzido pelas diversas ciências – na visão do emergentismo – se afigura, assim: “(...) um mundo estruturado em múltiplas camadas, diferentes níveis de descrição e explicação serão necessários para dar conta de diferentes níveis de complexidade” (Ibid., p. 222). Os autores amparam-se em Putnam na afirmação de que “o mundo e suas propriedades também, são, em um sentido preciso, construções humanas” (Ibid., p. 229). Por isso, no emergentismo, temos a seguinte perspectiva:

Como não há qualquer sentido, de um ponto de vista pragmático, em afirmar que o mundo em si mesmo contém ou não propriedades emergentes, devemos manter nossa ontologia da emergência epistemologizada, no sentido de que ela está profundamente vinculada às práticas humanas de investigação (Ibid., p. 230).



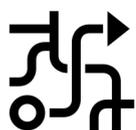
Significados que pensamos estar nas coisas (o ente já constituído e externo às representações), mas que são propriedades emergentes da ação simbólica humana. Como na expressão de Verónica Tozzi: “Não há “códigos”, “regras”, enfim, “significados” fora dos atos de fala concretos, nem sujeito falante prévio à interação social” (TOZZI, 2012, p. 27).

Diante desta perspectiva, pode-se entender o programa linguístico de Hayden White para a história como uma espécie de emergentismo. Foi a partir da publicação de *Meta-história* em 1973, que White se destaca como um intelectual que questiona a forma de representação “realista” no campo da história. Como enfatizamos na Introdução, a história possui um percurso marcado por confrontos e revisões epistemológicas. No exemplo particular de White, agora é a linguagem que se proclama com o poder de representação.

Já no Prefácio de *Meta-história*, White deixa claro que a história (no entender dos historiadores e pensadores da história) é composta de “dados” e “conceitos teóricos”; mas ela não possui uma linguagem técnica específica, por isso a história necessita de uma “estrutura narrativa” para compor seu enredo representativo. Nesse sentido, os elementos do discurso histórico “comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especialmente, linguístico em sua natureza, (...)” (WHITE, 2008, p. 11). Aqui, White localiza seu tema: esse conteúdo poético é geralmente silenciado, como se a linguagem representasse um meio neutro de expressão.

De forma específica em *Meta-história* se analisa os pensadores da história, como Tocqueville, Hegel, Marx, entre outros. Isto se explica pelo fato de que nesse pensadores os conceitos estarem manifestos. A tese de White é que esses pensadores da história ao optarem por certa estratégia (para representar os “dados”) realizam um “ato poético”. Assim, a linguagem não é um medium neutro. Sua força expressiva é assim descrita: “[Ela] prefigura o campo histórico e o constitui como um domínio no qual é possível aplicar as teorias específicas que utilizará para explicar “o que estava realmente acontecendo” nele” (Ibid., p. 12). Esses tipos de prefiguração estão contidos nos quatro tropos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Eis, portanto, uma das tarefas de *Meta-história*: localizar no trabalho histórico sua natureza poética. Incisiva advertência de White ao discurso histórico no sentido de se questionar a validade de sua representação. A tese de White é subdividida em sete premissas. Na primeira e segunda (premissas), ele enfatiza que a “história propriamente dita” está contida na filosofia da história. Por mais descritiva que seja a narrativa histórica, ela sempre possui uma perspectiva teórica. Na terceira, a objeção à história se intensifica. Ela afirma que as filosofias da história (que estão presentes em qualquer narrativa histórica)



são “formalizações de intuições poéticas que analiticamente os precedem e que sancionam as teorias particulares usadas para dar aos relatos históricos a aparência de uma “explicação” ” (Ibid., p.14). A partir da quarta premissa, White estrutura um quadro lógico. Ele enfatiza (quarta premissa) que não é possível (logicamente) afirmar sobre a infalibilidade de uma teoria da história. Então, não se pode fazer uma escala de formas mais verídicas de realidade histórica. Se não há um critério seguro para se avaliar o grau de realidade histórica, então estamos presos a uma escolha ante as “estratégias interpretativas opostas”. Na sexta premissa, White indica que esta escolha (da perspectiva teórica) não é epistemológica, mas estética ou moral. Aqui, White questiona o estatuto científico da história. A sétima premissa corresponde a uma espécie de “lucro” que resulta da investida lógica. Ela indica que o historiador deve abandonar a inocência da “cientificação da história”. Assim, se a base desta “conceptualização histórica” é estética ou moral, então para se pensar sobre o estatuto epistemológico da história deve-se investigar a base (estética ou moral).

Observar que na medida em que White estuda a natureza poética da narrativa histórica, há uma espécie de suspeita ante os significados que produzem os historiadores. Como se pode averiguar nas sete premissas de Meta-história, seu intento é questionar o modelo de objetividade histórica. Na interpretação de Verónica Tozzi, White promove a “democratização dos dispositivos de produção e de crítica” (TOZZI, 2012, p. 22). Inclusive a pesquisadora argentina cita uma passagem de White (da obra *A ficção da narrativa*) na qual o pensador norte-americano comenta que “os historiadores profissionais não são donos do passado” (Apud TOZZI, 2012, p. 34). Eis, então, a perspectiva que adotam muitos defensores de White no Brasil - a mesma postura utilizada por Wagner Germiniado dos Santos (2019). Ainda segundo Tozzi, White promove uma crítica a “toda figuração que reclama representar realisticamente o passado, (...)” (Ibid., p. 35).

Essa ênfase crítica de White permanece nos Trópicos do discurso. No ensaio de 1975 (que compreende o quarto capítulo dos Trópicos do discurso) – “Historicismo, história e a imaginação figurativa” – ele estuda o tema da forma como a história figura a realidade (evento). Aqui, antropologia (Lévi-Strauss) e linguística (Jakobson) são invocados para se afirmar a impossibilidade da história de ser “objetiva e realista” em seu ato representativo. Isto ocorre porque a história não reconhece o caráter poético de seus discursos (WHITE, 2014, p. 121).

O ensaio “Historicismo, história e a imaginação figurativa” investiga a dimensão retórica do discurso histórico. A ideia de White se resume, assim: aquilo que se apresenta



como “uma modesta representação em prosa da realidade”, no fundo expressa uma estrutura retórica:

Uma análise retórica do discurso histórico reconheceria que toda história digna do nome contém em si não só certa quantidade de informação e uma explicação (ou interpretação) do que “significam” essas informações, mas também uma mensagem mais ou menos patente sobre a atitude que o leitor deveria assumir tanto diante dos dados relatados quanto da sua interpretação formal (Ibid., p. 122).

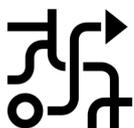
Assim, na história o que aparentemente surge como “explicação” (em seu impacto de “verdade”), de fato “é uma prefiguração do campo que nos prepara para a explicação ou interpretação formal que ele oferecerá subsequentemente” (Ibid., p. 123). White nos adverte que o sentido do conhecimento histórico não está no referente (externo à linguagem). Daí as opções que se extremam: ou se tem o realismo ingênuo ou o universo linguístico que não sai de si. Mas isso não invalida as objeções de White ao discurso histórico. Ver, particularmente, essa importante passagem de “Historicismo, história e a imaginação figurativa”:

(...) o uso da própria linguagem projeta um nível de sentido secundário que fundamenta os fenômenos que estão sendo “descritos”, ou está por trás deles. Esse sentido secundário existe inteiramente à parte dos próprios “fatos” e de qualquer argumento explícito que poderia ser oferecido no nível extradescritivo, mais puramente analítico ou interpretativo do texto. Esse nível figurativo é produzido por um processo construtivo, de natureza poética, que prepara o leitor do texto de maneira mais ou menos subconsciente para receber tanto a descrição dos fatos quanto a sua explicação como sendo plausíveis, de um lado, e mutuamente adequadas, de outro (Ibid., p. 127).

White, neste caso, aplica o que se entende como “virada linguística” (*linguistic turn*) do século XX (Wittgenstein, Jakobson) no tratamento do conhecimento histórico. Sua grande objeção reside no fato da história não possuir uma linguagem técnica específica (assim como a física ou a química); daí por que nos profissionais da história não haver a distinção (a falta de “autoconsciência linguística”, em sua expressão) entre os efeitos de linguagem e as propriedades do referente (evento).

RICOEUR E A EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Um dos grandes temas em Paul Ricoeur, especialmente em *Tempo e narrativa* e *A memória, a história e o esquecimento* é o estatuto do conhecimento histórico. Como ele salientou em *A memória, a história e o esquecimento*, procura-se pensar a cientificidade da



prática do historiador em uma relativa distância dos extremos: a pretensão totalizadora e a validade de um saber absoluto sobre o passado. Foi no intento de investigar o campo em que opera essa prática do saber histórico que Ricoeur recorre a uma hermenêutica crítica. Mas ao se pensar sobre a qualidade temporal da noção de “passado”, o intelectual francês necessita de um pensamento de ordem ontológica.

Assim, de uma forma mais geral, Ricoeur nos esclarece sobre sua problemática: como pensar a ontologia da temporalidade histórica. Aqui, apreende-se um ser humano no sentido em que Heidegger o configura em *Ser e tempo*: como um ser de temporalidade. Como, então, o historiador pode representar o passado humano? Ricoeur questiona a tendência geral de se crer em uma preteridade já constituída à espera de uma atitude de “pura retrospectão”.

Há um importante texto de Ricoeur, datado de 1954-1955, que pretende estudar a relação entre Kant e Husserl. Tal texto – “Kant e Husserl” - compõe um dos capítulos de *Na escola da fenomenologia*. Ele pode ser entendido como um escrito especial; isto porque nos auxilia em busca de um melhor entendimento da postura epistemológica de Ricoeur sobre o caráter objetivo da história. Ao término de “Kant e Husserl”, encontra-se a seguinte afirmação: “Husserl faz a fenomenologia, mas Kant a limita e a funda” (RICOEUR, 2009, p. 291). Como se percebe, há neste estudo uma objeção à filosofia de Husserl e um elogio ao kantismo.

A grande objeção de Ricoeur à fenomenologia de Husserl se resume na perda da problemática do ser. No início do texto, Ricoeur lança sua problemática: “Deste modo, cabe-nos o dever de reservar inteiramente a questão de saber se o surgimento do para mim de todas as coisas, a tematização do mundo como fenômeno, esgota toda questão que se possa ainda levantar sobre o ser daquilo que aparece” (Ibid., p. 229). É evidente que esta problemática já esconde as intenções intelectuais de Ricoeur. Ele irá analisar a fenomenologia de Husserl através da mediação do kantismo; Husserl será lido em paralelo à “ontologia kantiana”. Dessa forma, o kantismo para Ricoeur se converte na própria “tensão entre o conhecer e o pensar, entre o fenômeno e o ser, (...)” (Ibid., p. 269). Ricoeur conclui sua leitura do kantismo, nesses termos:

É impossível conhecer o ser. Mas esse tipo de impossibilidade, que estabelece um gênero de decepção no coração do kantismo, é em si essencial para a significação última do fenômeno. Trata-se de uma impossibilidade de certo modo ativa, e até positiva: através dessa impossibilidade do conhecer acerca do ser, o *Denken* põe ainda o ser como aquilo que limita as pretensões do fenômeno a constituir a realidade última (Idem).



Assim, a objetividade (em Kant) apresenta-se em duas dimensões, sempre em uma relação de reciprocidade. Há em Kant uma dimensão (transcendental) do objeto que nos remete ao realismo da coisa-em-si. Já no exemplo de Husserl:

[Ele] perdeu a medida ontológica do fenômeno e simultaneamente perdeu a possibilidade de uma meditação sobre os limites e o fundamento da fenomenalidade. Por isso a fenomenologia não é uma “Crítica”, ou seja, uma inspeção dos limites do seu próprio campo de experiência (Ibid., p. 275).

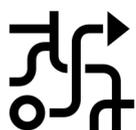
Na visão de Ricoeur não há em Husserl uma problemática “da relação dos entes com nós mesmos”; essa carência se configura como algo grave. Ricoeur louva a postura kantiana: “Por isso não se acha em Husserl aquele entrelaçamento de duas significações da objetividade que encontramos em Kant, uma objetividade constituída “em” nós e uma objetividade fundadora “do” fenômeno” (Ibid., p. 276).

Diante desses apontamentos, Ricoeur não abandona a problemática da objetividade em relação a um referente (externo). Na crítica ao pensamento de Husserl está implícito o fato de ele desmerecer a “alteridade radical” e a “presença do Outro”. Por isso, “Kant e Husserl” transforma-se em um texto fundamental para compreendermos a noção de objetividade em Ricoeur.

Essa incursão de Ricoeur na filosofia propicia a justificação de uma postura epistemológica. Esta última se verifica em *A memória, a história, o esquecimento*. Aqui, o pensador da história comenta sobre a “ontologia da existência em história”. Persegue-se as intenções de construção e reconstrução do “curso passado dos acontecimentos”. Fica claro, em Ricoeur, que se rejeita a intenção “de suspender a expectativa de qualquer descrição de um real extralinguístico (...)” (RICOEUR, 2014, p. 289). Diante das três fases da operação historiadora – coleta de fontes; explicação/compreensão e narrativa -, Ricoeur estabelece o grau de significação para cada uma dessas fases. Para a fase narrativa, ele acrescenta:

(...) no caso da escrita literária da história, a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão; por sua vez, as figuras de estilo revelaram-se figuras de pensamento suscetíveis de acrescentar uma dimensão própria de exibição à legibilidade própria nas narrativas (Ibid., p. 290).

Assim, não mais um “realismo ingênuo”, mas um “realismo crítico” que salva a referência em sua ontologia histórica. Na operação historiadora há a possibilidade da representação (histórica); ela é “uma imagem presente de uma coisa ausente”. O passado desaparecido permanece como efeito: “(...) ninguém pode fazer com que não tenha sido” (Ibid., p. 394). Daí por que ao se amparar no kantismo e na hermenêutica, Paul Ricoeur vê a



possibilidade da representação historiadora: ao se tratar de “verdade” em história, esta última sempre é um “procedimento reconstrutivo” (Ibid., p. 296).

Em *Tempo e narrativa*, o pensador francês propõe sua tese sobre a cognoscitividade da prática historiadora. Em parte, ela se traduz como uma reação (positiva, em nosso entender) aos trabalhos de Hayden White que propõe a ideia da escrita da história como uma figuração linguística. Nesta perspectiva, analisar os modelos historiográficos não se traduz apenas em um debate sobre a objetividade do estudo do passado (atestado pelos vestígios), mas também em uma análise da semântica da narrativa do historiador.

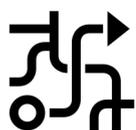
Na interpretação de Ricoeur, para White a questão central da produção do saber histórico transforma-se em um estudo de linguagem. Para Ricoeur, converter a história em um sistema de signos é altamente problemático. O que ele vê de positivo em White é a intenção em dissociar o “curso de acontecimentos” da narrativa. Mas Ricoeur não empreenderá uma ruptura definitiva entre ambos (acontecimento e narrativa): eis a diferença em relação ao pensamento de White. Para Ricoeur, deve-se estabelecer uma relação específica com o evento (histórico):

É por isso que, entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, e sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para o tipo de figura que assimila (*liken*) os acontecimentos narrados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar (RICOEUR, 2010c, p. 261).

Na visão de Ricoeur, a análise tropológica de White remete o ocorrido (a história efetiva) ao “como está dito nessa narrativa aqui”. Assim, a concepção de White (com sua tropologia) “corre o risco de apagar a fronteira entre ficção e história”. Em contrapartida, Ricoeur propõe: “(...) a realidade do passado deve passar sucessivamente pela grade do Mesmo, do Outro e do Análogo” (Ibid., p. 262).

Essa perspectiva em relação à especificidade do campo da história é importante, pois Ricoeur não abandona o estatuto objetivo do referente (no caso da história, o evento). Isto explica sua afirmação de que não se pode “esquecer o tipo de coerção que o acontecimento passado exerce sobre o discurso histórico através dos documentos conhecidos, exigindo dele uma retificação sem fim” (Ibid., p. 263).

Diante desta problemática da relação do historiador com o passado – mediado pelo conjunto Mesmo/Outro/Análogo – evidencia-se a importância da metáfora. Em sua obra *A metáfora viva*, há a intenção de estabelecer uma relação entre *res significata* e *nominis*



significatio. Então, o problema é saber até que ponto a linguagem apreende o estatuto real do ente (referente). Como em uma passagem de *A metáfora viva*:

Esse entrecruzamento de duas modalidades de transferência, segundo a ordem descendente do ser e segundo a ordem ascendente das significações, explica-se que se constituam modalidades mistas de discurso, nas quais a metáfora proporcional e a analogia transcendental vêm a acumular seus efeitos de sentido. Graças a esse quiasma, o especulativo verticaliza a metáfora, enquanto o poético dá um revestimento icônico à analogia especulativa (RICOEUR, 2000, p. 430, 431).

O que o texto histórico efetua é uma “refiguração do tempo pela narrativa”. Percebe-se como é sutil (Ricoeur comenta que isto é “altamente complexo”) a relação entre ficção e história na narrativa histórica. O trabalho do historiador deve se fundamentar em vestígios (documentos); após esta fase surge a problemática da representância. Conceito importante no pensamento de Ricoeur. A analogia não se define só pelo ato de objetivar o “ter-sido”; ela tem a identidade e a alteridade ao seu lado:

Embora o passado seja de fato, em primeiro lugar, aquilo que deve ser reafetado no modo identitário, ele só o é na medida em que também for o ausente de todas as nossas construções. O Análogo, precisamente, conserva em si a força da reafetuação e da colocação a distância, na medida em que ser-como é ser e não ser (RICOEUR, 2010c, p. 264, 265).

Aqui, não se tem mais a ilusão de que o historiador reproduz o passado em sua narrativa. Ao operar com o conceito de representância (em seus três momentos - “Mesmo, Outro e o Análogo”) a questão da “distância temporal” sempre está presente. Na medida em que o vestígio chega até ao historiador (que representa o “presente”) algo de estranho já se configurou. Por isso, Ricoeur explica: “A relação de representância nada mais faz senão explicitar essa travessia do tempo pelo vestígio. Mais precisamente, explicita a estrutura dialética da travessia que converte o espaçamento em mediação” (Ibid., p. 265).

Assim, o ente da operação do historiador não é algo observável. Ricoeur comenta que é algo memorável e que só a representância pode dar conta de sua refiguração: o Mesmo propõe a redução, a Alteridade exige reconhecimento e a analogia, apreende.

Para Ricoeur, a partir da *linguistic turn* as coisas não se passam mais como no século XIX. A história perdeu a inocência em termos de representação. O que o avanço dos estudos de linguística trouxe de inquietante para o campo da história, traduz-se dessa forma:

(...) a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão; por sua vez, as figuras de estilo revelaram-se figuras de pensamento suscetíveis de acrescentar uma dimensão própria de exibição à legibilidade própria das narrativas (RICOEUR, 2014, p. 290).



Ricoeur pensa que é preciso definir o estatuto de verdade no discurso histórico. A conformação da história deve compor três fases: documental, explicativa e escriturária. Portanto, sem as “técnicas de pesquisa” e dos “procedimentos críticos”, a escrita da história se iguala à literalidade.

É neste instante que Ricoeur preocupa-se com o tema da “verdade” na representação histórica. A representância possui um modo de verdade bem específico. Mas como entender essa “verdade” se aquilo que realmente se passou não é mais? Em resposta, Ricoeur (com o auxílio de Aristóteles) propõe o “duplo estatuto do passado”:

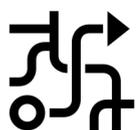
(...) a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência do passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido (Ibid., p. 294).

É nesta altura da reflexão sobre o tempo histórico e sua “verdade”, que Ricoeur comenta que se trata de um enigma. No fundo a representância nos auxilia em uma forma de vivência no interior da “ontologia do ser-no-mundo”. Os seres humanos possuem uma condição histórica; a representância é uma forma de conhecimento que está intimamente ligada à positividade do “ter sido”, através da negatividade do “não ser mais”. Ele confia que a epistemologia da operação historiográfica, ao se conscientizar desses limites, encontra-se nos “confins de uma ontologia do ser histórico”.

É nesse sentido que a abordagem do tempo histórico em Ricoeur não se fecha na narração, em uma espécie de recusa ao extralinguístico. Esse pensamento sobre a especificidade do campo histórico em Ricoeur pode ser entendido como uma resposta ao pensamento de Hayden White. No fundo, este último obrigou os pensadores da epistemologia histórica (em nosso caso, Paul Ricoeur) a uma melhor fundamentação da cognoscitividade no campo da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o panorama traçado neste artigo, o pensamento de Hayden White pode ser considerado uma forma de emergentismo. Isto ocorre porque há uma recusa em conceder ao evento (histórico) uma dimensão ontológica e, com isso, a possibilidade de sua reconstrução nos postulados da cientificação histórica. Isto gera uma espécie de liberdade

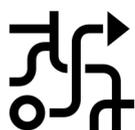


(compreendida por Verónica Tozzi como “democracia dos dispositivos de produção e crítica”), acentuada no término de Meta-história: “(...) temos liberdade de conceber a “história” como nos aprouver, assim como temos liberdade de fazer dela o que quisermos” (WHITE, 2008, p. 440). Dessa forma, a abordagem linguística de White merece atenção. Ele implica no próprio postulado do emergentismo (linguístico): “(...) a forma das relações que parecerão ser inerentes aos objetos que habitam o campo na realidade foi imposta ao campo pelo investigador no próprio ato de identificar e descrever os objetos que aí descobre” (WHITE, 1014, p. 112). Aqui, ao que tudo indica, está em curso mais um princípio para o campo da história. Na medida em que a linguagem opera como medium para se reconfigurar o evento, o historiador e o pensador da história necessitam levar em consideração o efeito linguístico.

É nesta perspectiva que se pode localizar a contribuição de Paul Ricoeur. Ele não segue a senda de Carlo Ginzburg, por exemplo. O historiador italiano concebe White na tradição do idealismo italiano (Gentile/Croce). Para Ginzburg, o “subjativismo radical de Gentile” mostrou que “a historiografia (historia rerum gestarum) cria o próprio objeto, (...)” (GINZBURG, 2008, p. 219). Herdeiro da tradição hermenêutica, Ricoeur não rejeita in toto o pensamento de White. Como na interpretação de Dosse, Ricoeur “restitui a pertinência de um fora do texto, o referente, e de uma enunciação, portanto, de um sujeito” (DOSSE, 2017, p. 133). Para os defensores da pertinência do conhecimento histórico, a tese de White obriga que se faça um esforço no sentido de justificar a possibilidade de “abertura” da linguagem em direção ao referente (externo).

Essa foi a difícil tarefa de A metáfora viva. Amparando-se em Aristóteles, Ricoeur afirma que “é no discurso especulativo que se articula o sentido último da referência do discurso poético: ato, com efeito, só tem sentido no discurso sobre o ser” (RICOEUR, 2000, p. 471). Para reforçar esta ênfase na ontologia, Ricoeur cita uma passagem de Die entelechie, de Uwe Arnold, na qual se evidencia as propriedades das categorias aristotélicas: “[As categorias] mediatizam a efetividade de todo possível natural, na medida em que visam não a objetos imediatamente, mas, mediatamente, ao sentido da imediaticidade que se vincula aos objetos” (Apud RICOEUR, 2000, p. 471).

Assim, um dos objetivos de A metáfora viva era justificar (ao se amparar em Aristóteles) que a linguagem é um “ser-dito da realidade” (RICOEUR, 2000, p. 467). Isto explica as objeções de Ricoeur ante a postura filosófica de Heidegger em sua penúltima fase. Aqui, toda a grandeza do esforço de Aristóteles está ameaçada, pois Heidegger intenta “edificar o pensamento especulativo de acordo com o objetivo semântico (...)” (Ibid., p. 475).



Neste caso, evidencia-se o mérito de A metáfora viva. Tal êxito foi ter mostrado que a figuração da linguagem não anula o pensamento especulativo (que visa trazer à luz aspectos do referente). Como nas palavras de Ricoeur, “o discurso especulativo é possível porque a linguagem tem a capacidade reflexiva de pôr-se à distância e de considerar-se, enquanto tal e em seu conjunto, relacionada ao conjunto do que é” (Ibid., p. 466).

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERGSON, Henri. *O pensamento e o movente*. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*. Ouro Preto (MG), n. 17, p. 440-461, 2015.

DOSSE, François. *Paul Ricoeur: um filósofo em seu século*. Tradução de Eduardo L. P. de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce O. A. dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

EL-HANI, Charbel N.; PIHLSTRÖM, Sami. “Realismo, pragmatismo e emergência” In: SMITH, Plínio J.; SILVA FILHO, Waldomiro J. *Significado, verdade, interpretação: Davidson e a filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 199-238.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 211-232.

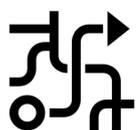
LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 5ª Ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NAGEL, Ernest. NEWMAN, James R. *A prova de Gödel*. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução de Dion D. Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. *Escritos e conferências II: hermenêutica*. Tradução de Lúcia P. de Souza. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.



RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Tradução de Hilton Japiassu. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a.

RICOEUR, Paul. *Na escola da fenomenologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa II: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tradução de Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa III: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010c.

SANTOS, Wagner G. dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. *História da Historiografia*. Ouro Preto (MG), vol. 12, n. 30, p. 312-343, 2019.

TOZZI, Verónica. Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura. *ArtCultura*. Uberlândia (MG), vol. 14, n. 25, p. 21-35, 2012.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José L. de Melo. São Paulo: EDUSP, 2008.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique L. dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2010.

Recebido em: 22/04/2020

Aprovado em: 10/06/2020

A subjetividade neoliberal contemporânea versus histórias baseadas na alteridade: identificação narrativa, linguagem e escrita da história

Contemporary neoliberal subjectivity versus histories based on otherness: narrative identification, language and history writing.

PORTAL, João Camilo Grazziotin*

<http://orcid.org/0000-0003-2070-0998> 

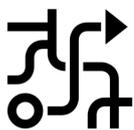
RESUMO: O presente artigo analisa preocupações urgentes no que tange à escrita da história, como o reconhecimento, a identificação narrativa e a imaginação. Para tanto, há uma contextualização da subjetividade contemporânea, que, conforme Christian Dunker, encontra-se cada vez mais individualizada e “surda”. Em outro polo, a escrita da história contemporânea esteve baseada em narrativas centralizadas na alteridade, na precaridade, no reconhecimento e nas desigualdades historicamente construídas, de modo a reduzi-las, o que, hoje, mostra-se como um impasse. Todavia, a disciplina histórica tradicionalmente tratou de afastar a imaginação e a subjetividade de sua narrativa, baseada numa preocupação com a verdade. Nesse sentido, a partir de Judith Butler, argumento como a história deve assumir seu papel de produção de corpos e inserir artifícios imaginativos e mnemônicos em sua narrativa, dialogando com a imagem e o audiovisual.

Palavras-chave: reconhecimento; identificação narrativa; escrita da história

ABSTRACT: This article analyzes urgent concerns regarding the writing of history, such as recognition, narrative identification and imagination. To this end, there is a contextualization of contemporary subjectivity, which, according to Christian Dunker, is increasingly individualized and “deaf”. In another pole, the writing of contemporary history was based on narratives centered on alterity, precarity, recognition and historically constructed inequalities, in order to reduce them, which, today, appears to be an impasse. However, historical discipline has traditionally tried to push imagination and subjectivity out of its narrative, based on a concern for the truth. In this sense, from Judith Butler, I argue how history should assume its role of body production and insert imaginative and mnemonic devices in its narrative, dialoguing with image and audiovisual.

Keywords: recognition; narrative identification; history writing

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CAPES. E-mail: joacamiloo@gmail.com

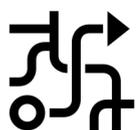


A SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA E A AMEAÇA DO “OUTRO”

De acordo com o psicanalista Christian Dunker – que, embora seja professor titular da USP, ganhador do Jabuti em Psicologia e Psicanálise e traga questões interessantíssimas à área de história, ainda é pouco conhecido por nós, historiadores – as humanidades na década de 80 trouxeram à luz a “morte do sujeito” como crítica às filosofias da ciência. Essa crítica ao pretense universalismo dado, por exemplo, pela história universal – mesmo que ela já estivesse presente em tempos anteriores – leva a uma crítica do sujeito moderno, compreendido em suas mais diversas formas de existência, perspectiva e dimensões de pertencimento. Nesse sentido, pode-se dizer que houve certa desconfiança no que diz respeito à “verdade histórica”, sobretudo com relação às ciências humanas – que, hoje, muito embora por outros fatores, encontram-se desacreditadas por diversos segmentos da sociedade brasileira – talvez seja justamente por isso que certas pessoas conservadoras se identificam com nosso atual presidente, pois ele fala “a verdade” sem medo de agradar ninguém. A verdade passou a possuir, segundo Dunker, mero caráter formal, perdendo sua autoridade discursiva – hoje em dia, importa mais quem está falando e de que modo ele faz uma gestão sentimental nos ouvintes, do que propriamente seus argumentos. A persona seria mais importante do que o próprio discurso.

Tal problema, que é também um problema de comunicação, nos conduz a uma reflexão ética com relação ao processo de individualização moderno, no qual a dimensão do “outro” muitas vezes aparece como ameaça em relação à identidade de si. Essa forma de apatia, designada de forma parecida pelo psicanalista estadunidense Rollo May ainda em 1969, pode ser interpretada como uma falta de sensibilidade, espécie de recalque envolto em desconfiança, e de onde a hostilidade para com o mundo exterior se dá a partir daquilo que o autor chama de uma existência “esquizóide”¹, forma essa que não está restrita a mera

¹ “O termo ‘esquizóide’, que se encontra no cabeçalho deste capítulo, significa *desligado, evitando relacionamentos estreitos, insensível*. Não o emprego em relação à psicopatologia e sim como condição generalizada de nossa cultura e de nossas tendências dos que a constituem. Anthony Storr, descrevendo-a mais do ponto de vista da psicopatologia individual, afirma que o esquizóide é frio, distante, superior, desligado. Isso talvez se traduza em violenta agressão e seja uma máscara complexa do anseio de amor recalçado. O alheamento do esquizóide é uma defesa contra a hostilidade e tem origem numa distorção do amor e da desconfiança, ocorrida na infância, e que faz com que a pessoa tema pelo resto da vida o verdadeiro amor, ‘uma vez que este ameaça a sua própria existência. Concordo até certo ponto com Storr, mas sustento que a condição esquizóide é uma tendência geral da nova época de transição, e que a ‘impotência e abandono’ na infância, a que se refere, advém não só dos pais como também de praticamente todos os aspectos da nossa cultura” (MAY, 1969, pp.14-15).



categoria patológica e individual, mas existe socialmente por meio de uma cultura onde há cada vez mais barreiras no amar e no querer reprimidos.

Em sentido semelhante, meio século após Rollo May, Dunker assinala que, no interior desse processo de dissolução comunicativa contemporânea, há uma grande dificuldade em assumir a perspectiva do outro, o que nos circunscreve socialmente a uma “cultura da indiferença” e a uma perda do sentimento de comunidade. Em linhas gerais, pode-se dizer que, grosso modo, as pessoas estão se fechando cada vez mais nelas mesmas, ao mesmo passo em que a atual onda neoliberal passou a compreender o indivíduo empreendedor como vencedor dessa indiferente e indesejável solidão. A subjetividade individual contemporânea parece se fechar no seu horizonte temporal e social, passando a ser definida por critérios individualistas e, em nosso contexto, conservadores. A isso, Dunker soma o conceito de “monólogo do gozo”, no qual tudo vem e vai apenas em direção a si mesmo. Assim, muito embora os corpos estejam mais em exposição do que nunca antes na história em decorrência dos meios digitais, como se à procura de um eterno reconhecimento virtual – mesmo que haja uma enorme ideia de positividade nas formas de exposição digital – a subjetividade do “outro” aparece como algo impessoal, de forma que a questão passa a ser resumida apenas em torno do sujeito individual, dificultando o reconhecimento acerca da realidade social do “outro”. Podemos inferir a partir dessa interpretação que, grosso modo, estamos vivendo uma crise do sentido de comunidade, tal como proposto por Hannah Arendt (ARENDR, 2014) justamente quando essa comunidade passa a reconhecer a sua heterogeneidade e suas exclusões a partir de ações afirmativas nas universidades, leis em torno do feminicídio, críticas a uma representação midiática, artística e publicitária que gira em torno da branquitude, etc. Como podemos tentar formular respostas a essas questões, sobretudo neste momento reacionário de nosso país?

Como historiador, penso que devemos criar novas formas de existir e pertencer que traduzam e positivem as vivências do coletivo, dos outros que não são nós, da sociedade que não é só eu, das diferentes formas e faces pelas quais os diferentes sujeitos vivem o mesmo momento histórico. Essas temporalidades atravessadas e sobrepostas, no entanto, passam por um problema de fala e de escuta, de tal forma que faz-se necessário reestabelecer a confiança nas palavras do outro, de modo que nossa identidade não se sinta ameaçada. Considero que deve-se haver o processo que Lacan definiu por meio da psicanálise como a passagem da *fala vazia* para a *fala plena*. Citando Dunker (2017, pp. 31),



Falar colocando-se realmente no que a gente diz e escutar os efeitos do que a gente diz, sem que suas consequências fiquem esquecidas por meio de tantos ditos, repetidos, pré-fabricados e vazios, é de fato uma experiência muito difícil e rara. Quando isso acontece, nossa ligação com o outro se modifica, ele não será mais indiferente nem apenas um meio para que nossa demanda funcional seja atendida. Ele passa a entrar em nosso circuito de simpatias e preferências, não só em nosso sistema de interesses, simplesmente porque sentimos que ele ou ela nos escuta *de verdade*.

Considero que uma das formas de estimular positivamente o lugar do “outro” passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento acerca da sua dimensão, mas também por uma ampliação de olhares e poderes. Linguisticamente, devemos trabalhar as palavras em torno dessa lacuna, dessa voz que se lança ininterruptamente como grito em direção ao espelho quebrado de si mesmo, mas também em torno dessa surdez, desse narcisismo que Dunker define como quase patológico em termos sociais.

Historicamente as artes se definiram em torno da subjetividade, da imaginação e de uma construção narrativa que gira em torno de uma imagem. Essa subjetividade, que Luiz Costa Lima identifica na literatura como “imaginário”, mas que podemos definir também a partir de diversas outras áreas, é mister para a compreensão a respeito da alteridade, principalmente como ela se manifesta na corporeidade. Afinal, colocar-se no lugar do outro é ver seu rosto e compreender a expressão que se manifesta nele, perceber sua presença e sua existência que, antes da narrativa, se mostrava ausente para mim – mesmo que esse “outro” já esteja morto. A história oral gerou muitas boas renovações para a historiografia nesse sentido ao trabalhar a relação entre o entrevistador e o entrevistado, questionando o lugar de “não-poder” que este último ocupa, bem como compreendendo esse processo de troca, de voz e de escuta em torno da produção oral de uma testemunha, de uma biografia ou de um relato. Tal renovação apenas ocorreu pela ampliação que as categorias de trauma e sobrevivência sofreram ao longo das últimas décadas e pela forte presença do testemunho no mundo contemporâneo. Qualquer história que deseje ao longo de sua narrativa permitir essa leitura a respeito da alteridade deve passar pela subjetividade do leitor, de modo a construir nele uma conexão, uma delegação, um espaço em aberto.

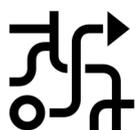
Cristovão Tezza, em publicação recente, definiu o escritor como uma antena, “com poderes de captação de um saber que, apesar da intransponível opacidade da natureza, está sempre pulsando no entorno, em busca (ou melhor: à espera) de um intérprete” (TEZZA, 2017, pp. 48). Cito-o agora pelo fato de considerar haver uma carência, na área de teoria da história, a respeito do lugar que o leitor ocupa na narrativa (quadro repensado principalmente nos últimos cinco anos a partir das discussões a respeito da



indisciplinarização da história), muito embora essa reflexão seja muito presente na área de ensino de história, na qual os “intérpretes” são os alunos. Questionar o caráter pedagógico de nossos textos passa, então, inevitavelmente por uma reconsideração linguística e pela forma como a “verdade” se manifesta no leitor/expectador/intérprete/consumidor de histórias. Essa verdade, seja em termos de biografias, coletivas ou individuais, ou mesmo expressa nas experiências e/ou memórias de determinados grupos, deve moldar a narrativa com a intenção de tornar esse sujeito um sujeito passível de ser reconhecido tal como ele se apresenta, na sua própria dimensão existencial e a partir das suas próprias experiências. Escrever história compreende, então, a possibilidade de apreensão de sujeitos a partir de determinada inteligibilidade discursiva, que figura a partir de determinados enquadramentos, como bem disse Butler, e determinados jogos de ângulos (ou, melhor dizendo, de *recortes* teórico-metodológicos). Pode-se lembrar nesse ponto o célebre *Metahistória*, de Hayden White, segundo o qual a disciplina histórica tratou de domesticar a imaginação em prol de um compromisso metodológico com relação à verdade (WHITE, 1992). Estamos, hoje, diante, de um jogo entre objetividade e subjetividade no que tange à escrita da história e da importância que o leitor deve possuir para a compreensão de nosso texto. Trata-se, uma vez mais, de uma questão de forma.

Retornando ao primeiro parágrafo desse texto que escrevo agora, o leitor pode-se lembrar a respeito das dificuldades a respeito do estatuto que a verdade possui atualmente, conforme argumentei. Volto ao argumento afirmando não apenas que a história está passando por essa ambivalência, mas que, embora seja uma questão por demais ampla em termos culturais, recentemente diversos gêneros também passam pelo hibridismo em torno da veracidade dos seus relatos, sejam eles relatos jornalísticos, romances², livros de memória, testemunhos ou mesmo as assim chamadas “autoficções”. Em texto recente sobre a era da pós-ficção, o escritor Julián Fuks, já na segunda página, parece inflar ainda mais nossa discussão, ao citar Tolstói, que, há mais de um século atrás, disse que “a virtude maior de todo artista que se prezasse devia ser a sinceridade, expressa em seu apego rigoroso à verdade” (TOLSTÓI apud. FUKS, 2017, pp. 76). Tal afirmação pode nos conduzir a uma afirmativa que eu, como também ficcionista, considero simples, mas que tradicionalmente a disciplina histórica tratou de afastar: a verdade possui uma grande centralidade na ficção.

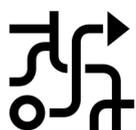
² “Romance e testemunho do mundo se fundem ou se confundem como poucas outras vezes. O romance se faz um gênero híbrido, se aproxima do ensaio, da reportagem, da autobiografia, do relato historiográfico, dessas outras formas que já lhe pertenciam, mas assemelhando-se a elas como em nenhum outro tempo” (FUKS, 2017, pp. 82).



Parece engraçado ter de afirmar esse tipo de coisa, como se o ficcionista não trabalhasse também com elementos do real, ou como se não pudesse representar determinada realidade nacional de uma maneira realista – muito embora Fuks considere que a ficção realista está em crise por meio de uma atual pós-ficção que mescla memória pessoal e a primeira pessoa do escritor de uma maneira muito particular, talvez mais uma faceta desenvolvida pelo processo de individualização moderno, para relembrar a interpretação anteriormente citada de Dunker. Todavia, devemos nos lembrar sempre da capacidade de alteridade que as artes como um todo produzem a partir da ficção, ao trabalhar elementos dentro de determinado enquadramento que está imerso culturalmente na realidade, seja essa a realidade nacional, municipal ou o que for.

Deparamo-nos então com uma questão central: como desenvolver narrativas baseadas na alteridade e que contribuam para um maior equilíbrio de histórias (TÉO, 2018), ao mesmo tempo em que possibilite retirar os indivíduos dos pedestais que giram em torno do seu espelho narcísico contemporâneo? Como desenvolver narrativas sociais inclusivas que tenham uma maior circulação? Segundo Marcelo Téó, um dos grandes desafios para a área de ciências humanas atualmente é a “construção de uma narrativa mais inclusiva no que diz respeito às linguagens e à sua recepção fora dos muros da universidade” (TÉO, 2018, pp. 362), aquilo que na área de história passou a se chamar “história pública”. Há vários exemplos nesse sentido, seja na construção de narrativas audiovisuais em torno da memória comum de uma comunidade, como é o caso do excelente trabalho filmográfico de Martha Abreu, Hebe Mattos a respeito da memória da escravidão no sul paulista. O trabalho de Mattos e Abreu, intitulado *Passados presentes*, é composto por uma coletânea de quatro DVD's e foram produzidos pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), lançados em 2012³. Os quatro documentários reúnem trabalhos feitos ao longo de seis anos pelas historiadoras, utilizando também de registros videográficos do *Acervo UFF Petrobrás – Memória e Música Negra*. É interessante ressaltar a ótima interlocução com os entrevistados e com a comunidade negra local, a partir de um rico diálogo entre uma branquitude acadêmica e uma negritude da memória da escravidão, pondo em questionamento essas categorias em termos de autoridades, afinal, as acadêmicas não estão interessadas em serem, em última instância, portadoras de uma verdade superior, mas sim construir uma história oral baseada antes de tudo na troca e no diálogo entre pesquisador e testemunha. É interessante notar, também, que a coletânea opera a partir de

³ Os trabalhos encontram-se disponíveis no site <<http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes/>>.

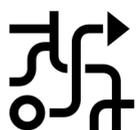


uma linguagem videográfica que torna o corpo e a fala das testemunhas presentes, lidando com sentimentos e emoções narrativas. A vivacidade e a corporeidade dos documentários colocam em xeque a ideia de uma historiografia baseada numa linguagem objetiva, fria e sem rosto.

Seguindo nessa linha, Téo argumenta sobre a necessidade de incorporar o audiovisual na narrativa histórica e trazê-lo para as novas formas de escrever a história, tendo em vista a centralidade que as imagens ocupam atualmente – nossa sociedade é, talvez como nunca antes, extremamente imagética, e é justamente por isso que o design e o marketing são ferramentas tão fundamentais para a construção de uma marca hoje em dia, pois uma boa marca deve trazer, a partir de seus produtos, determinado *conceito*, determinado conjunto abstrato de valores que se materializam nos objetos por elas oferecidos, como uma espécie de *background* identitário ou cultural.

Se a visualidade deve ser trazida à tona, sugiro, retomando o ponto anterior, que a escrita da história contemporânea, sobretudo os estudos biográficos, de memória e de história oral, devem lidar com rostos e demais recortes de escrita que permitam ao leitor/expectador imaginar cenas e cenários, tal como o fluxo de consciência do personagem de um romance ou os planos de uma câmera que acompanham a construção de um filme: o jogo de ângulos, os *close-ups*, a luminosidade, a maneira como o corpo do ator acompanha o ritmo das suas palavras faladas, a música que passa a ser mais acelerada quando uma cena está em processo de causar medo, os pontos de tensão facial que acompanham a construção de determinada emoção no rosto do ator, a luminosidade que oscila a partir de diferentes cores e percepções, etc. Imaginar tais coisas permite com que o leitor/expectador continue em distância com relação à narrativa, seja ela ficcional ou não, seja ela passada ou presente, mas que haja no meio disso tudo a possibilidade dele se reconhecer naquele recorte de humanidade ali exposto. Essa transmissão, que transmite sentimento e imaginação, pode levar ao reconhecimento de experiências de *outrem*, estejam eles em situação de vulnerabilidade ou precaridade em torno de passados presentes.

A crise em torno da representação passa então, necessariamente, por aquilo que Téo chama de “desequilíbrio(s) narrativo(s)”, quando o autor salienta o poder da narrativa, ou do discurso, para um mundo mais igualitário. Não é necessário ir além de um Foucault ou de um Fanon para nos lembrarmos que “dizer é poder”, retomando um jargão comum no vocabulário, muito conhecido mas, infelizmente, pouco utilizado dessa forma. Para retomarmos o texto “Verdade e poder”, de Foucault, podemos nos lembrar que sua preocupação girava em torno da epistemologia, ou seja, como determinados discursos eram



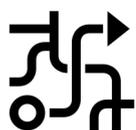
cientificamente aceitos como verdadeiros, e como essa ciência produzia essas continuidades compreensivas. Ao analisar como a loucura foi produzida discursivamente dentro da medicina e do imaginário social moderno, Foucault passou, logo, a analisar a estrutura interna de poder dos discursos científicos, como eles se distribuem e se redistribuem a partir dos intercâmbios sociais. Nos diz Foucault, há meio século atrás:

“O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou informadas por procedimentos científicos” (FOUCAULT, 1979, pp. 4)

A questão central, que aparece tanto em Foucault quando posteriormente em Butler, é como os enunciados científicos produzem jogos de poder, exclusões e marginalidades que circulam e são constantemente reproduzidas socialmente, afinal de contas, a epistemologia produz sempre, e em última instância, identidades – devemos tentar formular, nesse sentido, uma epistemologia que dê conta dos enquadramentos, das precaridades e das exclusões existentes na contemporaneidade. Para dar seguimento a essa reflexão teórica e posteriormente retornar à escrita da história propriamente dita, sugiro uma leitura da filósofa Judith Butler em torno do reconhecimento, da precaridade e da identidade, questões centrais para nossa interpretação aqui construída.

JUDITH BUTLER E O RECONHECIMENTO EM TORNO DA PRECARIDADE

A pergunta já anunciada no título na recente publicação de Judith Butler *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* abre, de antemão, a potencialidade que o presente possibilita de dar respostas às questões ainda inconclusas ao redor do nosso tempo. É dessa forma que a autora se coloca na narrativa, teorizando sobre a praticidade e a aplicabilidade do seu discurso enquanto intelectual. De tradição hegeliana, assim como Sartre, Butler possui uma forte preocupação com a questão do reconhecimento, ressaltando, sobretudo, seus condicionamentos sociais, pois, segundo ela, ser um corpo é estar exposto, ser visto, estar submetido a uma relação com os outros. Assim, o indivíduo deve ser compreendido à luz da sua coletividade – coletividade essa que, conforme Dunker, está em crise.

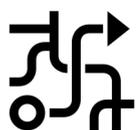


Nesse sentido, seu pensamento é, em si, político, pois questiona os enquadramentos epistemológicos que reconhecem a vida, ou seja, de qual maneira ela é apreendida e reconhecida epistemologicamente. A crítica à epistemologia tradicional, nesse sentido, surge na medida em que são elucidadas as suas instabilidades e exclusões, concepção compartilhada por muitos autores atentos a uma teoria epistemológica crítica (SMITH, 2002). É necessário, para Butler, romper com a pretensa universalidade epistemológica tradicional, reconhecendo o “ser” em suas próprias especificidades, pluralidades e, também, condicionamentos, tendo em vista que o “ser” não existe fora das relações de poder e depende delas para ser produzido – e libertado. O próprio corpo dos indivíduos, nesse sentido, é interpelado por significações – regras, padrões, normatividades, enquadramentos sociais – o que nos permite pensar em como o social é interiorizado por nós mesmos. Portanto, para um estudo sobre os sujeitos, qualquer epistemologia tangente à teoria crítica deve desenvolver não apenas uma ontologia corporal, mas também uma ontologia social, pois tratam-se de esferas interdependentes e de reconhecimento mútuo. É nesse sentido que a autora afirma que

Se nos perguntamos como se constitui a condição de ser reconhecido, assumimos, por meio da própria questão, uma perspectiva que sugere que esses campos são constituídos variável e historicamente (...) Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível (BUTLER, 2018, pp. 19).

Tendo em vista, então, que o reconhecimento é uma contingência humana, mas também que, a partir dessa citação, podemos concluir que as condições e normatividades não são universais, mas particulares, deve-se investir em uma epistemologia e uma linguagem que tragam consigo o questionamento dessas convenções, a fim de ampliar as condições que tornam um sujeito reconhecível. Esse problema epistemológico de apreensão de sujeitos, no pensamento de Butler, surge como resposta a molduras política e ontologicamente “ultrapassadas”. Nesse sentido, sua teoria é uma reação pós-estruturalista de crítica à identidade que tenta, numa releitura do conceito de biopolítica de Michel Foucault, desenvolver uma filosofia política do século XXI que possui como marco central reconhecimentos epistemológicos e culturais que tradicionalmente colocaram sujeitos em situação de precariedade.

A preocupação central, assim, tanto para ela quanto para nós aqui, é a forma como sujeitos foram historicamente construídos a partir de determinados reconhecimentos. O

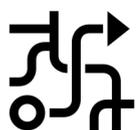


pensamento pós-colonial possui sentido semelhante, ao questionar estruturas de pensamento nas quais diversos sujeitos não se veem reconhecidos, aquilo que Marcelo Téo chama de “desequilíbrio narrativo”. Essa questão pode ser um problema também para a história quando a história nacional – forma originária da disciplina no século XIX – sofre instabilidades, críticas e resistências a sua pretensa unidade. Poderia se citar, nesse sentido, as “guerras culturais” nos Estados Unidos, a história pós-colonial indiana, a crítica a uma história brasileira masculinizada e pertencente à branquitude, ou mesmo a compreensão dos indígenas como “estrangeiros internos” no Brasil.

Quais caminhos foram trilhados historicamente para que esses reconhecimentos precários e desiguais fossem possíveis e como é possível mudá-los? Parece ser essa a pergunta que perpassa a obra de Butler, e à qual a autora responde teoricamente, tentando entender como esse processo se deu a nível epistemológico por parte das ciências humanas ocidentais. Nesse sentido, “questionar a moldura”, ou seja, molduras ocidentalizadas e construídas a partir de um lugar de fala específico e pretensamente universal, “significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar” (BUTLER, 2018, pp. 24). O que a autora demonstra é que essas molduras, que condicionam as formas desiguais de reconhecimento pelas quais as vidas passam, possuem determinada trajetória, que é culturalmente circunscrita e epistemologicamente produzida, e que elas devem ser quebradas em direção a um reconhecimento inclusivo, uma “nova trajetória de comoção” (BUTLER, 2018, pp. 27) dada a partir de uma reformulação dos mecanismos de controle. Butler sugere que

O que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento. Isso sugere que não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas também de trabalhar com interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper – e efetivamente o fazem – consigo mesmas (BUTLER, 2018, pp. 28).

Poderia se dizer que o objetivo seria, nesse caso, “explodir” o sistema por dentro teoricamente, demonstrando suas falhas e reformulando uma nova ordem epistemológica. A autora, assim, alia ao mesmo tempo conhecimento, verdade e poder, questionando os regimes de verdade homogêneos dados pelos sistemas de reconhecimento. Dessa forma, enquanto teórica, no sentido foucaultiano da palavra, Butler não insiste em barrar a normatividade ou propôr uma sociedade sem ela, mas “formular novas constelações para pensar a normatividade” (BUTLER, 2018, pp. 207), entendendo que esse processo deve se

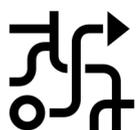


expressar linguística e socialmente a partir de uma redistribuição real acerca do reconhecimento.

Podemos, inclusive, interpretar como ocorre um processo de violência a partir dos processos normativos contra os quais Butler se coloca, na medida em que eles operam a partir de julgamentos preconcebidos. Essa violência ontológica, que é ao mesmo tempo corporal e social, teórica e política, prática e discursiva, linguística e epistemológica, acompanha os sujeitos consciente e inconscientemente no seu cotidiano, ou seja, no próprio fazer-se da vida pública e privada. Essas práticas acompanham a visão das pessoas mesmo que elas nunca tenham refletido sobre elas ou sobre os motivos que levam à reprodutibilidade dessas estruturas de exclusão, coisas às quais Butler nomeia como “cisões internas”, “pontos cegos inerentes a essas versões do sujeito” (BUTLER, 2018, pp. 230). Logo, esses enquadramentos culturais interpelam os sujeitos de diferentes formas, atravessando-os nos seus diversos intercâmbios sociais, e é justamente por isso que eles possuem uma existência real, e não meramente “teórica”. A crítica de Butler se faz também com relação a esse aspecto, tendo em vista que a autora não critica apenas os moldes acadêmicos da precaridade, mas como os padrões de reconhecimento circulam socialmente a partir de um certo “espírito comum”, seja isso reproduzido e/ou naturalizado no âmbito familiar, na escola, na ciência, na mídia, etc.

A desigualdade do reconhecimento, nesse sentido, assume os mais diversos âmbitos, a partir, sobretudo, de um ideal de universalidade, como em torno de um indivíduo padrão – tudo que não é esse “ser”, logo, é considerado fora do padrão: “anormal”, “estranho”, “diferente”, “outro”, “estrangeiro” ou, até mesmo, “inimigo”, e é dessa violência que devemos tratar. A escravidão atlântica, por exemplo, naturalizou uma hierarquia racial a partir de uma argumentação biológica que enquadrava os africanos em torno de um reconhecimento baseado num estatuto de inferioridade e na negação da sua civilidade ocidental. Essa justificação da dominação, logo, foi institucionalizada a partir de padrões de pensamento que moldaram sujeitos reconhecíveis racialmente a partir de condições de precaridade.

Poderia se falar, inclusive, que a teoria de Butler, assim como as humanidades atuais em geral, provém de uma preocupação epistemológica com relação à democracia. Por quê? Porque, a partir desses padrões, advêm também processos de silenciamento. Já que estamos falando em termos de ontologia corporal, a autora pensa em como mudar os corpos da epistemologia e da ética pelos quais as pessoas enxergam as coisas, buscando maneiras teóricas, metodológicas e éticas de barrar inferioridades e silenciamentos historicamente construídos. Afinal, não ser reconhecido, ou ser reconhecido como inferior, significa



também que são estabelecidos padrões de inteligibilidade “normais” ou “superiores”, o que dá margem para relações de domínio e submissão em seus diversos âmbitos e formas de reprodutibilidade e naturalização. Logo, na medida em que visões alternativas de reconhecimento existem e são mais socialmente distribuídas, ao inserirem-se na construção e reconstituição individual que os sujeitos passam ao longo da vida, há também uma cidadania mais plural e inclusiva em torno da igualdade. Essa discussão teórica, então, assume um sentido claramente prático, ao incorporar a ligação entre poder e discurso de maneira consubstancial na medida em que a apreensão de sujeitos sempre se faz a partir da linguagem. É na linguagem, portanto, que a precaridade se manifesta, mas também é a partir de um maior equilíbrio de histórias que é possível resistir e incorporar reconhecimentos mais autenticamente diversos no tecido social.

O QUE ISSO SIGNIFICA EM TERMOS DE TEORIA E ESCRITA DA HISTÓRIA?

Em termos de escrita da história, penso que revisitar essa questão epistemológica e narrativa com relação ao reconhecimento significa não apenas questionar como os enunciados científicos se regem entre si, mas como eles são distribuídos socialmente no imaginário e como eles podem conseguir, a partir daí diferentes resultados pedagógicos – afinal, a informação só faz sentido quando distribuída e circulada, e a história só é minimamente entendida na medida em que acontece certa identificação. A questão não é apenas pensar como a história é produzida cientificamente, mas como a história é lida por pessoas que não são historiadores, como a história circula no exterior do campo propriamente científico, como os historiadores e historiadoras são percebidos em suas mais diversas atuações profissionais, como nossas histórias podem ser capazes de sensibilizar pessoas com relação a afetos e precaridades a partir de determinado olhar, etc.

Ora, algo extremamente popular hoje no meio publicitário é a prática do assim chamado *storytelling*, que é basicamente uma forma de contar uma história para que o consumidor se identifique com aquele produto, ou, então, com o *conceito* de determinada marca. Se essa é uma prática recorrente no meio publicitário, não seria demais afirmarmos que hoje em dia há uma demanda por histórias, ou por memórias, lembrando Pierre Nora. O problema é que essa identificação se dá muito a partir de um nível individualizante, ainda mais em tempos neoliberais no qual o sucesso individual é a chave de tudo, de tal modo que



muitas vezes esse processo não provoca nenhuma alteração em relação às precaridades histórica e geograficamente construídas, tampouco um questionamento a respeito de um maior equilíbrio de histórias. Como historiadores, portanto, é nosso dever na atualidade produzir histórias mais inclusivas em termos de alteridade, acolhendo a diversidade a nível epistemológico e linguístico, o que passa necessariamente por um questionamento a respeito da maior circulação do conhecimento histórico.

Como responder a essas preocupações como historiadores? Marcelo Téó propõe que essa reflexão não deve passar apenas pelas reformas curriculares dentro da universidade, mas sobretudo pelas “condicionantes tecnológicas que batem à nossa porta e na transformação dos hábitos de consumo de conteúdo da população em geral” (TÉO, 2018, pp. 362), afinal, a história também é (ou é passível de ser) consumida. A grande importância que o audiovisual possui atualmente pode nos indicar que um dos caminhos para um maior equilíbrio narrativo passa justamente pela linguagem imagética, o que pode significar documentários, filmes ou demais produções audiovisuais historiográficas. Devemos lembrar que foi sobretudo a partir do audiovisual que intelectuais como Leandro Karnal e Clóvis de Barros Filho “têm levado a reflexão filosófica e histórica a um mar de pessoas nunca antes navegado – pelo menos no caso brasileiro” (TÉO, 2018, pp. 363), muito embora, na minha opinião, tratem as humanidades de uma maneira vulgar e comercializada, o que não significa que não seja possível uma história comercializada que não seja necessariamente vulgar⁴.

Dessa forma, para grande parte da área informática e digital, devemos incorporar o universo tecnológico contemporâneo sob o ímpeto de não tornarmos nossa disciplina obsoleta de seu próprio tempo. Não se trata de excluir o formato do artigo, do ensaio, do livro, mas de incorporar novas práticas à linguagem historiográfica, seja a partir do audiovisual, dos meios digitais ou de um maior intercâmbio com formas ficcionais de representar a história de uma maneira pública. É assim que Marcelo Téó afirma que:

A reflexão sobre os papéis da imagem (e dos sons) na narrativa histórica deve, portanto, extrapolar os impasses teóricos advindos da era dos documentos visuais. Eles continuam relevantes. Mas é preciso refletir sobre os destinos possíveis da imagem, sobre as formas de disseminá-la e, antes disso, as exigências de uma narrativa visual: a presença do autor, as licenças ficcionais, a necessidade de diálogo com o espectador, o trabalho necessariamente

⁴ Para uma melhor interpretação a respeito da atuação de Leandro Karnal enquanto historiador, sugiro a ótima análise de Fernando Nicolazzi a respeito do tema. Ver: NICOLAZZI, Fernando. “Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear”. In: *Revista Maracanan*, n. 18, pp. 18-34, jan./jun. 2018.



coletivo, as exigências e possibilidades na distribuição, entre outras (TÉO, 2018, pp. 364).

Todavia, sugiro uma chave de leitura diferente para ampliar tal questão. Muito embora os índices de consumo audiovisual e por *streaming* estejam crescendo mundialmente cada vez mais (RIVEIRA, 2019; SOMBINI, 2019), através de plataformas como o Google Play, Netflix, Amazon Prime Video, creio que o mais urgente para a escrita da história é um maior diálogo com a imagem e a imaginação, seja esse intercâmbio feito a partir do audiovisual, da ficção, do teatro, da poética musical ou da oralidade, tendo em vista que nossa memória funciona muito mais a partir de imagens do que de palavras propriamente ditas (SONTAG, 2004, pp. 169), e também que, para uma história existir e ser lida, ela deve conter, antes de tudo, personagens, e me parece que por vezes os personagens infelizmente aparecem de maneira impessoal no gênero histórico. De um modo geral, retomando Foucault, a história deve assumir sua posição enquanto produtora de corpos, tal como sugerido por uma ampla gama de bibliografia no que diz respeito ao efeito das testemunhas e da história oral na escrita da história contemporânea (PORTELLI, 1997; FREUND, 2016; RICOUER, 2012; ROUSSO, 2016), bem como a ontologia social proposta por Butler com relação a narrativas. Se interpretarmos a história como um gênero discursivo padronizado cuja estruturação passa por determinada linguagem (BAKHTIN, 1997, pp. 301; CERTEAU, 1982), também podemos afirmar, a partir de Hayden White, e como já levantado anteriormente nesse artigo, que a disciplina histórica tratou originalmente de afastar a imaginação e a subjetividade da sua escrita em prol de uma preocupação em torno da verdade factual, tudo a partir de um distanciamento quase divino do historiador em relação ao seu objeto. Assim afirma Henry Rousso em sua análise a respeito do contemporâneo na história:

Ao longo de todo o século XIX [europeu], os historiadores foram convidados a destacar-se do presente, a se tornarem críveis pelo afastamento do campo contemporâneo, pelo menos em seus trabalhos científicos, a desconfiarem das longas paixões, a se mostrarem parcimoniosos em seus engajamentos políticos (ROUSSO, 2016, pp. 102).

O problema é que o evento modernista tratou de pôr em xeque o distanciamento histórico, seja pela afirmação de traumas, passados presentes ou continuidades históricas. Pode-se citar o imenso peso que a “testemunha”, principalmente os judeus após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ocupar no cenário público e no campo de reflexão historiográfica, categoria também aplicada à escravidão e à ditadura civil-militar brasileira,



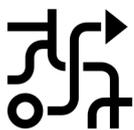
para nos mantermos em exemplos nacionais. Podemos lembrar nesse sentido a afirmação de Lisa Lowe, em texto recente:

Uma gama de críticos contemporâneos se pergunta se alguém pode sequer considerar a escravidão como uma condição passada; sob a luz do contínuo cativo, expropriação, descartabilidade e fungibilidade de comunidades negras, eles perguntam se a escravidão pode ser tratada como um objeto histórico que é completo ou superado, do qual a recuperação poderia ser possível. Achile Mbembe observou que uma das tragédias do colonialismo em África foi o apagamento da multiplicidade africana (de línguas, religiões, histórias, formas sociais) sob o “paradigma do único” (LOWE, 2014, pp. 86).

Se há a quebra do distanciamento, devemos preencher esse espaço de produção de acordo com suas especificidades temporais, mas também com suas especificidades linguísticas, e é a partir dessa problemática que devemos compreender a figura do leitor/intérprete de nossas narrativas: ao mesmo tempo, alguém que vive num mundo cada vez mais individualizado e que percebe a alteridade como ameaça, muito embora viva num mundo onde as diferenças sejam cada vez mais criticadas por determinados segmentos da população, que expõem as desigualdades historicamente construídas e os traumas que permanecem presentes.

Nesse sentido, proponho uma reaproximação da história com a imagem, a subjetividade e o corpo, sobretudo ao que diz respeito a certa produção de presença, ou seja, uma narrativa que possibilite um reconhecimento do passado enquanto uma experiência real, um passado que “pode ser possuído” (SONTAG, 2004, pp. 180), que lhe dê uma espécie de textura imaginativa e que lhe interpele e possibilite um processo de identificação. É nesse sentido que argumenta Sabina Loriga em “O pequeno X: da biografia à história”, ao dizer que “a língua da história começou, então, a ocultar os indivíduos atrás de categorias impessoais” (LORIGA, 2010, pp. 13), tais como nações, povos, grupos. Qualquer narrativa que tenha como objetivo um contato existencial a partir da alteridade passada deve passar, então, necessariamente, por uma ideia de ser humano que não apareça como mero anonimato, e tal processo passa por determinados efeitos da narrativa sob o espectador. Não basta, assim, apenas rechaçarmos a pretensa impessoalidade universal de uma história que não é mais a nossa, mas descobrir meios de tornar nossas narrativas com mais poder de atuação na realidade, que elas passem por rostos e personalidades, emoções e reconhecimentos, fisionomias e biografias. Compartilho agora uma citação de Herder feita ainda em 1773, que, creio, pode nos ajudar aqui:

Ninguém no mundo sente mais do que eu a fraqueza das características gerais.
Pinta-se um povo inteiro, um período, toda uma região – quem foi pintado?

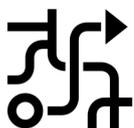


Agrupam-se povos e períodos que se sucedem opondo-os sem fim como as ondas do mar – o que foi pintado? A quem se aplica a pintura das palavras? No fim das contas, apenas se os agrupa num termo genérico que não significa nada e sob o qual cada um pensa e sente o que quer – meio imperfeito de descrição! (HERDER apud LORIGA, 2010, pp. 84)

O que isso pode nos auxiliar hoje, em nosso tempo individualizado e quase ontologicamente imerso no neoliberalismo, segundo as especificidades da nossa atualidade? Estamos em uma verdadeira encruzilhada: construir narrativas baseadas na alteridade e num maior equilíbrio de histórias, ao mesmo passo em que a subjetividade moderna encontra-se ameaçada pela alteridade e através da qual a construção de futuro se dá num nível individualizante e neoliberal. Vivemos numa era onde tanto o futuro quanto os indivíduos se fecham cada vez mais neles mesmos, de modo ao presente assumir caráter cada vez mais multifacetado a partir das tecnologias e das maiores alternativas que esse tempo por demais acelerado produz. Creio que é a isso que se deve a grande popularidade a nível mundial com relação ao historiador israelense Yuval Noah Harari: não somente pela sua história – mais acessível linguisticamente a um público não-acadêmico – mas pelas suas grandes reflexões em torno do futuro da humanidade enquanto um fenômeno coletivo. Ademais, Nahari é consumido por um público extra-acadêmico e torna sua história mais acessível linguisticamente.

Então, o historiador na atualidade não deve trabalhar apenas com a imaginação de futuros possíveis (ou seja, com um alargamento de horizontes), mas na produção de narrativas que possibilitem essa construção a nível coletivo em torno da precaridade e do reconhecimento, afinal, é justamente essa preocupação democrática em torno de uma maior igualdade que move a maioria das ciências humanas hoje. A questão central é alargar esse horizonte para a sociedade em geral. O problema, que pode-se perceber tanto a nível social quanto econômico, se dá pelo fato da temporalidade hoje em dia assumir concepção rápida e individualizada, o que dificulta a construção de futuros que não sejam baseados apenas no prazer pessoal, o que passa muito pelas linhas do consumismo e do hedonismo. A perda do sentido de comunidade, relatada anteriormente nesse artigo a partir da perspectiva de Cristian Dunker, deve ser contraposta à ideia de história que tento construir aqui, e a partir da qual é possível construir futuros coletivos e inclusivos em termos sociais.

Nesse sentido, creio, assim como Butler, que a identificação deve passar pela condição ética de reconhecer que o movimento geral da história e da existência se dá sempre a partir do coletivo – daí, portanto, a necessidade de uma coletividade inclusiva. Essa

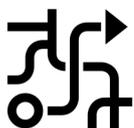


inclusão acontece muito hoje em dia no meio empresarial, por exemplo, ao criar um vínculo entre a empresa e seus consumidores, compreendidos em torno de uma “comunidade” – o grito do historiador poderia ser aqui escutado a partir das barreiras, estruturas e desigualdades econômicas que impedem a democratização plena dessa “comunidade” por parte daqueles que são economicamente mais precarizados. Outra inserção dos consumidores, a partir de certo tipo de reconhecimento, em torno de uma “comunidade” se expressa também nos vários produtos criados exclusivamente para seus clientes, de modo a inclui-lo na agenda da marca, para que o que você compra tenha a sua cara! Mais que um produto, um conceito! Aqui, você pode ser quem você quer ser! Daí também surge a noção de que a história, além de um “conceito” – esse meta conceito koselleckiano de ordenação das experiências (KOSELLECK, 2013) – não é algo que existe absolutamente fora do mercado, conforme sugere Marcelo Téo, preocupado com a circulação do conteúdo histórico:

“Enquanto isso, no outro polo, ocupamos a posição – importante, embora pouco eficaz – de crítica vigilante do conteúdo produzido pelo e para o mercado, detectando a fragilidade de seus conceitos e os problemas decorrentes do seu consumo” (TÉO, 2018, pp. 369-370).

Assim, pode-se atribuir a perda de prestígio da academia à sua “ausência de vozes audíveis no cotidiano das pessoas comuns” (TÉO, 2018, pp. 372), dentre inúmeras outras questões sociais vinculadas à maior abertura que as universidades públicas tiveram na última década por meio das ações afirmativas e a reação das classes dominantes a esse processo.

Seja a nível epistêmico, seja a partir da incorporação de historiadores no mercado e na produção de conteúdo, o que fica é realmente a demanda contemporânea por produzir narrativas que possuam o corpo como meio, na mesma medida em que é necessário à história incorporar também mais vivacidade em suas narrativas, de modo a criar mais mecanismos mnêmicos que tornem a identificação mais possível (TÉO, 2018, pp. 378). Digo isso pois sempre achei que nós, historiadores, somos ensinados a esquecer do nosso corpo, sendo que, na realidade, é justamente a partir dele e de sua presença que devemos pensar a identificação da nossa narrativa – a docência é a mais clara evidência da preocupação com nossa corporeidade oralizada em termos profissionais. Pois, ao fim e ao cabo, tudo se resume ao corpo. É o corpo que está exposto, vulnerável ao mundo, fragilmente colocado, exibindo sua interdependência coletiva, demandando reconhecimento para se constituir. É no corpo que a exterioridade define sua posição, queiramos ou não. Essa “alteridade invasiva com a qual o corpo se depara pode ser, e com frequência é, o que anima a reação a



esse mundo”, nos diz Butler (2018, pp. 58). Se queremos que a reação em relação à precaridade exista, devemos criar novos mecanismos sensíveis de reconhecimento, investigar como a temporalidade e a historicização dos fenômenos podem auxiliar criticamente neste futuro. Isso implica diversos outros movimentos, tais como o questionamento acerca do distanciamento, da ficcionalização da narrativa e do próprio conceito de história. Nesse sentido, a história deve reaproximar-se da imaginação e da criatividade, criando focos não apenas de informação, mas de sentimentalidades e emoções, possibilitando à sociedade o reconhecimento acerca da importância do conhecimento histórico, da universidade e das histórias por nós e pelos outros contadas, aproximando os indivíduos dessas histórias e criando, assim, uma cultura histórica mais inclusiva e democrática. Muito embora a questão seja muito mais complicada que isso, e tendo noção que estão aí inseridos muitos processos psíquicos dos quais não é possível dar conta aqui, talvez dessa forma seja possível a criação de uma alteridade que gire complementar à individualidade dos indivíduos, e não de modo a ameaçá-la, conforme salientou Dunker. Se vivemos em um mundo cada vez mais individualizado, é necessário criar narrativas e ideias que tratem de retirar as pessoas da sua imobilidade coletiva e social, o que poderíamos resumir basicamente numa crítica ao individualismo, e o primeiro passo para isso é a identificação acerca da ética que envolve o pertencimento social e o próprio existir. Caso contrário, continuaremos a reproduzir individualmente nosso brilho de modo abandonado e vazio, ao invés de criar constelações comunitárias que girem em torno de uma maior inclusão social.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian et. al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. pp. 9-42.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



FREUND, Alexander. Sob o encanto da contação de estória: história oral numa era neoliberal. In: Gonçalves, Janice (Org.). *História do Tempo Presente – oralidade, memória, mídia*. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016, pp. 159-224.

FUKS, Julián. A era da pós-ficção: notas sobre a insuficiência da fabulação no romance contemporâneo. In: DUNKER, Christian et. al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. pp. 73-94.

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOWE, Lisa. History hesitant. In: *Social Text*, vol. 33, n. 4, pp. 85-107, December 2015.

MAY, Rollo. *Eros e repressão: amor e vontade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997, pp. 25-39.

RICOUER, Paul. A marca do passado. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10, dez. 2012, pp. 329-349.

RIVEIRA, Carolina. “Estagnação? Base de usuários da Netflix no Brasil cresce cada vez menos”. In: *Revista Exame*, 17 de julho de 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/estagnacao-base-de-usuarios-da-netflix-no-brasil-cresce-cada-vez-menos/#:~:targetText=Na%20C3%A9poca,%20a%20empresa%20come%20C3%A7ava,mercados%20da%20Netflix%20no%20mundo.&targetText=Em%20junho%20de%202019,%200a,menos%20uma%20vez%20por%20m%C3%AAs.>>. Acesso em 15 de abril de 2020.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SMITH, Barbara Herrstein. *Crença e resistência: a dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

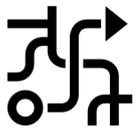
SOMBINI, Eduardo. “Jovens leem mais no Brasil, mas hábito de leitura diminui com a idade.” In: *Folha de São Paulo*, 28 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/jovens-leem-mais-no-brasil-mas-habito-de-leitura-diminui-com-a-idade.shtml#:~:targetText=Entre%202011%20e%202015,%20a,104,7%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas.&targetText=Esses%20dados%20est%C3%A3o%20na%20C3%BAltima,Livro%20a%20cada%20quatro%20anos.>>. Acesso em 11 de março de 2020.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TÉO, Marcelo. Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades (?). In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 358 - 380, jan./mar. 2018.

TEZZA, Cristovão. A ética da ficção. In: DUNKER, Christian et. al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. pp. 43-72.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.



Recebido em: 17/04/2020

Aprovado em: 04/06/2020

Interseccionalidade como categoria de análise na Revista Estudos Feministas (1992-2019)

Intersectionality as analyze category in Revista Estudos Feministas (1992-2019)

LOPES, Janai Harin *

<https://orcid.org/0000-0002-4217-4389> 

RESUMO: Este artigo tem por objetivo sistematizar a aplicação da interseccionalidade como categoria de análise nos trabalhos publicados na Revista Estudos Feministas (UFSC) no propósito de compreender a historicidade do termo, tal qual a trajetória dessas reflexões e o modo como elas foram sendo feitas no cenário brasileiro, a partir de uma revista explicitamente engajada com os estudos de gênero e com a teoria feminista. Como metodologia, se utilizou a ferramenta de busca da REF, que possui todo o seu acervo online, para que fossem selecionados os termos específicos focalizados nessa pesquisa, sendo eles interseccionalidade, interseccional, intersecção e intersecções.

Palavras-chave: Gênero; Interseccionalidade; Interseccional; Historiografia.

ABSTRACT: This article has a purpose order an intersectionality application as analyze the category of published research in Revista Estudos Feministas (UFSC), with finality to understanding the historiography about this term, such as his trajectory about these ideas and how is used in Brazilian scenario, from a magazine engaged explicitly as gender studies and feminist theory. As a methodology, the REF search toll was utilized, where all achieve collection can be founded online, to select the focused-terms in this research, being themselves, intersectional, intersection, and intersections.

Keywords: Gender; Intersectionality; Intersectional; Historiography.

* Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. E-mail: janaih.historia@gmail.com

INTRODUÇÃO

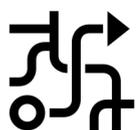
Passados 28 anos desde o lançamento de seu primeiro número publicado, destes, 21 anos publicados pela UFSC, esta pesquisa parte da Revista Estudos Feministas (UFSC) para refletir a recepção acadêmica brasileira da discussão sobre interseccionalidade nos artigos publicados na revista. A fim de empreender tal análise, propôs-se fazer um levantamento das publicações da REF a fim de identificar a trajetória e difusão dos conceitos interseccionalidade/interseccional.

A metodologia consistiu não somente no acesso ao acervo da revista disponibilizado online¹, como também se utilizou da caixa de busca como ferramenta para encontrar o conteúdo específico na revista. Foram sistematizados e analisados todos os artigos publicados na REF que destacaram em seus títulos e/ou palavras-chave os conceitos de interseccionalidade, interseccional, intersecção ou intersecções, o que totalizou a análise de 17 artigos, publicados em 18 volumes, da edição 2002 à última edição de 2019.

A necessidade de identificar como e quando o campo dos estudos de gênero no Brasil foi atentado ao debate da sobreposição de opressões em um mesmo indivíduo, engendram as principais perguntas que nortearam esta pesquisa, tais como: o que é interseccionalidade? Quem a propôs? Em qual contexto esse conceito surgiu na revista? Houve a concentração de publicações em determinada época ou área? Com o passar dos anos o debate foi se diluindo? A REF configura recurso para realizar tais análises e muitas outras.

A fim de responde-las, o artigo está dividido em duas partes: a primeira, formada por uma discussão teórica em torno das discussões sobre sexismo e racismo, e o surgimento do conceito de interseccionalidade na historiografia, e a segunda, sobre a consolidação da REF e trajetória da interseccionalidade enquanto proposta teórico-metodológica a partir de um levantamento de dados e análise propriamente das publicações da revista que utilizaram o termo interseccionalidade, interseccional, intersecção, intersecções em seus títulos e/ou palavras-chave.

¹ Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>. Acesso em 20 de abril de 2020.



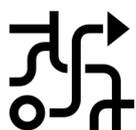
INTERSECCIONALIDADE: O DIÁLOGO ENTRE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL

Este tópico será dedicado a justificar que a proposta da interseccionalidade surgiu porque a discriminação de gênero e a discriminação racial são semelhantes no que diz respeito aos aspectos centrais de seus mecanismos de funcionamento, tal qual nos afirmou Ina Kerner, explicando a relação entre racismo e sexismo (KERNER, 2012, p.49).

Antes de mais nada é preciso entender que a criação de conceitos, como gênero e interseccionalidade, sucedem acontecimentos importantes. A historiadora Françoise Thébaud afirmou que na historiografia, há muito outras categorias já apontavam a contradição no discurso da história-ciência “universal” e do sujeito que supostamente era suficiente para representar o todo, criticando a narrativa que valorizava arbitrariamente espaços marcados pela exclusão de minorias sociais, com o exemplo do campo político e econômico (THÉBAUD, 2009, p.34). E embora estivesse se tratando do caso das mulheres, o exemplo da historiadora cabe também ao caso da exclusão do debate racial pois o resultado dessa história universal foi a humanização enquanto sujeito somente do homem, branco, cisgênero, heterossexual, portanto, a desumanização de todas e todos que fugiam a isso (negras/os, indígenas, homossexuais, pessoas transgênero, pessoas com deficiência, etc.).

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas primeiro pelo enfrentamento do Movimento Feminista e do Movimento Negro à ditadura militar, e pela ascensão das categorias “mulher” e “mulheres” nas pesquisas. Ambos movimentos estavam na frente da luta pela redemocratização do país. Em 1978 na cidade de São Paulo, foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), após a discriminação e violência sofridas por quatro atletas negros no Clube Tietê e à morte de um operário negro, Robson Silveira da Luz, devido a torturas policiais (RODRIGUES, 2013, p.1). Entretanto, autoras como Luiza Bairros (1991), Matilde Ribeiro (1995), e Sueli Carneiro (2003) nos explicam que em ambos os movimentos, a ideia de igualdade começou a ser questionada pelas militantes negras: entre as mulheres, a questão racial não era tida como fundamental, e entre os negros, o sexismo era desconsiderado.

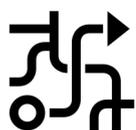
Com relação ao cenário nas pesquisas, a historiadora Joana Maria Pedro indicou que até o fim dos anos 80, no Brasil e em outros países do Cone Sul, as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” estavam simultaneamente presentes nos títulos



historiográficos, utilizadas como forma de reparar a exclusão das mulheres na história (PEDRO, 2005, p.271). A antropóloga e professora Lélia Gonzalez é apontada como uma das principais autoras no Brasil que visava tratar das especificidades das mulheres negras, e suas duas obras fundamentais desse contexto são: seu artigo no livro *O lugar de negro* (1982) em que a autora apontou a cumplicidade das mulheres brancas para com a subordinação das mulheres negras ao ignorar a questão racial nas discussões, e *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), publicado na coletânea *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*, em que Gonzalez nos propõe refletir de que forma racismo e sexismo recaem sobre as mulheres negras, mesmo as de classe média. Dessa forma, até então, havia a compreensão das diferentes experiências e opressões sofridas entre mulheres negras tanto no Movimento Feminista, quanto no Movimento Negro, porém ainda não havia uma categoria que analisasse especificamente esse lugar divergente.

O registro que temos é de que o conceito interseccionalidade foi pela primeira vez utilizado pela jurista norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw (1989), a fim de apontar a interdependência das relações de raça, sexo e classe e dar significado à especificidade da luta das mulheres negras seja no debate feminista, seja no antirracista. No caso específico, tratava-se da autora apontando, diante da justiça, para o fato de que elas (mulheres negras) não poderiam ser tratadas da forma como se tratam brancos e brancas, ou mesmo os homens negros, por causa do cruzamento de suas opressões. Helena Hirata (2014) afirma que a partir da herança do chamado *Black Feminism* dos anos 1970 nos Estados Unidos, Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras desenvolveram um quadro interdisciplinar para tratar da interseccionalidade e levar em conta as múltiplas fontes de identidade (CRENSHAW, 1994, p.54). Exemplos de trabalhos tidos como clássicos deste momento são: *Ain't I a Woman: Black Woman and Feminism*, de Bell Hooks (1981); *Women, Race and Class* de Angela Davis (1981); *This Bridge Called my Back: Writings by Radical Women of Color*, de Cherrié Moraga e Gloria Anzaldúa (1981).

Sandra Azerêdo (1994), comparando as teorias feministas sobre gênero e raça no Brasil e nos Estados Unidos, afirma que houve descompasso da discussão entre esses dois cenários, porque no Brasil, ao contrário das feministas brancas norte-americanas, que parecem gradativamente ter incorporado a discussão racial em seus estudos, as feministas (brancas) brasileiras entenderam que somente às mulheres negras recaía o papel de articular racismo e sexismo. Outro fator apontado por Azerêdo como determinante para o atraso do debate interseccional no Brasil está relacionado a quem, ou melhor, de que cor eram as pessoas consideradas intelectuais destas áreas na academia brasileira, já que o



caráter excludente do Ensino Superior no Brasil barrava a entrada de vozes dissonantes (AZERÊDO, 1994, p.214-2015).

Transformada tanto em conceito, como categoria de análise, no próximo tópico será analisada a forma na qual interseccionalidade foi incorporada nas publicações e como ela vem sendo abordada na REF com o passar dos anos.

A INTERSECCIONALIDADE NAS PÁGINAS DA REF

Em novembro de 1990, na cidade de São Roque/SP, aconteceu o seminário “Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas”. Promovido pela Fundação Carlos Chagas em vista da fertilidade da temática de estudos sobre/feito por mulheres, evidenciou a inexistência de qualquer centro-referência para estes debates no Brasil. Diante desse contexto a Revista Estudos Feministas foi pensada (COSTA, 2004, p.205). Como publicação itinerante em seu início em 1992 no Rio de Janeiro, passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, posteriormente, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Se estabilizou quando relocada para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1999, sediada na UFSC/CFH/CCE (Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão). A partir de 2002 a revista ampliou suas responsabilidades, ampliou e coletivizou sua equipe editorial e, em 2005, passou a publicar três edições por ano (SCAVONE, 2013, p.588). Atualmente a revista está indexada em oito bases, como Scientific Electronic Library On Line (SciELO), Hispanic American Periodicals Index (HAPI), e International Political Science Abstracts (IPSA).

A Revista Estudos Feministas é o periódico acadêmico-científico mais antigo do campo dos estudos de gênero no Brasil, inserida no mais alto patamar de êxito exigido das publicações científicas nacionais. Possui sua Qualis pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em nível A1² para todas as suas áreas, e sua projeção é nacional e internacional, o que coloca a revista como elementar para investigar

² O Qualis da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é um sistema que classifica a produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros em artigos submetidos à diversos periódicos, revistas, anais e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento. A categorização e pontuação desses periódicos vai de A1 – mais elevado – e passa por A2, A3, B1, B2, B3, B4, B5, até C que são os periódicos considerados de baixa relevância. Neste caso, a Revista Estudos Feministas obtém classificação A1 em todas as suas áreas de avaliação, indicada como um periódico de excelência nacional e internacional. Esta qualificação e as demais podem ser consultadas no site da Plataforma Sucupira, disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeraIPeriodicos.jsf>. Acesso em 20 de abril de 2020.



qual o nível em que as discussões sobre interseccionalidade se encontram e dialogam academicamente com os estudos de gênero no Brasil.

Partindo da metodologia apresentada na introdução deste artigo, abaixo seguem esquematizadas em um quadro todas as publicações sobre interseccionalidade feitas na REF. É necessário dizer que foi escolhido apenas mencionar os trabalhos com a temática explícita em seus títulos e/ou palavras-chave justamente porque a historicidade do conceito aponta para o seu uso político, evocado em para indicar um momento de ruptura com um pensamento conciliador.

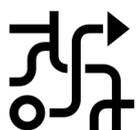
Edição	Título	Autoras/es	Palavras-chave
2002, v.10, n.1	Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero	Kimberlé Crenshaw	Gênero; raça; discriminação; interseccionalidade
2002, v.10, n.1	Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais	Maylei Blackwell, Nadine Naber	Interseccionalidade; gênero; racismo; sexualidade; globalização; feminismo transnacional
2005, v.13, n.3	Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”	Claudia de Lima Costa, Eliana de Souza Ávila	Interseccionalidade; hibridez; teoria queer; política identitária; política de alianças
2013, v.21, n.3	Círculos viciosos: intersecções de gênero e espécie em A Fonte da Vida, de Darren Aronofsky	Rodolfo Piskorski	Teoria Interseccional; Animalidade; Pós-humanismo; Cinema
2015, v.23, n.3	Interseccionalidades y migraciones: potencialidades y desafíos	María José Magliano	Interseccionalidad; Migración Internacional; Clasificaciones Sociales; Estudios de Género; Trabajo Doméstico Remunerado
2017, v.25, n.1	Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano do século XXI	Caterina Alessandra Rea	Feminismo <i>Romani</i> ; Gênero; Interseccionalidade; Raça; Pós-colonial
2017, v.25, n.3	Medicina e feminização em universidades brasileiras: o gênero nas interseções	Luzinete Simões Minella	Gênero; Interseções; Feminização; Medicina
2018, v.26, n.1	Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar	Daniela Auad, Luciano Nascimento Corsino	Interseccionalidade; Consubstancialidade; Alquimia das Categorias Sociais; Feminismos; Educação Física Escolas
2018, v.3, n.3	Justiça de gênero na análise feminista de políticas públicas em Argentina, Brasil e Chile	Patrícia Duarte Rangel, Patricia Muñoz-Cabrera	Políticas Públicas Sensíveis a Gênero; Interseccionalidade; América do Sul; Presidentas; Justiça de Gênero



2018, v.3, n.3	Descolonização, feminismos e condição <i>queer</i> em contextos africanos	Caterina Alessandra Rea	África; Descolonização; Dissidência Sexual; Interseccionalidade; Queer of Colour
2019, v.27, n.1	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	Ruthie Bonan Gomes, Paula Helena Lopes, Marivete Gesser, Maria Juracy Filgueiras Toneli	Feminist disability studies; Gênero; Deficiência; Interseccionalidade
2019, v.27, n.2	Diálogos entre Colonialidade e Gênero	Jéssica Antunes Ferrara	Frantz Fanon; Colonialismo; Feminismo; Interseccionalidade
2019, v.27, n.2	Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão	Sabrina Daiana Cúnico, Marlene Neves Strey, Angelo Brandelli Costa	Família; Mulher; Prisão; Biopoder; Interseccionalidade
2019, v.27, n.2	Estereótipos de gênero: Perspectivas em profissões de artesanato em Portugal	Fanny Monserrate Tubay	Artesãos; Estereótipos de Gênero; Interseccionalidade; Mulheres; Homens
2019, v.27, n.2	Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional	Daniela Dalbosco Dell'Aglio, Paula Sandrine Machado	Feminismos; Marcadores Sociais da Diferença; Trajetórias; Experiência; Interseccionalidades
2019, v.27, n.3	Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional	Viviane Inês Weschenfelder, Elí Terezinha Henn Fabris	Mulheres negras; Escritas de si; Processos de subjetivação identitário; Negritude; Feminismo negro
2019, v.27, n.3	Rumo a uma reconceituação do assédio nas ruas	Fernanda Maria Chacon Onetto	Assédio na rua; Interseção; "Fazendo a diferença"; Gênero; Crime de ódio

Logo de início observa-se que o primeiro texto publicado na revista que fala explicitamente da interseccionalidade, foi justamente da jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, citada anteriormente como marco da discussão nos Estados Unidos no fim da década de 80, ainda que seu primeiro texto na REF tenha sido publicado somente em 2002. Além disso, outro aspecto rapidamente perceptível é o fato de que, em 28 anos de revista, apenas 17 artigos levaram em seus títulos e/ou palavras-chave as palavras buscadas na ferramenta de pesquisa. Pode-se afirmar, de antemão, que, no mínimo, essa discussão no Brasil aconteceu por outros termos. A seguir, será feita a síntese de cada artigo presente no quadro, que abrange publicações de 2002 até 2019, atentando para o destaque dado à interseccionalidade nas discussões propostas, e também qual a área de quem se propôs discutir.

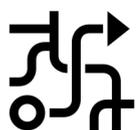
Organizado por Luiza Bairros, os artigos do dossiê de 2002 da revista despontam na utilização da categoria, assim como registram e analisam a participação das mulheres afro-



brasileiras, afro-latino-americanas e indígenas na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias correlatas, realizada em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001 (evento marco na luta global contra a discriminação racial e de gênero). À luz da ampla e variada gama de entrecruzamentos das discriminações raciais e de gênero, visibilizados pela Conferência, os textos de Kimberlé Crenshaw, e de Maylei Blackwell com Nadine Naber foram originalmente apresentados nessa conferência. Crenshaw (2002), jurista norte-americana, apontou as possibilidades de pensar os aspectos raciais da discriminação de gênero, e também os aspectos de gênero da discriminação racial, propondo uma metodologia de análise da subordinação interseccional como meio de eliminar as brechas desses discursos, através das quais tendem a desaparecer os direitos das mulheres que sofrem múltiplas opressões (a autora chama isso em seu texto de subinclusão). Já a historiadora Maylei Blackwell junto com a antropóloga Nadine Naber (2002), descrevem e analisam o cenário de emergência destes debates e do próprio evento sem deixar de apontar as contradições decorrentes das desiguais relações de poder entre as pautas. A partir do tema da interseccionalidade, evidenciaram a complexa luta em diferentes lugares e para diferentes povos, contra a opressão, fazendo uma crítica às intolerâncias correlatas, parte que, segundo elas, quase foi esquecida do título da Conferência, e que seria justamente o ponto de entrada para a ampliação da discussão sobre a multiplicidade de opressões relativas às experiências.

Após as duas primeiras publicações, há um salto de 3 anos, para o próximo texto, localizado na Seção Debates do volume 13, número 13 de 2005. Instituída há pouco, essa seção visou retomar importantes textos fundantes de questões e temáticas feministas, trazendo-os para o debate acadêmico (PEDRO; FUNCK, 2005, p.481). No texto, Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila, ambas brasileiras formadas em Letras, se propõe a pensar a especificidade da epistemologia e das contribuições de Gloria Anzaldúa na perspectiva da interseccionalidade e para a criação do que a autora chama de “consciência mestiça”.

Com uma pausa de 8 anos, o conceito é retomado no volume 21 em 2013, com o artigo *Círculos viciosos: intersecções de gênero e espécie em ‘A fonte da vida’, de Darren Aronofsky* de Rodolfo Piskorski, linguista brasileiro. Nele, o autor analisa as diferentes formas pelas quais as opressões são interseccionadas no filme estadunidense de 2006, partindo da compreensão do papel da hierarquia do status de humano enquanto espécie, e seu entrelaçamento com outros vetores de diferença, como gênero, raça, etnia, etc. Já em 2015, o artigo da historiadora Argentina María José Magliano, intitulado *Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos*, ressalta a importância dos debates sobre



interseccionalidade para os estudos de gênero e, especialmente, sobre migrações internacionais. Relacionando esta perspectiva teórica à questão do trabalho, a autora aciona o caráter da interseccionalidade para analisar as trajetórias de mulheres peruanas migrantes, dedicadas ao trabalho doméstico na Argentina.

Dois anos depois, em 2017, são publicados dois artigos no volume 25 que evocam a interseccionalidade: no primeiro, a filósofa italiana residente no Brasil, Caterina Alessandra Rea, em *Redefinindo fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI*, apresenta o feminismo *romani* (cigano) identificado em ascensão pela autora em muitos países na Europa e na América, dentro e fora da academia, em que se propõe um diálogo da interseccionalidade com as correntes feministas pós-coloniais; no terceiro número de 2017, a participação das mulheres na ciência foi tema do artigo da socióloga brasileira Luzinete Simões Minella. Fundamentada nas contribuições de obras de referência do campo de Gênero e Ciências como Elizabeth Rago, Maria Helena Machado, Monica Schpun, entre outras, e adotando um enfoque interseccional, a autora identifica as linhas gerais do perfil socioeconômico, geracional e étnico dos/as estudantes e aspirantes dos cursos de graduação em Medicina em universidades públicas e privadas na Bahia e Santa Catarina, entre 2005 e 2015. Este estudo, sobretudo compreende as especificidades regionais do processo de feminização da carreira, observando semelhanças e diferenças entre os Estados e entre as instituições públicas e privadas (MINELLA et al., 2017, p.997)

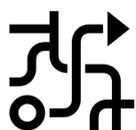
No primeiro número da Revista Estudos Feministas de 2018, a seção de artigos temáticos, intitulada Gênero e Esportes, foi dedicada a elucidar as relações que atravessam o universo generificado dos esportes. Daniela Auad e Luciano Corsino, da área da pedagogia no Brasil, a partir da abordagem interseccional, analisam, por um lado, a sub-representação das meninas e mulheres na Educação Física Escolar, e por outro, as formas de transgressão engendradas por alunas e docentes, que buscam uma prática pedagógica outra, capaz de cruzar fronteiras cristalizadas pela tradição. Auad e Corsino também propõem os conceitos de “coeducação” e “aprendizado da separação” para debater como podem ser percebidas, mantidas e/ou transformadas as relações entre raça e gênero na escola. Já no seu terceiro número, constam duas publicações: na primeira, a pedagoga chilena Patricia Muñoz-Cabrera em conjunto com a socióloga brasileira Patrícia Rangel, destacam os esforços em direção à inclusão de mulheres no mercado de trabalho no Chile e no Brasil, bem como da aprovação de leis e regulamentos para trabalhadores domésticos, enfatizando também a distribuição de renda e a pobreza das políticas de erradicação e programas de controle da violência doméstica, em que o principal problema, segundo elas, é a falta de



interseccionalidade no campo da justiça de gênero; a segunda publicação, feita novamente pela filósofa Caterina Rea, intitulada *Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos*, realiza um mapeamento dos estudos sobre sexualidades e teoria queer nos contextos africanos, destacando contribuições atuais produzidas por novas gerações que se preocupam em apresentar uma perspectiva pós-colonial³ do que a autora chama de “uma versão descolonizada da dissidência sexual, que repensa o queer desde o Sul” (MINELLA et al., 2018, p.6).

Por fim, no ano de 2019 a Revista Estudos Feministas chegou a seu vigésimo sétimo volume, e em seu primeiro número visou debater as fronteiras entre feminismo e deficiência. Em consonância com o tema, as psicólogas Ruthie Gomes, Paula Lopes, Marivete Gesser e Maria Juracy Toneli partem da revisão da produção recente de literatura dos estudos feministas da deficiência publicados em revistas disponíveis no portal de periódicos da CAPES, para refletir a intersecção entre gênero e deficiência, seus efeitos sociais e políticos. No segundo número, estão publicados quatro textos sobre violências interseccionadas às questões de gênero, raça, sexualidade, classe, e outros temas. Abrindo o debate, voltando-se às questões raciais, Jéssica Ferrara, formada em Letras, parte da obra de Frantz Fanon, para pensar a interseccionalidade nas consequências psíquicas do colonialismo e os efeitos psicológicos e sociais nos sujeitos colonizados, refletindo principalmente a situação em que se encontram mulheres nos cenários de descolonização. Pensando o papel das mulheres cujos parceiros estão encarcerados, Sabrina Cúnico, Marlene Strey e Angelo Costa partem da psicologia para mostrar as ambivalências do desempenho das chamadas “mulheres de bandido”, que oscila entre autodeterminação e passividade frente aos parceiros e às famílias. Já a doutora em educação Fanny Tubay, do Equador, lançou olhar além das fronteiras para os estereótipos da origem e transformações das profissões artesanais em Lisboa, Portugal, e de sua inevitável generificação. Outra contribuição proveniente da psicologia foi o texto de Daniela Dell’Aglio e Paula Machado, que enfocou o sujeito político feminista, a partir da análise de trajetórias de personagens que protagonizaram o “racha” da Marcha das Vadias de Porto Alegre, em 2014, pensando o feminismo como movimento plural, e o sujeito feminista como interseccionado pelos seus marcadores sociais da diferença.

³ Esta abordagem, segundo Luciana Ballestrin (2017), consiste no esforço de apontar e questionar o eurocentrismo e a noção de dependência acadêmica dos países colonizados em relação aos países colonizadores. Os estudos pós-coloniais compõem um movimento contestatório do colonialismo acadêmico e imperialismo intelectual, com o propósito de desconstruir a ideia difundida de que o Norte global é o produtor de teorias legítimas de caráter universal, que são exportadas e aplicadas no Sul global (Ballestrin, 2017, p.1035).



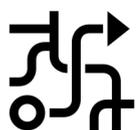
O último número da última edição publicada em 2019, contou com dois artigos que apresentam a interseccionalidade: o primeiro escrito pelas doutoras em Educação Viviane Weschenfelder e Elí Fabris, que, em suma, partiram da narrativa de mulheres negras que contaram suas experiências no blog *Blogueiras Negras*, para analisar os processos relacionais de subjetivação que se produzem nas experiências do tornar-se negra em escritas de si; no segundo, a socióloga Fernanda Onetto analisa a linha tênue entre as frágeis fronteiras da ficção e da biografia, na literatura feminista, e propõe uma reconceitualização do assédio nas ruas a partir da produção social de mulheres da Argentina, Colômbia e Chile, que, na tentativa de superar aquilo que as vitimou, transformam a arte em instrumento de utilização política que se configura na experiência criativa da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação feita para entendermos a forma como a interseccionalidade foi evocada nos artigos publicados na revista, podemos tecer algumas considerações. A primeira já citada anteriormente, é de que em 28 anos de revista, é baixo o número de artigos que abordam explicitamente a interseccionalidade como proposta teórico-metodológica. Isto não necessariamente significa que a interseccionalidade não apareceu nos demais artigos, mas que possivelmente ou foi abordada de maneira implícita, ou por outros termos.

Isto talvez se deva ao fato de que, no Brasil, o debate em torno da interseccionalidade não aconteceu pelos mesmos caminhos, e nem teve as mesmas motivações que o caso dos Estados Unidos com sua influência do *Black Feminism* da década de 1970. Nos EUA as primeiras publicações acadêmicas que abordam intersecção situam-se entre as décadas de 1980 e 1990, enquanto que, no Brasil, essa categoria foi articulada aos estudos de gênero somente depois da virada do século, em 2002.

É válido também considerar que a primeira publicação na REF sobre interseccionalidade foi de autoria da pesquisadora tida como precursora no debate estadunidense, Kimberlé Crenshaw. E que muito embora sejam poucos os títulos que a pesquisa destacou, as/os pesquisadoras/es que os publicaram são das mais diversas áreas das Ciências Humanas, como historiadoras, juristas, linguistas, sociólogas, pedagogas, antropólogas, etc., o que indica que a reflexão não esteve monopolizada ou partiu somente de um campo específico. Ou seja, a preocupação de se pensar a intersecção das opressões sobre os indivíduos tem sido um esforço compartilhado.



Cabe dizer que a análise do quadro possibilita refletir que o uso dos termos focalizados nesta pesquisa foi mais frequente apenas recentemente, em consonância ao cenário de ascensão das pesquisas com perspectiva pós-colonial, bastante presente nos trabalhos apresentados. Esse apontamento nos possibilita pensar que, embora os sujeitos do Sul global compreendam que suas experiências de fato são interpeladas pela intersecção das opressões, a assimilação da nossa condição de opressão pela raça, gênero, etnia, passa inevitavelmente pela reflexão das marcas deixadas pela colonização material e simbólica.

É possível deduzir que o debate não se assemelha com a discussão norte-americana porque a perspectiva decolonial é elemento do feminismo do Sul, dos sujeitos marcados pela situação de colonizados, o que pode ter levado à negação da necessidade de “importar” a interseccionalidade nos moldes estadunidense para articulá-la às reflexões difundidas na Revista Estudos Feministas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, nº especial, 1994, p. 203-216.

AUAD, D; CORSINO. Feminismos, interseccionalidades, e consubstancialidades na Educação Física Escolar. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(1): e42585, janeiro/abril/2018.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, v.13, n.3, 1035-1054, setembro-dezembro 2017.

BLACKWELL, M; NABER, N. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para as práticas feministas transnacionais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

BONAN, Ruthie et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 27(1): e48155, janeiro-abril/2019.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.12, n. ° especial/2004.

COSTA, C; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, v.13(3): 69-703, setembro-dezembro, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 14, 1989, p. 538-54.



CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color”. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, 1994, pp. 93-118.

CÚNICO, Sabrina Daiana; STREY, Marlene Neves; COSTA, Angelo Brandelli. “Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54483, 2019.

DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco; MACHADO, Paula Sandrine. Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e48556, 2019.

FERRARA, Jéssica Antunes. Diálogos entre Colonialidade e Gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54394, 2019.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C., *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS*, 1983.

GROSSI, Miriam Pillar. A revista estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E): 211-221, setembro-dezembro/2004.

HIRATA, Helena. Gênero raça e classe: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v.26, n.1.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Tradução por Bianca Tavorari. *Novos estudos* [online]. Ed. 93, v. 31, n.2, jul./2012.

MAGLIANO, M. J. Interseccionalidade y migraciones: potencialidades y desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3), setembro-dezembro/2015.

MINELLA, L. S.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. Editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 993-1000, setembro-dezembro/2017.

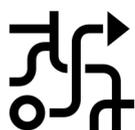
MINELLA, L. S.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. Editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(1): e26011, janeiro-abril/2018.

MINELLA, Luzinete Simões. Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 105-116, janeiro-abril/2008.

MINELLA, L. S. Medicina e feminização das universidades brasileiras: o gênero nas intersecções. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.

MUÑOZ-CABRERA, Patricia. Justiça de gênero na análise feminista de políticas públicas em Argentina, Brasil, Chile. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(3), e58565, 2018.

ONETO, Fernanda Maria Chacon. “Hacia una reconceptualización del acoso callejero”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e57206, 2019.



PEDRO, J. M.; FUNCK, S. B. Editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 479-482, setembro-dezembro/2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi (Rio J.)* [online]. 2011, vol.12, n.22, pp.270-283.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

PISKORSKI, Rodolfo. Círculos viciosos: intersecções de gênero e espécie em A Fonte da vida, de Darren Aronofsky. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(3): 496, setembro-dezembro/2013.

REA, C. A. Redefinido as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2017.

REA, C. A. Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(3): e4843, setembro-dezembro/2018.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 587-596, maio-agosto/2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995. pp. 71-99.

THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina história na França. *Espaço Plural*, Ano X, n.21, p.33-42, 2º semestre 2009.

TUBAY, Fanny Monserrate Tubay. “Estereótipos de gênero: Perspectivas em profissões artesanais de Portugal”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54182, 2019.

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). *Hist. Historiogr.*, v.11, n.28, set-dez, ano 2018, p.219-265.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. “Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e54025, 2019.

FONTES

Revista Estudos Feministas – Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acervo do IEG/UFSC/Florianópolis.

Recebido em: 28/04/2020

Aprovado em: 13/06/2020

Paul Gilroy e a Black Britain: a figuração-performativa da narrativa e a escrita antirracista da história

Paul Gilroy and 'the Black Britain': the figuration-performative of narrative and the writing of antiracist history

GONZAGA, Gabriel*

<https://orcid.org/0000-0003-0267-7675> 

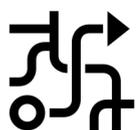
RESUMO: Este artigo procura investigar a imaginação histórica de Paul Gilroy, que diz respeito às formas estéticas em que o/a historiador/a constrói o passado antes de explicá-lo por instrumentos conceituais. Através da teoria da performatividade da figuração da narrativa histórica, proposta por Maria Inês La Greca, analisa-se as disputas narrativas que envolvem a obra de Gilroy articuladas ao contexto político racial do Reino Unido na segunda metade do século XX. Por esta perspectiva pragmática, procura-se pensar as estratégias de Gilroy no enfrentamento do racismo britânico, que acabam influenciando seu conceito de diáspora. Ao longo do texto, questiona-se quais refigurações narrativas e performances textuais Gilroy realizou e se é possível pensar uma prática historiográfica antirracista em sua obra.

Palavras-chave: Paul Gilroy; Diáspora; Narrativa Histórica

ABSTRACT: This paper seeks to investigate the historical imagination of Paul Gilroy, that concerns to aesthetic forms in which the historian build the past before explain it through conceptual instruments. Through the theory of the performativity of the figuration of the historical narrative, proposed by Maria Inês La Greca, it analyzes the narrative dispute involving the Gilroy's works articulated to racial political context in United Kingdom in the second half of 20th century. By this pragmatic perspective, it seeks think the strategies of Gilroy in the confront to british racism, that finished influencing his concept of diaspora. Throughout the text, wonders about which narrative refigurations and textual performances Gilroy realized and if it is possible think a antiracist historiographic practice in his work.

KeyWords: Paul Gilroy; Diaspora; Historical Narrative

* Mestre em História pela UFRGS. E-mail: gabrielgonzaga93@hotmail.com

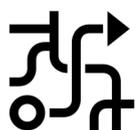


INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras vivem um novo momento histórico após a conquista das ações afirmativas. O ingresso em massa de pessoas das classes mais baixas da sociedade e de diferentes marcações raciais combinou-se com a demanda por outras historicidades que não se satisfazem mais com as abordagens tradicionais das ciências humanas. De modo geral, cresce a exigência para que o conhecimento em humanidades possa responder a questões mais próximas de experiências destes sujeitos emergentes – negros/as, LGBTQ+, mulheres, povos originários, imigrantes, etc. Houve um grande debate que avaliou como a historiografia ocidental tem replicado situações de crise decorrentes da corrosão das alianças oitocentistas entre a disciplina histórica e o Estado-nação (ÁVILA, 2018; MUDROVICIC, 2012). Estes/as autores/as costumam afirmar que a disciplina histórica é resultado de um contexto específico no século XIX, quando ficou responsável por produzir um “passado comum” para as comunidades imaginadas nacionais. Com as mudanças globais entre o fim do século XX e começo do XXI, incluindo-se a permeabilidade das antigas fronteiras, estas condições se transformaram e a historiografia acadêmica expressa consequências em reavaliações críticas de vários dos seus pressupostos disciplinares.

É notável o crescimento da bibliografia pós-colonial, decolonial, afrocentrista e diaspórica nas humanidades como um resultante disto. Estas correntes costumam afirmar que as ciências humanas participaram ativamente da colonização ao disponibilizarem as ferramentas epistemológicas pelas quais os povos colonizados foram representados como inferiores, atrasados, sem história, presos ao passado do Ocidente como “primitivos” (FABIAN, 2005). Disto resulta que estas disciplinas são constituídas por um traço de “colonialidade” (QUIJANO, 2000, 2006), fundadas em práticas metodológicas e tradições teóricas que relegam estes povos e suas “tradições de raciocínio” – um termo de Sanjay Seth (2013) – a espaços secundários. Recentemente algumas reflexões no campo da Teoria da História e História da Historiografia têm esboçado a entrada destas problemáticas para preocupações historiográficas (DOS SANTOS, et al., 2017; BARBOSA, 2018; TRAPP, 2019). Neste artigo proponho analisar a imaginação histórica de Paul Gilroy¹ como uma contribuição a este debate sobre a questão da descolonização do conhecimento histórico.

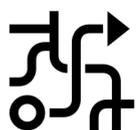
¹ Paul Gilroy é um intelectual afro-britânico londrino, filho da romancista negra guianesa Beryl Gilroy. Ao longo dos anos 80, Gilroy trabalhou com questões de raça e racismo no Reino Unido, sendo pesquisador do *Greater London Council* (agência governamental dedicado às questões raciais em Londres) e do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), sob a tutoria de Stuart Hall. Gilroy atuou como professor-pesquisador em diversas



Por imaginação histórica, compreendo uma linha de investigação que, segundo Hayden White (1995), versa sobre a imagem que o/a historiador/a constrói sobre seu objeto, o passado histórico compreendido em modalidades específicas, seja uma sequência de acontecimentos ou um estado de coisas passadas, a fim significá-lo e, a partir de instrumentos conceituais específicos, explicá-lo. Intelectual negro e britânico, geralmente vinculado ao marxismo, ao pós-colonialismo e à filosofia da diáspora, Gilroy significa uma oportunidade pela qual pensar os impactos das narrativas negras em nossas concepções de história e da prática historiadora. Sua trajetória está vinculada aos Estudos Culturais desenvolvidos no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) da Universidade de Birmingham e ao seu engajamento com as tradições intelectuais dos *Black Studies* e das correntes pan-africanistas, principalmente anglófonas, tradições estas envolvidas nas lutas contra a escravidão, o colonialismo e os regimes de terror racial no Ocidente. Ao longo dos anos 90, Gilroy alcançou notoriedade com a publicação *The Black Atlantic* (2012 [1993]), onde apresentou sua proposta de anexar ao evento da diáspora africana um componente imaginativo, o Atlântico negro, caracterizado como as formas pelas quais os conteúdos das histórias negras poderão alcançar a qualidade de histórias transnacionais ou globais e assim superar tanto o reducionismo da perspectiva nacional quanto a obsessão pelas particularidades étnicas e raciais. A popularização deste trabalho, traduzido no mundo inteiro, cativou audiências em espaços acadêmicos das humanidades e em círculos e debates de movimentos sociais. Após este marco em sua biografia, seus demais trabalhos seguiram um tom intervencionista e utópico direcionado à possibilidade de uma visão de mundo e uma escrita da história negra que não reservem espaços para qualquer ideia de raça

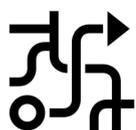
Aplicarei à obra de Paul Gilroy instrumentos analíticos e interpretativos comuns ao campo da História da Historiografia, procurando tensioná-los com uma abordagem ligada à teoria crítica pós-colonial. Avaliarei as formas narrativas de Gilroy implicadas ao seu lugar social (CERTEAU, 2010), no qual ele disputa uma cultura histórica (GUIMARÃES, 2005). Com isso, sugiro uma perspectiva pragmática sobre a narrativa histórica tanto como uma exigência da tarefa de descolonização epistêmica, quanto como meio de realizar leituras mais profícuas do pós/decolonialismo. Sigo as sugestões da historiadora argentina Maria

universidades no Reino Unido – *London's South Bank Polytechnic*, *Essex University* e *Goldsmiths University of London* – e como professor visitante em universidades de vários países, como nos Estados Unidos – *Yale University* e *Harvard University* – e no Brasil – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Hoje, aos 64 anos, Gilroy acumula prêmios acadêmicos no mundo inteiro, sendo diretor e fundador do *Sarah Parker Remond Centre for the Study of Racism and Racialisation*, além de ser casado com Vron Ware, teórica e pesquisadora dos estudos em branquitude. Para mais informações biográficas e bibliográficas sobre Paul Gilroy, ver Paul Williams (2013).



Inês La Greca, que entende o debate histórico como mais que uma questão de datas ou apenas sobre o registro, mas sim sobre a questão da agência narrativa, ou seja, “a força intencional e motora da mudança histórica, e a concepção da posição do protagonista narrativo, em distintos relatos” (LA GRECA, 2013, p. 234). La Greca combina a teoria da performance de gênero de Judith Butler com a problemática da narrativa em Hayden White. A autora pede que comparemos a condição da narrativa histórica com a da identidade de gênero, de modo que ambos sejam compreendidos como uma repetição estilizada de atos constituídos como efeito de um discurso que se diz verdadeiro (BUTLER, 2017, p. 235-236). Sendo assim, dotar o passado de sentido deve ser entendido como uma tarefa de caráter público e com consequências regulativas e punitivas. Em outras palavras, assim como o gênero, a narrativa histórica, por não ser apenas expressiva mas também performativa, constitui efetivamente aquilo que pretensamente revelaria. Ela apresenta um duplo caráter, livre e condicionado, que possibilita e limita a agência do/a historiador/a.

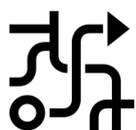
Pensando a teoria da performatividade da figuração da narrativa histórica de La Greca para as questões postas pelo pós-colonialismo, é possível afirmar que os/as autores/as destas correntes têm denunciado que os pressupostos epistêmicos da história profissional buscam tutelar outras possibilidades de historicidades. Uma premissa da abordagem pós-colonial é que a escrita da história durante muito tempo se guiou por um tempo vazio e homogêneo em suas alianças políticas com os projetos de homogeneização dos Estados-nações e dos impérios. Assim, os/as historiadores/as se acostumaram a operar a partir de uma concepção de tempo linear, homogêneo e unidirecional, da ode iluminista ao progresso e à razão. Para Mario Rufer (2010), concepções de verdade científica, objetividade e neutralidade serviram para que a historiografia negasse que as noções temporais que sustentavam suas análises eram noções políticas. Com isso, a historicidade de povos subalternizados foi compreendida pelo tempo do “ainda não”, em que o presente é entendido como uma transição e o futuro como repetição da história do sujeito europeu, o que Dipesh Chakrabarty chama de “Europa hiper-real” (2008, p.75-80). Os/as intelectuais/as pós-coloniais advogam uma repolitização do conhecimento histórico como meio de reinscrever a agência dos sujeitos subalternizados. Trata-se de desmontar a universalidade do agente mítico do humanismo exposta por Sanjay Seth – o Homem entendido como causa, e não como efeito da história, entre outras práticas representacionistas (SETH, 2013, p. 181-182). A própria história é um conhecimento contingente e temporário, além de político e prático.



Esta faculdade política é algo que quero destacar na imaginação histórica de Paul Gilroy a partir da temática da *Black Britain*, onde pode-se observar as questões práticas que associam seu pensamento à constituição de vidas negras no Reino Unido na metade do século XX, à luta contra o racismo britânico e às inovações culturais da diáspora africana. Entendo a *Black Britain* como um conjunto de narrativas, partes de uma cultura histórica específica, que disputam entre si as formas pelas quais conceber a presença negra e seu impulso consequente a uma sociedade pós-colonial, multicultural e cosmopolita. Esta temática servirá para enfatizar as figurações e performances da história deste evento como atos políticos e públicos. Procuo demonstrar que Gilroy aborda o passado pensando principalmente em suas capacidades de desvalidar a força do racismo sobre as vidas de pessoas negras. Examinarei a disputa de Paul Gilroy em torno das narrativas sobre a *Black Britain* argumentando que seu conceito de história se guia por uma escrita figurativa-performativa, com um viés utópico e orientada ao campo prático. No decorrer deste texto, proponho algumas questões: é possível pensar o conceito de história de Gilroy através de sua inserção em um contexto político e cultural britânico? Que relações este contexto guarda com o conceito de diáspora popularizado em sua obra? Que tipo de refigurações seus textos a respeito da *Black Britain* apresentam à história britânica? E que tipo de performances? E, principalmente, é possível pensar uma prática historiográfica antirracista em Gilroy?

RAÇA E RACISMO NO REINO UNIDO

Os trabalhos de Paul Gilroy produzidos durante seu tempo no grupo de pesquisa *Race and Politics* do CCCS são os primeiros lugares em que observo seus vínculos com questões práticas envolvendo a *Black Britain*. Neles há uma dupla disputa que se expande por toda sua obra: de um lado, o conflito com a esquerda e a literatura marxista que lhes são contemporâneas, principalmente a respeito do modelo de análise das lutas de classe e das transformações estruturais políticas e econômicas; de outro, um confronto com as formas de historicização do presente e do passado, que lhes apareciam como um campo de batalha pelo qual passaria decisivamente o futuro das populações imigrantes. Primeiramente, essas disputas envolvem um tipo de distensão no materialismo histórico dialético produzido dentro do CCCS e do marxismo negro, principalmente acerca das caracterizações dos níveis da infraestrutura e da superestrutura. Trata-se do problema sobre onde posicionar a raça



no processo histórico, bem anunciado por Frantz Fanon: “nas colônias, a infraestrutura econômica é também superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico” (2005, p. 56). Stuart Hall (2013), um dos tutores de Gilroy no CCCS, avaliava que o reducionismo econômico era um problema intrínseco à compreensão do relacionamento entre sociedade, economia e cultura na teoria marxista. Para Gilroy, a redução da raça como simples efeito das transformações da base econômica e subsidiária das lutas de classe terminava por afastar não apenas a historicidade das “ordens raciais” - compreendidas como “verdades discursivas” - mas também a das próprias vidas negras, uma vez que tentavam subordinar as organizações independentes negras à classe trabalhadora unificada e suas instituições políticas representativas (1987, p. 18). Suas críticas à bibliografia marxista objetivam o restabelecimento da propriedade histórica da raça e da historicidade de pessoas negras.

Outras disputas envolvem refigurações do passado histórico que surgiram durante o período do pós-guerra no Reino Unido, sob as ruínas do bombardeio de Londres durante a Segunda Guerra Mundial, em meio aos esforços de reconstrução, o racionamento de alimentos e o declínio geopolítico após o fim do Império. Elas fizeram parte de um esforço orquestrado para restaurar o orgulho da identidade britânica idealizando-a como herdeira da heroica vitória sobre os/as nazistas. Esse momento também é marcado pelo movimento anti-imigração e pelo ressurgimento de movimentos fascistas e supremacistas brancos. Na década de 1970, se inicia uma diminuição drástica no fluxo imigratório para o Reino Unido após legislações restritivas em 1962, 1968 e 1971. Nesse período há um crescimento do conservadorismo por meio de grupos neofascistas e partidos neonacionalistas, como o *British National Front*, além da vitória eleitoral de Margareth Thatcher. Estes anos também são impactados por uma crise econômica que iniciou o desmanche do Estado de Bem-Estar Social e o processo de desindustrialização (DWORKIN, 2014, p. 36; FREYER, 2010). Em *Empire Strikes Back* (2005 [1982]), publicação coletiva do grupo de *Race and Politics*, Gilroy e seus companheiros analisam os discursos políticos recorrentes nesses anos e argumentam que as refigurações da ideia de nação neste momento uniram-se às caracterizações tipicamente raciais passando a figurar tanto no populismo nacionalista quanto nas políticas de Estado sobre as populações negras. Assim, o que seria uma “crise orgânica do capitalismo britânico”, após a perda das colônias e a crise do petróleo em 1973, é compreendida como um declínio racial, uma crise da identidade nacional britânica, cujos/as principais culpados/as seriam os/as imigrantes pós-coloniais, que seriam incompatíveis com os modos de vida britânico. A nação é frequentemente caracterizada como “doente”, vítima de “inimigos

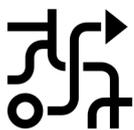


internos”, uma categoria na qual são alocados diversos grupos majoritariamente negros: imigrantes ilegais, jovens, militantes, desempregados/as, além de algumas pessoas brancas chamadas de “traidoras” por se posicionarem como antirracistas ou antifascistas. Debates e medidas políticas em torno dos problemas socioeconômicos são “racializados”: “[...] race is always present, whether the issue under discussion is the growth of unemployment, the role of the police in inner-city areas, or the recent ‘riots’ in a number of major cities” (CENTRE, 2005, p. 25).

Neste momento, Paul Gilroy procura explicar o campo histórico como uma reordenação das forças político-econômicas internas a partir da luta dos/as negros/as contra os padrões de dominação racial. Seu objetivo nesses primeiros trabalhos é fornecer uma historicização alternativa do presente a partir da contextualização dos tipos de conflitos que o compõem – por essa prerrogativa, a análise recorre a ênfases nas rupturas da época, em caracterizações baseadas em contingências e em uma perspectiva processual. Através desta tríade, esses textos sugerem análises históricas sobre raça e racismo avaliando uma reconfiguração da ordem de verdade racial após o processo de descolonização e após as imigrações caribenhas e asiáticas para o Reino Unido. O racismo passa do foco no fenótipo e na biologia para uma ênfase na cultura. Para Gilroy, essas transformações levam a compreensões essencialistas das diferenças étnicas e nacionais, uma vez que elas passam a ser entendidas como mutualmente incompatíveis. Em *There Ain't no Black in the Union Jack* (1987) (a versão publicada de sua tese de Ph.D no CCCS), ele sugere chamar esta associação discursiva entre raça, nação e identidade de “absolutismo étnico”. Por esse termo, Gilroy se refere a padrões específicos de racismo e etnicidade em que a britanidade e a identidade nacional inglesa são entendidas como sinônimos de ser branco/a:

The emphasis on culture allows nation and race to fuse. Nationalism and racism become so closely identified that to speak of the nation is to speak automatically exclusive terms. Blackness and Englishness are constructed as incompatible, mutually exclusive identities. To speak of the British or English people is to speak of *white* people. (1993, p. 27-28)

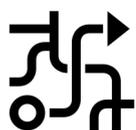
Stuart Hall nomeia este processo de “racialização da etnicidade”, ou seja, o modo como a diferença cultural adquire um significado mais violento, politizado e contestatório. Em suas palavras, o absolutismo étnico não significa o abandono completo dos significantes raciais do XIX - do fetiche da negrura -, mas uma perspectiva que reconhece “a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados” (2013, p. 80). Os artigos de Gilroy em *Empire Strikes Back* (1982) e



sua tese *There Ain't no Black* (1987) analisam como essa reordenação dos discursos raciais no Reino Unido atravessa discussões sobre crime, educação, habitação, legislação, cidadania e o próprio passado nacional, uma vez que se procura negar o pertencimento dos imigrantes pós-coloniais através do esquecimento seletivo da memória do Império.

O discurso “Rios de Sangue”, proferido em 1968 por Enoch Powell, líder do partido conservador na época, representou uma quebra na epistemologia contemporânea do racismo britânico. Para Gilroy, as palavras de Powell em torno do perigo da importação da “questão de cor” pelos/as colonos/as caribenhos ecoaram durante todo o período da Guerra-Fria. Este episódio significou uma mudança na retórica racial sobre a imigração: do problema quantitativo sobre os/as imigrantes e os problemas do crescimento demográfico, passa-se à ênfase na incompatibilidade das culturas negras com o modo de vida britânico e na ameaça que elas representariam às instituições nacionais, principalmente a lei: “legality is the pre-eminent symbol of national culture and it is the capacity of black settlement to transform it which alarms Powell rather than the criminal acts which the blacks commit” (GILROY, 1987, p.87). As vitórias do novo racismo prefigurado pelo powellismo envolvem a reestruturação do Estado em formas políticas autoritárias de vigilância e controle da população negra em zonas específicas de Londres, principalmente pela atuação da polícia nas periferias e bairros negros e de campanhas nacionais contra a criminalidade focalizada nos “crimes negros”, entre os quais se destacam os furtos e assaltos, chamados de “crimes de rua”. As figuras do assaltante, das culturas jovens negras, como o rastafári, e dos manifestantes antirracistas são criminalizadas, ditas como exemplos da pré-disposição de negros/as para cometer crimes, e utilizadas para negar o pertencimento, a cidadania e o caráter de humanidade aos/às imigrantes e seus/suas descendentes.

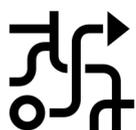
Este contexto racial do Reino Unido nos anos do pós-guerra explicita em que condições se desenvolvem as críticas à nação e ao nacionalismo presente em grande parte da bibliografia pós-colonial, uma vez que estes discursos frequentemente apagaram a presença dos povos colonizados/as como partes da vida nacional, ainda que sob o julgo colonial, de modo que as imigrações são facilmente entendidas como “invasões”. Neste sentido, Gilroy critica movimentos antirracistas que comparam o partido fascista *British National Front* com o nazismo alemão como prova de sua falta de britanidade, reduzindo o racismo a um produto do fascismo e negando que a raça seja um problema interno (1987, p. 131-132). Comentários como estes também são estendidos a intelectuais cânones dos Estudos Culturais e da esquerda britânica. Por exemplo, E. P. Thompson e Eric Hobsbawm são citados por lamentarem a falta de patriotismo na esquerda após a Guerra das Malvinas. O



principal problema do nacionalismo para estes intelectuais era apenas sua monopolização pela direita, e não seu caráter exclusivo e seus esquecimentos seletivos. Segundo Gilroy, essa disputa envolvia duas imagens anacrônicas: de um lado, a nação como uma formação homogênea e coesa, na qual um campo cultural consensual fornece o contexto para lutas por hegemonia; de outro, permanece a ideia de que o Reino Unido continuava sendo a principal potência mundial (Ibid., 52-53). Esse patriotismo carregou consigo a sugestão de que ninguém vive fora de uma comunidade nacional, o que só é compreensível a partir do apagamento da escravidão e do imperialismo do centro de suas imaginações históricas – aquilo que Gilroy chamou de “ideologia do inglês nascido livre (2012, p. 56)”. As análises marxistas neste período tomavam a nação como foco principal e um receptáculo estável para as lutas de classe. Visto isso, as estratégias explicativas de Gilroy se contrapõem tanto ao reducionismo econômico presente nesta bibliografia, que analisa e critica em *There Ain't no Black* (1987), quanto às limitações da perspectiva nacional, responsável por articular concepções binárias de “dentro” e “fora”, “local” e “global”. Sua crítica aos cânones dos Estudos Culturais é melhor compreendida por conta de suas figurações históricas nacionalistas estarem em conformidade com o absolutismo étnico.

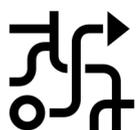
O CONCEITO DE DIÁSPORA

A partir de *Small Acts* (1993) e *The Black Atlantic* (2012 [1993]), Paul Gilroy passa a adotar uma orientação intervencionista na esfera pública, na vida acadêmica e na política negra. Estes textos carregam consigo propostas heurísticas relacionadas a questões formais, que visam disponibilizar figurações históricas preocupadas com o agenciamento e a validade epistemológica das culturas da diáspora. Outro fundamento que destaco neles é o crescente interesse de Gilroy pelas heranças culturais populares. Elas tornam-se a maior parte dos recursos que ele utiliza para fugir das armadilhas do absolutismo étnico. Sua conferência na *National Curriculum for History*, realizada na Ruskin College de Oxford, em 1990, serve como um exemplo interessante por onde pode-se exemplificar as características que destaquei acima e a alternativa imaginativa resultante da história das lutas negras no Reino Unido. Nessa ocasião em questão, Paul Gilroy discursou para uma plateia de historiadores/as e cientistas sociais sobre como compreendia as ambiguidades entre nacionalismo e racismo presentes na historiografia e no ensino de história. Sua fala procurou sintetizar seus argumentos sobre a racialização da identidade nacional britânica



e sua relação com o absolutismo étnico. Ela provocou seu público após denunciar a aliança da história com a dominação racial por transmitir uma ideia de cultura nacional autêntica e homogênea – a história, por isso, é compreendida principalmente por sua propriedade pedagógica e por seu papel na relação que uma comunidade mantém com seu passado em seu trabalho de autoconstituição. A alternativa que Gilroy disponibiliza inclui sua própria inscrição em uma imagem do passado que signifique um tipo de liberdade existencialista a partir da superação de oposições binárias entre estar dentro ou fora da comunidade nacional: “i make no apology for the fact that this shift in my own thinking arises from a desire to be recognized as being both black and English in addition to everything else that I am” (GILROY, 1993, p. 68). Essa fala termina sugerindo aos/as historiadores/as presentes exercícios imaginativos mais criativos que pudessem substituir a ideia de nação por propostas que indicassem mais variedades e movimentos. Seu principal exemplo, a diáspora, envolve questões afetivas, uma vez que ele fez parte de uma geração que precisou resolver para si mesmo a questão de ser negro e inglês, duas identidades dadas como incompatíveis, e colocar à frente formas de recuperar o próprio orgulho e lutar contra o racismo institucionalizado.

De acordo com Hall, o conceito de diáspora diz respeito à presença da África na constituição histórica das identidades negras pela promessa de redenção que ela significa. Deste modo, a história “é representada como teleológica e redentora: circula de volta à restauração de seu momento originário, cura toda ruptura, repara cada fenda através desse retorno” (HALL, 2013, p. 31-32). Essa concepção pode deslizar ao essencialismo, uma vez que “possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta” (Ibid., 32). Através de uma proposta dialógica, Hall entende a identidade como um conjunto de rotas, aberta às contigências, uma pluralidade-singular. Após o fluxo migratório que tomou conta do Reino Unido no período do pós-guerra, as culturas caribenhas passaram a fazer parte da vida pública britânica. O rastafarismo e o etiopismo são exemplos do que Hall e Gilroy consideram como culturas diaspóricas. Ambas reinventaram a África a partir do desejo de retorno e dedicaram-se a uma leitura subversiva da bíblia: como Hall diz, a Babilônia, uma metáfora para a continuidade do sofrimento após o fim da escravidão, não era no Egito, mas sim em Kingston, posteriormente estendida à polícia e aos bairros londrinos de Brixton, Handsworth, Moss Side e Notting Hill (Ibid., 47-48). Ainda que racializadas, criminalizadas e perseguidas nas ruas de Londres, essas culturas auxiliaram as gerações de afro-britânicos/as nos anos 70 a resistirem ao racismo.



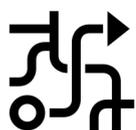
Gilroy valoriza estas culturas populares – ou como gosta de chamá-las, “culturas vernáculas” – como algo mais do que subculturas jovens. Segundo Dale Tomich, ao conceituá-las como “contraculturas da modernidade”, ele procura resolver uma oposição eurocêntrica entre tradição e modernidade “que atribui história, progresso, razão e racionalidade ao Ocidente, enquanto atribui aos africanos e aos seus descendentes no Atlântico Negro a eterna alteridade” (1996, p. 255). Por essas oposições, a história da escravidão e dos racismos são excluídas das questões pertinentes à modernidade filosófica. Paul Gilroy propõe uma perspectiva diaspórica em que a tradição opera como uma resposta ativa à modernidade. Exemplo disto é como ele considera o rastafarismo como algo mais que um movimento religioso, principalmente pelo modo como estrutura uma comunidade linguística na qual empreende uma luta ideológica contra o racismo.

The philosophical contours of their view of the world are determined by a realism – ‘burning all illusions’ – and an anthropocentric materialism which not only identifies the present state of oppression as a cohesive human creation – *Babylon system* – but simultaneously acknowledge the potential power of working people to transform it. (CENTRE, 2005, p. 292)

O movimento rastafári e o reggae são os primeiros exemplos da cultura negra predileta de Gilroy: a música. Ela é o registro das experiências históricas negras marginais no Ocidente mais presentes em sua obra e que fornecem alternativas de historicização do passado e do presente. Pela música, Gilroy sugere que a história da diáspora requer uma expansão do conceito de arquivo, uma vez que o texto não pode monopolizar as significações dos passados de pessoas que foram excluídas do mundo da linguagem como “povos sem história”. Uma passagem biográfica em *The Black Atlantic* demonstra a importância política, ontológica e intelectual da música nesta história:

Quando eu era criança e adolescente, sendo criado em Londres, a música negra me fornecia um meio de ganhar proximidade com as fontes de sentimento a partir das quais nossas concepções locais de negritude eram montadas. O Caribe, a África, a América Latina e sobretudo a América negra contribuíram para nosso sentido vivo de eu racial. O contexto urbano no qual essas formas eram encontradas cimentavam seu apelo estilístico e facilitavam seu estímulo à nossa identificação. Eram importantes também como fonte para os discursos da negritude com os quais balizávamos nossas lutas e experiências. (GILROY, 2012, p. 220)

A música é constantemente encontrada na obra de Gilroy em meio a uma discussão entre perspectivas essencialistas e pluralistas sobre a cultura negra. O pluralismo concebe a negritude como um significante aberto que compreende a comunidade internamente subtraída por linhas de classe, sexualidade, gênero, idade e consciência política. Gilroy



rejeita o pluralismo por sua recusa em assumir unidades, mesmo que estas não sejam homogêneas, além de facilitar uma dissolução das experiências históricas particulares aos/as negros/as. Em meio a este debate, sua posição “anti-anti-essencialistas” visa enfrentar o que chama de monopolização estética das culturas negras no Ocidente por uma ascendente classe-média negra afro-americana composta por comentadores/as culturais profissionais, artistas, escritores/as, pintores/as, diretores/as de cinema, políticos/as, entre outros/as ocupações. De acordo com Gilroy, estes grupos fabricaram para si uma perspectiva política populista como expressão de suas próprias posições contraditórias de classe. Em suas políticas culturais, o negro volta a figurar como um grupo homogêneo, consensual, com interesses nacionais, permitindo silenciar vozes dissidentes e censurar divergências internas (GILROY, 1993, p.124). Gilroy observa que as identidades negras fomentadas pela afirmação de uma comunidade racial homogênea repetem padrões patriarcais de gênero que envolvem o controle do corpo das mulheres negras no seio da vida familiar, que seria responsável pela reprodução das identidades raciais puras. Tomando esta perspectiva interseccional, Gilroy afirma que “o gênero é a modalidade na qual a raça é vivida” (2012, p. 179).

Como solução deste embate, Gilroy toma as culturas negras por uma abordagem dialógica, formadas a partir das relações antagônicas entre negros/as e brancos/as. Elas expressam uma unidade aberta, um “mesmo mutável” informado pela reivindicação de uma perspectiva “anti-anti-essencialista”. Em última instância, o papel da música nas figurações históricas da diáspora situa o Reino Unido, principalmente Londres, como um ponto de confluência das redes globais do Atlântico negro. Por isso, Gilroy frequentemente afirma que o passado histórico da diáspora apenas em parte pertencem aos/as negros/as. Essa história é narrativizada com foco nas comunicações entre grupos étnicos, procurando não apenas apontar as racializações, as hierarquias e as opressões, partes incontornáveis, mas também positivar estes encontros ressaltando que muitas vezes foram responsáveis por construir alianças na superação da barreira da cor. Esse é o caso do movimento musical *Rock Against Racism (RAR)* em 1976, criado após declarações de apoio de Eric Clapton a Enoch Powell e de simpatia de David Bowie por lideranças fascistas, titulando Hitler como o “primeiro superstar”. O evento conseguiu reunir brancos/as e negros/as em shows e falas públicas em uma luta comum. Para Gilroy, o *RAR* radicalizou sua crítica ao racismo desassociando sua definição das ações neofascistas e reorientando-a para o Estado e seus “braços”, como os tribunais, a polícia e as autoridades da imigração, em uma visão ao mesmo tempo estrutural e contingente.

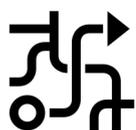


A música ocupa, na interpretação de Gilroy, um espaço de registro, recuperação, expressão e crítica pelo qual disputa-se uma historicidade autônoma à comunidade negra. Para ele, é crucial não apenas novas categorias com as quais se possa abordar o passado histórico dos/as descendentes de africanos/as, mas uma revisão através da perspectiva diaspórica em nossas bases epistemológicas e pressupostos disciplinares. A exposição das limitações do marxismo é didática neste sentido. Para Gilroy, as culturas expressivas da diáspora são responsáveis por formas de meta-comunicação que desafiam o vocabulário marxista, concentrando-se na disputa de uma liberdade que é mediada por posições internas de gênero. A crítica anticapitalista observada nelas é informada pela memória da escravidão, de modo que o signo do trabalho é sempre compreendido como não mais que servidão. A ênfase no sexo e outras práticas recreativas hedonistas respondem à disciplina do trabalho com o objetivo de carnavalizar seus resíduos. Gilroy destaca essas características como críticas ao produtivismo capitalista. Mais outros dois pontos surgem pela presença da *plantation* nestas imaginações criativas: a crítica ao Estado e à lei como formas de dominação e o papel crucial da história, do processo histórico e da recuperação do passado. A importância da história não está presente apenas na música, mas também em outros exemplos de cultura artística, como é o caso dos/as romancistas negros/as. Isto se deve ao fato destes sujeitos reconhecerem que a negação da historicidade negra é um princípio pelo qual a escravidão e o racismo operaram: “the recovery of historical knowledge is felt to be particularly important for blacks because the nature of their oppression is such that they have been denied any historical being” (GILROY, 1987, p.207).

Os modelos temporais alternativos da diáspora costumam operar disjuntivamente recusando o tempo do produtivismo – o tempo noturno, o tempo do prazer e do lazer, é o tempo certo:

However, more significant than the rejection of capitalism’s legal system is the critique of the economy of time and space which is identified with the world of work and wages from which blacks are excluded and from which they, as a result, announce and celebrate their exclusion. In these patterns of corruption, the night times is the right time. (Ibid., 210)

A música negra significa o passado histórico a partir desses tempos disjuntivos dentro de uma estrutura antifônica, interrompida por gritos e grunhidos que demonstram uma luta subterrânea para estabelecer a comunicação para além das palavras (Ibid., 212). Segundo Gilroy, estas interrupções cumprem uma função mnemônica: “dirigir a consciência do grupo de volta a pontos nodais importantes em sua história comum e sua memória social” (2012, p. 370). Esse conceito de história não apenas se pauta por um papel

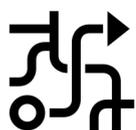


terapêutico de fazer o passado suportável no presente, mas também estabelece algumas transgressões por elementos “africanos”, como uma disputa para manter a unidade entre ética e política, divididas pela concepção eurocêntrica de que a verdade, o bem e o belo possuem origens diferentes e pertencem a domínios distintos do conhecimento (GILROY, 1993, p. 136); por outro lado, a centralidade da espiritualidade sustenta a separação entre liberdades formais e a emancipação humana (GILROY, 1987, p. 227). Por fim, essa história é utópica e se orienta ao futuro, de onde afora os auspícios em que Gilroy projeta o fim da raça.

DISPUTA EM TORNO DO VISÍVEL

Paul Gilroy compreende a escrita da história por seu viés figurativo-performativo, utilizando o passado para confrontar as prefigurações da narrativa histórica postas pelo absolutismo étnico. Deste modo, um conceito de história antirracista não significa apenas a recuperação da experiência dos/as africanos/as escravizados/as e de seus descendentes, uma vez que a violência epistemológica do racismo não pode ser resolvida apenas com um trabalho empírico exaustivo. Gilroy sugere reinscrever a agência histórica destes sujeitos nas macro-narrativas dos Estados-nação e da modernidade, pensando em disputar a prefiguração da comunidade política e descredenciar verdades raciais. Este trabalho deve atentar para os modos como o racismo age no presente e como ele afeta a cultura histórica, sempre com suas particularidades temporais e locais. Gilroy adverte que é necessária uma revisão crítica de pressupostos epistêmicos da historiografia, particularmente sobre conceitos de tempo, espaço, arquivo e agência. Como um último exemplo de seu modelo de trabalho historiográfico, apresento nestas linhas finais a escrita antirracista da história em um livro dito como marginal em sua obra: *Black Britain: a Photographic History* (2011), que conta a história da presença negra no Reino Unido a partir de fotografias. Esse trabalho singular em sua biografia, idealizado juntamente com Stuart Hall, que escreve seu prefácio, serve para destacar que as figurações-performativas da narrativa da diáspora disputam ativamente o campo do visível - as produções imagéticas da raça - procurando confrontar estereótipos racistas.

Em *Black Britain* (2011), Gilroy busca refigurar a narrativa da formação da comunidade negra britânica através de uma tensão entre texto e imagens. Sua perspectiva diaspórica é presente como movimentação e utopia: fazer circular as imagens da raça até se alcançar sua contingência. Na única vez que Hayden White falou sobre as imagens, destacou



que mesmo o registro imagético passa por processos de pré-figuração e as narrativas imagéticas passam por adequações nas formas exigidas em um tempo e lugar (WHITE, 2010). Sendo assim, elas não podem dizer algo mais “verdadeiro” sobre o passado. *Black Britain* é idealizado como um *coffee table book* – um livro projetado para ser manuseado em espaços coletivos. Na narrativa, Gilroy assume o posicionamento de um “contador de histórias”, desenvolvendo temas e teses abordadas e trabalhadas em investigações anteriores. Malini Guha destaca dois pontos especiais neste trabalho: de um lado, o uso da justaposição de imagens contrastantes como forma de ilustrar complexidades, em termos de relações de poder, aliança e antagonismos, que fizeram parte da formação das comunidades negras no Reino Unido; de outro, a extensão do conceito de arquivo, que vai desde grandes eventos até banalidades da vida cotidiana (GUHA, 2010).

As fotografias que compõem o relato de *Black Britain* (2011) são parte de fontes variadas, como ilustrações de revistas e jornais. Elas fazem parte dos arquivos da *Getty Images*. Nada mais é dito sobre esse arquivo – que outras possibilidades existiriam ali? A ausência de demonstrações da pesquisa e do diálogo entre os/as pares afasta Gilroy de um sentido científico de história. A narrativa, no entanto, não se torna menos analítica. Seu objetivo explicativo é mostrar como ao longo de uma pequena história, a partir dos anos do pós-guerra, o Reino Unido produziu regimes de visibilidade da raça envolvendo um senso antagônico entre a *blackness* e a britanidade. Nesse sentido, Gilroy incorpora o caráter figurativo-performativo da escrita da história como modo de afirmar a possibilidade de ser negro e britânico. Ele se propõe as questões: quem e o que deve ser incluído no retrato oficial do Reino Unido sobre si mesmo? O que deve ser entendido como uma história autenticamente britânica?

A pré-figuração do passado pela diáspora introduz o movimento no lugar da inércia. Ranu Samantrai observou que a paisagem urbana é presente em quase todas as imagens mostradas em *Black Britain* (2011). Para Samantrai (2014), a estética urbana e a poética da mobilidade fazem parte da teoria pós-colonial, utilizadas tanto por Hall quanto por Gilroy. Para ela, Paul Gilroy segue a metáfora de Marshall Berman: a cena do encontro trágico nas ruas significa o nascimento da modernidade, da experiência da liberdade, não somente para a burguesia, mas também ao proletariado, iniciando a luta das classes (SAMANTRAI, 2014, p. 147-148). As fotografias dos conflitos raciais, da destruição das ruas e dos enfrentamentos, sustentam o argumento de que a raça é uma formação moderna que situa lado a lado terror e razão (ver Figura 1).



Figura 1 - race riots em Notting Hill, 1976

Fonte: Black Britain: A Photographic History

A narrativa de Gilroy começa antes da chegada do *Empire Windrush*, navio que traz a primeira geração de imigrantes caribenhos para o Reino Unido em 1948. As primeiras fotografias mostram como o Império britânico situava-se em uma rede cosmopolita que desde já apresentava grupos de pessoas não-brancas vivendo na metrópole e fazendo parte dos eventos mais celebrados da memória britânica. Essas imagens dirigem-se contra o argumento de que os problemas raciais começaram com a imigração. Como diz Stuart Hall no prefácio que escreve para o livro, a migração caribenha não foi o começo de nada (GILROY, 2011, p. 7), apenas, nas palavras de Gilroy, uma parte de uma história obstinadamente ocultada (Ibid., p. 77). *Black Britain* é organizado cronologicamente, de década em década, até a situação dos/as negros/as no presente. A narrativa é direcionada

como um diálogo com a memória do/a leitor/a, o que Gilroy chama de um conceito de “história aberta” (Ibid., p. 22).



Figura 2 - Empire Windrush nas docas de Tilbury em 1948

Fonte: Black Britain: A Photographic History

W. J. T. Mitchell (2015) comparou a situação das imagens a dos grupos subalternizados: elas são marcadas pela sua impotência, pela falta. Nesta abordagem, Mitchell situa uma dialética entre poder e desejo. Sugere questionar: o que querem as imagens? O que falta a elas? Em diversas interrupções que Gilroy realiza em sua narrativa mais ou menos contínua, é possível enxergar estas questões. O que falta nessas fotografias é justamente o ponto cego do poder: o corpo. Trazido à existência pela interpelação da injúria racial, as imagens gostariam de fixar a pele como do estereótipo racial e fonte da certeza da diferença. Gilroy diz que a chegada da geração *Windrush* foi largamente documentada, e analisa que essas fotografias desejavam destacar aquele evento como um começo de algo diferente, o que relacionaria politicamente raça e imigração nos anos subsequentes (ver Figura 2).

The photographers' intentions were consistent. This event was to be understood as the start of something big, significant and fraught with danger. More often than not, that epochal first contact was discovered already to be underway in the streets where the dynamics of this invasion and the coerced interdependence that resulted from it were to be painfully negotiated. (GILROY, 2011, p. 71-77)

De acordo com Gilroy, ao longo dos anos 50 e 60, as imagens buscaram retratar os imigrantes como seres “alienígenas”, culturas estrangeiras que não seriam compatíveis com a tradição do Reino Unido. Nas décadas de 70 e 80, após as medidas de controle de imigração, as interpelações racistas tentavam associar negros/as à criminalidade como uma negativa aos seus pertencimentos à vida cultural britânica (Ibid., 159). Por essa abordagem a respeito da construção da visibilidade da raça, Gilroy apresenta o racismo como um dado histórico, contingente, parte exclusiva de uma dada época e das definições políticas que o estereótipo racial recebe em sua tentativa de fixar a pele como seu significante.

Seguindo a tradição pós-colonial, Gilroy introduz um sentido de agência por sua narrativa. Os/as negros/as movimentam-se, reinventam-se e negam o desejo colonializador sobre seus corpos. Ao longo das dificuldades vividas pelos/as negros/as nos anos 70 e das soluções criativas da diáspora para reagir às opressões, as imagens também se transformam. As fotografias sobre as multidões, os tumultos e as destruições de rua durante os “conflitos raciais” predominam neste momento. A cultura aberta desta geração, que descobriu na diáspora uma compreensão mais valiosa sobre si mesmo, incentivou convivências para além das linhas de cor. A agência histórica figurada em *Black Britain* (2011) relaciona-se também com resistências e negociações aos regimes de visibilidade da raça. Diante das câmeras, os/as negros/as se movimentam, posam, sorriem. Ao abordar a foto de

um rapaz negro anônimo de 1890, por exemplo, Gilroy destaca sua pose como uma forma de tentar controlar sua própria imagem: “perhaps, the cool pose he has struck helps him to feel able to controle the terms on which he is to become visible” (Ibid., p. 31) (ver Figura 3).

As últimas páginas dessa narrativa imagética abordam mudanças na ordem racial e consequentemente mudanças no arquivo imagético ao longo dos anos 90 e começo do século XXI. As transformações começam com o assassinato do jovem negro Stephen Lawrence em uma parada de ônibus no sudeste de Londres em 1993. Pela repercussão do caso, diz Gilroy, os padrões raciais que relacionavam a lei, o crime e a imigração como formas de negar a relação entre negritude e britanidade, expressados a partir do difícil relacionamento entre a polícia e os bairros negros, alteraram-se de tal maneira que os/as descendentes dos/as imigrantes passaram a ser aceitos/as como parte dos retratos da nação.

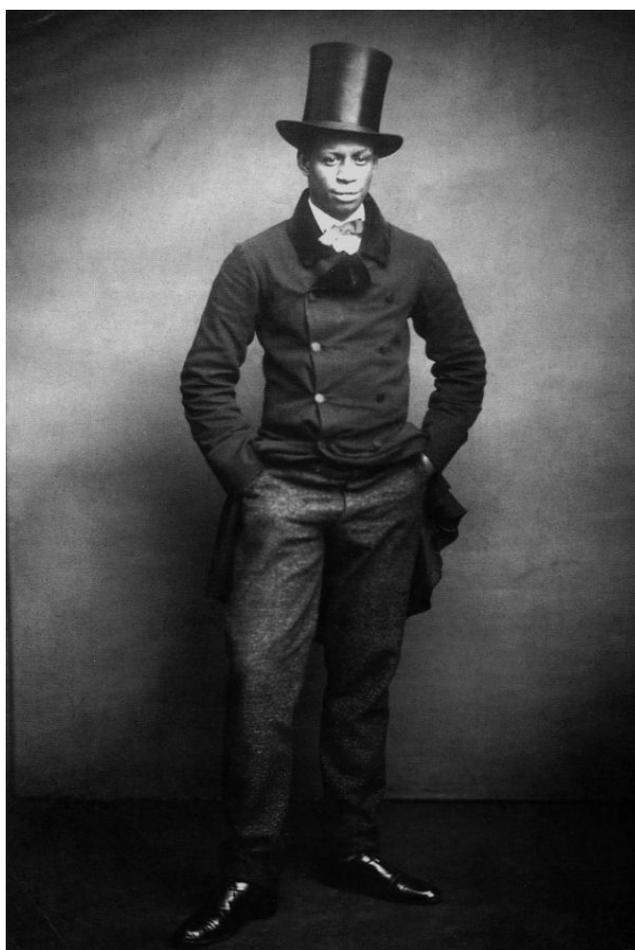
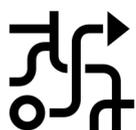


Figura 3 - Jovem vestindo um terno formal em meados de 1890

Fonte: Black Britain: A Photographic History

As fotografias nesse momento abandonam a vida cotidiana e as representações das culturas negras como algo inesperado e migram para os corpos solitários de celebridades,



como artistas, musicistas, além de atletas negros/as. O isolamento destes personagens, em contraste às imagens das multidões negras anteriores, sugere, segundo Gilroy, um convite para que essas pessoas abandonem suas particularidades culturais e étnicas para que sejam aceitas na comunidade nacional. Estas imagens demonstram uma reorientação do racismo britânico da antiga memória da imigração para as ideias de “choque de civilizações” que marcam as guerras neocoloniais, com uma especial atenção à xenofobia contra os/as mulçumanos/as. Por outro lado, este momento também é caracterizado pelo declínio das culturas diaspóricas entre a juventude negra, como o rastafarismo, em favor de uma cultura genérica negra controlada por uma classe burguesa afro-americana. Para Gilroy, atualmente o *hip-hop* compõe a trilha sonora das novas relações imperiais, além de ser parte integral na operação comercial que seduz jovens para a maquinaria das forças armadas norte-americanas. Ele adverte que é preciso reconhecer a distância entre os/as negros/as bretões e os/as produtores/as da afro-americanização. Gilroy apresenta a narrativa histórica de *Black Britain* (2011) como uma resposta a este presente: “that choice affiliates black life here with a vital culture that cannot be conceived as a dead piece of property to be monopolised by any particular group of owners” (Ibid., p. 306). É pensando em intervir neste presente e disputar a eleição de um futuro que Gilroy escreve a história, concebendo-a desde baixo, dos modelos figurativos que as culturas negras fornecem e que extrapolam as limitações do registro escrito e circunscrito à nação e ao seu tempo vazio e homogêneo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

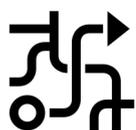
ÁVILA, Arthur. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crítica à crise. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, 2018a.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2017.

CENTRE for Contemporary Cultural Studies. *The Empire Strikes Back: race and racism in 70s Britain*. Londres: Routledge, 2005 [1982].

CERTEAU, Michel De. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Al Margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona: Tusquets Editores, 2008.



- DOS SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 60, p. 161-186, 2017.
- DWORKIN, Dennis. Paul Gilroy and the Pitfalls of British Identity. In: FISCHER, Rebecka Rutledge; GARCIA, Jay. *Retrieving The Human: reading Paul Gilroy*. New York: Suny Press, 2014, p. 31-52.
- FABIAN, Johannes. O Tempo e a escrita sobre o Outro. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a "Europa": antropologia, artes, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, 2005, p. 63-100.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FRYER, Peter. *Staying Power: the history of black people in Britain*. London: Pluto Press, 2010 [1984].
- GILROY, Paul. *Black Britain: A Photographic History*. London: Saqi, 2011.
- _____. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 [1993].
- _____. *Small Acts: Thoughts on the politic of black culture*. London: Serpent's Tail, 1993.
- _____. *There Ain't No Black in the 'Union Jack': the cultural politic of race and nation*. London: Hutchinson, 1987.
- GUHA, Malini. Black Britain: A Photographic History by Paul Gilroy; The Ghosts of Songs: The Film Art of Black Audio Film Collective, edited by Kodwo Eshun and Anjalika Sagar; Exiles, Diasporas and Strangers, edited by Kobena Mercer, *Visual Culture in Britain*, London, vol. 11, n. 1, p.129-134, 2010.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, vol. 11, n. 1, p. 31-47, 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- LA GRECA, Maria Inês. *Historia, figuración y performatividade: crítica y persistencia de la narración en la Nueva Filosofía de la Historia*. Tese (Doutorado em Historia) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2013, 313p.
- MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, Emmanuel (org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.165-189.
- MUDROVIC, Maria Inês. La nación, el tiempo histórico y la modernidad: la historia como síntoma. *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades de la Universidad de Morón*, Buenos Aires, vol. 17, p. 25-38, 2012.
- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, Pittsburgh, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.



_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.117-142.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Memoria y Sociedad*, Bogotá, vol. 14, n. 28, p. 11-31, 2010.

SAMANTRAI, Ranu. Sedentary and Mobile Poetics. Paul Gilroy and the Aesthetic of Postcolonial Theory. In: FISCHER, Rebecka Rutledge; GARCIA, Jay. *Retrieving The Human: reading Paul Gilroy*. New York: Suny Press, 2014, p. 131-159.

SETH, Sanjay. Back to the future? *Third World Quarterly*, London, vol. 23, no. 3, p. 565-575, 2002.

TOMICH, Dale. Resenha “O Atlântico negro” e “Small Acts”. *Afro-ásia*, Salvador, n. 17, p.252-259, 1996.

TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade: notas sobre a descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, vol. 22, n. 02, p. 52-77, 2019.

WILLIAMS, Paul. *Paul Gilroy*. London; New York: Routledge, 2013.

WHITE, Hayden. Historiografía e historiofotía. In: _____. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 217-227.

_____. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da USP, 1995.

Recebido em: 27/04/2020

Aprovado em: 13/06/2020

O que a COVID-19 tem a dizer aos historiadores? Uma breve reflexão sobre o presente e o futuro historiográfico

What does COVID-19 has to say to historians? A brief meditation about the historiographical present and future

REIS, Marlon Ferreira dos *

<https://orcid.org/0000-0003-2548-0445> 

RESUMO: A crise lançada pela pandemia do coronavírus levantou questionamentos ao redor de todo mundo acerca do tipo de sociedade que está sendo construída e como será o futuro da humanidade. A tragédia da COVID-19 teve como pano de fundo, especialmente em território americano, a proliferação das *fake news* e do negacionismo científico, assim como a grande preocupação de diversos setores sociais para as discussões em torno das mudanças climáticas. Desse modo, os apontamentos que pretendo realizar indicam para a demanda da historiografia, especialmente na área da Teoria e Filosofia da História, de considerar com afinco o atual contexto de crise político-ambiental. O que proponho é uma aproximação das questões da historiografia com as problemáticas explicitadas pelas ciências naturais, baseada no fato de que ambos os campos são ameaçados pelo negacionismo obscurantista, no crítico momento em que as distinções entre o tempo histórico e geológico estão em um vertiginoso processo de sobreposição.

Palavras-chave: COVID-19; Fake News; Crise Climática.

ABSTRACT: The crisis launched by the coronavirus pandemic raised questions around the world about the model of society that is being built and what the future of humanity will be like. The challenge of COVID-19 had as a background, especially in American territory, the proliferation of fake news and scientific negationism, as well as the great concern of various spheres of society for the discussions on climate change. Hence, the points I intend to make indicate for the demand of historiography, especially in the Theory and Philosophy of History area, to take a hard look at the current context of political-environmental crisis. What I propose is an approach of the questions of historiography with the problems made explicit by the natural sciences, based on the fact that both fields are threatened by obscurantist negationism, at the critical moment when the distinctions between historical and geological time are in a dizzying process overlap.

Keywords: COVID-19; Fake News; Climate Change

*Mestrando em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro, bolsista CNPq. Estudante no grupo de pesquisa HISTOR - Núcleo de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: marlonteoria@outlook.com



INTRODUÇÃO

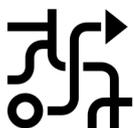
As opiniões das pessoas são projetadas principalmente para fazê-las se sentir confortáveis; a verdade, para a maioria das pessoas, é uma consideração secundária (RUSSELL, 1942, p. 1).

Mas faça-nos um favor, Sr. Presidente. Se o senhor deseja algo, comece a tratar a ciência e seus princípios com respeito (THORP, 2020).

É consenso entre os historiadores brasileiros, quiçá do resto do globo, de que a historiografia como disciplina acadêmica vem enfrentando inúmeros desafios que fazem tremer as próprias estruturas nas quais o conhecimento histórico se assentou. São questionamentos estes advindos tanto dos âmbitos públicos, quanto dos teóricos, metodológicos e epistêmicos. Se alguns historiadores afirmam que durante o período da década de 1960 ocorreram os anos de ouro da história acadêmica, podemos dizer que os anos 1970 trouxeram inúmeros questionamentos externos e internos ao próprio saber histórico, dos quais este ainda não se recuperou plenamente (HARTOG, 2017, p. 09-30).

No momento em que escrevo esse artigo, estamos vivendo uma pandemia acarretada pelo vírus SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome-Corona Virus-2), que produziu a doença COVID-19. A saber, a COVID-19 foi descoberta em Dezembro de 2019, na província chinesa de Wuhan e, em pouco tempo, notou-se que o vírus tinha uma altíssima capacidade transmissória, o que desencadeia um crescimento assustador do número de infectados. O SARS-CoV-2 se alastrou por praticamente o mundo inteiro de forma atordoante e, no dia 9/04/2020 (quando faço os ajustes finais no texto), temos no mundo 1.438.994 casos confirmados, 85.586 mortes, em 214 países. O vírus aqui em questão basicamente freou todos os países do globo, acabando com voos internacionais e nacionais, com a produção econômica, e até com a circulação de pessoas nas ruas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Por conseguinte, deparamo-nos com uma situação ridiculamente atual, e, tenho ciência de que muitos leitores estão se questionando nesse momento se deveria um historiador discorrer sobre um assunto tão recente. Vejo que há a indagação: o que um historiador pode falar sobre a COVID-19? Acredito que essa pergunta, para os fins desse artigo, pouco é relevante. Abandonemos tal pergunta por um instante e o questionemos: o



que a COVID-19 pode falar aos historiadores? Antecipando meu argumento, acredito que o coronavírus atual nos apresenta uma perspectiva de futuro ameaçado e incerto; e, em relação a isso, como a nossa dimensão presente é demasiadamente conturbada por forças públicas (grupos sociais e instituições governamentais) que desprezam os saberes acadêmicos em prol de um objetivo político próprio.

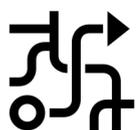
A VERDADE E A MENTIRA NA RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E AS CIÊNCIAS

De modo mais intenso desde as eleições brasileiras de 2014, há a crescente tentativa de deslegitimação do trabalho historiográfico por parte de diversos representantes políticos, os quais encontraram sua expressão máxima no atual Presidente da República, Jair Bolsonaro. Os historiadores sentiram de forma latente o ataque e o desrespeito por suas produções crescendo de forma escalonada nos discursos de figuras presentes nas redes sociais e na grande mídia. Entretanto, se analisarmos em perspectiva mais ampla, é possível atestar que não só a história sofreu com um crescente negacionismo e deslegitimação; as ciências e os especialistas como um todo estão sendo atacadas.

O negacionismo, que difere do revisionismo, sempre ocorreu dentro de temas ditos “polêmicos”, como o caso do Holocausto. Todavia, o que acredito presenciarmos na democracia do século XXI é a sistematização do negacionismo na forma de uma cartilha política para fins de autopromoção como figura pública. Uma estratégia que, apesar de demasiadamente desonesta e perigosa, ofereceu resultados significativos no que tange ao alcance dos que se utilizam desse sistema.

O fato evidente é que diversos indivíduos com grande expressão social utilizaram de uma série de mentiras estratégicas para alçar voos maiores na vida pública, tendo, na maioria das vezes, a ciência como alvo de suas negações. Como bem afirmou Rodrigo Sá Motta (2020, p. 26), “o ataque às bases do conhecimento acadêmico tem dimensões mais amplas e afeta várias áreas científicas. De certo modo, os ‘terraplanistas’ guardam semelhanças com certos críticos da historiografia acadêmica que pontificam nas mídias virtuais”.

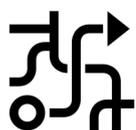
No cenário atual, a televisão e, ainda mais, a internet propiciaram novas formas e caminhos para que haja a disseminação de falácias e opiniões propositalmente controversas. Tais negacionismos fazem parte de um modo de pensar que se apresenta de



forma mais complexa do que a simples adjetivação de “estúpido” pode abarcar. O Índice de Letramento Científico Brasileiro (2018, p. 15-17) atestou: 16% da população brasileira tem um letramento “não científico”, ou seja, localizam, em contextos cotidianos, informações explícitas em textos simples, o que não exige domínio de conhecimento científico; 48% tem letramento científico “rudimentar”, ou seja, que resolvem problemas que envolvam a interpretação e a comparação de informações e conhecimentos científicos básicos, envolvendo temáticas cotidianas; 31% tem letramento científico “básico”, elabora propostas de resolução de problemáticas mais complexas a partir de evidências científicas em textos técnicos e/ou científicos, realizando relações entre textos; e 5% tem letramento científico “proficiente”, ou seja, que avalia propostas e afirmações que exijam o domínio do vocabulário científico em situações diversas, elabora argumentos sobre as hipóteses e a confiabilidade do que está sendo dito, demonstra o domínio do uso das unidades de medida e tem ciência das questões do meio ambiente, saúde, genética, etc.. Interpretando esses fatos, no cenário mais otimista, temos 64% de uma população que não compreende o que está sendo dito por cientistas e especialistas.

Muitos políticos e influenciadores se inserem nessa realidade de analfabetismo científico de forma desonesta ou ignorante, a fim de se utilizarem de parte significativa da população para seus próprios objetivos pessoais. Pondo em termos atuais, a COVID-19, por exemplo, está mostrando como é árduo os cientistas dialogarem e conscientizarem a população e os representantes políticos. Fato que expressa como o caminho ideal da conversação entre essas esferas parece estar em um horizonte distante.

Ora, como bem apontou Michiko Kakutani (2018, p. 15), um candidato que mente deliberadamente e utiliza de propagandas enganosas “dificilmente conseguiria tanto apoio popular se setores do público não tivessem adotado uma postura um tanto quanto blasé em relação à verdade”. Todavia, esses indivíduos não letrados cientificamente, e as figuras que se utilizam desse não-letramento, ainda se comunicam, informam e propagam informações. A internet, nesse sentido, acaba por sofrer com um processo de disseminação de teorias da conspiração, ataques às ciências e, especialmente, *fake news*. Atualmente, temos que ter em vista que “o que se chama hoje de *fake* é um estruturante da vida contemporânea, que não pode ser simplesmente eliminado com as ferramentas críticas tradicionais da historiografia ou compreendido apenas como manipulação falsificadora” (ARAÚJO; KLEM; PEREIRA, 2020, p..8). Com essa nova realidade, não sabemos até que ponto podemos pensar políticas públicas e privadas nos antigos termos de comunicação. Ademais, nota-se que “um tuíte vale mais que 5 mil artigos científicos, vale até uma presidência, desbancando os meios



tradicionais e mais lentos de negociação política e de produção e circulação de conhecimento” (TURIN, 2019, p. 15).

Pesquisadores apontaram que o presidente Trump mentiu 103 vezes durante a sua campanha eleitoral, (LEONHARDT; PHILBRICK; THOMPSON, 2017), da mesma forma, o jornal *The Washington Post* (2020) atualizou no dia 19 de janeiro de 2020 que, em 1.095 dias, o presidente realizou 16.241 afirmações falsas e/ou equivocadas. De forma similar, no caso brasileiro, “as eleições de 2018 foram marcadas pelo grande impacto que a internet teve sobre o resultado final, seja através das *fake news*, de aplicativos de conversas, a informações disseminadas eram muitas, e na maioria das vezes de fonte duvidosa” (ARAUJO; KLEM, PEREIRA, 2020, p. 16). Em outras palavras, o que se tem é que a informação começou a ser transmitida em rede, de pessoa para pessoa, e não mais de modo verticalizado:

Há uma distribuição horizontalizada e fragmentada que, certamente, trouxe algumas importantes modificações nos processos de difusão e apropriação da informação. *Grosso modo*, podemos dizer que, agora ela pertence a todos e a ninguém. Não que a comunicação destinada às massas tenha deixado de existir, mas agora ela também compete com o grupo de WhatsApp da família (MENESES, 2020, p. 35).

Pensando na linha desses apontamentos, a meu ver, o problema é que a substituição da verdade dos fatos por falácias não produz só o problema da mentira ser aceita como verdade, e vice-versa, porém ocorre um processo de aniquilação de sentidos mediante o qual nos orientamos. Inclui-se aqui os meios pelos quais encontram-se os fins da oposição entre verdade e falsidade. Em outras palavras, o problema começa quando não importa mais se a colocação feita é verdadeira ou falsa; a distinção entre uma e outra se torna nublada e, em última instância, irrelevante. A supressão da realidade pela crença se torna um cenário perfeito para o agravamento de catástrofes.

Para fins de esclarecimento, foi descrito pela comunidade científica o comportamento do vírus e, em decorrência disso, pôde-se mapear e prever o crescimento do mesmo em determinados contextos. É sabido que o vírus tem uma taxa de morte de aproximadamente 1%, e o Ministério da Saúde do Brasil atualmente, por consequência do número disponível de testes, apenas registra os indivíduos que dão entrada no hospital por terem complicações com o vírus. O Brasil tem 800 mortos e 15.927 casos, com uma taxa de morte de 5%. Podemos estender os cálculos e projetar um número de casos reais, verificando possíveis situações, mas este não é o ponto aqui, deixarei por conta de cada um realizar os procedimentos matemáticos ou traçar um paralelo com a previsão nos Estados Unidos e



Reino Unido (FERGUSON *et al.*, 2020).¹ No Brasil, até o momento, as devidas medidas de segurança estão sendo tomadas para conter a epidemia, contudo, já é esperado um pico de casos entre abril e maio, o que deve piorar bastante a imagem que temos do vírus em solo brasileiro. Todavia, o próprio presidente Jair Bolsonaro apresenta comportamentos controversos e indevidos em relação a situação atual: como a chamada para as manifestações no dia 15/03/2020 no Distrito Federal, sua saída para cumprimentar eleitores, tirar fotos com grupos, manter contato próximo e, de forma mais grave, o pronunciamento oficial em rede nacional do dia 24/03/2020 (BBC, 2020).²

Vale ressaltar que o negacionismo presente na fala de figuras políticas, como na própria família Bolsonaro, não é um “ultrarelativismo” em que qualquer opinião é válida, muito pelo contrário. Esse negacionismo se justifica por se autopromover como o real detentor dos fatos, como a “ciência verdadeira”, cujas teorias conspiracionistas afirmam que a “verdade real” vem sendo ocultada por certos poderes como a NASA, a China ou os comunistas. Em suma, “o negacionismo bolsonarista não admite seu aspecto irracional ou anticientífico, ao contrário, alimenta as expectativas de que uma ciência verdadeira legitima suas narrativas” (ARAUJO; KLEM; PEREIRA, 2020, p. 17). Portanto, de forma paradoxal, “o discurso sobre a ‘verdade’ reverteu-se em ferramenta para negação e a manipulação de dados” (MENESES, 2020, p. 35).

Isso reforça uma prática na qual as pessoas se tornam pouco interessadas em saber a veracidade de algo, na realidade, acabam por dar importância se isso é conveniente para se acreditar e se faz parte do mesmo repertório (conspiratório e negacionista) que estão acostumados a acreditar. Somado a isso, Alice Marwick e Rebecca Lewis (2017) apontaram que uma vez que os indivíduos aceitam ideias extremistas, sejam estas de cunho político ou intelectual, eles provavelmente estão mais abertos a se relacionarem com outras ideias extremistas. Isso não é um determinismo, apenas a elucidação de uma possível afinidade eletiva. O ponto é que, se tal padrão de afinidade ocorre desta maneira, é perigoso que um terraplanista ou negacionista que também é um político eleito, leve seu anticientificismo para suas ações públicas.

¹ Atualmente, no dia 17/06/2020, tendo em vista o enorme grau de subnotificação brasileira de casos de COVID-19, traçar qualquer modelagem futura da curva de casos se torna muito complicado. Entretanto, a saber, a taxa de mortalidade de COVID-19 no Brasil ainda beira os 5% (4,868%).

² Para quem acompanha a epidemia no Brasil, percebe imediatamente que estas colocações estão desatualizadas. O Brasil aparenta, no dia 17/06/2020, não aparenta estar seguindo a opinião dos especialistas e, possivelmente, está/estará em um cenário sem controle da doença. O presidente Bolsonaro cada vez toma atitudes que vão mais diametralmente contra as medidas adotadas por outros países e recomendadas pela OMS, realizando ações mais graves do que o pronunciamento do dia 24/03/2020.

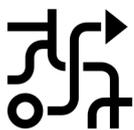


Considerando que os participantes dos grupos negacionistas e extremistas interagem dentro da realidade e criam uma rede de sociabilidade, o que temos é que não há apenas uma questão “intelectual” em jogo, mas também social e política. Pois, o que acaba entrando em foco não é apenas uma opinião de certo ou errado, verdadeiro ou falso, mas a própria relação complexa das noções de pertencimento e não pertencimento a determinado grupo que moldou a identidade dos sujeitos que fazem parte dele. O que temos são figuras que, em um primeiro momento, são extremamente carismáticas e uma horda de *minions* que “negam todo um arcabouço de produção do conhecimento, contrapondo dados científicos com suas impressões ou suspeitas sobre resultados” (MENESES, 2020, p. 36) que, muitas vezes, sequer compreendem de forma satisfatória.

Eis que repousa a assertiva de que “um dos maiores desafios que temos em nossa democracia é o fato de não compartilharmos a mesma base de fatos”, pois os indivíduos estão “operando em universos de informação completamente diferentes” (KAKUTANI, 2018, p. 13). Contudo, os negacionistas e anticientistas, de modo geral, dialogam na mesma base de pensamento e “pseudo-fatos”. O que significa dizer que os controversos sujeitos na esfera política estão dialogando na mesma linguagem dos conspiracionistas e negacionistas na sociedade civil. Então temos que os cientistas, negacionistas, e o resto da sociedade não falam a mesma linguagem. Por um lado, há a distinção na forma de se comunicar, por outro, as diferentes visões da realidade.

O problema é que figuras públicas, como Olavo de Carvalho, constroem sua própria autoridade no processo de desqualificação da produção do conhecimento científico e racional, atacando professores, pesquisadores, intelectuais, a fim de taxá-los como doutrinadores, partidários, ideólogos, comunistas, etc.. Por conseguinte, ao se levantar suspeição acerca dos fazedores e divulgadores do conhecimento, as produções destes sujeitos são desqualificadas e desconsideradas como saberes válidos. Assim, deparamo-nos com a “difusão de uma ideia de verdade, que toma por base a aceitação de valores pessoais e de grupos como balizadores da informação e do conhecimento [...]” (MENESES, 2020, p. 41). Como revelou a IDEA Big Data, 98,21% dos eleitores de Jair Bolsonaro foram expostos a notícias falsas, destes, 89,77% acreditaram que era notícia verdadeira. Entretanto, quase 80% dos entrevistados eram favoráveis de que as redes sociais enviassem correções de *fake news*. Como comenta Meneses (2020, p. 4), “percebe-se que, embora a maioria tenha consciência da existência de *fake news*, acreditar ou não parece ser uma questão de escolha”.

Todo governo assenta-se sobre a opinião, Hannah Arendt (1997, p. 289) atesta que nem mesmo o mais tirânico dos governantes “pode alçar-se algum dia ao poder, e muito



menos conservá-lo, sem o apoio daqueles que têm modo de pensar análogo”. Assim sendo, é de se esperar que um presidente conspiracionista, eleito democraticamente, represente uma série de indivíduos, visíveis ou anônimos, que se enxergam no discurso do governante.

O fato é que a internet “produz, antes, bolhas de contemporaneidade algorítmicas, que pouco ou nada interagem entre si” (TURIN, 2019, p. 17). Não há um contato global entre os internautas que possibilite um diálogo, uma sincronização, saudável entre seus usuários. Temos a *possibilidade* de saber – o acesso – e não a aprendizagem em si. O comum na internet são esses isolamentos; a fragmentação em função de forças, afetos, aversões, que transcendem o virtual, mas que são potencializados pelo meio digital. Que só abrem-se umas para as outras em momentos de crise e de polêmica.

No caso atual, a COVID-19 não permite margem para erros, para jogos políticos, para *fake news*. Se observamos o cenário estadunidense; no dia 30/01/2020 o país tinha cinco casos registrados, menos de três meses depois, 08/04/2020, os números oficiais apontam 363.321 casos registrados, (lembrando que esses são os que dão entrada no hospital e não o número total de casos), e o assustador número de 10.845 mortos pela COVID-19 (CORONAVIRUS..., 2020).³

Vejamos a fala do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (APUD: BRUNO, 2020): “também é doente a *fake news*. [...] Os doentes das *fake news* gostam de se travestir da autoridade ou de ‘pseudoautoridade’ de alguém para poder espalhar notícias (falsas) e assustar as pessoas”. O astrólogo Olavo de Carvalho afirmou na plataforma de vídeos Youtube que não existe epidemia de coronavírus, chegando a dizer que não há sequer mortes confirmadas relacionadas a COVID-19. O que parece ser um enorme surto de insensatez, na realidade se transforma em algo ainda mais problemático, vide que Carvalho ficou conhecido como “guru bolsonarista” por participar da base ideológica de Jair Bolsonaro. Essas não são as primeiras teorias conspiratórias realizadas pelo astrólogo, o mesmo se pôs contra a vacinação e afirmou que a indústria farmacêutica estava conspirando ao dizer que cigarro é prejudicial à saúde (CATRACA LIVRE, 2020).

O caso é preocupante, pois, por um lado, como afirmou Mandetta, as *fake news* são uma epidemia na sociedade contemporânea e, por outro, a COVID-19 parece existir como um muro entre os devaneios e afirmações absurdas e a realidade. O que devemos nos atentar, como historiadores, é em como o descaso pelos fatos, a substituição da razão pela emoção, e o não-conhecimento científico (todos fomentados pelo próprio aparato estatal)

³ No dia 17/06/2020, os Estados Unidos da América possuem 2.201.514 casos confirmados e 118.811 mortes.



estão diminuindo o valor da verdade, e o que isso pode vir a significar para o futuro. Nesse sentido, eu gostaria de fazer uma pequena assertiva: nós não temos tempo para lidar com pensamentos anticientíficos. Quando digo tempo, quero dizer na forma de cronologia. Cada vez serão menores os intervalos de reação às catástrofes que ocorram. O que não significa que não devemos colocar esforço para combater o anticientificismo, muito pelo contrário. O corpo acadêmico especificamente *precisa* combater e instruir toda a irracionalidade e obscurantismo que vemos se formar no contexto contemporâneo.

O FUTURO COMO CATÁSTROFE

A COVID-19 está mostrando como uma parcela considerável da sociedade, mesmo vivendo em dependência dele, não compreende, ignora e rechaça o ofício intelectual. Ao mesmo tempo, revela que nós todos habitamos o mesmo sistema ecológico, geológico e material: o pálido ponto azul, o Sistema Terra. Ao passo que o SARS-CoV-2 dominou e parou o mundo em uma velocidade assustadora, o mesmo ressaltou para muitos que as fronteiras não são tão sólidas quanto prezam os nacionalistas, e, tampouco, temos lugar para correr quando uma catástrofe global ocorre. Não existe “fora” tangível para nós. Produz-se, então, para usar o vocabulário da época nuclear, uma “solidariedade negativa”: baseada num temor compartilhado globalmente, mas que “tem seu correspondente numa percepção menos articulada, mas não menos poderosa, de que a solidariedade da humanidade só pode ser significativa num sentido positivo se vier acompanhada pela responsabilidade política” (ARENDETT, 2008, p. 92).

Sobretudo, a pandemia que presenciamos no turbulento ano de 2020, demonstra que a ciência existe como um pilar fundamental da civilização contemporânea. Não há teoria da conspiração capaz de fazer um foguete chegar a Lua, não há pseudociência que cure as doenças que viremos a enfrentar, assim como não há negacionismo que impeça que o planeta pare de esquentar se continuarmos a emitir a mesma quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera. A ciência não é apenas central no presente, mas também para o futuro. Sem ciência, em poucas palavras, não parece haver futuro. Apenas catástrofes. É isso que a COVID-19 tem a dizer para os historiadores.

A questão que reflito aqui é que, tendo em vista que viveremos em tempos precários em um futuro não tão distante, tal fato não parece ter feito tanto barulho quanto o esperado entre os historiadores. As problemáticas e questões ambientais contemporâneas não

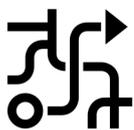


encontram espaço nas discussões em sala de aula e ainda é incipiente o número de vezes que aparece nos periódicos de grande expressão no cenário. Não necessariamente em uma perspectiva da História Ambiental, mas algumas considerações no âmbito da Teoria e Filosofia da História acredito que precisam ser feitas sobre o tema. Pois, as ciências naturais (especialmente a biologia e a química) já deixaram bem claro que a humanidade está em uma corrida contra o tempo e, como bem sabem os historiadores, não há história sem humanidade. A cada ano que passa, a situação muda, o planeta caminha para ser mais inóspito, e isso altera, ou deveria alterar, a nossa própria visão da temporalidade histórica, mas não nossas visões teóricas e acadêmicas.

Se a História Ambiental nos reconduz de volta a natureza, as outras vertentes historiográficas deveriam fazer o mesmo exercício. O “sensorial” precisa adentrar na História. Entretanto, aos que se dispuserem a realizar tal exercício, o gosto que sentirá será amargo, o toque quente e o cheiro desagradável. “Os materiais e análises sobre as causas (antrópicas) e as consequências (catastróficas) da crise planetária vêm se acumulando com extrema rapidez, mobilizando tanto a percepção popular, devidamente mediada pela mídia, quanto a reflexão acadêmica” (CASTRO; DANOWSKI, 2014, p. 11). Contudo, essa mobilização está acontecendo de forma, a meu ver, lenta pelos historiadores brasileiros. Podemos ver que a atual pandemia clama por uma interdisciplinaridade e um diálogo profundo entre as ciências humanas e naturais para realizar uma mínima compreensão do cenário atual.

Vírus como o SARS-CoV-2 ou mais potentes são esperados, tendo em vista que a distribuição e população da fauna silvestre tem sido cada vez mais alterada em determinadas regiões do planeta (se não todas). A COVID-19 demonstra que as catástrofes futuras tendem a ser cada vez mais democráticas em suas horroridades. Claro, não sejamos hipócritas, na maioria esmagadora das vezes, as populações mais vulneráveis econômica e socialmente serão as primeiras afetadas por um evento catastrófico qualquer. Entretanto, as classes e nações abastadas tem de entender que “é da natureza do colapso iminente que ele atingirá a todos, de uma forma ou de outra”. Não só o Ocidente, ou Oriente, os países capitalistas ou socialistas, “mas toda a espécie humana, a própria ideia de espécie humana, que está sendo interpelada pela crise – mesmo, portanto e sobretudo, aqueles tantos povos, culturas e sociedades que não estão na origem da dita crise” (Ibidem, p. 12).

Dipesh Chakrabarty (2009, p. 221) afirmou que “as mudanças climáticas são uma consequência não-intencional das ações humanas, e apenas a análise científica pode mostrar que elas são o efeito de nossas ações enquanto espécie”. Foi a ciência, ainda nos anos de 1970, que confirmou que as mudanças climáticas que presenciamos são fruto de nossa

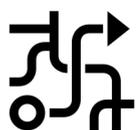


própria intervenção nesse planeta que pouco parecia responder aos nossos estímulos ao longo do tempo. É a mesma ciência que alerta estarmos mais próximo da aniquilação da espécie humana hoje do que estávamos durante os dias mais tensos da Guerra Fria, quando dezenas de armas nucleares estavam sob nossas cabeças (fato que ainda ocorre) (DOOMSDAY..., 2020).

Apenas quando a Teoria e a Filosofia da História brasileira compreenderem que a COVID-19, as chuvas cataclísmicas, os verões intensos, e outros fatores do ambiente fazem parte da temporalidade histórica contemporânea e deve entrar na pauta das discussões acadêmicas é que poderemos compreender que o fenômeno das *fake news* e do negacionismo não são fatos isolados no tecido social e político. Em realidade, esses problemas atuais do mundo acadêmico dialogam diretamente com uma crise sem precedentes do futuro da humanidade como espécie, e, logo, da própria História, pois são materiais estruturantes da realidade presente que dialogam com uma negação não só do atual, mas do devir catastrófico.

A historiografia precisa ter um compromisso ético com a verdade. Claro que poderíamos problematizar infinitamente aqui a ideia de verdade, entretanto, este não é o objetivo deste trabalho e tal discussão precisaria de mais espaço de argumento. Não precisamos retornar a um positivismo ou historicismo, como em diversos momentos os colegas das ciências humanas acusam, as vezes injustamente as vezes com razão, os cientistas naturais. De qualquer maneira, “acreditar que nenhuma verdade é realmente alcançável pelo conhecimento histórico significaria, no limite, admitir que todas as versões podem ser igualmente aceitáveis. Se assim fosse, não poderíamos estabelecer quem tem razão no debate sobre tortura na ditadura, por exemplo” (MOTTA, 2020, p. 25). Não há uma verdade absoluta, tampouco devemos ter uma pretensão à verdade absoluta, mas precisamos delimitar traços essenciais de certos eventos e processos. O que podemos produzir, a partir da interpretação das evidências é “uma verdade provisória, portanto, referenciada no conhecimento que se pode estabelecer hoje” (Ibidem, p. 26).

A COVID-19 bate na porta da torre de marfim dos historiadores para lembrar que existe uma realidade factual, mesmo que inalcançável em sua forma plena, que afeta o tecido social. Por conseguinte, é tempo de entender a natureza, em forma de realidade material, como um agente histórico (WORSTER, 1991, p. 198-215). Pensar isso significa reconhecer a existência desse mundo e não neutralizá-lo em uma guinada relativista exacerbada, negando, por consequência, o presente e o futuro.



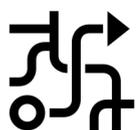
A historiografia contemporânea, de modo geral, aceitou a existência de uma multiplicidade temporal. Cada grupo e sociedade é dotado de uma forma de estruturar e ordenar suas concepções de tempo. Há distintos ritmos, velocidades, definições de passado, presente e futuro, antes e depois, que produzem uma temporalidade histórica distinta e singular. Essas temporalidades, como bem afirma Helge Jordheim (2014, p. 498-515), coexistem e muitas vezes estão em conflito umas com as outras. Todas elas buscam tornar-se hegemônicas, em outras palavras, pôr todos os outros tempos em sincronia consigo própria. Entretanto, dialogando com Rodrigo Turin (2019, p. 14), “em meio a toda a fragmentação do presente, um dos elementos mais fortes que nos obrigam a nos colocarmos em um mesmo tempo é, sem dúvida, a dimensão climática. Diante do tempo catastrófico da natureza, todos nos tornamos contemporâneos”.

Nos anos 2000, o químico atmosférico nobelista, Paul Crutzen, conhecido por seus trabalhos em mudanças climáticas, afirmou que a denominação Holoceno não seria a adequada para ditar o período geológico em que vivemos, e propõe a existência do Antropoceno, no qual a geologia e a ecologia seriam constante e significativamente alteradas pelas ações do ser humano. Contudo, o Antropoceno “é uma época, no sentido geológico do termo, mas ele aponta para o fim da ‘epocalidade’ enquanto tal, no que concerne à espécie. Embora tenha começado conosco, muito provavelmente terminará sem nós [...]” (CASTRO; DANOWSKI, 2014, p. 16).

Desse modo, embaralham-se as distinções entre o que é histórico e o que é natural, o humano se torna agente geoecológico ao passo que a natureza se torna agente histórico-social. Temos, por conseguinte, “um encontro de tempos, enfim, mas sem concordância à vista” (TURIN, 2019, p. 15). É essa concordância que devemos almejar nas reflexões que realizamos, antes que nos tornemos anacrônicos.

O que podemos perceber é que o horizonte de expectativa da humanidade aponta para um cenário escatológico e, agora, com a COVID-19 entrando para nosso espaço de experiência, podemos cada vez mais estruturar uma imagem de um supervírus ou superbactéria, similar à que fez George R. Stewart, em 1949, com seu livro *Earth abides*: um vírus que seja altamente letal e transmissível que ponha a humanidade em cheque.

A aceleração do tempo não é mais apenas no quesito social, cada vez estamos caminhando à passos largos rumo à destruição da espécie humana e de milhares de milhões de animais e vegetais. Para dar um exemplo concreto de nossas ações: as evidências convergem para criar a estimativa de que a cada aumento de 2° C AGW, causado pela queima de 10¹² toneladas de carbono, haverá a morte de aproximadamente 1 bilhão de pessoas em



um período de um a dois séculos. Portanto, uma pessoa é morta toda vez que aproximadamente 10 mil toneladas de carbono são queimadas. Para pôr em termos compreensíveis, cotidianos, em média, uma pessoa no futuro morre para cada quatro voos longos de avião comercial (PARNCUTT, 2019, p. 1-17). Acerca do deslocamento de pessoas por consequência das mudanças climáticas, Wallace-Wells (2019, p. 16-17) expôs as pesquisas, primeiramente da Organização das Nações Unidas, na qual estima-se que, em 2050, teremos 200 milhões (com um teto de 1 bilhão) de refugiados, e do Banco Mundial, que aponta para a cifra de 140 milhões de refugiados do clima. Não são apenas pessoas migrando, mas sim um imenso número de sujeitos que se encontrarão em situações precárias, doentes (vide que enfermidades como a malária, a febre amarela e a dengue serão muito mais recorrentes), sem casa e tendo o fim de suas vidas antecipados.

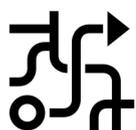
A colocação central se dá no fato de que os negacionismos não estão isolados, mas unidos em uma mesma cartilha ideológica e posicionamento social. Ao que tange ao governo atual, vemos que a COVID-19 revelou que essa estrutura de pensamento e aparato retórico não se sustenta muito bem com a base de apoiadores políticos quando uma catástrofe atinge a todos; no dia 24/03/2020, Jair Bolsonaro fez um pronunciamento em rede nacional, no qual voltou a menosprezar a pandemia, disse:

o vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. [...] Devemos sim voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima de 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos quaisquer manifestação, caso se contamine (BBC, 2020).

Pouco tempo após o pronunciamento de Bolsonaro, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o vice-presidente, Antonio Anastasia, emitiram uma nota à imprensa na qual afirmam que consideram

grave a posição externada pelo presidente da República hoje, em cadeia nacional, de ataque às medidas de contenção ao covid-19. Posição que está na contramão das ações adotadas em outros países e sugeridas pela própria Organização Mundial da Saúde (OMS). [...] A Nação espera do líder do Executivo, mais do que nunca, transparência, seriedade e responsabilidade (BRASIL, 2020).

No dia seguinte, dia 25/03/2020, o governador do Rio de Janeiro afirmou que “o pronunciamento do presidente não encontra eco nas opiniões técnicas. [...] Pronunciamento não tem validade jurídica” (Apud: BARREIRA, 2020). Os atritos entre as



diferentes entidades políticas não parece que terá um fim dentro do atual surto do COVID-19.

No dia 26/03/2020, o *Imperial College London*, que previu o número de milhões de mortos para os Estados Unidos e meio milhão para o Reino Unido realizou um novo trabalho em que analisa as medidas de contenção utilizadas pelos países e conjecturou um número de perdas de vida menor do que se não fizéssemos nada, atestando assim a eficácia das medidas de supressão recomendadas pela Organização Mundial da Saúde até então (lê-se isolamento e distanciamento social). O artigo aponta que quanto mais cedo tomada a medida, mais facilmente o sistema de saúde conseguirá lidar com a epidemia local e menos mortos teremos. Vendo um cenário no qual medida alguma fora tomada, temos uma estimativa de mortes na América Latina e Caribe de 3.194.000 de pessoas entre os meses de abril e agosto de 2020 pela COVID-19; num cenário em que ocorra isolamento quando a taxa de mortes está em 0,2 pessoas para cada 100.000 habitantes por semana, temos um cenário de 158.000 mortes; e, em um cenário em que a supressão ocorreu quando a taxa de mortes estava em 1,6 mortes para cada 100.000 habitantes por semana, temos um 729.000 mortes (FERGUSON *et al.*, 2020b). Os dados, portanto, apontam que a medida de quarentena é o único cenário viável para evitar o maior número de mortos possíveis, um “isolamento vertical”, mantendo só idosos em casa, apenas aceleraria o contágio, aumentando o número de mortos por semana e intensificando a crise que já existe. Ao fim e ao cabo, estamos sendo lembrados de que o sono da razão produz monstros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hannah Arendt (1997, p. 325) reflete que “conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós”. Contudo, o solo e o céu da nossa realidade parecem estar mudando de forma demasiadamente acelerada, rumando para um cenário obscuro e preocupante. A COVID-19 veio e pôs em fervoroso debate os pilares da nossa sociedade; dobrou todos os países e fez o capitalismo (e o comunismo chinês) parar sua tão prezada produção. A economia e a política não estão se sustentando de forma satisfatória perante uma catástrofe viral.

O futuro, por sua vez, apresenta-se demasiadamente mais ameaçador do que a pandemia que enfrentamos no momento. O número de mortos ao redor do mundo, causados



pelo novo corona vírus é passível de se chegar na cifra dos milhões. Os pronunciamentos negacionistas de Jair Bolsonaro são contrariados por diversos estudos e análises. Não vou aqui refletir sobre os impactos econômicos e sociais de manter ou não o funcionamento da sociedade, só demonstro que a opinião política de Bolsonaro e a especializada dos cientistas divergem completamente e isso se apresenta como um problema para o combate da epidemia brasileira.

O SARS-CoV-2 nos força a pensar nas possibilidades futuras e no enfrentamento das problemáticas climáticas e ambientais, que, muito provavelmente, virão com potência maior do que a atual pandemia e poderá parar o mundo muitas vezes mais. Além disso, o coronavírus sacode as colunas de teorização da história e da historiografia ao nos chamar atenção de que, dentre as múltiplas temporalidades, há a ameaçadora presença ambiental que vem para desestruturar o atual padrão de interpretação dos eventos históricos e sociais. A COVID-19 revela uma sociedade globalizada em risco de colapso perante os novos riscos da natureza circundante. Como foi dito por Antonello Pasini (BUSSOLATI, 2020), cientista da mudança climática do CRN, “vamos ver os efeitos do que fazemos hoje para diminuir as curvas em pouco tempo (10 a 15 dias para o vírus, 10 a 30 anos para o clima)”.

A cada dia, semana, ano que passar em que os governantes não ouvirem o que os cientistas estão esbravejando em relação ao clima, a vida de gerações é posta em risco. Como afirmei ao longo do artigo, não há mais tempo para lidarmos com negacionismos, teorias conspiratórias e pseudociências de forma leviana, a natureza não esperará que saíamos da fase infantil-exploratória para a maturidade socioambiental. Cabe aos acadêmicos e intelectuais realizar seu trabalho a fim de converter o *fake* em fato, de efetivamente tornar a ciência democrática e contribuir para o letramento científico das populações.

No caso historiográfico, “a função política do contador de história – historiador ou novelista – é ensinar a aceitação das coisas tais como são” (ARENDDT, 1997, p. 323). Talvez isso signifique atestar para os não acadêmicos a ideia de que a realidade é mais complexa do que aparenta, que o mundo não é intuitivo, que não há verdades absolutas, apenas provisórias, que nós não somos autoridades, que podemos nos enganar, mas que encontramos uma maneira satisfatória de interpretar e dominar a natureza e que podemos mudar os rumos da história.

A internet não pode ser mais uma inimiga, nem o online visto como degeneração do real. Os acadêmicos receosos da modernidade precisam enxergar a crise da COVID-19 como um protesto de que os velhos modos de comunicação não estão apresentando resultados satisfatórios. O biólogo e divulgador científico Dr. Atila Iamarino (IAMARINO, 2017), que



está sendo o maior divulgador e conscientizador na internet sobre o coronavírus, em 2017, fez a seguinte colocação, no Ted Talks, sobre a educação:

Ninguém virou para gente e falou “olha, busca na internet se faz assim, você compara as fontes dessa forma, você vai chegar nessa informação interessante desse jeito”. [...] Acesso a informação não é a mesma coisa do que aprender. A diferença entre um conspiracionista [...] e alguém são é que os dois tiveram acesso a informação, mas só o último, que é são, sabe aprender e interpretar essa informação. *Fake news* hoje não acontece por falta de informação, ela acontece por excesso. Porque as pessoas não conseguem processar o que elas recebem e vão processar de outra forma. A miséria de informação já acabou. [...] A gente está em um dilúvio de informação e a gente deveria estar ensinando as pessoas a nadar (IAMARINO, 2017).

O futuro, que tinha tanto a oferecer, está se fechando. O horizonte de expectativa está se contraindo. Cada vez mais enxergamos um muro, em nossa frente, que não sabemos se vamos conseguir ultrapassá-lo. Entretanto, a ciência, e sua democratização, vem com uma solução, uma resposta baseada em um complexo método de interpretação do mundo natural. Dessa forma, faço das palavras do aluno Mike MacFerrin à revista *Science* as minhas: “eu comparo os ataques à ciência ao ato de desligar os faróis. [...] É como se estivéssemos num carro a toda velocidade, e as pessoas não quisessem ver o que vem pela frente” (MARCHERS..., 2017).

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAUJO, Valdei; KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus. O tempo presente e os desafios de uma historiografia (in)atual. In: _____. *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. Editora Perspectiva. São Paulo, SP, 1997.

ASSISTA AO PRONUNCIAMENTO DE JAIR BOLSONARO SOBRE CRISE DO CORONAVÍRUS. *BBC News Brasil*. 25 de mar. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zuBsONVr-70>>. Último acesso em: 28/03/2020.

BRASIL TEM 800 MORTES E 15.927 CASOS CONFIRMADOS DE CORONAVÍRUS, DIZ MINISTÉRIO. *G1*. 08/04/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/29/brasil-tem-136-mortes-e-4256-casos-confirmados-de-coronavirus-diz-ministerio.ghtml>>. Último acesso em: 08/04/2020.



BRUNO, Cássio. Chega a 25 o número de mortes por coronavírus no Brasil. *Veja*, 22 mar. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/mortes-por-coronavirus-no-brasil-ja-chegam-a-25/>>. Último acesso em: 27/03/2020.

BUSSOLATI, Mariella. L'epidemia ai tempi dell'Antropocene. L'emergenza coronavirus può insegnarci ad affrontare quella vera: il clima. *Business Insider Italia*. 12 de mar. 2020. Disponível em: <<https://it.businessinsider.com/lepidemia-ai-tempi-dellantropocene-lemergenza-coronavirus-puo-insegnarci-ad-affrontare-quella-vera-il-clima/>>. Último acesso em: 28/03/2020.

CARDOSO, Eduardo. História e mentira: anatomia de uma relação múltipla. *II Encontro Fluminense de Teoria da História e Historiografia*. 22 ago. 2019.

CASTRO, Eduardo; DANOWSKI, Deborah. *Há futuro por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto socioambiental, 2014.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, vol. 35, 2009, pp. 197-222.

CORONAVIRUS DISEASE (COVID-19) PANDEMIC. *World Health Organization*. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Último acesso em: 09/04/2020.

BARREIRA, Gabriel. Witzel reforça pedido de quarentena após reunião com Bolsonaro e anuncia cestas básicas para um milhão de famílias. *G1*. 25 de mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/25/witzel-anuncia-novas-medidas-para-minimizar-o-impacto-da-crise-do-coronavirus-no-rj.ghtml>>. Último acesso em: 28/03/2020.

BRASIL. Davi e Anastasia pedem, em nota, responsabilidade ao presidente Bolsonaro. *Senado notícias*. 24 de mar. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/24/davi-e-anastasia-pedem-em-nota-responsabilidade-ao-presidente-bolsonaro>>. Último acesso em: 28/03/2020.

DOOMSDAY CLOCK TIMELINE. *Bulletin of the atomic scientists*. 2020. Disponível em: <<https://thebulletin.org/doomsday-clock/past-announcements/>>. Último acesso: 27/03/2020.

FACT CHECKER: Trump claims database. *The Washington Post*, Washington, 19 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/trump-claims-database/?noredirect=on>>. Último acesso em: 27/03/2020.

FERGUSON, Neil; LAYDON, Daniel; GILANI-NEDJATI, Gemma *et al.* Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. *Imperial College COVID-19 Response Team*, Londres, 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-NPI-modelling-16-03-2020.pdf>>. Último acesso em: 27/03/2020.

_____. The global impact of COVID-19 and strategies for mitigation and supresion. *Imperial College COVID-19 Response Team*. Londres: 26 mar. 2020. Disponível em:



<<https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-Global-Impact-26-03-2020.pdf>>. Último acesso em: 28/03/2020.

HARTOG, François. Ainda cremos em História?. In: _____. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, pp. 09-30

IAMARINO, Atila. Educação para o futuro. *Tedx Talks*. São Paulo: TEDxUSP, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B_x8EccxJjU>. Último acesso em: 28/03/2020.

ILC-INDICADOR DE LETRAMENTO CIENTÍFICO: sumário executivo de resultados. *Instituto brasileiro de letramento científico*, 2018. Disponível em: <<http://iblc.org.br/wp-content/uploads/2018/01/1-relatorio-executivo-ilc-fcc.pdf>>. Último acesso em: 27/03/2020.

JORDHEIM, Helge. Introduction: multiple times and the work of synchronization. *History & Theory*, v. 53, dez 2014, pp. 498-518

KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*. Notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2018.

LEONHARDT, David; PHILBRICK, Ian P.; THOMPSON, Stuart A. Trump's lies vs. Obama's. New York: *New York Times*, 14 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/14/opinion/sunday/trump-lies-obama-who-is-worse.html>>. Último acesso em: 27/03/2020.

LEWIS, Rebecca; MARWICK, Alice. The Online Radicalization We're Not Talking About. Nova York, *New York Magazine*, 18 de mai. 2017. Disponível em: <<http://nymag.com/selectall/2017/05/the-online-radicalization-were-not-talking-about.html>>. Último acesso em: 27/03/2020.

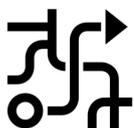
MARCHERS AROUND THE WORLD TELL US WHY THEY'RE TAKING TO THE STREETS FOR SCIENCE. *Science Magazine (online)*. 13 de abr. 2017. Disponível em: <<https://www.sciencemag.org/news/2017/04/marchers-around-world-tell-us-why-theyre-taking-streets-science>>. Último acesso em: 28/03/2020.

MATTHEWS, Miriam; PAUL, Christopher. The Russian "Firehose of Falsehood" Popaganda Model. Why it might work and options to conter it. *RAND Corporation*, Santa Mônica, 2016. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>>. Último acesso em: 27/03/2020.

MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema "de verdade" para a História. In: ARAUJO, Valdei; KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus. *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto S. A história no olho do furacão. In: ARAUJO, Valdei; KLEM, Bruna; PEREIRA, Matheus. *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

OLAVO DE CARVALHO, GURU DE BOLSONARO, É CONTRA VACINAÇÃO INFANTIL. *Catraca Livre*, 30 de nov. 2020. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/olavo-de-carvalho-guru-de-bolsonaro-e-contravacinacao-infantil/>>. Último acesso em: 27/03/2020.



PARNCUTT, Richard. The human cost of anthropogenic global warming: semi-quantitative prediction and the 1.000-tonne rule. *Frontiers in psychology*. Vol. 10, 16 de out. 2019, pp. 1 – 17. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2019.02323/full>>. Último acesso em: 28/03/2020.

RUSSELL, Bertrand. *The Art of Philosophizing and other essays*. New York: Philosophical library, 1968, p. 1.

THORP, Holden. Do us a favor. *Science Magazine*, vol. 367, n°. 6483, pp. 1169, mar 2020.

TURIN, Rodrigo. Tempos Precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. *Zazie Edições: pequena biblioteca de ensaios (online)*, 2019, pp. 16. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/565de1f1e4b00ddf86b0c66c/t/5d6bbdd368abb200010a6389/1567342037866/PEQUENA+BIBLIOTECA+DE+ENSAIOS_RODRIGO+TURIN_ZAZIE+EDICOES_2019.pdf>. Último acesso em: 27/03/2020.

WALLACE-WELLS, David. *A terra inabitável: uma história do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n° 8, 1991, pp. 198-215.

Recebido em: 15/04/2020

Aprovado em: 13/06/2020

Pensando o papel social do historiador a partir da publicação do Manifesto de Historiadores no Chile (1998-1999)

Thinking about the social role of the historian based on the publication of the Manifesto de Historiadores in Chile (1998-1999)

SILVA, Lays Correa da*

<https://orcid.org/0000-0002-6664-4891> 

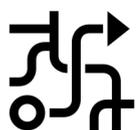
RESUMO: Em 1998, com a prisão do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, inicia-se um intenso debate historiográfico no Chile entre as diversas versões sobre o golpe 1973. Em meio a esses debates, um grupo de historiadores publicam um Manifesto no qual se posicionam contra a manipulação histórica sobre o período do pré-golpe de Estado no Chile e defendem uma determinada visão historiográfica sobre o passado recente chileno. Esses historiadores se posicionam principalmente contra a narrativa historiográfica de Gonzalo Vial, tradicional historiador conservador chileno, que esteve ligado à Ditadura Militar. Nosso objetivo nesse trabalho é, tomando como estudo de caso a experiência chilena, refletir sobre o papel social dos historiadores e sua inserção no debate público sobre os usos do passado.

Palavras-chave: disputas de memória; história e historiografia; Ditadura Militar Chilena.

ABSTRACT: In 1998, with the arrest of the ex-dictator Augusto Pinochet in London, an intense historiographic debate in Chile began between the different versions of the 1973 coup. In the midst of these debates, a group of historians published a Manifesto in which they stand against historical manipulation about the pre-coup period in Chile and defend a certain historiographical view of the recent Chilean past. These historians are mainly against the historiographical narrative of Gonzalo Vial, a traditional conservative Chilean historian, who was linked to the Military Dictatorship. Our objective in this work is, taking as a case study the Chilean experience, to reflect on the social role of historians and their insertion in the public debate about the uses of the past.

Keywords: memory disputes; history and historiography; Chilean Military Dictatorship.

* Graduada em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestra em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS/UFRJ). E-mail: layscorrea.s@gmail.com



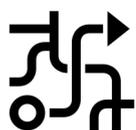
INTRODUÇÃO

As disputas de memória sobre o passado ditatorial são um tema presente na sociedade chilena até hoje. Basta analisar alguns elementos das manifestações que em 2019 agitaram o cenário político chileno para perceber como esse é um passado que gera intensos conflitos. O processo de transição política chileno, que teve início a partir da própria Ditadura, deixou diversos elementos autoritários que ainda hoje limitam a democracia chilena e que vem sendo questionado por essas manifestações.

Um dos maiores impasses para a democracia foi a presença, durante todos os anos de 1990, do ex-ditador Augusto Pinochet no cenário político. Através de uma transição negociada, o general conseguiu se manter como Comandante em Chefe do Exército chileno até 1998 e, em seguida, assumiu cargo como senador vitalício do Chile. Além de sua atuação no governo democrático, o general ainda contava com grande prestígio popular após o fim da Ditadura e, até hoje, existem aqueles que reivindicam e defendem sua memória.

A prisão do ex-ditador em Londres em 1998 marcou um momento em que diversas narrativas sobre o golpe de 1973 emergiram e o conflito de memória no Chile se mostrou cada vez mais intenso e inacabado. Esse momento teve como singularidade a participação de historiadores no debate público sobre o passado autoritário com a publicação de um Manifesto que conseguiu expandir o debate historiográfico para além da academia.

Este texto se coloca como uma reflexão inicial sobre os limites e possibilidades de atuação dos historiadores através de uma análise do caso chileno. Iremos num primeiro momento situar o leitor sobre a conjuntura política que possibilitou a detenção de Pinochet. Posteriormente analisaremos as principais narrativas daqueles que saíram em defesa do ditador, destacando principalmente a figura do historiador conservador Gonzalo Vial, fazendo uma breve análise de sua trajetória política para entender um pouco mais o papel desempenhado por ele na disputa historiográfica analisada. Realizamos também uma breve descrição do grupo de historiadores que esteve por trás da escrita do Manifesto de Historiadores, para então esmiuçar algumas questões trazidas por este para o debate público sobre a História chilena.



A PRISÃO DO EX-DITADOR AUGUSTO PINOCHET EM LONDRES (1998)

Em 1998, o Chile era governado pelo antigo democrata-cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle, segundo presidente eleito no Chile pós-ditadura. Nesse período, o general Augusto Pinochet havia acabado de se aposentar do cargo de Comandante em chefe do Exército e exercia seu mandato como senador vitalício. Augusto Pinochet viajou durante esse ano a Londres para uma visita médica por conta de uma cirurgia nas costas. Enquanto estava se recuperando da cirurgia, o juiz espanhol Baltazar Garzón, pediu sua extradição de Londres para a Espanha para ser julgado por crimes de genocídio, terrorismo e assassinato de cidadãos espanhóis. Garzón estava investigando o desaparecimento de cidadãos espanhóis na Argentina e, através de informações sobre a Operação Condor¹ relatadas no processo aberto por Joan Garcés, ex-conselheiro de Allende, conseguiu reunir provas suficientes para pedir a prisão de Pinochet.

Este acontecimento instaurou um debate jurídico dentro do Chile sobre a legalidade do processo iniciado em Londres. Como senador vitalício, Pinochet possuía imunidade diplomática e não poderia, portanto, ser levado à Espanha para julgamento. Porém, o pedido de extradição do ex-ditador foi visto por muitos no Chile como a única forma de se fazer justiça e condenar o general pelos crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Isso porque a lei de anistia promulgada em 1978, impedia que ele e qualquer outro responsável por violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1973-1978 fosse julgado em solo chileno.

A alegação do juiz Garzón para prender Pinochet era a de que “crimes de lesa humanidade podiam ser julgados sobre qualquer jurisdição, particularmente se o país onde se cometeram era incapaz, por razões políticas ou institucionais, de julgar o suspeito” (STERN; WINN, 2014, p. 227). Contudo, o governo de Eduardo Frei encarou a prisão de Pinochet como uma ameaça aos direitos soberanos do Chile. No entendimento do governo, o pedido de extradição violava o princípio da imunidade diplomática da qual o ex-ditador dispunha e o princípio da jurisdição territorial, “em função do qual é direito exclusivo de um Estado julgar os crimes cometidos em seu próprio território nacional” (MUÑOZ, 2010, p.

¹ Operação que reuniu os sistemas de repressão e informação das Ditaduras do Cone Sul contra os que eram considerados “subversivos”. Para saber mais sobre a operação, ver: QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 28, n. 1, junho 2002, p. 167-182



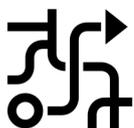
393). Essa postura gerou contestações de diversas organizações de Direitos Humanos e de setores da esquerda chilena.

Em meio a esses debates jurídicos, Pinochet divulgou em dezembro de 1998, uma carta aos chilenos na qual se defendia das acusações que estavam sendo feitas. A carta foi entregue ao presidente (ARCE, 1999, p. 165) e lida dentro da Fundação Pinochet (GERDTZEN; PEREZ, 2000, p. 149). Posteriormente, o jornal *La Tercera* arquivou a carta em seu website (STERN; WINN, 2014, p. 231). Nessa carta, o general reforçava seu compromisso histórico com o Chile, argumentando que “frente a dramática encruzilhada” em que o Chile foi posto pelo governo da Unidade Popular, ele e outros militares, tiveram que assumir a condução do país. De acordo com Pinochet, “ningún historiador, ni aun el más sesgado y poco objetivo, puede ni podrá mañana sostener de buena fe, que mis actuaciones públicas respondieron a una supuesta ambición personal o a cualquier otro motivo que no fuera el bien de Chile”. Segundo o general, a intervenção militar teria salvo o Chile da guerra civil para a qual o país caminhava, colocando o golpe assim como algo inevitável.

Simultaneamente, a mesma narrativa de que o golpe teria sido inevitável ganhava contornos historiográficos com as publicações do historiador conservador Gonzalo Vial no jornal *La Segunda*. Gonzalo Vial Correa esteve à frente, nos anos 1960 de duas revistas que fizeram parte da “campanha de terror” promovida pela direita chilena para desestabilizar o governo de Allende². Com a instauração da Ditadura, Gonzalo esteve envolvido na redação do *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*. Este livro foi escrito e publicado pela Secretaria Geral de governo, logo após o golpe. O livro continha uma série de documentos, supostamente achados no gabinete de um dos Ministros de Allende, chamado de *Plan Zeta*. De acordo com este plano, o governo de Salvador Allende preparava, para o dia 19 de setembro um golpe que iria instalar uma “República Popular Democrática no Chile. Gonzalo já deu diversas declarações sobre o livro e, em 1999, admitiu ser um dos autores³. O plano, que acabou servindo como justificativa para os crimes cometidos pela Ditadura Militar, foi desmentido por posteriores investigações da CIA e de diversos historiadores. O historiador participou também do governo, atuando por um curto período como Ministro da Educação em 1978.

² Sobre esse período da vida intelectual de Vial, existe um extenso estudo biográfico realizado pelo historiador Mario González. Ver: GONZÁLEZ, Mario. Gonzalo Vial Correa. Las sinuosidades de una trayectoria intelectual, 1969-1991.

³ Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100642.html>> Último acesso em 07 de fevereiro de 2019.

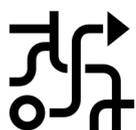


Apesar de sua polêmica participação na Ditadura de Pinochet, Gonzalo foi chamado para integrar os trabalhos da *Comisión Nacional por la Verdad y Reconciliación* que entre 1990 e 1991 investigou os crimes de Direitos Humanos do período autoritário. Ele foi responsável pela redação do marco político do Informe, seção dedicada a tratar do período do pré-golpe de Estado no Chile e que acabou dando o tom conservador do relatório final da Comissão. Nela, o autor segue a sua tese de que o golpe de 1973 teria sido um produto da “quebra de consensos” que o Chile vivia desde o início do século, mas que tinha sido acentuada a partir da eleição de Salvador Allende. Destacando a atuação de grupos de esquerda radicais como o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), o historiador criou uma narrativa em que a polarização e o caos social justificavam a intervenção das Forças Armadas.

Essa narrativa da inevitabilidade do golpe foi reatualizada em 1998, com a publicação de sua série de fascículos “La violencia pone a Chile al borde de la guerra civil (1964-1973)”. As publicações aconteceram semanalmente, toda sexta, entre dezembro de 1998 e janeiro de 1999. Divididas em dez capítulos, elas também destacavam o papel da esquerda e, especialmente, das ideias guevaristas, como importantes fatores para o caos social que levou o Chile ao golpe em 1973.

Em fevereiro de 1999, um grupo de historiadores publica, também no jornal *La Segunda* um Manifesto contra a manipulação histórica sobre o período democrático anterior ao golpe, a Ditadura Militar e as questões de soberania e Direitos Humanos no período do pós-ditadura. De acordo com eles, essas formas estariam expressas, “em sua forma mais extrema e simples”, na Carta aos Chilenos de Pinochet, em sua versão “mais historiográfica e profissional” nos fascículos de Gonzalo Vial e em “sua forma mais conjuntural e pragmática” nas alegações de membros da classe política civil e militar frente às Câmaras sobre direitos humanos e soberania, a partir do processo iniciado em Londres (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 8).

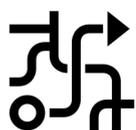
O Manifesto foi assinado por 11 historiadores. A partir de uma pesquisa preliminar, foi possível perceber que os historiadores reunidos em torno do Manifesto faziam parte de um grupo que nos anos 1980 e 1990 promoveram uma renovação historiográfica no Chile. Dentre eles, se destaca a figura de Gabriel Salazar, considerado por muitos a grande referência da Nova História Social chilena que nasce ainda nos anos 1980. O historiador havia sido militante do MIR na época do golpe e por isso foi preso e, posteriormente, mandando para o exílio no Reino Unido. Durante esse período, juntamente com outro historiador que também assina o Manifesto, Leonardo León Sólis, Gabriel Salazar participou da fundação da Associação de Historiadores Chilenos no Reino Unido e da *Revista*



Nueva Historia (SOZA, 2015). Posteriormente, Armando de Ramón, um dos convocantes do Manifesto, também aderiu ao projeto editorial. Já o historiador Mario Gárces Durán, também militante do MIR na época do golpe, teve sua formação em História no Chile durante o período ditatorial e desenvolveu nos anos 1980 um grupo de estudo e ação com a participação do também signatário Pedro Milos. Este grupo, iniciado com o “*Taller Nueva Historia*”, pretendia recuperar a memória popular a partir do estudo junto a sindicatos e organizações populares e desenvolvia trabalhos de Educação Popular. O projeto deu origem posteriormente à ECO, uma ONG de Educação e Comunicações que existe até hoje no Chile e realiza diversos trabalhos pensando os movimentos sociais chilenos. A historiadora María Eugenia Horvitz, era professora da Universidade do Chile quando aconteceu o golpe, e logo se mudou para a França. Ela só pode retornar ao antigo cargo em 1992. O historiador Julio Pinto que participou de projetos de educação popular após concluir seus estudos em História da Universidade de Yale e retornou ao Chile nos anos 1980, participando também de trabalhos com Mário Gárces e Pedro Milos. María Angélica Illanes uma das intelectuais obrigadas a sair do país devido a perseguição da Ditadura e que também participou do projeto da Revista *Nueva Historia*. Jorge Rojas Flores que se dedicou ao estudo do movimento sindical, da infância e da cultura de massas. E Verónica Valdivia Ortiz de Zárate, única do grupo que não realizava trabalhos na área da História Social e que foi responsável pela renovação da História Política no Chile, a partir de seus estudos sobre a direita. Entendemos esse grupo de historiadores como atores políticos e sociais que buscavam, através das contestações feitas pelo manifesto, interferir na disputa de memória acerca do período ditatorial no Chile. Além disso, eles formam um grupo de intelectuais que esteve preocupado em renovar as bases da historiografia no Chile e em abrir novos campos de estudo a partir de uma História Social que incluía em seus estudos a memória de grupos subalternos da sociedade.

OS PAPEIS SOCIAIS DOS HISTORIADORES CHILENOS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Utilizamos aqui como referencial analítico a ideia de “papel social” por entender, assim como proposto por Olivier Dumoulin, que o termo advindo do teatro traz mais plasticidade à questão do que outros termos como “missão”, ou “responsabilidade” normalmente utilizados para falar sobre a inserção do historiador na sociedade. De acordo com Dumoulin, “o papel social é escolhido no seio do teatro social; pode-se mudar, pode-se



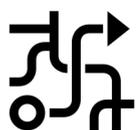
variar sua interpretação – um mesmo ator assume às vezes diversos papéis” (DUMOULIN, 2017, p.19). Partindo dessa linha de raciocínio entendemos que os atores sociais aqui estudados, no caso, os historiadores chilenos que se envolveram com as polêmicas em torno da prisão de Pinochet, interpretaram diferentes papéis.

Podemos aproximar o historiador Gonzalo Vial a ideia do “falsário” definida por Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi, evidenciando assim “a possibilidade da história ser utilizada para a produção do falso” (NICOLAZZI; BAUER, 2016, p.818). Já no extremo oposto do debate, temos o grupo de historiadores chilenos que são marcados pelo passado de militância política e de enfrentamento ao regime militar chileno. Estes interpretam o papel de “detectar e combater as histórias impossíveis (isto é, o revisionismo) ou a tentação do relativismo absoluto” (DUMOULIN, 2017, p.117) recorrendo essencialmente ao rigor do método historiográfico para defender sua posição.

Além das questões que envolvem o papel social do historiador, história, memória e historiografia estão entrelaçados no debate surgido em 1998. Isso porque, o historiador ao mesmo tempo em que participa do processo de construção social da memória, está, ele próprio, inserido em um contexto social e é por este influenciado. O pesquisador Enzo Traverso destaca que o historiador ao realizar seu trabalho não o faz isolado em uma “torre de marfim”, e que por isso deve preocupar-se em inscrever a memória em um conjunto histórico mais amplo. Nas palavras do autor:

El historiador no trabaja encerrado en la clásica torre de marfil, al abrigo del mundanal ruido y tampoco vive en una cámara refrigerada, al abrigo de las pasiones del mundo. Sufre los condicionamientos de un contexto social, cultural y nacional; no escapa a las influencias de sus recuerdos personales ni a un saber heredado – condicionamientos e influencias de los cuales puede intentar liberarse a través de un esfuerzo de distanciamiento crítico, pero nunca a partir de la negación –. Desde esta perspectiva, su tarea no consiste en tratar de suprimir la memoria – personal, individual y colectiva –, sino en inscribirla en un conjunto histórico más vasto. (...) Precisamente porque no vive encerrado en una torre sino que participa en la vida de la sociedad civil, el historiador contribuye a la formación de una consciencia histórica, y entonces de una memoria colectiva (TRAVERSO, 2007, pp. 6-7).

A reflexão proposta por Traverso nos permite pensar sobre os usos políticos do passado e como o historiador interfere nesse debate. Para a historiadora Elizabeth Jelin, os historiadores são responsáveis, nas sociedades modernas, por escreverem as narrativas oficiais e produzirem ao longo do tempo interpretações opostas e revisões dessas mesmas narrativas, como produto das lutas políticas, mudanças de sensibilidade de uma época e com o próprio avanço da investigação histórica (JELIN, 2002, p. 40).

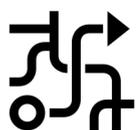


Sob o ponto de vista da História Pública, a historiadora Caroline Bauer nos propõe ainda que “se o trabalho do historiador pode contribuir para forjar determinadas culturas históricas e memórias coletivas, é necessário compreender que certos usos e abusos no espaço público podem afetar a maneira de escrever a história” (BAUER, 2017, p. 50). Com base nessas reflexões entendemos que o Manifesto surge a partir de uma necessidade identificada por esses historiadores de intervir no debate público que estava sendo feito na época e buscando contribuir com uma análise baseada em métodos científicos, mas também em um posicionamento ético e político que se contrapunha à exaltação dos feitos da Ditadura e defendia uma determinada memória sobre o golpe de 1973.

ANÁLISE DO MANIFESTO

Os historiadores refutam as seguintes teses históricas de Vial: de que a polarização da política chilena foi produzida a partir dos anos 1960 com a implementação das planificações globais contra os agricultores e outros setores patronais vinculados à direita; de que a violência foi introduzida no Chile a partir do guevarismo; de que a direita se polarizou a partir da “horrrível perspectiva” do triunfo de Allende; de que as Forças Armadas eram legalistas, mas tiveram que intervir quando outros setores buscaram soluções de força para a crise; e, por último, o Manifesto denuncia a omissão do historiador Gonzalo Vial sobre o período posterior ao golpe e o “terrorismo de Estado” implementado pelas Forças Armadas para controlar a situação. De acordo com esses historiadores, as teses históricas de Gonzalo Vial se referem ao período que permite explicar e justificar o golpe de Estado de 1973. As teses estão feitas de forma a atribuir aos afetados pelo golpe a responsabilidade pela crise e o próprio golpe em si. De acordo com o Manifesto, “o estudo se aplica a um período parcial, para configurar uma verdade também parcial, que se liga, ao que tudo indica, a um interesse faccional” (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 14).

As respostas desse grupo de historiadores às afirmações de Gonzalo Vial demonstram uma visão totalmente diferente sobre a história recente do Chile. Os historiadores se opõem a ideia de que existe no Chile uma tradição legalista, interrompida em 1960 com a radicalização dos setores populares através das planificações globais. De acordo com eles, a polarização política do início dos anos 1970 se deu não às mudanças promovidas desde 1964, mas a estagnação econômica e a crise social que se arrastava desde o início do século (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 14). O Chile teria sido construído por um



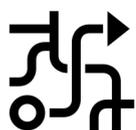
“patriciado mercantil” (DAHÁS, 2015, p.)⁴ que não incluía as camadas populares e isso teria gerado o acirramento das tensões entre essas duas classes sociais. Outra tese refutada foi a da influência do guevarismo nas esquerdas chilenas. De acordo com os historiadores do Manifesto, a violência social e a radicalização política de uma parte da esquerda chilena se deve muito menos à influência do guevarismo, e mais à constatação do fracasso dos governos radicais⁵ no Chile e dos governos de Carlos Ibáñez e Jorge Alessandri que reprimiram com violência os protestos sociais (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 15). Sobre as reformas estruturais implantadas contra os grandes proprietários, de acordo com este grupo, estas foram uma tentativa de reverter o subdesenvolvimento do capitalismo e a exploração do trabalho (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 15). A resistência à essas reformas não se iniciam com o governo de Allende, o que acontece é que a partir desse período se passa de uma resistência escrita e de não colaboração para a desestabilização da economia e do governo, com o apoio dos Estados Unidos (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 15). Por último, eles refutam a ideia de que as forças armadas interviram para a reunificação nacional. De acordo com o Manifesto, a intervenção feita em 1973 visava destruir o poder político da esquerda e do centro (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 16).

O Manifesto recebeu a adesão de mais 70 intelectuais até 18 de maio de 1999 e de diversas organizações estudantis. Além disso, recebe apoio internacional com a “Carta de adesão norte-americana ao Manifesto de Historiadores chilenos” (GREZ; SALAZAR, 1999, p. 39), assinada por 36 doutores em História que criticam a posição oficial do departamento de estado norte-americano sobre o caso da prisão de Pinochet em Londres e ressaltam a importância histórica dos estudos sobre a interferência dos EUA no golpe chileno.

O historiador Gonzalo Vial respondeu ao Manifesto, acusando os historiadores de estarem propagando um “cientificismo de esquerda” e defendendo-se das acusações a partir do seu papel desempenhado na Comissão da Verdade do Chile. De acordo com Gonzalo, nenhum outro historiador chileno contribuiu mais para o esclarecimento da verdade sobre os crimes perpetrados no período ditatorial quanto ele. Gonzalo afirma ainda que caberia a um historiador conservador o “trabalho pesado” sobre a história chilena, enquanto os historiadores de esquerda estariam vagando no “leviano ar das generalizações”. Diversos historiadores se pronunciaram depois da resposta de Vial e a maior parte dos artigos e

⁴ SALAZAR, Gabriel. Dolencias históricas de la memoria ciudadana (Chile, 1810-2010). Santiago, 2013 apud DAHÁS, Nashla, As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 1970, 2015

⁵ Se referem ao período de 1938-1952 em que o Chile foi governado por representantes do Partido Radical.



reflexões que surgiram deste debate estão reunidos no livro “Manifesto de Historiadores” compilado por Sergio Grez e Gabriel Salazar. Essas reflexões destacam a perseguição sofridas por diversos historiadores durante a Ditadura Militar e os diversos trabalhos desenvolvidos em História ao longo dos últimos anos no Chile.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

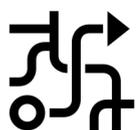
Depois da publicação do Manifesto de Historiadores em 1999, mais dois manifestos foram publicados. Um em 2004 sobre os debates em torno da *Comisión Valech*, como ficou conhecida a *Comisión de Prisión Política y Tortura*, criada no mesmo ano por Ricardo Lagos para investigar crimes que haviam ficado de fora da primeira comissão da verdade, de 1990. E o outro em 2007, que trata mais especificamente da figura do ex-ditador Augusto Pinochet, logo após a sua morte, em 10 de dezembro de 2006. Esses outros dois manifestos, porém, não tiveram a mesma repercussão que o primeiro, ainda que tenham conseguido uma longa lista de adesão. Porém, eles colocam em questão o papel do historiador frente à memória de períodos traumáticos. Segundo o historiador Sergio Grez,

El historiador no es solamente un personaje que estudia un pasado muerto, que no tiene nada que ver con el presente y con el devenir cotidiano de los ciudadanos, sino que es una persona que debe estar -a nuestro juicio- comprometida con los problemas de su tiempo presente.⁶

Justamente porque não está alheio às demandas do presente, o historiador interfere com seu trabalho na disputa de memória em torno do passado, mostrando como a historiografia pode funcionar como “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições” (CATROGA, 2015, p. 50). Recuperar o debate entre os historiadores que assinaram o Manifesto em 1999 e o historiador Gonzalo Vial nos permite não só entender a disputa de narrativas sobre o golpe de 1973 no Chile, mas os diversos papéis que o historiador pode assumir frente à sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

⁶ Disponível em: <http://www.uchile.cl/noticias/40867/historiadores-presentan-manifiesto-sobre-juicio-a-la-dictadura-militar> Último acesso em 04 de dezembro de 2018.



- ARCE, Armando & NAVARRO, Miguel. *El accidente Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana Chilena.
- BAUER, Caroline. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- GERDTZEN, Felipe, PEREZ, Mónica. *Augusto Pinochet: 503 días atrapado en Londres*. Santiago: Editorial Los Andes, 2000.
- GONZÁLEZ, Mario. *Gonzalo Vial Correa*. Las sinuosidades de una trayectoria intelectual, 1969-1991.
- GREZ, Sergio e SALAZAR, Gabriel. *Manifesto de Historiadores*. Santiago: LOM Ediciones, 1999.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.
- MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*, Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- NICOLAZZI, Fernando; BAUER, Caroline. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.
- QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 28, n. 1, junho 2002, p. 167-182
- SALAZAR, Gabriel. Dolencias históricas de la memoria ciudadana (Chile, 1810-2010). Santiago, 2013 apud DAHÁS, Nashla, *As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, história e memória nos anos de 1960 e 1970*, 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015,
- SOZA, Felipe. The Association of Chilean Historians in the United Kingdom, 1980-1989. *Storia della Storiografia*, n. 67 · 1/2015.
- STERN, Steve & WINN, Peter . El tortuoso camino chileno a la memorialización. In: WINN, P. et alli (org.) *No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Santiago do Chile, Ediciones de la Banda Oriental/LOM, 2014.
- TRAVERSO, Enzo. Historia y Memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina e Levín, Florencia, *Historia Reciente*. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2007, pp. 6-7.

FONTES



PINOCHET, Augusto. Carta a los chilenos. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2013/09/03/carta-a-los-chilenos-las-emotivas-palabras-que-augusto-pinochet-escribio-desde-su-prision-en-londres/>> Último acesso em 20/04/2020.

GONZALO VIAL. *La violencia pone a Chile al borde de la guerra civil*, Fascículos de Historia, La Segunda, 1998-1999. Consultados a partir do acervo da Biblioteca Nacional Chilena.

GREZ, Sergio e SALAZAR, Gabriel. *Manifesto de Historiadores*. Santiago: LOM Ediciones, 1999.

Recebido em: 20/04/2020

Aprovado em: 14/06/2020

A cultura brasileira na síntese de Fernando de Azevedo

Brazilian culture in the synthesis by Fernando de Azevedo.

GOMES, Wilson de Sousa *

<https://orcid.org/0000-0003-4073-8571> 

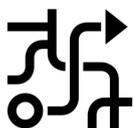
RESUMO: O texto tem como proposta contribuir com os debates acerca da interpretação do Brasil e/ou identidade nacional. Toma como fonte/documento principal, a obra: “A Cultura Brasileira” (2010) publicada em 1943. O objeto é a explicação e descrição que Fernando de Azevedo desenvolveu em seu livro, no que refere a aplicação da história enquanto conhecimento. Compreender esse aspecto, possibilita uma leitura de como um intelectual organiza e dá sentido histórico ao mundo e as coisas da vida. Adotando uma metodologia que tem a interpretação bibliográfica como base, a problemática centra em contar/narra, um pouco da análise que o sociólogo faz, para que a cultura brasileira seja uma síntese reveladora do Brasil aos brasileiros. Logo, o objetivo é apresentar algumas reflexões sobre autor e obra, compreendendo como o pensador em questão, via o Brasil do início do século XX. De forma geral, acredito que essa temática contribui com a sociedade e as demandas do tempo presente.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo; Cultura Brasileira; História.

ABSTRACT: The text aims to contribute to debates about the interpretation of Brazil and / or national identity. It takes as its main source / document, the work: “A Cultura Brasileira” (2010) published in 1943. The object is the explanation and description that Fernando de Azevedo developed in his book, regarding the application of history as knowledge. Understanding this aspect makes it possible to read how an intellectual organizes and gives historical meaning to the world and the things in life. Adopting a methodology based on bibliographic interpretation, the problem centers on counting / narrating, a little of the analysis that the sociologist does, so that Brazilian culture is a revealing synthesis of Brazil to Brazilians. Therefore, the objective is to present some reflections on the author and work, understanding how the thinker in question saw Brazil at the beginning of the 20th century. In general, I believe that this theme contributes to society and the demands of the present time.

Keywords: Fernando de Azevedo; Brazilian culture; History.

* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO (2015). Doutorando em História Universidade Federal de Goiás - UFG. Docente de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: berimbau2005@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O sociólogo e educador Fernando de Azevedo, desenvolve uma teoria de Brasil que pode ser vista como uma interpretação da cultura nacional. Conhecido por sua produção e atuação no campo educacional, não negamos esse fato, porém, se estabelece um recorte temático que narra o uso do passado e a estratégia que o autor aplica, na explicação e compreensão da cultura brasileira. Na defesa da importância de se conhecer a vida e trajetória do pensador, antes de entrar na obra, recorre - se Academia Brasileira de Letras para conhecer melhor o intelectual. Inclusive, nessa instituição em que o autor foi o terceiro ocupante da cadeira 14, há a seguinte biografia:

Fernando de Azevedo, professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo, nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, MG, em 2 de abril de 1894, e faleceu em São Paulo, SP, em 18 de setembro de 1974. [...] cursou o ginásio no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Durante cinco anos fez cursos especiais de letras clássicas, língua e literatura grega e latina, de poética e retórica; e, em seguida, cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Aos 22 anos, professor substituto de latim e psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte; de latim e literatura na Escola Normal de São Paulo; de sociologia educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; catedrático do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Professor emérito da referida faculdade da USP¹.

Como pesquisador e escritor, viveu mergulhado na cultura clássica. Enquanto intelectual que pensou a sociedade brasileira, teve suas reflexões, proposições e afirmativas, ancoradas em autores gregos e latinos. De sólida formação, dominava o latim e tentou dialogar e conciliar a tradição filosófica clássica com o pensamento moderno. Ao apropriar de pensadores, estudou pensadores da França, Alemanha e Estados Unidos. Em seus livros, se ocupava desde a decadência da moral romana, aos problemas da educação, sociedade e cultura brasileira. Dos intelectuais nacionais é possível destacar Machado de Assis, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Manuel Bomfim, Pedro Calmon, Joaquim Nabuco e outros.

Todo esse contato e leitura, lhe trouxe uma percepção holística da história da cultura nacional. No campo bibliográfico, as suas análises estão voltadas para a “realidade

¹ Academia Brasileira de Letras. Biografia [de Fernando de Azevedo]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/fernando-de-azevedo/biografia>. Acesso em: 27/03/2020.



social brasileira”. As explicações e propostas sobre essa sociedade e cultura, em toda a sua complexidade, podem ser destacadas nas seguintes obras:

As ciências no Brasil ([1955]) A Cultura Brasileira (1943); A cidade e o campo na civilização industrial (1962); Da educação física ([1915]); A educação entre dois mundos (1958); Canaviais e engenhos na vida política do Brasil ([1948]); Novos caminhos e novos fins ([1932]); Princípios de Sociologia ([1935]); Sociologia educacional ([1940]) e Um trem corre para o oeste (1950) (NASCIMENTO, 2012, p. 178).

Elegendo como fonte/documento principal, o livro: “A Cultura Brasileira” (2010)² publicada pela primeira vez em 1943. Percebo que Fernando de Azevedo, usa do passado para estruturar sua obra de caráter sintético, monumental e historiográfica. Compreendendo que os conceitos e categorias aplicados a história da cultura nacional buscam atribuir sentido ao tempo em orientações que conscientizam e reforçam a identidade nacional (BAROM e CERRI, 2012, p. 1002). De modo implícito, mas possível, fica a leitura de como um intelectual organiza e dá sentido histórico ao mundo e as coisas da vida. Adotando uma abordagem que se preocupa mais em descrever e explicar, embora sem abrir mão de documentos que cercam o objeto, Fernando de Azevedo usa da síntese para reunir os temas essenciais sobre a história da cultura brasileira.

Segundo o autor, ao invés de concentrar seus esforços em obra de “detalhe”, opta pela síntese que, por mais fragilidades que possa conter, reúne o essencial atacando diretamente a problemática: a importância da cultura brasileira na formação e mudança da identidade nacional. Com essa proposição, a estratégia é buscar equilíbrio e conciliar as forças antagônicas” na ideia de ‘consenso’. Essa seria responsável por “não suscitar contradições entre os discursos: funcionalista (de Malinowski), racialista (de Romero e Vianna) e culturalista (de Boas e Freyre)”. E sim, “explorar possíveis convergências na construção de um país marcado por disparidades sociais e físicas, fornecendo-lhe um lugar singular” a história da cultura brasileira na história da cultura ocidental” (NASCIMENTO, 2008, p. 91 e 92).

² Para efeito de citação e referência usou-se: AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1944. (Versão Online do IBGE disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=255807&view=detalhes>. Acesso em: janeiro de 2015).



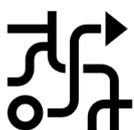
O AUTOR DA OBRA SÍNTESE: “A CULTURA BRASILEIRA”

Seguindo o raciocínio, Fernando de Azevedo é compreendido como “homem de pensamento, com múltiplos interesses intelectuais, para quem nada do que é humano era estranho”, em raro exemplo, gostava da “responsabilidade intelectual”. Foi um intelectual e homem que dedicou a vida ao conhecimento, a ciência e a cultura. Sobre sua obra: “A Cultura Brasileira”, é um livro que torna - se “consulta obrigatória para quem deseja conhecer a evolução da cultura nacional, em todos os seus aspectos” (PILETTE, 1994, p. 182 e 183). Carregada de critérios orientadores e modelos explicativos, podem ser explorados em diversas perspectivas. Como expressão do caráter histórico, cultural e social do país, a problematização do que Fernando de Azevedo descreveu e explicou, no seu enfrentamento do passado, explicita questões temporais e orientadoras acerca do passado, presente e consequentemente do futuro.

Como o objetivo é narrar/contar um pouco da estratégia de Fernando de Azevedo no uso do passado, apresento linhas gerais sobre sua síntese. Centrado numa síntese que criasse a “ligação das ideias, [e] o encadear do pensamento”, unifica e harmoniza a “diversidade das questões examinadas” e propõe um Brasil de corpo inteiro” aos brasileiros. Segundo o autor, “uma obra de síntese tem, pela sua própria natureza,

O duplo objetivo de unificar os conhecimentos dispersos até hoje nos trabalhos de detalhe, e de abandonar tudo que é secundário, inexpressivo, acessório, para fixar o essencial e indicar as grandes linhas do desenvolvimento. A exposição resumidíssima, quase esquemática, arrisca-se a embaraçar - se na obscuridade ou a tomar um caráter superficial, se não foi precedida, na sua lenta elaboração, por um prolongado esforço analítico para apanhar, em cada época, e relativamente a cada uma das manifestações culturais, através do que passa, o essencial, o que fica, não só pelo seu valor intrínseco, autêntico e original (AZEVEDO, 1944, p. 12 e 13).

Para Roger Bastide, já existia livros sobre a cultura do Brasil no período em questão, início do século XX, mas alguns eram fracos, outros apaixonantes e, em resumo: “eram todos, em graus diversos, mais filosofias pessoais, testemunhos sobre a cultura brasileira”. Fernando de Azevedo em seu gênio crítico e criativo, apresenta uma interpretação equilibrada que supera as leituras apressadas. De modo equilibrado e harmonioso, soube enfrentar os males de origem, apontando que a mudança na cultura brasileira era a saída para novos rumos do Brasil e da história da história da cultura nacional (BASTIDE, 1943, p. 04).



Nas palavras de Miguel Reale, o livro carrega um “sentido de concretude e totalidade”. Possuindo “certo exagero na ansiedade das visões globais”, latejam de modo implícito, uma “teoria da cultura” que, condicionada por uma “teoria do homem”, comunica a vontade que o pensador possuía de ver os elementos particulares, me refiro aos nacionais, em fusão com a tradição humana, os valores humanos e universais. Ao enfrentar o passado, o autor não evita os contrastes e confrontos que reduzem “o processo histórico a encontro casual de tipos e modelos”. Centra nas constantes humanas para propor mudanças e superação dos fanatismos da tradição que impede a história da cultura brasileira acompanhar o desenvolver da cultura ocidental (REALE, 1984, p. 69).

Para Hélio Viana (1945), o livro “trata-se, realmente, de obra sem igual em nosso meio, verdadeiro levantamento da história cultural brasileira, dos seus primórdios até os tempos presentes”, que é a década de 1940. Ao estabelecer na obra três grandes divisões, a saber: os fatores da cultura, a cultura e a transmissão da cultura, “pode-se dizer que todos os aspectos da questão” da cultura brasileira “foram abordados”. Com “amplo conhecimento de causa, de quem conhece o caráter e o espírito nacional de forma minuciosa”, Fernando de Azevedo apresenta uma descrição explicativa que revela o Brasil em suas mudanças e transformações históricas.

Corroborando com essas proposições, o sociólogo europeu, Roger Bastide (1943, p.04), defende que seria com Fernando de Azevedo, e na sua precisão metodológica que “podia fazer-nos passar da filosofia à análise científica do problema”, nesse caso, a cultura nacional. Por causa da fidelidade ao real e sua objetividade, o Autor mineiro, Fernando de Azevedo, dá “uma ideia justa do que é o Brasil”, supera as obras apressadas, superficiais, jornalísticas, cheias de lacunas e impressionistas, que apresentava o Brasil em análises únicas. A Obra apresenta o “Brasil de corpo inteiro” porquê interpreta as instituições e as relações histórico – sociais com fenômeno da cultura historicamente constituída, para o autor, é um trabalho de Sociologia.

Aqui, sem polemizar com o autor francês, reconhecemos a vinculação e atuação profissional de Fernando de Azevedo, mas chamamos atenção para o fato que o pensador, na obra em questão, adota uma estratégia histórica e, não somente sociológica, para abordar os fenômenos culturais. Esse fator tem o seu mérito por contribuir para a compreensão dos tempos e espaços culturais e históricos, que deram sentido existencial por via das



orientações históricas³ a qual o intelectual não deixou de perceber os períodos, as permanências e mudanças, bem como os tempos históricos.

Como defensor da “necessidade de se recolher da melhor tradição filosófica e romântica”, o pleno sentido humano. Fernando de Azevedo enquanto homem de “espírito aberto, acolhedor de orientações distintas e [as vezes] contrastantes”, pode ser entendido como um espírito de elevada compreensão da cultura nacional, indispensável na “distinção de nossos problemas fundamentais, ou na reconstituição histórica” da nossa cultura”. Outro fator importante é que o sociólogo foi fiel a uma “visão global dos fenômenos sociais”, contudo, não teve crença em “leis imanentes do desenvolvimento histórico”, soube com engenho e arte, compor “os resultados das análises particulares, tendo sempre a evolução do passado como ponto de referência ao entendimento do presente (REALE, 1984, p. 66 e 68).

Apresentando a importância do Autor e a perspectiva teórico/metodológica, em certo sentido, reconhecemos o gigante que lidamos. Percebemos em Fernando de Azevedo um pensador e “homem extremamente organizado e meticuloso”. Obcecado “pelo trabalho” e do “pensamento, para quem nada do que é humano era estranho”. Entendido como uma “urna das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil” (PILLETE, 1994, p.183). Segundo Frota Pessoa em carta a Lourenço Filho reconhece o Autor da seguinte forma:

O Fernando de Azevedo é o homem oportuno, ajustado e talvez único. Moldado em aço, mas, aqui e ali, com felizes falhas na têmpera, obstinado e explosivo, intrinsecamente probo em atos e intenções, ardendo em uma chama de idealismo, sentimental e duro ao mesmo tempo, abstrato e dispersivo in modo, retilíneo e fulminante in re, ele possui as virtudes clássicas e também as heterodoxas (a que chamamos defeitos), indispensáveis a um criador de realidades cósmicas, harmoniosas e fecundas. Poucos o amam, muitos o detestam, e quase todos o temem. E entre os que lhe querem e o admiram, não sei quantos, como eu, o compreenderão e aceitarão integralmente (PESSOA, Frota. Carta a Lourenço Filho. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1930 apud PENNA, 1987. p. 176 a 177).

Por ser um pensador complexo, prolixo e firme em suas decisões, teve muitos inimigos, no entanto, não houve inimigo que não o admirasse, respeitasse, ou mesmo viesse a tornar seu amigo. Assim, conhecido por sua verve poderosa, Fernando de Azevedo construiu obra síntese como a sua contribuição ao Brasil e as coisas brasileiras. O autor assume pela primeira vez que é “impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à

³ Aspectos contidos na trilogia de Jörn Rüsen, as quais dão suporte as afirmativas apresentadas ao texto. Trilogia: Teoria da História: Os Princípios da Pesquisa histórica (Razão histórica) publicado em 2001; Reconstrução do Passado e História viva publicadas em 2007.



invenção e à iniciativa” e a ciência (LOMBARDI *et al*, 2006, S/p.). Para o pensador, esses fatores seriam de fundamental importância para o desenvolvimento, o progresso e a riqueza de uma nação. Em outras palavras, cultura, educação e ciência, seriam o caminho para a mudança e transformação da realidade da cultura brasileira.

Logo, em Fernando de Azevedo, a produção de um texto síntese é extremamente estratégico. Com boa inteligência, harmoniza os antagonismos em consensos. Justifica os princípios de continuidade/permanência do passado-presente; por outro lado, apresenta um horizonte de expectativa esclarecedor do presente e projeções de futuro. Se o futuro “não desconhece a existência do passado”, experiência e expectativa se aproximam quando se busca a constatação e identificação do tempo indo na contemporaneidade. Ao apresentar critérios de orientação em categorias como evolução, desenvolvimento e progresso, o autor deixa em tela um modelo explicativo e descritivo da história da cultura brasileira e constrói uma representação que reflete o Brasil aos brasileiros.

FERNANDO DE AZEVEDO E SUA OBRA: “A CULTURA BRASILEIRA”

Com isso, em sua Obra “A Cultura Brasileira”, o autor vai a fundo em uma interpretação histórica - sociológica e historiográfica, onde assume uma “visão marcadamente nacionalista dos problemas do Brasil”, porém, não perde de vista valores humanos e universais. Demonstra ser consciente desses problemas e oferece uma chave cultural como forma de possível resolução do atraso histórico-cultural. Do ponto de vista didático e metodológico, o livro se estrutura da seguinte forma:

Trata-se de uma obra de síntese, enquadrando-se, portanto, dentro das preocupações mais atuais do país [em meados do século XX]. Com efeito se, de uns anos para cá as monografias se multiplicaram, sente-se, ao mesmo tempo, a necessidade corrigi-las por visões de conjunto (BASTIDE, 1943, p. 04).

Ao dar “importância” a obra, o autor francês entende que Fernando de Azevedo produz um “monumento erigido a glória da cultura brasileira”. Estabelecendo partes intituladas: “Os fatores da cultura”; “A Cultura” e, por fim, “A transmissão da Cultura”, ambas possuindo cinco capítulos, são sequenciais e continuadoras do raciocínio anterior dando ao texto uma lógica orgânica e estrutural. De forma breve, a primeira parte apresenta a luta das raças contra o meio, a força de trabalho e a estrutura econômica; daí o próximo



capítulo: formação urbana; esse acompanhado do fator político na construção da cultura nacional; por fim, a psicologia do povo brasileiro.

Recorrendo a Roger Bastide (1943), Fernando de Azevedo depois de definir o que se deve entender por cultura, rejeita a definição antropológica e aceita o “sentido mais estreito que os franceses dão ao termo, ou seja, “o impulso das letras, das ciências e das artes que, enobrecendo as instituições, enriquecem e fecundam sem cessar a civilização”. Com isso, é estudado os fatores explicativos da civilização brasileira onde é analisado o papel do meio físico e das raças, “mais exatamente, da mistura das raças que se processa nesse meio físico” e a sua luta contra a natureza.

Estuda o “trabalho humano desde o ciclo do pau brasil até a industrialização”. Pinta o triunfo do homem sobre a natureza que, “frequentemente hostil” traz dificuldade aos desbravadores. Demonstra a força e energia que se vai criando e a infraestrutura “econômica sobre a qual vai se desenvolver a mais saborosa das culturas”. Compartilhando uma proposição de Fernando de Azevedo, Roger Bastide (1943, p. 04) diz que a “cultura é mais propriamente obra de cidadãos que de rurais; ela se enriquece pela comunicação e cooperação inter-humana e estas são tão mais intensas quanto maior as intensidades”. Onde um capítulo sobre as formações urbanas acompanhado de um estudo sobre o fator político na construção da cultura brasileira. A primeira “parte termina por um quadro da psicologia do povo brasileiro, um dos capítulos mais originais do trabalho”.

Já na segunda parte: “é consagrada a análise” da cultura que acaba de ser mostrada. Fernando de Azevedo trabalha para evidenciar como, e sob que ações, se formou” a cultura brasileira. Nesse sentido, é passado em revista as “instituições e crenças religiosas, a vida intelectual ligada à classe social que a origina, a das profissões liberais, a vida literária, a cultura científica e, finalmente, a cultura artística do Brasil”. Defendendo que a “cultura não é herdada biologicamente” e que “só pode continuar a viver pela transmissão social de uma geração a outra; [e.] se essa transmissão se interrompesse a cultura se desapareceria automaticamente”, dedica toda a terceira parte aos agentes da transmissão que também são agentes enriquecedores da cultura, e, em particular a escola.

De forma geral, é pensado os problemas em três proposições: a) Os fatores explicativos da cultura nacional; b) análise da cultura nacional, nesse caso a cultura formal; como e sob que condições se formou e c) a transmissão da cultura e a importância do próprio autor e da escola. Todos esses fatores serão analisados sob o eixo do sentido nacional, da unidade nacional, em outras palavras, da identidade nacional. Com isso, a obra “A Cultura Brasileira” é definida pelo autor com “uma obra de visão panorâmica, por uma larga



investigação sobre a cultura no Brasil”, um retrato de corpo inteiro que representa mais de 400 anos de história em uma obra de conjunto, reunida em síntese (AZEVEDO, 1944, p. 03 a 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante a formação da cultura brasileira, metuculoso, Fernando de Azevedo se fundamenta, conforme suas palavras, em “Humboldt e mais recentemente Burckhardt”, esses explicam que a cultura dá “brilho aos costumes e às instituições”. O autor, pensa a cultura em um sentido de formação espiritual e não utilitário/instrumental para fins econômicos. Seria “aquilo que desabrocha inteligência e virtude transformando os homens em seres mais humanos”. No caso do Brasil é aquilo que “desde os tempos coloniais, procurou modelar o homem, iniciando-o” em valores que não cessam de “transformar-se dentro de certos limites no curso da história. Em larga medida contribuíram para fazermos de nós o que somos” (AZEVEDO, 2010, p. 30 e 31).

O uso estratégico que Fernando de Azevedo faz do passado e do conhecimento histórico, evidencia que “A cultura Brasileira venha [viria] a se tornar, no futuro, uma obra do mesmo porte que a de Varnhagen, Capistrano de Abreu ou Sílvio Romero”; trata-se de um livro que “complementa o trabalho intelectual do autor, na medida em que compõe” um estudo aplicado ao Brasil. Para Antônio Dimas, a obra surgiu junto a uma extensa lista de estudos sobre o país. Destacando Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Mário de Andrade, Édison Carneiro, Roger Bastide, etc. Nesse sentido, “A Cultura Brasileira” responde ao debate historiográfico sobre o Brasil. Se a preocupação era educação, a crítica literária, o jornalismo e Sociologia, o Brasil e cultura brasileira entra no radar (DIMAS, 1994, p. 26).

Dessa forma, a síntese histórica-sociológica, não trabalha com o tempo cronológico, mas com a ideia de um passado acoplado “a um sentido de “tempo” [...]; um tempo que não remete a um calendário de fatos, de acontecimentos, de eventos” e sim, da trajetória da formação e desenvolvimento nacional. Fernando de Azevedo almejou ajustar a cultura brasileira à cultura ocidental. Por isso, recuperou do passado, experiências históricas que envolvem histórias contidas em “variadas práticas culturais, materiais e simbólicas, que constituem” os sentidos temporais dos indivíduos, do Estado ou da Nação (GOMES, 1996, p. 160 e 161). Na obra, a expressão cultura brasileira carrega o sentido de evolução, singular e



continuo. Aspectos que, quando corrigidos, elevam o “espírito nacional” ao aperfeiçoamento.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARENDDT, Hannah. *O Conceito de História – Antigo e Moderno*. In: Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Debates; 64/dirigida por J. Guinsburg).

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Os Fundadores da USP).

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1944. (Versão Online do IBGE disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=255807&view=detalhes>. Acesso em: janeiro de 2015).

BASTIDE, Roger. *A Cultura Brasileira*. In: Jornal Diário de São Paulo. Sexta-feira 01/10/1943.

DIMAS, Antônio. Os primeiros leitores de A Cultura Brasileira. In: *Revista Instituto Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOMBARDI *et al.* Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas – SP: *Revista Histedbr*, 2006. (Glossário F – Fernando de Azevedo). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_fernando_azevedo.htm. Acesso em: 01/06/2016.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. *Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil*. Araraquara – SP: Universidade Estadual Paulista, 2011. (Tese de Doutorado em Sociologia).

NASCIMENTO, Alessandra Santos. Intelectuais Ibgeanos: ecletismo no projeto de nação e modernização brasileira. In: *Revista Espaço Plural*. Ano IX. Nº 18. 2008, p. 87 – 99. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1637>. Acesso em: 01/12/2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK [et al.] Reinhart. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

_____. *Reconstrução do passado*. Brasília: UNB, 2007.

_____. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, 2007.



PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: Educação e transformação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

PESSOA, Frota. Carta a Lourenço Filho. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1930. In: PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: Educação e transformação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987, p. 176 a 177 (1. Correspondência Transcrita).

REALE, Miguel. Fernando de Azevedo, um sociólogo na encruzilhada. In: *Figuras a inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

VIANA, Hélio. Fernando de Azevedo – A Cultura Brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 188. Rio de Janeiro. Junho / setembro de 1945

em 13 abr 2020.

Recebido em: 30/03/2020

Aprovado em: 10/06/2020

(In)Confiabilidade da Memória como Introdução à Interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann

(Un)Reliability of Memory as an Introduction to Temporal Interpretation of Remembrance: a dialogue with Aleida Assmann

GODOI, Rodrigo Tavares *

<https://orcid.org/0000-0002-6334-7808> 

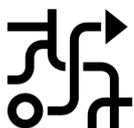
RESUMO: O princípio reflexivo do texto é o da duração vinculada a três predicções sob dimensão paradoxal. Essa dimensão paradoxal evidencia tensões em relação a compreensão da memória refletidas sob ideias de história. Por isso, racionalizar tensões da memória no paradoxo da duração não dispensa as relações de junção e disjunção de história/memória tendo a hermenêutica como constituição. Nesse caso, o texto baseia-se na relação predicções e paradoxo da duração diretamente ligado a memória: armazenamento, funcionalismo e imagem-lebrança. Predicações ordenadas em nome da compreensão do sujeito da memória como: passividade, ambivalência e coincidência. Contudo, as tensões da memória são consideradas válidas na indispensável ligação com o corpo sob discussão a partir das lembranças. Portanto, essas predicções inerentes ao paradoxo da duração possuem como ponto de partida a (in)confiabilidade da memória que refletem as dimensões do corpo entre metáfora e sistema.

Palavras-chave: Interpretação; Memória; (In)Confiabilidade; Metáfora; Duração.

ABSTRACT: The reflexive principle of the text is that of duration linked to three predications under paradoxical dimension. This paradoxical dimension shows tensions in relation to the understanding of memory reflected under ideas of history. That's why, rationalizing tensions of memory in the paradox of duration does not dispense the relations of junction and disjunction of history/memory having hermeneutics as constitution. In this case, the text is based on the predications relation and paradox of duration directly linked to memory: storage, functionalism and image-remembrance. Predications ordered in the name of the understanding of the subject of memory as: passivity, ambivalence and coincidence. However, the tensions of memory are considered valid in the indispensable connection with the body under discussion from the remembrance. Therefore, these predications inherent to the paradox of duration have as a starting point the (un)reliability of memory that reflect the dimensions of the body between metaphor and system.

Keywords: interpretation; Memory; (Un)Reliability; Metaphor; Duration.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor de Teoria e Filosofia da História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com lotação no Departamento Intercultural *Campus* Ji-Paraná. Coordenador do projeto de pesquisa "Usos e Abusos da Memória: um problema de metodologia para a história", sob financiamento da FAPERO (2018-2020). E-mail: rodrigo.godoi@unir.br



A polarização brusca de história e memória parece-me tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas.

Aleida Assmann

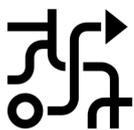
Os apontamentos que se seguem devem ser compreendidos como parte de uma pesquisa, em desenvolvimento, de hermenêutica da memória.¹ Pesquisa que atenta à discussão da memória sob uma raiz reflexiva estabelecendo tensão entre experiência e historicidade. Nesse caso, a perspectiva de dinamização está para a compreensão de elementos tácitos vinculados a memória presumidos na fiabilidade historiográfica. Porém, para este texto em especial, o objetivo concentra-se na reflexão da memória a partir de uma dimensão retórica que vincula ideias de história. Perspectiva que direciona esta reflexão para a discussão da memória na relação com os espaços como parte de uma condição interpretativa que coloca em tensão metáfora e natureza.

O CORPO NA METÁFORA DA MEMÓRIA

Abrimos nossa discussão a partir de uma afirmação de Assmann:

No entanto, a pesquisa neurofisiológica cerebral e sobre a memória adotou uma inequívoca teoria da localização e discute desde a década de 1970 uma hipótese sobre a memória, “na qual uma armazenagem de informação baseada na ‘simplificação’ de estruturas nervosas desempenha papel central”. Desde então, esse deslocamento da hipótese-guia foi dramatizado por teóricos construtivistas como uma mudança de paradigma, e as metáforas correntes da memória, inscrição e armazenagem foram criticadas como falsificações inadmissíveis. Ao modelo de armazenagem estático contrapõe-se um modelo dinâmico e construtivo de transformação contínua, segundo o qual a memória ajusta o passado continuamente ao presente, de maneira elasticamente funcional. Pode ser que a força da vontade ou do presente sobre a memória seja quase ilimitada, mas esses espaços de ação podem voltar a ser limitados por um outro fator: o corpo. (...) Por mais convincente e incontestável que seja a descoberta de que as memórias são reconstruídas sempre no presente e sob as condições específicas dele, parece-me exagerada a tese de que as recordações “não dependem do passado”, mas exclusivamente do presente.

¹ *Usos e Abusos da Memória: um problema de metodologia para a história* (FAPERO – 2018 a 2020).

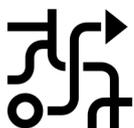


Essa ideia conduziria à abolição do passado como mero sobejo problemático, realmente existente, material e intrínseco. Por esse motivo, deve-se retomar o problema da (in)confiabilidade da memória e investigar mais precisamente acerca das forças deformadoras ou estabilizadoras no processo da recordação (ASSMANN, 2011, p. 267, 268).

A citação incorpora uma tensão na (in)confiabilidade da memória diretamente ligada à dimensão temporal da lembrança. Ainda que a autora dê ênfase para o conceito de memória cultural (funcionalista), a dinâmica a ser adotada nesta reflexão localiza a duração como objeto implícito à problematização da memória. E como potencial, a duração será considerada um paradoxo em relação a predicções que incluem dialética, análise e intuição – esta como representante de função metódica recorrente ao pensamento de Henri Bergson. Nesse sentido, a reflexão em torno do paradoxo da duração remete para a observação do corpo como medida que possibilita a interpretação da memória a partir dos gêneros de natureza e metáfora. Por isso, alguns apontamentos iniciais são necessários para situar um princípio de orientação a ser partilhado com os leitores.

A primeira predicação inerente ao paradoxo da duração encontra-se na relação com lugar e função baseada na psicologia e sociologia da memória tendo o passado como propriedade e passividade, ou seja, as lembranças são inerentes aos seus portadores. Essa ideia de duração insinua ser a memória ordenada por mecanismo passível de verificação motora, fisiológica ou intelectual. Um tipo de mapeamento ligado a utilidade da memória que estabelece o passado sob a dimensão dos sujeitos da experiência como portadores de lembranças habitadas, um processo descrito sob formas idiossincráticas. Na pesquisa, essas formas são instrumentalizadas por técnicas definidas a partir de fontes orais, testemunhos, vivências, representações, identidades.

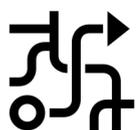
Há uma historicização das lembranças que mantém o passado afastado da autoevidência, porém, autorreferente nos seus lugares habitados (corpos) dinamizados a partir de relações sociais. Dimensão psicológica que visa compensar o anacronismo do armazenamento (temporal) inerente as lembranças por tipificar o passado independente de retrospecto, conservando-o na determinação de proximidade (propriedade) com a finalidade de partilha. Essa dimensão torna o conceito de distância questionável, pois sua duração fixa-se na relação com a idiossincrasia, obrigação moral ou estabelece a percepção como natureza da lembrança. Nessa forma predicativa, as representações simbólicas ordenam o lugar social do individual e atribui à memória a conjunção da lembrança ao espaço coletivo. Ou seja, não há uma base dialética porque a reflexão do histórico não faz



parte da memória a menos que seja representado por ela. As manifestações individuais são reconhecidas na conjunção memória e lembrança sendo a vida social a disposição do lugar e da função da memória sob um dinamismo do armazenamento (BERGSON, 1991; 1982; HALBWACHS, 2002).

Então, essa primeira predicação possui uma parcela de discussão na qual a dialética não representa um princípio de discussão porque o conceito de distância não é significativo para a classificação da memória. Nesse caso, a passividade da memória está na forma de conceber ao sujeito da experiência a autorização de testemunho, apresentando à memória sua relação plena com a lembrança. Sob outra parcela, a passividade da memória está vinculada a uma analítica da historicidade que pressupõe a disjunção entre memória e lembrança por tornar a recordação suspeita. Isso significa que a memória responde ao conceito de distância refletindo diretamente na desautorização do sujeito da experiência representar o passado. A memória se torna desabilitada em sentido histórico, pois as relações temporais da memória são validadas a partir de processos historiográficos. Isso significa que no desapossamento da lembrança pela experiência da historicidade, o corpo não representa pertinência que preserva validade empírica devido ao fato do passado ser historicizado sob o princípio de reconciliação entre tempo e espaço (passado). Ou seja, não se discute diferença de natureza entre eles porque o alter ego do historiador se responsabiliza em reconstruir o sentido recobrando as evidências sob o uso de conceitos. Há um princípio ontológico nessa forma historiográfica (analítica) que permite ligar passado e presente. Nessa estrutura de argumento, o passado não pode ser concebido nem como autorreferente e nem como autoevidente, pois se torna insustentável no princípio epistemológico da analítica como retrospectão. Entretanto, não se pode negar ao passado raízes ligadas ao consumado e continuidade (ANKERSMIT, 2004).

Neste caso em especial, que importância tem essas duas parcelas da primeira predicação inerente ao paradoxo da duração com a (in)confiabilidade da memória? Nesta reflexão, o objetivo é afirmar que tanto uma quanto outra rejeita o sujeito da memória. Na primeira, ele é expropriado no momento em que o sujeito está encarnado com sangue e osso. Não se trata de inscrição, mas discurso; movimento idiossincrático espelhado em convenção social das representações simbólicas. Memória e lembrança são concebidas a partir do processo de conjunção e o passado ordenado sob a dinâmica do presente em relação a percepções, afeições e emoções. Sob um princípio halbwachiano, são os lugares que reconciliam o tempo nas lembranças. Em sentido contrário, há expropriação do sujeito da memória pela disjunção entre memória e lembrança. Ou seja, o corpo com sangue e osso fica



desautorizado a representar o passado porque o tempo não faz parte de uma categoria psicológica. Essa função sociológica do tempo pressupõe haver um tempo histórico que responde a processos e desenvolvimentos.

Então, o que movimenta a relação entre as duas parcelas da primeira predicação inerente ao paradoxo da duração é o fato da duração ser representada por dados de sentido. Assim, na dialética das duas parcelas há tensão entre subjetivo e objetivo, o que expropria o sujeito da memória e fixa a duração sob dados de sentido – configuração de anacronismo. Por isso, um percurso hermenêutico contribui para que dados e sentido não sejam concebidos sob a lógica da alienação do tempo e espaço na pseudocontingência do corpo ou na retrospectiva como reconciliação de ambos (GADAMER, 2000; ANKERSMIT, 2004).

Mesmo na rejeição autoevidente do passado, não se pode falar de crise da duração porque se exige da memória, diante as necessidades e as carências, conexões temporais da lembrança as quais preenchem a sociedade de significado e, essa temporalização da lembrança necessita do corpo. Então, a temporalização da lembrança a coloca em oscilação com o passado e o futuro; uma dinâmica restrita ao corpo que organiza no presente a funcionalidade da lembrança com esquecimento e expectativa. É necessária a defesa do corpo como inevitabilidade para a lembrança, pois constitui o regime da metáfora e, com isso, a memória se estabelece sob tensão como consciência ou massa-disposição (BERGSON, 1991; 2003; ASSMANN, 1991; 2011; 2013). Como consequência, essa observação implica na condição imanente e transcendente da memória por conflitar analítica e dialética na hermenêutica (RÜSEN, 2010; GADAMER, 2000). Por isso, o processo interpretativo da memória não se limita a psicologia dos espaços ou a sociologia dos grupos. Entretanto, essa discussão ambivalente entre memória e lembrança faz parte da segunda predicação inerente ao paradoxo da duração porque não se espelha nas identidades de grupos, pois o corpo é racionalizado a partir da metáfora da memória.

Mas, antes de confrontar primeira e segunda predicação inerente ao paradoxo da duração, lidar com a memória como problema de investigação implica em racionalizar pressupostos que se enquadram como disciplinares ou não. E os que propomos para a memória necessitam, para além de lugares e funções, considerar elementos que apontam para a relação antitética da expansão.² Por isso, a aproximação entre metáfora e natureza

² Compreender a expansão sob o par antitético da *étendu* e *étendue* implica em como a expansão destina-se para uma complexidade a partir da língua francesa. A expansão como *étendu* remete para os elementos de adição, acréscimo ou ocupação de espaço; há aumento de volume como armazenamento ou estoque. À duração, compete sua dimensão artificial ou arbitrária. Como oposição não dialética, a expansão como *étendue* reporta-

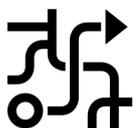


faz movimentação na qual a expansão apresenta a duração na qualidade de sentido como antecipação do significado e da hermenêutica como antecipação ao sentido pré-dado (GADAMER, 2000). Por esse caminho, este texto defende a hipótese do dualismo da memória constituído sob a vertente da dinâmica entre evidência e indício configurada nos contornos da imagem como metáfora da memória. Uma discussão em desenvolvimento que inclui outros textos da pesquisa sob o reconhecimento da dinâmica do tempo e espaço para a compreensão temporal das lembranças (GODOI, 2018; 2020; GODOI; QUADROS, 2018). E, como antecipação, esse posicionamento será apresentado nesta reflexão essencialmente quando a discussão estiver sob a terceira predicação inerente ao paradoxo da duração.

De toda forma, pensar na (in)confiabilidade da memória requer apreender a abertura deste tópico sob a suspeição do anacronismo entre passado e presente por considerar a imagem um conceito independente de paradigmas conceituais. Não se pode esquecer que memória independe do conceito de presença-ausência porque há diferença entre o fato de ter sido e o não mais (CHARTIER, 2002; RICOEUR, 2000). Esse conceito restringe a memória a quadros disciplinares no qual a linguagem esteja centrada nos tropos da representação (WHITE, 2001; ANKERSMIT, 2004). Esse raciocínio baseia-se na insuperável diferença de natureza entre tempo e espaço quando se trata do pensamento bergsoniano em relação a representação (BERGSON, 2003). Porém, sob perspectiva psicanalítica, na linguagem o passado mantém-se entre o objeto do desejo no sujeito da experiência e antecipação de significado (LACAN, 1966). Com esta última afirmação, retomamos a primeira predicação inerente ao paradoxo da duração sob o ponto de vista da crítica ao discurso idiossincrático do testemunho oral.

Essa base de (in)confiabilidade da memória pressupõe o objeto do desejo como alienação da experiência em relação a vivência, cabendo ao sujeito da experiência os critérios de fiabilidade das recordações (lembranças) e apreensão de dados de sentido. Entretanto, para além da linguagem, o desejo se torna um princípio psicanalítico no qual o sujeito da experiência não o apresenta porque a realidade independe da experiência (LACAN, 1966). Esse tempo psíquico coloca em suspeição a relação entre realidade e discurso pela antecipação de significado. Então, os critérios de fiabilidade da memória não correlacionam temporalização das lembranças e funcionalismo, mas sintomas. Com a psicanálise se reconhece que a fiabilidade da memória está na rejeição dos dados de sentido

se para a intensidade, vastidão ou ausência de espaço; não há acréscimo. Sua natureza é a duração como um absoluto simples (BERGSON, 1991).



e o corpo não movimentam relação entre passado e presente das lembranças sob simetria. Porém, sob a ambivalência, memória e lembrança são funcionalidades complementares, por isso a (in)confiabilidade deve ser entendida como positividade a fim de compreendermos a dimensão autoevidente do passado independente de antecipação de significado (ASSMANN, 1991).

Sob a memória cultural, o funcionalismo relaciona-se com os espaços fazendo com que o conceito de memória coletiva evite o armazenamento estático (ASSMANN, 1991; HALBWACHS, 1968). Esse princípio coloca o passado como exigência moral, juízo ou identidade a partir dos quadros sociais (HALBWACHS, 2002; BERGSON, 1991). Sob corporeidade a epistemologia da memória condiciona a temporalização das lembranças na oscilação do testemunho: vi, ouvi, senti (*vécu*). No caso da psicanálise, o passado está entre recalque, percepção e partilha comportando-se como representação simbólica, discurso ou sonhado. Há um sistema fechado que independe das conexões com os quadros sociais da memória, pois respondem a sintomas análogos a arqueologia. No caso funcionalista, essa arqueologia do testemunho congrega ao passado o retorno subjetivo ou sua duração (ASSMANN, 1991). No entanto, com base na filosofia da história de Bergson compreender o passado como rejeição ao armazenamento inerente a psicanálise ou funcionalismo, precisa enfrentar a dialética da experiência como fenômeno depositário (BERGSON, 1991). Nesse caso, o paradoxo da duração concentra-se na experiência como princípio que norteia as inquietudes em relação a autoevidência (corpórea) do passado que potencializa as lembranças como reconhecimento do espontâneo e do útil a partir do virtual e virtuoso (BERGSON, 1991; ASSMANN, 1991).

O diálogo à memória sob a condição de objeto aproxima arqueologia e retórica por localizar o corpo sob a metáfora da memória. Em termos simples, a lembrança não pode ser compreendida desconectada do corpo, motivo que expõe a importância das inscrições corpóreas (ASSMANN, 2011). Essa ênfase para as inscrições atesta não haver colocação do passado sob a tutela da vontade ou do presente, exclusivamente. Por esse motivo, na aproximação de memória e metáfora, ao passado inclui o conceito de imagem através do par antitético da expansão no qual a temporalização das lembranças incorpora conteúdos significativos. Essa condição metafórica da memória expande o conceito de memória coletiva ao nível da cultura, reforçando o paradoxo da duração em relação ao problema da autoevidência do passado. A questão central é saber: em que condições esse passado apreende-se a espaços considerando o esquecimento um fato de complementaridade para o funcionalismo da memória cultural e, em que medida há a defesa à continuidade na qual

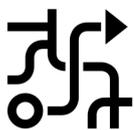


história e memória partilhem natureza comum? Essa questão coloca em tensão imanência e transcendência da (auto)evidência nos fenômenos da memória.

Na hipótese das lembranças não configurarem estruturas, a vida prática significa inconsistência do tempo (puro) como orientação que dispense a exigência da sociedade na determinação dos espaços, ou seja, a temporalização resiste a lembranças (puras) como imanência transcendente. Sob o conceito de imagem-lembrança compreende-se a proximidade entre duração e lembrança devido ao reconhecimento (RICOEUR, 2000; BERGSON, 2003), motivo pelo qual os espaços se tornam inevitáveis à memória em decorrência da vida prática. Por essa praticidade da memória, a atualização de Maurice Halbwachs volta-se para a sociabilidade (psicológica) da memória onde seus espaços colocam em tensão determinação social e espírito individual. O sentimento não partilhado, ainda que narrado (como o exemplo do trauma), recolhe inscrições corpóreas as quais a análise coloca sob tensão dimensões sociais e individuais relacionais a experiência e historicidade (ANKERSMIT, 2002; BERGSON, 1982, HALBWACHS, 1968; ASSMANN, 1991).

Diante a ideia de inscrição (biológica), defendo a hipótese das lembranças apreenderem estrutura imediata na atualização (incorpóreo). Essa dependência estrutural das lembranças, a partir de Bergson, decorre dos estados das imagens-lembrança em sua natureza autoevidente. Essa natureza da qual refiro não racionaliza a cultura como estruturação das lembranças em nível arqueológico ou escatológico dos espaços, mas de coincidência entre imagem e reconhecimento como imanência no tempo. No entanto, a condição histórica dessas lembranças depende do circunstancial como sincronia na qual o evento da memória apresenta-se como diamante do passado indiciário e evidente.³ Essa ideia manifesta-se diante a defesa de ser a memória um evento desorientado pela regulação

³ Na nota 79 da edição crítica dos textos de Bergson reunidos por Gilles Deleuze, Arnaud François apresentou a memória como sincronia entre passado e presente, sendo o primeiro criador do segundo. Segundo François essa metáfora recorrente a Bergson designa estado e natureza do passado como *différence* em relação ao presente. O que há é o passado inscrito nesse presente como presença e atualização (FRANÇOIS, 2011, p. 49). Recorrendo a metáfora do diamante, Lacan nos remete para o processo de junção e disjunção no que defendo por evento da memória. Esta ideia está arraigada na perspectiva de ser o evento uma particularidade de atualização e novidade (imagem-lembrança) devido ao não pertencimento do evento a natureza da experiência passada. O evento atualiza sob um corpo do presente que reconhece os aspectos do passado na sua insistência inscrita, sob sentimento e sensação, de relações intensas do ter sido. Entretanto, esses aspectos sugerem estruturas não condicionadas a retórica (arqueológica) da experiência do sujeito, mas a relações de expansão compreendidas se dada atenção para um princípio da experiência estética na qual as imagens ocupam natureza imanente. A virtualidade do corpo compreende um sistema onde as camadas não coadunam um tempo psíquico escatológico ou simbólico, mas de base onde a duração não conceba as lembranças na condição de posteridade. Esse fenômeno dissolve a ambivalência entre memória e lembrança, pois a experiência perde característica de conceito (LACAN, 2001; BERGSON, 1991; 2003; KOSELLECK, 2000; GODOI, 2020).



interpretativa da historiografia. Nesse caso, volto a atenção para o problema da passividade da memória com a finalidade de avançar na prerrogativa paradoxal da duração.

A passividade da memória está nos quadros da disciplinarização como objeto de natureza linguística de conservação, armazenamento ou dinâmica construtivista. Essa passividade responde ao determinismo do passado ou do presente enclausurando a lembrança ao dever, política ou vontade. Aplicada para a historiografia, essa perspectiva imprime na ideia de história ser a memória suspeita ou plena. Ideia ambivalente não complementar que apresenta a memória sob a dialética, limitando a experiência a retrospecção – sob o conceito de distância (analítica) – ou a propriedade (idiossincrática) inerente ao sujeito da experiência. A partir desta afirmação, considera-se passividade porque o sujeito da memória corresponde ao indivíduo na sua idiosincrasia ou a conceitos como ferramentas de contextualização do decorrido. Em sentido negativo, a experiência está em torno da linguagem como dados de sentido externos a memória ou alienada a vivência. Esse tipo de postura interpretativa corre o risco de naturalizar a interpretação nos limites da representação. Porém, no caso da hermenêutica filosófica, o comprometimento da interpretação é com o existente (GADAMER, 2000). Por isso a experiência não está limitada a conceito, motivo que coloca tensão entre história e literatura em torno do significado de realidade, verdade e sentido na temporalização (KOSELLECK, 2000).

A defesa de ser a memória passividade decorre do fato de não haver reconhecimento de seu sujeito, isso porque a passividade depende da relação na qual o sujeito da memória esteja enraizado na percepção como regra onde estabelece os ritos interpretativos em torno do passado e do presente. Essa regra impede que o sujeito da memória se afaste da retrospecção ou da determinação dos quadros sociais. Assim, sob o ponto de vista da historiografia analítica ou pós-moderna, a memória desvenda-se sob os padrões de temporalização ligados a historicidade consolidando-a diante a determinação do presente ou do passado. Porém, se adotada a perspectiva da lembrança como *avenir*, pressupõe-se a ela a condição inesgotável do passado e a transitoriedade do presente, pois o tempo não pode ser considerado absoluto; por isso, passado e presente não se torna figuras geométrica (BERGSON, 2003).

Sob o pensamento bergsoniano, a passividade é base para a compreensão da memória no tipo de historiografia onde a ideia de percepção presente e percepção de outrora está entre a exigência do contexto como representação da distância e o conceito de representação onde o presente significa o passado a partir de suas decisões. A passividade da memória, independentemente de ser uma perspectiva analítica da historiografia ou de



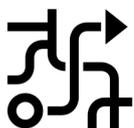
novas epistemologias, destaca-se através da inviabilidade compreensiva dos fenômenos da memória não epistemológicos.

A interpretação dos fenômenos da memória diante a transitoriedade entre subjetivo e objetivo impede a compreensão de seu existente. Ou seja, limitar a memória a historicidade do sujeito da experiência - seja ela retrospectão ou idiosincrasia - implica perder a capacidade de compreensão do tempo como expectativa e reduz a memória à forma do conteúdo. O agir e o sofrer no mundo exigem do sujeito da experiência carência de orientação, mas a passividade limita a memória ao cenário da conservação ou construtivismo perdendo concomitantemente a relação com a ação do seu sujeito (duração). Porém, com Assmann essa dimensão passiva da memória entra em conflito com a duração energética. Nesse caso, a atenção volta-se para a dinâmica existente entre memória e lembrança (ASSMANN, 1991; 2011). Ainda que a relação durável da memória esteja à consideração do corpo, será necessário que esse corpo sofra alteração de significação.

A segunda predicação inerente ao paradoxo da duração deve comprometer-se com a ambivalência memória e lembrança. Essa mudança predicativa afasta-se da determinação decisionista implícita nas idiosincrasias ligadas a historicidade da experiência e da dialética entre história e memória sob a valorização do recorte temporal pela datação dos contextos (decorridos) na historicização da experiência da historicidade. Isso significa que a partir deste ponto outras inquietações fazem parte da compreensão da memória sob seu princípio de (in)confiabilidade. Para essa finalidade, haverá a necessidade de transitar entre as noções de passado e futuro na metáfora do corpo, pois ele e inscrição ocupam discussão entre espaço e energia. A novidade da metáfora da memória está em pretender desvincular o conceito de conservação ao de memória coletiva. Essa leitura concentra na defesa de ser a memória dependente de um passado classificado como autoevidente (ASSMANN, 1991; 2011; 2013)

Para dar início a essa discussão, a memória cultural reflete a partir dos modelos de memória considerando a ambivalência de complementaridade. Nesse caso, intelectuais foram abordados por Assmann a fim de apresentar memória e lembrança sob dinâmica funcionalista. Então, esses diálogos traçados por Assmann estão entre uma compreensão escatológica e arqueológica da memória que incluíram intelectuais como Edmund Spenser e Sigmund Freud. Para o primeiro a relação está na poética e para o segundo no psíquico.

Na poética, a imagem da memória (*Gedächtnis-Bildern*) organiza um tipo de dualismo passivo e ativo. “A memória é a massa-disposição, a partir da qual a lembrança é



selecionada, atualizada, utilizada” (ASSMANN, 1991, p.17).⁴ Afirmação que representa a passividade da memória como acumulação infinita de dados que, em sentido complementar, a lembrança destina-se para ser ativa - ela extrai os dados latentes. Porém, essa relação complementar existente na memória correlaciona-se com sua condição metafórica (*Gedächtnis-Metaphern*). Condição que em Assmann reverbera uma espécie de sacralização da memória diante a função energética amorfa, processo que corresponde à metafísica dualista.

Em resumo, essa ideia de passividade da memória é descrita: “A memória passiva usa o nome Eumenestes. Essa forma incorpora a memória (*speicher*) o fornecimento infinito de dados acumulados”.⁵ Por outro lado, a noção ativa estabelece: “A lembrança ativa usa o nome Anamnestes. Ela incorpora a energia de detecção e extração, o que ajuda manifestar dados de sua presença latente” (ASSMANN, 1991, p. 17).⁶ Em outros termos Assmann atestou que essa perspectiva remete para a relação entre conservação e pulsão na qual passado e futuro estão sob prescrição de complementaridade.⁷ À memória cumpre a tarefa de preservação, armazenamento ou conservação sob a determinação tensiva da expansão (*étendue*) como significado ou sentido atribuído que acredito compor a dimensão de um tempo absoluto. A partir desse cenário da poética Assmann inaugurou a relação da memória com habitado e inabitado para vincular a metáfora da memória a espaços e o corpo a virtuosidade.

Sob a poética metafórica designada como templo, memória e lembrança são descritas como espaços construídos (*Räumliche Gedächtnis-Metaphern*) que, para dar um exemplo, Assmann recorreu a dois delineados por monumento e arquivo. Ao primeiro, a relação é com o futuro e ao segundo, com o passado. Uma espécie de política quanto ao dever de memória, preservação de virtudes e valores fabulosos (ASSMANN, 1991). O futuro como *devenir* antecipa-se sob dados que podem ser acessados considerando a posteridade inevitável da lembrança. Relação que apresenta o inabitado da massa-disposição com

⁴ Das Gedächtnis ist die Dispositions-masse, aus der die Erinnerung auswählt, aktualisiert, sich bedient. As traduções realizadas diretamente do alemão são de minha inteira responsabilidade.

⁵ Das passive Gedächtnis trägt den Namen Eumenestes. Diese Gestalt verkörpert den Speicher, den unendlichen Vorrat der angesammelten Daten.

⁶ Die Aktive Erinnerung trägt den Namen Anamnestes. Er verkörpert die Energie des Auffindens und Hervorholens, die den Daten aus ihrer latenten Präsenz zur Manifestation verhilft.

⁷ O critério da complementaridade de Spencer foi descrito por Assmann como a significação do inesgotável e imortal sob a poética da biblioteca. Eumenestes, um ancião mais velho que Nestor e Matusalém juntos, testemunha todos os acontecimentos desde os tempos imemoriais. Rodeado de documentos e fragilizado pelo tempo, não possui mais força para retirar os volumes das prateleiras, ainda que continue como guardião do arquivo. Anamnestes representa o jovem bibliotecário, pequeno e ágil, que fica ao seu lado para auxiliar. Ele encontra os volumes perdidos e extraviados (ASSMANN, 1991; 2011).



concentração de expansão no espaço habitado da experiência. Essa condição passiva da memória fornece sentido não imanente a estrutura física do monumento, mas a um processo virtual/virtuoso latente no templo (consagração) compreendido se dada atenção para o corpóreo e energia.

Sob o preceito da massa-disposição o futuro aparece sob antecipação de significado conflitando com o esquecimento, e essa observação também pode ser compreendida considerando a escatologia como forma metafórica da memória. Em síntese Assmann a apresentou sob um tipo transcendente em relação ao presente, isso porque existe na condição histórica dele a negação. A atenção está para a questão da promessa ou da esperança circular em questões de ordem religiosa. “A lembrança escatológica estabelece no presente histórico um presente metahistórico, permite a distância e tensão contra-presente do respectivo presente” (ASSMANN, 1991, p. 23).⁸ Essa aporia do presente histórico o flagela diante sua negação, expiação ou antecipação. Porém, essa condição da memória sob a antecipação de significado ou sentido, coloca a possibilidade na condição de superação do impossível ou presença do futuro que está na promessa, uma forma de memória baseada na escritura. A escrita preserva uma memória na qual passado e futuro conectam-se. Sob essa perspectiva, o presente está implicado naquilo que deve ultrapassar. E, compreendendo essa passagem - referida por Assmann como antecipação de significado e sentido -, existe, então, um princípio dialético no qual o presente deve negar-se na esperança de novos presentes.

Assmann não concebeu essas relações metafóricas da memória sem pensar na política da retórica. Nesse caso, entende-se memória sob o rigor da preservação, sendo suas formas e funções destinadas a inscrições. Uma energia materializada que perpassa a incorporação residindo uma política de funcionalidade e imanência. Passado e futuro residem no presente sob a tensão passivo e ativo o que inclui negação e exemplaridade. Um presente transitório diante o inevitável *devenir* no qual sua experiência remonta desde a antiguidade, como por exemplo, a libertação dos judeus do Egito. Assim, conservação e antecipação estabelecem tensão ao presente histórico por colocar nesse presente o contra-presente a partir da força de uma memória exemplar. Essa energia da memória concentra-se na promessa onde o futuro já foi escrito e animado nas sensibilidades.

⁸ Die eschatologische Erinnerung etabliert in der historischen Gegenwart eine metahistorische Gegenwart, die Distanz und kontrapräsentische Spannung zur jeweiligen Gegenwart ermöglicht.



Então, na metafísica dualista e na escatologia do contra-presente Assmann questionou a pretensão de apresentar a memória sob o princípio de dados de sentido. Na poética, a memória rejeita o esquecimento e ordena-se sob complementaridade que agrega acúmulo infinito e latência (atualização). Passado e futuro estão em conjunção na espacialidade e virtuosidade, pulsão e conservação – expansão (*étendu*) -; mas a disjunção preserva à memória sua condição amorfa de resistência aos espaços – expansão (*étendue*). Nesse caso Assmann apresentou um argumento arqueológico a fim de racionalizar o tempo psíquico.

Em recorrência a Freud a dimensão da memória conduz para um tipo de discussão ausente de espaços. Na leitura do psicanalista alemão feita por Assmann não se sustenta o paradoxo da simultaneidade, pois não há lógica entre receptividade infinita e conservação de sinais permanentes. Por isso justificam-se os questionamentos: “Como pode a simultaneidade do oposto apresentar função de preservação e exclusão? Como a ‘receptividade ilimitada’ é compatível com a ‘preservação de sinais permanentes’?” (ASSMANN, 1991, p. 21).⁹ Perguntas que sinalizaram para um método que pôs fim ao paradoxo considerando o bloco maravilhoso (*Wunderblocks*). Essa dimensão da memória recorre à metáfora da escrita como forma de apresentação de um fenômeno complexo de armazenamento fiável (impressões imortais) e sensibilidade ilimitada (camadas eternas) cujas bases questionam os princípios ligados a metafísica.

A superfície consiste em um papel de cera fino, escrito e sobrescrito; embaixo, há uma folha de celulóide que serve como “proteção contra excitações”; embaixo, o painel de cera, que registra traços permanentes (“inervações de fundação”) mantidos em condições favoráveis de iluminação, permanecem visíveis como ranhuras finas (ASSMANN, 1991, p. 21).¹⁰

Essa função da escritura não pode ser somente destinada à atividade cerebral. Há de compreender que, sob o conceito de metáfora da memória, o corpo inclina-se a fenômeno no qual esse corpo, na sua relação com o cérebro, subsume a alma. Nessa especificação Assmann justificou uma posição na memória que transcende ao grupo e a idiosincrasia, ponto expansivo que demonstra haver na sociologia e psicologia bases de ordem arqueológica e escatológica. Símbolos ou patologias (arquétipos) que recalcam sob o signo

⁹ Wie kann die Gleichzeitigkeit der entgegengesetzten Funktionen des Bewahrens und Lösens vorgestellt werden? Wie verträgt sich “unbegrenzte Aufnahmefähigkeit” mit der “Erhaltung von Dauerspuren”?

¹⁰ Die Oberfläche besteht aus einem feinen Wachspapier, das beschrieben und überschrieben wird, darunter liegt ein Zelluloidblatt, das als »Reizschutz« dient, und wiederum darunter liegt die Wachstafel, die Dauerspuren (»Besetzungsinervationen«) festhält, die bei günstigen Lichtverhältnissen als feine Rillen sichtbar bleiben.

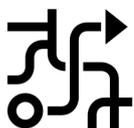


do involuntário e da não conservação por simetria. Diferentemente da metafísica que institui o paradoxo da simultaneidade, não se pode negar a memória sua condição natural do esquecimento não dialético na ambivalência da memória e lembrança. Compreensão resultante de processos intermitentes os quais suas condicionantes estão fixadas em camadas. Essa posição pode ser compreendida na leitura de Lacan quanto ao algoritmo (S/s) ou na metáfora do diamante como defesa do intermitente (LACAN, 1966; 2001).

Sustentar a ideia de complementaridade entre memória e lembrança deixa de fazer sentido. Esse complemento é rejeitado na medida em que se tem o conceito de expansão (*étendue*) como princípio. Essa leitura realizada de Freud por Assmann estimula a defesa da incoerência do armazenamento no funcionalismo da memória cultural, motivo pelo qual a ambivalência entre memória e lembrança não apresenta o esquecimento sob a base da oposição presença-ausência. Sendo assim, a metáfora da memória torna-se uma representação dos espaços ausentes de dados de sentido fazendo com que o caráter não metafísico da memória considere a autoevidência do passado um princípio energético - dinamização do lembrar e esquecer como forma metahistórica do presente independente de polarização. Uma razão prática do passado recolhida como autoevidência funcional espacializada na sensibilidade do presente.

Nesse ponto, podemos fazer duas conjecturas. Por um lado, a cronologia e o contexto como conservação a partir do conhecimento instituído pelo esforço cognitivo que representa as tensões de (des)continuidades da temporalidade sucessiva e historicizada, não condiciona memória e história sob encobrimento na historiografia. Nesse caso, o estado da memória está à insistência do lembrar e racionalizar. Por outro lado, a política da memória sob uma retórica do lembrar e esquecer, inerente a ambivalência, pode inviabilizar a desconsideração do (re)sentimento como dívida ou de inscrições não orientadas pela tradição.

São conjecturas que, sob o ponto de vista escatológico e arqueológico, à memória compreende-se um processo durável onde os conteúdos de sua forma e função independem do sujeito da experiência como projetista de uma memória artificial. Dimensão natural da memória que preserva o *status* de duração na qual sua metáfora está entre monumentos e arquivos. Em sentido mais restrito, o monumento pode representar a morte de um mundo, porém, sob o ponto de vista do vestígio, mostra a vida a partir da sensibilidade. Quanto a isso Assmann considerou ser essa forma de memória, não orientada pela tradição, um fato de passado adiante, um tipo de autoevidência. Essa dimensão da memória deve ser



compreendida sob as nuances de sensibilidade corpórea energética existente nas ruínas do passado.

A autoevidência do passado configura duas emergências: experiência de historicização e retorno subjetivo, sendo a primeira destinada à solidão histórica ou no tempo, desilusão e alienação. No caso da segunda, compreende-se a participação, intuição e imaginação. Desse modo Assmann rejeitou qualquer tipo de relação com a memória que negue a autonomia do passado (ASSMANN, 1991; 2011). Motivo pelo qual afirmou haver nesse tipo de memória uma estrutura vivificante, onde “O passado está morto, mas um gênio, um espírito criativo, pode revivê-lo” (ASSMANN, 1991, p. 27).¹¹ E, como ênfase para essa ideia vivificadora, o corpo transita sob transcendência que pode ser comparada a virtualidade como virtuosa. Assim sendo, o passado institui ao corpo sua morte (não mais), porém, esse corpo está para o presente sob sua transfiguração, um corpo-imagem (virtual) (SIMMEL, 2011). Assim, registrou Assmann: “O corpo do passado está morto, mas a alma invisível vive nas ruínas; pode tornar-se o ponto de partida para revitalizar o passado, garantindo um *salto no tempo*” (ASSMANN, 1991, p. 27).¹²

O arquétipo da memória torna-se animado diante as relações arqueológicas e semânticas corpóreas sob as virtuosidades. O lembrar e esquecer compõe ambivalência na qual as emergências do passado estão contrárias a expansão (*étendue*) e atemporalidade da memória. Sob a descrição de lembrança animada, seu avivamento faz parte de um subproduto do historicismo não podendo descartar da memória o seu lampejo ou sua fagulha diante o fogo. Um avivamento que estabelece conexão entre passado e presente. Nesse momento Assmann recorreu ao pensamento de Walter Benjamin por atestar a relação direta da memória com o “(...) despertar de nova vida histórica” (ASSMANN, 1991, p. 31).¹³ Significa um poder energético capaz de retornar o perdido e os mortos.

Bem, não se pode deixar de observar que Assmann atribuiu ao historicismo a metáfora do fogo da memória. Independente de complementaridade como expansão (*étendue*) entre memória e lembrança, o passado sobrevive a partir de suas próprias ruínas que, sob escatologia e arqueologia, instruem o tempo sob a perspectiva da sensibilidade do retorno subjetivo, o que implica no único e privativo do passado, seu percurso autoevidente. Essa reflexão coloca o conceito de memória coletiva na representação simbólica que perfaz

¹¹ Die Vergangenheit ist abgestorben, aber ein Genie, ein kreativer Geist vermag sie wiederzubeleben.

¹² Der Körper der Vergangenheit ist tot, die unsichtbare Seele aber lebt in den Ruinen fort; sie kann zum Ansatzpunkt der Wiederbelebung der Vergangenheit werden, sie ist der Garant für einen *Sprung durch die Zeit*.

¹³ (...) neuem geschichtlichen Leben erwecken kann.

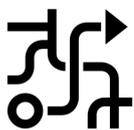


os quadros sociais de uma temporalização da memória sob seu processo energético que arrasta o tempo diante a dinâmica do futuro. E, como experiência de historicização, o presente reconhece a solidificação de um monumento capaz de abrigar um templo (sagrado). Não são as paredes ou seus espaços construídos que definem a lembrança, mas o sentido de solidão no tempo. Esse processo autoevidente do passado figura-se diante sua energia transfigurativa dos corpos que, ainda que mortos, são vivificados pelos seus vestígios. Em um termo mais direto, a capacidade comunicativa da memória imprime nos corpos processos intermitentes de virtualidade e sensibilidade a partir da dimensão cultural.

Porém, é preciso destacar que essa virtualidade e sensibilidade da qual se referiu Assmann não possui eco na nostalgia (sublime) e nem na imanência (metafísica) (ANKERSMIT, 2002; BERGSON, 2003). Essa sensibilidade requer esforço cognitivo de compreensão devido ao fato de existir a questão do sentido. A virtualidade do corpo como virtuosidade está para o passado, por isso a duração comprimi-se a significados imanescentes aos espaços. Então, os posicionamentos explicitados a partir de Assmann são relacionais a metáfora, por isso a autoevidência do passado desdobra-se sob retórica e arqueologia. Declaradamente há pontos a serem compreendidos a partir dessas afirmações, e eles serão apresentados na dimensão hipotética que direciona esta reflexão.

O CORPO COMO TENSÃO ENTRE METÁFORA E SISTEMA

O metafórico da memória, como inscrição, chama a atenção para o relacional de sua duração. E, seguindo os argumentos feitos por Assmann o que se tem no campo extensivo da memória está na condição dela ser inscrita (involuntária). A partir de Aby Warburg a metáfora da memória insere-se nas imagens como descargas elétricas pontuais e fenômenos imediatos. Nesse caso, falar de memória suspende o controle voluntário da consciência e lembrança pelo ritmo de energia imanente. Por isso, “(...) quanto mais longo o caminho através do tempo histórico, mais intenso o interesse imaginativo pela abreviação, por tangenciamentos imediatos e contatos diretos” (ASSMANN, 2011, p.187). Por esse caminho, as inscrições constituem-se como acúmulo involuntário de energia. No caso do corpo, essa energia lida com a intermitência do lembrar e esquecer. Ou seja, como retorno a Freud essa intermitência não faz parte da coincidência como pacificação e nem como simultaneidade, mas recalque que - assim como os fantasmas -, voltam para assombrar. Quer dizer, uma



natureza na qual o esquecer não se pacifica, e “(...) ao ato de recalque segue inapelavelmente o retorno do que foi recalçado” (ASSMANN, 2011, p. 188). O esvaecer das lembranças não possui relação com o esquecimento como não mais, mas latência que se faz pelo recalque que independe da vontade individual de esquecer ou lembrar. Porém, no conceito de memória cultural Assmann relativizou a ideia de recalque porque, entre memória e lembrança o esquecimento está para a dimensão funcional, não patológica.

Nesse momento, a defesa agostiniana de esvaecimento da memória como ruminação pode ser um exemplo. Em outros termos, a metáfora do estômago da vaca em Agostinho insere na experiência um paradoxo no qual a lembrança não preenche a experiência do presente com vivacidade, mas sensorial. “A imagem do estômago sugerida por Agostinho é uma imagem para a memória em condição de latência entre ausência e presença” (ASSMANN, 2011, p. 179). A partir dessa observação, a memória cumpre relação com o presente sem coloração e nuance significativa à vida prática, ela está para um processo de passagem e não de conservação. Um processo digestivo no qual o alimento, ainda não digerido, volta para ser processado e sua energia dissipada. Esse posicionamento de Assmann em relação a Agostinho atesta não haver tensão entre esquecer e lembrar; faz pensar em um tipo de memória passiva na qual seu sujeito é inerte. Nesse caso, como nota de observação Bergson também utilizou a metáfora do estômago, porém a energia da digestão integra o movimento próprio da duração (BERGSON, 2011).

No retorno a Freud a recordação como lembrança insere-se na percepção, ou seja, a lembrança torna-se uma percepção que, reescrita se inova e constitui paradoxo para a substância. Essa observação realizada por Assmann faz pensar na discussão de Lacan onde acenou à impossibilidade de compreensão do inconsciente sob a marca do ponto zero de partida. Então, podemos atestar que o esquecimento compõe o não consciente acessado pela análise mais que pelo discurso (LACAN, 1966; 2001). E isso, permite imaginar porque Freud estabeleceu a metáfora da memória sob o ponto de vista da escrita. Com base em Lacan essa relação tem fundamento na linguagem epistemológica compondo uma arqueologia das camadas da consciência. Isso significa que a lembrança integra uma tese de Assmann quando dela “(...) não se pode desvincular o esquecimento; ela necessariamente participa dele e nele se dilui” (ASSMANN, 2011, p. 440). O inconsciente constitui essa chave da memória que se resguarda na massa-disposição, uma latência capaz de torna-se vivificada a partir de suas relações tensivas com a lembrança.

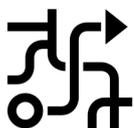
Entretanto, ressalto algo que neste texto possui importância: os espaços da lembrança são viabilidades materiais e, ainda que Assmann tenha mencionado um tempo



psíquico, não se pode excluir dessa metáfora da memória o *espaço* como temporalização indiciária a partir de determinação na qual a duração é acessada e tocada mesmo que, indeterminada pela vontade do sujeito da experiência ou do analista. Os contornos instituídos manifestam princípios energéticos associativos ao esforço intelectual exigindo da memória sua comunicabilidade. Então, entre Agostino e Freud percebe-se que memória existe e resiste como duração, mas ela se constitui entre transitoriedade e camadas, esvaecimento e escavação – considerando a leitura realizada por Assmann. Não há naturalização do espaço, mas metáfora diretamente ligada ao corpo fisiológico e aos símbolos. O objetivo dessas observações está para a compreensão do esquecimento não alienado ao recalque na memória cultural e a partir desse posicionamento de Assmann podemos sinalizar para o caminho da terceira predicação inerente ao paradoxo da duração.

A transcendência da memória está nos corpos virtuais e habitados sob intermitência do tempo. E esse tempo compreende-se não do passado anteriormente ao presente, mas do passado solidificando-se em suas próprias camadas complexas. Começa-se a compreender em Assmann que há deslocamento entre tempo e espaço, pois não são as paredes ou os objetos do decorrido que significam o tempo, mas sua ruína. Isso significa atestar que a funcionalidade da memória comunica sua integração diante passado e presente no qual o futuro transita.

O presente como sensibilidade a solidão e desilusão reintegra o habitado pelo retorno subjetivo. A experiência de historicização direciona a desilusão e solidão para a participação e imaginação como resistência ao esquecimento sem esvaecimento ou recalque. Duas condições emergenciais onde o corpo partilhado na metáfora da memória está entre sensibilidade e virtualidade. Isso significa que a autoevidência do passado é um fato no qual ecoa na virtualidade dos corpos que habitam as ruínas do passado. Então, sob uma espécie de messianismo, esses corpos são descongelados e vivificados a fim de possibilitar sepultamento em simultaneidade a passagem (continuidade). Essa transcendência dos corpos sensibiliza e inscreve elementos substanciais oscilantes entre biologia e virtualidade. Nesse momento, para além de Halbwachs a memória não se resume à identidade de grupo, exige-se dela uma imanência ligada a contexto (político). Fazendo parte do construtivismo Halbwachs não racionalizou a relação entre memória coletiva e memória da ciência histórica. Dessa forma Assmann acrescentou que Pierre Nora deu um passo no qual a memória não se limita a identidade de grupo, mas constituída como signos e símbolos da sociedade (ASSMANN, 2011).



Ainda que inerente a Halbwachs o conceito de memória coletiva não desconsidera o disfuncional da memória, sua dimensão histórica. Em termos, compreende-se no próprio Halbwachs essa tensão entre memória e histórico, isso porque os corpos estão integrados por uma sociologia morfológica da dinâmica social. A abstração da memória ultrapassa a vida social dos quadros que a limitam ao presente. A dinâmica da memória funcional ordena-se pelo senso de construção, composição e vinculação; estado que dispensa a relação de estrutura porque não há pretensão à abstração e neutralidade. Por isso, é possível afirmar que em Halbwachs o conceito de conservação impele a negação da dinâmica do presente. O corpo fisiológico carece dessa identidade de grupo a fim de partilhar a memória (coletiva) (HALBWACHS, 1968; ASSMANN, 2011).

Assmann rejeitou a relação entre história e memória sob o princípio da polarização ou equiparação. Apresentou o funcionalismo da memória cultural como constituição tipificada de lembrança. “Por isso é que gostaria de sugerir, a seguir, a fixação de história e memória como dois modos da recordação, que não precisam excluir-se nem recalcar-se mutuamente” (ASSMANN, 2011, p. 147). Então, sua investida está na perspectiva de estabelecer a relação entre dois tipos de lembranças: habitada e inabitada. Formas de memória as quais para a primeira está a relação com um portador ou memória funcional. Ligada a grupos e a identidades que visam orientação para o futuro, seu fundamento é a seleção não cumulativa. De outra forma, há uma lembrança de segunda ordem, a memória cumulativa, que não tem relação vital com o presente; a ela cabe o peso do inabitável, ausente de portador e circundada pelo esquecimento. “Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional” (ASSMANN, 2011, p. 147).

A ciência histórica possui a dimensão pragmática de estabelecer uma análise que possa ser capaz de atribuir sentido as lembranças como uma memória das memórias. Entre memória habita e inabitada, o critério de certificação não pode ser o armazenamento, uma vez que, o esquecimento está permanentemente integrado. Então, a inclusão dessa dimensão histórica como segunda ordem da lembrança, transita no processo caracterizado na condição antética da expansão:

Lembranças que entram no campo magnético de uma determinada estrutura de sentido distinguem-se dos dados de sentido e das experiências anteriormente disponíveis. A memória produz sentido, e o sentido estabiliza a memória. É sempre questão de construção, uma significação que se constrói posteriormente (ASSMANN, 2011, p.149).



A inclusão do problema da memória na dimensão da ciência histórica requer dela sua dualidade funcional. Esse dualismo pode ser compreendido sob pares antitéticos. Ou seja, na dinâmica social, sociedade e grupo estão em tensão e se opõem sem serem dialéticos. O corpo como metáfora da memória expande-se para além do corpo fisiológico em relação às duas emergências, ainda que eles estejam em via assimétrica. O esquecimento impõe-se porque a memória não subsume a força como impulsão cumulativa. E, o esquecimento não opera como uma não memória, mas localiza-se diante a natureza dela. Bem, mas esse raciocínio manifestado não representa a essencialidade do argumento de Assmann isso porque há de compreender que a ciência histórica compõe memória. E, assim como na história, as lembranças não fazem parte de dados de sentido e nem de experiência anteriormente disponível. Então, memória e sentido são correlacionais, pois há produção e estabilização. E esse processo ligado as lembranças é considerado por Assmann como construção de posteridade.

Então, memória e história são dois tipos de lembranças. Assim, diferentemente de um positivismo da lembrança não se pode comprometer o conteúdo da memória e da história na expansão. História e memória são complementares, porém, dinâmicas nos seus processos de diferenciação e automatização. Nesse ponto Assmann não desvia da concepção que ela possui da relação entre história e memória. Para ser específico, suas palavras registram-se:

Em resumo: “história” (no sentido de “historiografia crítica”) é o produto de um processo cultural de diferenciação. Desenvolveu-se por meio da emancipação da “memória” (no sentido de “tradição normativa”). Essa diferenciação na “economia doméstica do saber da sociedade” (Thomas Luckmann), no entanto, não leva necessariamente, como se temia, à dissolução (etimologicamente falando: à “cisão”) das memórias vivas de grupos específicos. Ao passo que o caráter excludente dos dois modos da memória revela lá e cá potenciais bastante problemáticos, por privar a historiografia de seu valor e atribuir à memória um caráter mítico, há no imbricamento de ambos um corretivo proveitoso. Pois uma memória cumulativa desvinculada da memória funcional decai à condição de fantasmagoria, e uma memória funcional desvinculada da memória cumulativa decai à condição de uma massa de informações sem significado. Da mesma forma que a memória cumulativa é capaz de verificar, sustentar ou corrigir a memória funcional, também a memória funcional é capaz de orientar e motivar a memória cumulativa. Cabe que ambas estejam juntas, ambas pertencem a uma cultura que se diferencia e autonomiza, uma cultura “que se posiciona em face da pluralidade de sua diferença interior e se abre para sua diferença exterior” (ASSMANN, 2011, p. 155, 156).



Um ponto que exige acuidade em teoria da história de maneira a repensar elementos importantes. A primeira questão que se impõe é o fato de haver a ideia de ser a hermenêutica um critério de intersubjetividade, e essa referência independe de discussões limítrofes entre objetividade e subjetividade no caso da memória que implica diretamente uma ideia de história. Ou seja, a partir dessa afirmação as defesas inerentes as novas epistemologias em relação a subjetividades e sensibilidades (idiosincrasias) não ocupam destaque nesta reflexão – mesmo tendo ciência dessas implicações em relação as lembranças nos espaços de vivência. Assmann possibilita, sob o conceito de metáfora da memória, ultrapassar as limitações dos corpos como determinação psicológica da memória em torno das idiosincrasias e da crítica historiográfica como sendo a correção dos falseamentos das lembranças. Além disso, aqui há reforço para a atestação de ser o conceito de distância histórica uma ilusão para a história quando o ponto de observação é a problematização da memória. Ou seja, enfrentar a questão da memória desobstrui um preconceito da historiografia (ontológica) ou do funcionalismo da memória quanto a dialética entre distância e próprio (subjetivo). Então, compreendemos em Assmann que o passado como dados de sentido ou decorrido induz ao conflito entre história e memória - o que faz repensar a defesa de Joël Candau de ser a história antipática porque faz lembrar o que a memória pretende esquecer (CANDAU, 2011). Esse posicionamento limita história e memória ao recalque que, na maioria das vezes - sob o ponto de vista da memória -, a história perde sentido para a vida prática. Essa postura é rejeitada por Assmann porque visa polarização (ASSMANN, 2011).

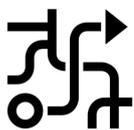
Então, sua ideia de ciência histórica faz com que história e memória sejam relacionais de maneira não expansiva ou cumulativa sob superposição. Parte que, inegavelmente, volta-se para a sua defesa de Halbwachs e crítica a Reinhart Koselleck. Basicamente, existe nos argumentos de Assmann a defesa do não armazenamento na memória devido sua dinâmica de portabilidade, identidade e partilha no presente; critica a ideia de ser a história um processo no qual entre experiência e expectativa haja descontinuidade ou da possibilidade da expectativa fundar a experiência (ASSMANN, 2013). Koselleck, nesse cenário, viabilizaria compreender a relação temporal onde o passado possa ser negado e o futuro passível de encontrar o presente, posição rejeitada por Assmann porque o passado resiste a partir do habitado e inabitado onde os corpos estão entre avivamento e cumulação. Sua tese concerne no processo complementar existente nas formas de lembrança, e essa defesa dimensiona o conceito de memória sob estruturação da cultura. Como componente energético, ela agrega e congrega a relação transcendente de



lembrar e esquecer. O que Assmann realiza é, sob a perspectiva analítica - na qual se localiza -, apresentar um passo em relação a Bergson. Essa lógica está sendo usada se compararmos a estrutura de seus argumentos em relação a Halbwachs e Nora. Analiticamente, o uso do termo expansão esteve atrelado a armazenamento e conservação. Um processo de acréscimo no qual a acumulação expande-se sob movimentos que se identificam como, para dar um exemplo, montanha de lixo não digerido ou processado pela sociedade que, ora descartado ora significado.

Ainda que atestado o passo dado por Nora não se nega a indispensabilidade da originalidade que a sociologia de Halbwachs apresentou para a compreensão da memória. Essa noção funcionalista da memória permitiu a Assmann ler o conceito de memória coletiva como recusa ao armazenamento que, diante o passo de Nora, atualizou esse conceito a partir da tese do energético da memória. Por esse caminho é que Assmann rejeitou a tese de Koselleck quanto ao tempo moderno. Sob a compreensão dessa tese, existe descontinuidade entre passado e futuro pelo fato desse historiador ter concentrado a compreensão da Modernidade a partir de datação. Aliás, para Assmann essa é uma tendência entre os historiadores, motivo pelo qual, a tese de Koselleck fez sucesso entre os profissionais da história (ASSMANN, 2013). Desta forma, não se pode retirar da história sua condição de recordação (lembrança). Condição que inviabiliza a distância entre expectativa e experiência. A atribuição energética da memória não pode ser confundida com os dados de sentido e experiências anteriormente disponíveis devido ao fato da memória não ser expansiva. Nesse momento, percebe-se em Assmann que a duração faz sentido. Os dados de sentido remetem para o significado pré-fabricado, o que nega a ruína do passado e, as experiências anteriormente disponíveis reafirmam a capacidade de historicização da experiência passada. Um equívoco analítico se considerada a eficácia da dialética temporal. Nesse caso, poderia atestar que considerando essa possibilidade, pode-se atestar verdade e mentira para eventos decorridos ou sendo isso possível, a existência de duplicação do acontecimento.

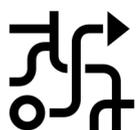
Aqui há de constatar algo importante, quando foi feita a conjectura de Assmann ter dado um passo em relação a Bergson essa afirmação possui como finalidade o paradoxo da duração. Nesse caso, a filosofia da história não perde seu valor ainda que Assmann tenha feito essa sugestão. Improvável abandonar o diálogo com a filosofia da história no campo da metahistória, em especial quando o assunto se trata de substancialidade. E, nesse caminho, o passo adiante resvala na relação direta entre metáfora e duração. Pode-se dizer de comum acordo ou proximidade que a defesa do caráter energético da memória subsume duração.



Essa duração não expansiva a contrapelo do recalque integra, sob diferenciação e automatização, história e memória. Poderia afirmar ser essa referência um princípio analítico complementar não dialético. Isso dimensiona história e memória para a relação com o sentido que, permanentemente, concentra-se no processo de racionalização. A defesa funcional da memória cultural atesta um princípio de imanência transcendente, ou seja, a memória como massa-disposição enraíza-se sob espacialidade e localidade sem que ambas estabeleçam seu valor, mas por ele são significadas. Essa energia compõe o *élan vital* que nutre, projeta e integra a vivacidade das lembranças.

A energia da memória concentra-se na temporalização da historicidade em suas relações de continuidade onde o tempo transcende a cronologia e a determinação de contextos orientados por dados de sentido e por experiências anteriormente disponíveis. Essa energização corresponde ao impulso integrador da consciência (histórica). A lembrança corporifica a metáfora da memória por compreender sua automatização ou seu processo autoevidente dos corpos como virtuosidades e sensibilidades. Nesse ponto, compreendemos porque para Assmann a tese da energia da memória depende da história fazer parte da lembrança. Seu processo de diferenciação instala estruturas correlatas que permitem que as memórias funcionais celebrem as identidades de grupos e as sensibilidades tornam-se empáticas com a imaginação e animação do passado. Essa relação não simétrica entre história e memória estabelece mecanismo de correspondência na qual a história não se torne estéril em mesmo tempo que a memória não se restrinja a tradição.

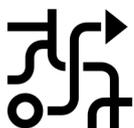
Tempo e espaço em Assmann não possui diferença, mas distinção de natureza. Isso significa que o passado não é dual, a distância não significa a relação do passado com sentido a partir de signos e símbolos. Por isso, a distinção de natureza compõe a metáfora da memória. O caráter retórico integra uma arqueologia e escatologia devido ao fato de ser a experiência instrumento da linguagem. Então, a ficcionalidade da história compreende sua dimensão de historicidade no momento em que a virtualidade encontra a sensibilidade. Passado e futuro encontram passagem no presente que apreende sentido. Neste ponto, acredito que a ideia de sentido em Assmann está para uma transfiguração da experiência do passado nos termos da ficção. A imagem do passado independe do decorrido porque está voltada para o funcionalismo como orientação do presente. Com isso, a tese de ser a memória um processo energético compreendido na cultura, impõe à história complementaridade da lembrança. Nesse processo, não se pode compreender o lugar da dialética na tese de Assmann e acredito que essa inviabilidade se dá pelo fato da experiência perder sua dimensão com o existente ao modo gadameriano. O sujeito da experiência do



passado se torna dependente da recordação (lembrança), ou seja, funcionalmente, a latência da massa-disposição anima-se sob a custódia da sensibilidade. Então, compreendemos a relação entre retorno subjetivo e experiência de historicização como metáfora (ficção) diante o funcionalismo integrador da cultura. A duração da memória depende da cultura e ela possui ausência de natureza porque a metáfora retira da experiência o existente, condicionando a história a uma atividade da literatura antropológica na qual a historicidade reconhece-se sob automatização e diferenciação.

Nesse ponto, a memória perde qualquer referência com o simples. Sob a metáfora o que se tem é complexidade não paradoxal. O temporal da lembrança condiciona-se sob uma arqueologia de significação ficcional. O templo constituinte em torno dessa lembrança complementa-se continuamente e sucessivamente no processo de automatização e diferenciação sob a exigência do existir na vida prática. O corpo responde ao chamado da racionalização e a racionalização sensibiliza-se. Porém, negar a dimensão da história com as condições de possibilidades pode gerar outro problema no campo da retórica arqueológica, justamente à parte em que a memória torna-se indiferente a diferenciação da história. A espontaneidade da memória resiste às elaborações racionais quando dada atenção para relação entre experiência e estética ou para imagem como metáfora da memória. Nesse caso, o corpo virtual comporta-se como sistema fechado a partir do momento que nem lá e nem cá significam, mas o sentido é possibilitado em decorrência do evento da memória no qual a imagem compõe estrutura. Em Bergson a transcendência não faz sentido devido ao fato da duração ser um absoluto simples. E que relação tem essa afirmação com a história?

Se o dualismo da memória está na simultaneidade não paralela, o corpo como imagem recebe da duração sua força incorpórea e o corpo biológico devolve o que recebe; dinâmica entre ato e ação (BERGSON, 2003). Isso significa que no dualismo da memória o passado não energiza-se sem que esteja inscrito no corpo e não nele mesmo como significação de tempo absoluto. Para Bergson a memória dos eventos se confunde com a própria história de vida (BERGSON, 1991). Nesse caso, o existente não limita-se a uma arqueologia dependente dos espaços e nem do tempo psíquico como metáfora. Bergson insistiu na dimensão de tensão entre intuição e estética. Com Bergson pode-se compreender, para além das idiosincrasias ou sensibilidades do presente, realização da memória na qual as lembranças não significam um processo autoevidente do passado em relação ao presente, mas significação de outra natureza. A autoevidência expande-se sob a intensidade que descreve instante e coincidência podendo respeitar unicamente uma experiência estética. Nesse caso, não seria difícil haver dialética entre história e memória.



Esse raciocínio retoma a dimensão apresentada por Koselleck das relações dos pares antitéticos (KOSELLECK, 2000). Por isso, a vinculação do esquecimento como inibição do recálculo na memória cultural pode contribuir para incompreensão das disputas pela memória, de um lado (funcionalismo da memória coletiva a partir de suas políticas) e, de outro, o próprio sujeito incorpóreo da memória (duração não funcionalista). A partir de Bergson a descrição energética da memória estreita-se ao acúmulo, conservação e funcionalidade como conjunção de natureza sem considerar o tempo relativo. Ainda que não se aplique a dados de sentido, não se pode rejeitar que a validade energética dependa de conteúdos e significações existentes nas imagens e na escrita como subsunção do sentido a racionalidade. O funcionalismo da memória cultural transfigura a duração para que memória e lembrança não se afirmem sob pares antitéticos. Mas, nesse caso, acredito que há de raciocinar quanto a natureza do evento da memória. Seu circunstancial depende de observarmos em como há uma dialética entre imanência e transcendência na memória, o que inclui a história.

Historicizar a memória já prefigura em seu princípio a relação com dados de sentido. Uma atividade comum na historiografia que perfaz o caminho de tensão quanto a determinações inerentes a experiência e historicidade. Para além dessas determinações Assmann contribui para que a memória exista independente da experiência passada ou do pré-dado. Seu funcionalismo requer equilibrar a tensão do lembrar e esquecer sob o viés do sentido como construção. Porém, essa construção, quando se trata da memória, deve ser acompanhada pela posteridade. Então, finalizo esse diálogo entre história e literatura, por sugerir uma re colocação na qual se dedicou Koselleck quanto a natureza do evento que, no caso da memória, esse evento não prescinde de discussões ligadas a duração, estética, retórica e arqueologia.

Como conclusão, o esforço dedicado nesta reflexão assentou-se em três predicções inerentes ao paradoxo da duração quanto a dados de sentido e conjunção de natureza. Os dados de sentido se subdividiram como passado próprio e retrospectão. Nessa subdivisão, a discussão central esteve para a dialética entre subjetivo e objetivo, ficando o passado próprio impossibilitado de racionalizar a diferença entre idiosincrasia e distância e, o passado como retrospectão que racionaliza sob polarização. Nessa primeira predição as metodologias definem-se pela passividade da memória, ou seja, como dados de sentido a duração está sob anacronismo. Por outro lado, considerando a autoevidência do passado há rejeição a determinação dos dados de sentido, isso porque sensibilidade e historicização



conjunta à experiência a continuidade na qual as lembranças estão entre diferenciação e automatização condicionando o sentido a ambivalência do lembrar e esquecer.

Então, podemos compreender os dados de sentido como espaços que significam a dialética história/memória em torno das representações. Por outro lado, na ambivalência a análise realça complementaridade. Essas condicionantes permitem interpretar o paradoxo da duração e aguça a compreensão de processos (des)contínuos inerentes as teorias da memória - ainda que Assmann manifeste resistência a sua teorização. Com isso, a memória encontra-se em uma encruzilhada historiográfica que inclui o esquecimento como princípio dialético e analítico reforçando a tensão entre experiência e historicidade.

Por fim, a partir da primeira e segunda predicação inerente ao paradoxo da duração foi feita a sugestão de raciocinar uma terceira. Nesse ponto, a sugestão é para o retorno ao problema da sistemática da história na qual a ficção vincula-se a natureza do evento (da memória) por preservar a condição do existente na experiência como universal antropológico. Como inauguração dessa via, a intenção quanto a metáfora desloca-se dos modelos de memória para a conexão direta com a metáfora da imagem (imanente). Essa perspectiva reinsere os limites da discussão quanto a imanência e memória através da duração como sujeito. Motivo que implica recusa de ser a metafísica (imanente) um dualismo paradoxal. Sob o princípio de evento e estrutura, esse par antitético refere-se à racionalização de natureza não conjunta da memória preservando-lhe um *status* de não posterioridade da lembrança.

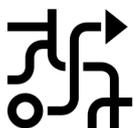
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANKERSMIT, Frank. *Historia y Tropologia. Ascenso y Caída de la Metáfora*. México: FCE, 2004.

ANKERSMIT, Frank. Trauma and suffering: a forgotten source of western historical consciousness. In: RÜSEN, Jörn. (ed.). *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. New York: Bergahn Books, 2002.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória Cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

ASSMANN, Aleida. Wann beginnt die moderne? Modernisierungsschübe in der westlichen geschichte. In: *Ist die Zeit aus den Fugen?. Aufstieg und Fall des Zeitregimes der Moderne*. München: Carl Hanser Verlag München, 2013.



ASSMANN, Aleida. Zur metaphorik der erinnerung. In: ASSMANN, Aleida und HARTH, Dietrich. (hrsg.). *Mnemosyne. Formen und Funktionen der kulturellen Erinnerung*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1991.

BERGSON, Henri. Das gedächtnis des körpers. In: HARTH, Dietrich. *Die Erfindung des Gedächtnisses. Texte, zusammengestellte und eingeleitet*. Frankfurt: Keip Verlag, 1991.

BERGSON, Henri. *La Conscience et la Vie. Le choc Bergson: la première édition critique de Bergson sous la direction de Frédéric Worms*. 1ª ed.; France: PUF, 2011

BERGSON, Henri. L'obligation morale. In: *Les deux Sources de la Morale et de la Religion*. 217ª ed.; France: Quadrige: PUF, 1982.

BERGSON, Henri. *Matière et Mémoire. Essai sur la Relation du Corps à Spirit*. Chicoutimi, Québec: Éd. Électronique, 2003. Disponível: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/matiere_et_memoire/matiere_et_memoire.pdf. Acesso: 15 abr. 2020.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. 1ª ed.; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GODOI, Rodrigo Tavares. Memória e testemunho: entre narração e interpretação. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 410 - 434, 2018.

GODOI, Rodrigo Tavares. Teoria da Memória: diálogo transdisciplinar e metahistória. In: BENTO, Luiz Carlos; GODOI, Rodrigo Tavares; PASSOS, Aruanã Antonio dos. (orgs.). *Historiografia Crítica: ensaios, analítica e hermenêutica da história*. Vitória: Ed. Milfontes, 2020.

GODOI, Rodrigo Tavares; QUADROS, Eduardo Gusmão de. Entre a evidência e o indício: pistas para uma hermenêutica da memória. In: MORAIS, Julierme. (org.) *A História sob Olhar Crítico: reflexões sobre teoria, religiosidade e crise*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective*. 2ª ed.; Paris: PUF, 1968.

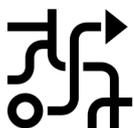
HALBWACHS, Maurice. *La Psychologie Collective du Raisonnement*. Chicoutimi, Québec: Éd. Électronique, 2002. Disponível: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Hal](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf)

[bwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf). Acesso: 15 abr. 2020.

FRANÇOIS, Arnaud. Notes. In: BERGSON, Henri. *La Conscience et la Vie. Le choc Bergson: la première édition critique de Bergson sous la direction de Frédéric Worms*. 1ª ed.; France: PUF, 2011.

GADAMER, Hans - Georg. Historik und sprache. Eine antwort von Hans-Georg Gadamer. In: KOSELLECK, R. *Zeitschichten. Studien zur Historik*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2000.

KOSELLECK, R. Historik und hermeneutik. In: *Zeitschichten. Studien zur Historik*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2000.



LACAN, Jacques. *Autres Écrits*. France: Le Seuil, 2001.

LACAN, Jacques. *Écrits*. France: Le Seuil, 1966.

RICOEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Le Seuil, 2000.

RÜSEN, Jörn. Metodologia – as regras da pesquisa histórica. In: *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. 1ª reimpressão; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010.

SIMMEL, Georg. A forma da história. In: *Ensaio sobre Teoria da História*. 1ª ed.; Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

WHITE, Hayden. A interpretação na história. In: *Trópicos do Discurso. Ensaio Sobre a Crítica da Cultura*. 2ª ed.; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Recebido em: 30/03/2020

Aprovado em: 23/06/2020

ARTIGOS LIVRES

A Feira Livre e a dinâmica sócio-espacial de Três Lagoas: horizontalidades e verticalidades

Open street market and the social-spatial dynamics of Tres Lagoas: horizontalities and verticalities

FALCO, Fernando Carmona de Moraes*

<https://orcid.org/0000-0001-5657-9638> 

SANTOS, Thiago Araujo**

<http://orcid.org/0000-0002-1305-0301> 

RESUMO: A Feira Livre de Três Lagoas tem uma história que se confunde com o processo de formação e desenvolvimento deste município. Isso nos leva a analisá-la a partir das relações entre sua dinâmica interna e processos sociais mais amplos – seja de caráter histórico, referentes ao município em questão, seja relacionados à produção do espaço urbano na contemporaneidade, de modo geral. Neste estudo foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise de notícias e reportagens sobre a Feira Livre de Três Lagoas, aplicação de questionários com feirantes e fregueses e realização de observação direta em reuniões e no espaço de comercialização. A investigação realizada identificou a coexistência contraditória de uma dupla determinação: (1) a Feira como realidade atravessada por iniciativas e projetos hegemônicos, mediados pelo Estado, que possuem um caráter vertical, pautados pela normatização, padronização e controle dos espaços de comercialização; (2) a Feira como espaço de realização coletiva, horizontal – como um produto cultural, social e político, aberto à espontaneidade.

PALAVRAS-CHAVE

Feira Livre; horizontalidades; verticalidades; produção cultural.

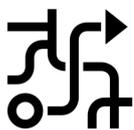
ABSTRACT: The history of Tres Lagoas' open street market is profoundly associated with the process of development of this city. This feature it has been taking us to analyze the relations between its inner dynamics and broader social processes, as historical character related to Tres Lagoas as well the production of its urban space in the contemporaneity as whole. Our empirical study was performed by research of news on the Tres Lagoas' open street market, questionnaires' application to street market vendors and consumers and realization of direct observation in meetings and in the commercial space. We identified a contradictory coexistence of a double determination: (1) the open street market as a reality crossed by hegemonic actions and projects mediated by State, which express a vertical character guided by legislation, standardization and control of commercial spaces; (2) the open street market as a reality of collective and horizontal fruition, a political, social and cultural product opened to spontaneity.

KEYWORDS

Open street market; horizontality; verticality; cultural production.

* Graduando no curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: nandocmfalco@gmail.com

** Professor Doutor, do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: thiagosantos.ufms@gmail.com



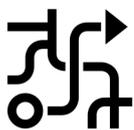
INTRODUÇÃO

O município de Três Lagoas está localizado na margem esquerda (oeste) do Rio Paraná, e se encontra na divisa do estado do Mato Grosso do Sul (MS) com o estado de São Paulo (SP). Sua formação é marcada diretamente pelo processo de desenvolvimento do estado vizinho (São Paulo) principalmente no período de descentralização industrial ocorrida na segunda metade do século XX (RIBEIRO-SILVA, 2013; KUDLAVICZ, 2011).

Analisamos, neste artigo, a Feira Livre de Três Lagoas-MS, tradicional espaço público de comercialização cuja história encontra forte relação com a dinâmica sócio-espacial do município. A noção de dinâmica sócio-espacial serve-nos como fundamento teórico da análise por abarcar, a um só tempo, o espaço, a sociedade e as relações complexas que materializam e dão sentido às transformações ocorridas (SOUZA, 2013). O pressuposto assumido é o de que a Feira Livre, ainda que possua uma dinâmica interna própria, não deve ser considerada isoladamente, como uma realidade independente dos processos sociais mais amplos que a circundam.

Considerar, pois, as relações entre a Feira, como espaço de comercialização, e a dinâmica mais ampla do município, a nosso ver, é um meio de compreender as transformações urbanas de Três Lagoas. Esta consideração, por sua vez, fundamenta-se no reconhecimento de que o próprio município é produzido socialmente em meio à multiescalaridade do capital e do Estado, articulando processos mais amplos, em distintos momentos, resultando da ação de diversos agentes econômicos e classes sociais, e que conduz uma articulação dialética entre o local e o regional/nacional/global.

Localmente, na realidade estudada, a urbanização, constituindo-se enquanto condição para novos processos multiescalares, acompanha a instalação dos fixos e fluxos no território, ao longo do século XX. Vias de circulação, estrada de ferro, ponte, edificações, resultam das dinâmicas econômicas passadas, sendo passíveis de ressignificação futura, adquirindo novas funções, respondendo a novas demandas e necessidades. Neste cenário, cruzando a história da cidade de Três Lagoas – evidenciando diversos momentos do acontecer urbano do município – a Feira Livre é (re)criada e (re)produzida em meio a intencionalidades que expressam, por um lado, o esforço vertical de ordenamento dos espaços públicos, por parte do Estado, e a constante resistência social, coletiva, horizontal, por parte dos fregueses e feirantes que a produzem.



A análise dessa dupla determinação – verticalidade e horizontalidade – que configura a Feira Livre e a relaciona dialeticamente com a realidade sócio-espacial que a circunda, foi feita em duas partes. Na primeira, apresentamos um breve histórico da Feira Livre de Três Lagoas, indicando transformações ocorridas e suas relações com o Estado e com a dinâmica econômica do município, em distintos momentos. Na segunda parte, evidenciamos o caráter horizontal da Feira Livre, isto é, as marcas de sua existência como um produto cultural, social e político – e, neste sentido, como um espaço público potencial de resistência. Para esta reflexão, fundamentamo-nos em levantamento e análise de notícias e reportagens sobre a realidade estudada, trabalhos de campo realizados em reuniões/assembleias e nos diversos dias de feira, entre 2018 e 2019, e aplicação de questionários junto a feirantes e fregueses da Feira Livre que é realizada aos sábados, na avenida Rosário Congro, Três Lagoas.

A FEIRA LIVRE DE TRÊS LAGOAS E AS VERTICALIDADES DO ORDENAMENTO URBANO

As Feiras Livres ou Mercados Municipais sempre foram de importância para os centros urbanos no decorrer da história humana. Por meio deles, as relações de troca de mercadorias foram possíveis, viabilizando o desenvolvimento das cidades e as aglomerações de pessoas. A função dos mercados de rua, enquanto espaços de troca, é algo que já se destacava nas cidades antigas (BRAUDEL, 2009; HUBERMAN, 1984), tendo grande relevância para o abastecimento da população citadina, tanto com gêneros alimentícios, quanto com matérias-primas diversas (PINTAUDI, 2006).

Esses espaços, as “praças de mercado” e feiras, ganham grande importância nesse processo de urbanização das cidades industriais, servindo enquanto locais de encontro, de negócio e de política, passando a ser organizados pelo poder público, responsável pelo ordenamento urbano (LEFEBVRE, 2001). Esses mercados, portanto, estão diretamente ligados ao processo de desenvolvimento das cidades, acompanhando e sendo reconfigurados pela complexificação do modo de vida urbano. Essa forma de comércio se consolida como produto urbano, sendo marcante sua função pública e seu valor cultural, cabendo ao poder Estatal a responsabilidade de criar condições e viabilizar meios para realização das atividades que o constituem.



A Feira Livre de Três Lagoas expressa a combinação entre a função pública e a de acúmulo de valor cultural, ao longo de sua história. Já nas primeiras décadas do Século XX, em direta vinculação com a formação do município, a Feira ocupava as proximidades da antiga estação ferroviária da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), paralela à antiga Praça da Estação (Foto 1). Naquele período, as mercadorias eram dispostas nas calçadas, abastecendo uma população que residia nas imediações da estação, sendo este o primeiro núcleo de ocupação da cidade.

Após esse período, já na década de 1950, com a chegada de novos trabalhadores ligados à construção da Usina Hidrelétrica de Jupuíá (Engenheiro Souza Dias), ocorre a construção do primeiro galpão para abrigar esse tipo de comercialização, espaço então denominado “Feira Livre de Três Lagoas - Mercado Municipal Administração Leal de Queiróz” (1952) (Foto 2). Este viria a ser reformado após a década de 1960 (Foto 3), passando a ser chamado “Mercado Municipal de Três Lagoas - Administração Dr. Leal de Queiróz” (1961). Este galpão se localizava na rua João Carrato, onde hoje se encontram um estabelecimento comercial e uma creche.

Já no início da década de 1970, um novo galpão era construído para abrigar a Feira, tendo em vista que o antigo já não mais supria a demanda por abastecimento de alimentos para a população e a quantidade de comerciantes. Buscando-se solucionar o problema é fundado o “Mercado Municipal Vereador Gentil Rodrigues Montalvão” (Foto 4), localizado na Av. Filinto Muller, ao lado da Lagoa Maior, local hoje conhecido como Mercado.

A construção desses galpões para abrigar as atividades que constituíam a Feira Livre vem acompanhada de Regulamentos de Funcionamento e códigos de postura. Essas normas serviam como referência para organizar e padronizar os produtos a serem comercializados, definindo-se os meios para adquirir as “pedras” para comercializar (licença paga para que seja permitida a venda dos produtos), o tamanho das barracas para exposição das mercadorias, além de ordenarem os setores para a venda, com o objetivo de tornar higiênico e mais agradável para os fregueses (DA-SILVA, 2008).

A reorganização do espaço de comercialização da Feira, alinhada a um ideário de higienização, vigente no período, relacionava-se também ao processo de industrialização que constituía novos padrões de organização social, dentre os quais a homogeneização das relações de comercialização (FREITAS, 2006). Com efeito, este reordenamento do espaço de comercialização da Feira Livre responde a uma tendência de “união vertical dos lugares”, união esta que possui “vetores de modernização entrópicos”:

Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas (SANTOS, 2014, p. 287).

Identificando os impactos locais, resultantes das tendências de normatização, Serpa (2017) relaciona as políticas de revitalização, melhoramento, (re)valorização de espaços públicos em diferentes centros urbanos com a limitação do acesso dos cidadãos que possuem um poder aquisitivo menor, resultado dos novos padrões arquitetônicos e público alvo proposto pelos elaboradores destes novos projetos. O encarecimento dos produtos e as mudanças das características que antes marcavam os espaços de comercialização acabam, assim, por instaurar um novo padrão, informado por uma ideologia de base modernista e higienista.



Foto 1: Feira Livre de Três Lagoas da Rua Paranaíba (1934). **Fonte:** Material cedido pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas.



Foto 2: Feira Livre de Três Lagoas - Mercado Municipal Administração Leal de Queiróz (1952). **Fonte:** Da-Silva (2008, p. 26).

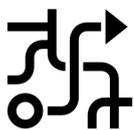


Foto 4: Mercado Municipal de Três Lagoas "Administração Dr. Leal de Queiróz" (1961). **Fonte:** Da-Silva (2008, p.28).



Foto 4: Mercado Municipal Vereador Gentil Rodrigues Montalvão (Mercadão) (Década de 1970). **Fonte:** Da-Silva (2008, p.28).

Com o fim da construção da Usina Hidrelétrica de Jupia, em 1974, o Mercadão entra em declínio, uma vez que o poder aquisitivo dos moradores diminuiu, resultado da retração



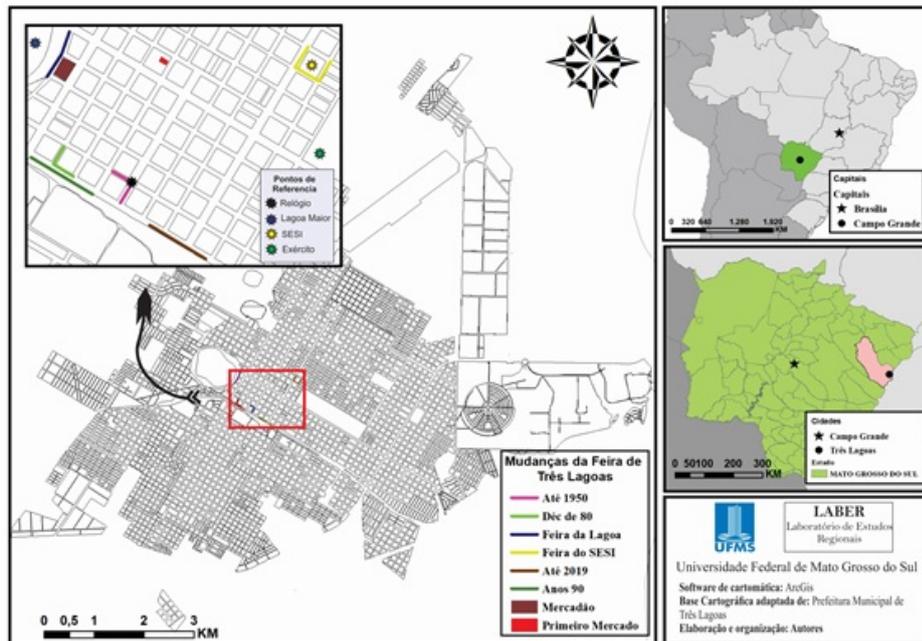
na oferta de empregos. Da-Silva (2008) aponta que nesse espaço os boxes poderiam ser adquiridos através de compra, o que garantia aos comerciantes com maior poder aquisitivo mais espaço e bancas mais ampliadas. Esse processo teve como resultado a monopolização desse espaço por parte de alguns comerciantes mais abastados, fruto de uma concorrência desigual com os pequenos feirantes, restando a estes condicionarem-se ao pagamento do aluguel. Essa concentração teve como efeito o controle dos preços e consequentemente o encarecimento desses produtos.

As decorrências das imposições verticalizantes – que implicaram no “enobrecimento” do Mercado pelo encarecimento dos produtos – motivaram o retorno da Feira para a rua, atendendo a uma demanda popular, na década de 1980 (DA-SILVA, 2008). Após o retorno para a rua, inicialmente, a Feira foi sediada na Av. Rosário Congro, entre a Av. Antônio Trajano dos Santos e Av. Filinto Muller, permanecendo no local durante alguns anos.

No segundo momento, ela foi realizada nas laterais do antigo colégio do SESI, localizado na Av. Antônio Trajano dos Santos, em frente à casa do antigo prefeito Miguel Tabox, saindo então deste local quando ele se elege, em 1989. Em seguida, após a realização no SESI, a Feira passa a ser localizada na circular da Lagoa Maior, próximo ao antigo Mercado, local onde permanece por aproximadamente dois anos, até ser deslocada novamente devido à falta de estacionamento.

Ainda na década de 1990, a Feira retorna para a Av. Rosário Congro, em frente ao antigo Camelódromo. Ela permanece no local até 2006, quando passa a ser realizada onde está atualmente (2019), isto é, na Av. Rosário Congro. A demanda popular pela oferta de alimentos com preços acessíveis, associada à busca pela constituição de um espaço público de comercialização, na rua, expressa o desencontro entre os interesses locais e as iniciativas verticalizantes do Estado. Isso sugere a existência de um movimento, ainda que limitado, pelo “refortalecimento horizontal”, nos termos de Milton Santos (2014), que ocorre na medida em que nos lugares são empreendidas “ações localmente constituídas, [produzindo] uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 2014, p. 287).

A sucessão de mudanças de localização da Feira Livre de Três Lagoas (Mapa 1), e as transformações dos padrões que isto implica, evidenciam a incidência do poder público no ordenamento urbano, refuncionalizando os espaços e adequando-os, continuamente, a interesses que nem sempre respondem às demandas concretas da população local.



Mapa 1 – Locais de realização da Feira Livre de Três Lagoas (1950-2019)

Em Julho de 2018, foi oficialmente apresentado pela Prefeitura de Três Lagoas um novo projeto de mudança da Feira Livre, que integra um conjunto de obras então orçadas em 70 milhões de reais. Uma das ações previstas é o “projeto executivo – Feira Livre”, que objetiva construir, ao lado de onde a feira é realizada atualmente, próximo à antiga estação ferroviária da NOB, um galpão com mais de 12 mil metros quadrados, com cobertura, estacionamento com 130 vagas, palco para apresentações culturais e 108 boxes para exposição das mercadorias (TRÊS LAGOAS, 2018).

Em apresentação do projeto aos feirantes (Foto 5), na qual um dos autores deste artigo realizou observação direta, realizada após a Feira de Sábado, em 25 de Agosto de 2018, o prefeito Ângelo Guerreiro, acompanhado pelo secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, José Aparecido Moraes e o diretor de Infraestrutura, Adriano Barreto, argumentaram que a “revitalização da feira”, cujas obras encontram-se em andamento (Foto 6), trará mais conforto aos clientes e atenderá a necessidades dos feirantes (Trabalho de Campo, 2018).



Foto 5 – Reunião entre autoridades da Prefeitura de Três Lagoas e feirantes para apresentação do “Projeto Executivo - Feira Livre” (2018). Fonte: Três Lagoas (2018).



Foto 6 – Início das obras de construção do galpão para a nova instalação da Feira Livre (2019). Fonte: Três Lagoas (2019).

Diante das importantes implicações que o novo projeto seguramente trará para a dinâmica da Feira, buscamos avaliar, por meio de aplicação de questionários, a percepção dos feirantes sobre a construção do galpão. As respostas que obtivemos apontam, inicialmente, para uma significativa desconfiança quanto aos efeitos da mudança para um novo espaço, apesar de uma sinalização positiva por parte da maioria dos entrevistados. Dentre os 69 feirantes que consultamos, 39 (57%) consideram “positiva” a perspectiva de mudança de local, 24 (35%) a entendem como “negativa”, três (4%) não souberam responder e três (4%) não opinaram.

A qualificação negativa em relação à mudança foi justificada, por parte dos entrevistados, pela incerteza em relação ao horário de realização da feira, regras de funcionamento e, sobretudo, o valor a ser pago pelo aluguel das barracas. Também foram mencionadas “experiências negativas” com mudanças deste tipo ocorridas em outras cidades em que esses feirantes atuam, além de ter sido citado também, por um dos entrevistados, o declínio do próprio Mercado, já discutido no presente artigo.

Buscamos ainda, por meio de questionários aplicados com fregueses da Feira, avaliar sua expectativa quanto à construção do galpão. Cabe destacar, em primeiro lugar, que existe ciência de parte significativa dos clientes da feira em relação à perspectiva de construção de um galpão para abrigar a Feira Livre. Este projeto é de conhecimento de 57 (70%) dos 81 fregueses entrevistados, enquanto 23 (28%) afirmaram não saber que a feira será deslocada para um galpão fechado e apenas 1 (2%) não respondeu a questão. Quando questionados sobre o que achavam da perspectiva de mudança, 60 (74%) a consideram positiva, alegando diferentes motivos, como a “proteção contra o mal tempo”, “higiene”, ser “melhor para o comerciante” e “pela segurança”.



Dentre os 81 entrevistados, apenas 6 (7%) consideram a mudança de local e a construção do galpão negativa, alegando como justificativa que “a feira na rua é cultural”, “que feira livre é na rua”. Além destes, 6 (7%) fregueses afirmaram que “talvez seja positivo”, justificando que “não sabem como o galpão será organizado” ou que preferiam, antes de responder, “saber a opinião dos feirantes”. Nove fregueses optaram por não responder à pergunta.

Os dados apresentados demonstram, de modo geral, a predominância de uma expectativa positiva em relação à mudança de local entre os fregueses e feirantes entrevistados. Em decorrência das transformações em curso, dentre os desafios que se apresentam para a administração pública municipal, feirantes e fregueses, a nosso ver, destacam-se: (1) garantir a permanência de oferta de alimentos e produtos baratos para os clientes; (2) permitir aos feirantes uma estrutura adequada e confortável de trabalho, que ofereça conforto para pessoas de diferentes idades que, atualmente, compõem a feira; (3) valorizar, de modo incisivo, o caráter cultural e público da Feira Livre, buscando formas de compensação da espontaneidade perdida que a saída do espaço da rua resultará (incentivo à realização de eventos culturais, valorização da presença coletiva no novo espaço da Feira, etc.) e, por fim, (4) criar meios para evitar o “enobrecimento” da Feira Livre, tanto pelo encarecimento do preço da “pedra”, quanto pelo aumento no preço dos produtos, já que este pode ser um fator determinante para um novo declínio desse espaço de comercialização.

A POTÊNCIA COLETIVA E A HORIZONTALIDADE DA FEIRA LIVRE DE TRÊS LAGOAS

A Feira na rua, necessariamente, altera a ordem – ainda que temporariamente. A mudança no fluxo, definida pela interrupção do trânsito de automóveis e a substituição pelo movimento de pessoas, torna a rua um espaço distintamente dinâmico, mais “vivo”, aberto às possibilidades trazidas pelo encontro, pela conversa.

A produção da Feira enquanto ambiente de encontro no espaço público dá relevo a um dos elementos constitutivos da cidade, segundo Monte-Mór (2006): a festa cultural, instituindo um locus “legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo” (MONTE-MÓR, 2006, p. 9). Esta condição, como assevera o autor, encontra-se certamente ameaçada pela lógica industrial capitalista, que subordina o sentido coletivo da cidade às imposições do capital que se generaliza. Contudo, por suas características e dinamismo, a Feira Livre,

enquanto espaço público de comercialização, carrega elementos simbólicos e um apelo de uso comum do espaço que, nos interstícios do poder hegemônico do capital e do Estado, expressa um sentido de resistência.

A função de abastecimento urbano da Feira Livre de Três Lagoas se constitui um primeiro aspecto fundamental a ser destacado para qualificar esse espaço de comercialização. Dos 81 fregueses, com os quais foram aplicados questionários em nossa pesquisa, 79 (98%) residem na cidade, um não respondeu e apenas um afirmou residir no campo. Estes fregueses consomem, prioritariamente, hortifrútis, e secundariamente comidas prontas, temperos, pescados, carnes (açougue) e, em menor quantidade, artesanatos (Gráfico 1).

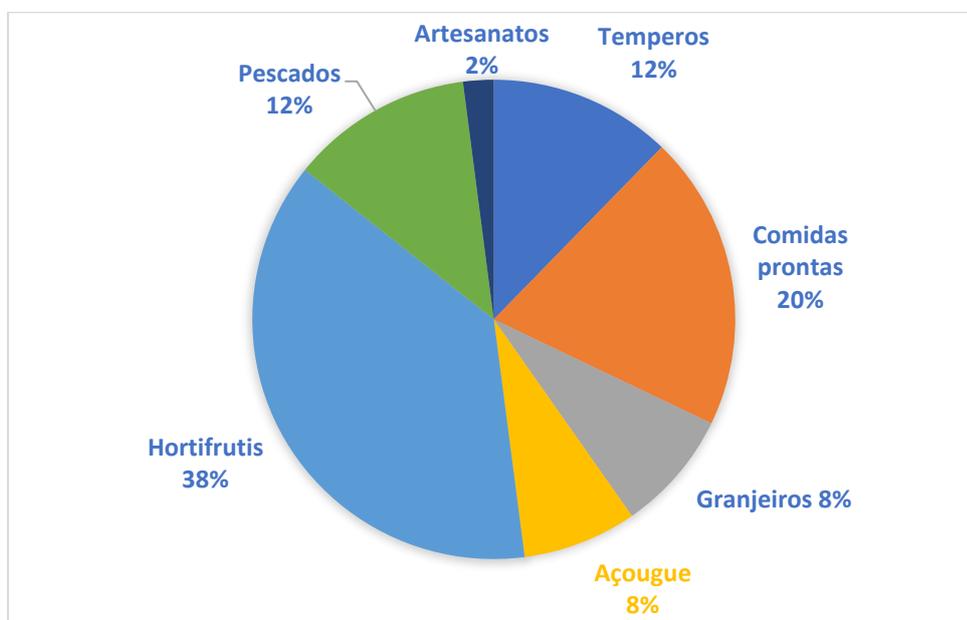


Gráfico 1 - Feira Livre de Três Lagoas - produtos consumidos pelos fregueses (2019). Org.: Autores (2019).

A função de abastecimento urbano possui, aqui, uma particularidade: a potencial constituição de elos pessoalizados entre sujeitos socialmente distintos, contribuindo para a superação da distância entre os fregueses e o processo de produção dos alimentos consumidos, como é comum nos supermercados. Este dado se evidencia na realidade estudada na medida em que, entre os 69 feirantes pesquisados, 48 (70%) são também produtores (camponeses), constituindo a Feira como um meio de renda e socialização com a população citadina.

A conexão destacada entre produção, distribuição e consumo, permitida pela Feira, carrega um importante potencial horizontalizante (SANTOS, 2014). Considerando que a



dependência aos atravessadores se constitui um tradicional entrave para a obtenção de uma renda familiar satisfatória, pois aprisiona o camponês a uma relação intermediada com o mercado, a possibilidade da comercialização direta permite a esses sujeitos a apropriação da renda da terra incorporada nos alimentos produzidos, suprindo-os com uma melhor condição econômica para viverem no campo.

Um segundo aspecto de destaque, como elemento qualificador da Feira, é o tipo de frequência por parte dos fregueses. A feira estudada tem público marcadamente constante, uma vez que, dentre os 81 entrevistados, 79 (98%) deles disseram frequentar a Feira regularmente e apenas dois afirmaram frequentar “às vezes”. A caracterização do perfil etário dos fregueses indica que a maior parte deles possui idade superior a 50 anos. Deste público, 59 (73%) frequentam a feira há mais de 10 anos, abrindo possibilidades para a constituição de um vínculo denso na relação entre fregueses e feirantes. Esta possibilidade parece-nos concreta quando constatamos que dentre os fregueses entrevistados apenas um qualificou a relação estabelecida com os feirantes como “regular”, enquanto os demais afirmaram que essa relação seria “boa” ou “ótima”.

Os mesmos resultados são observados quando os fregueses são perguntados se consideram a Feira Livre importante: um afirmou não considerar importante e 80 disseram que a feira era importante, seja “por ser um lugar de encontro de conhecidos e amigos”, seja “pela qualidade e pelo frescor dos produtos” ou devido à “importância cultural”.

As relações de trabalho que subjazem a realização da Feira também merecem destaque. Dentre as 69 barracas estudadas, foram identificados um total de 77 funcionários que não possuem laços familiares com membros da feira, o que sugere que a Feira possui uma relevância social e econômica pela oferta de empregos que possibilita. Entretanto, por meio da pesquisa realizada, constatou-se a presença de 113 trabalhadores com algum vínculo familiar com feirantes. Isto demonstra que, de modo distinto dos mercados privados, este local é perpassado por relações sociais mais densas entre aqueles que o constituem, o que cria meios para a socialização no trabalho, de troca de experiências e saberes, sobretudo entre os mais velhos e os mais jovens, fortalecendo um sentido cultural associado ao “ser feirante”.

A aglomeração de pessoas na rua, entre as barracas, nos momentos de realização da Feira Livre, abre a possibilidade de um encontro ampliado com pessoas de distintos estratos e classes sociais que habitam a cidade, sendo este também um aspecto de relevo a ser destacado. A convergência possibilitada pela dinâmica da Feira converte este espaço num locus apropriado para eventos culturais e políticos – espontâneos ou não – que ocorrem com

certa eventualidade. Abaixo são destacadas algumas manchetes e notícias levantadas em nossa investigação, que foram publicadas em veículos locais de comunicação Três Lagoas:

- “Feira Livre será palco para espetáculo em comemoração ao Dia da Consciência Negra” (SIMON, 2019);
- “Protesto em Três Lagoas termina com vaias em feira livre da cidade” (EVELYN SOUZA, 2013).
- “Grupo faz protesto contra a Reforma da Previdência em Três Lagoas-MS” (...) “O grupo se reuniu em frente à Igreja Matriz, de onde saiu a passeata. Os manifestantes caminharam pela avenida Antônio Trajano até a antiga Estação Ferroviária e na feira livre. Produtores rurais também apoiaram a manifestação” (AXELSON, 2017).



Foto 7 – “Ação literária” - venda e empréstimos de livros, em comemoração dos 20 anos da Editora Expressão Popular – Três Lagoas (MS). Fonte: Autores (2019).



Foto 8 – Apresentação musical em palco montado na Feira livre (2019) – Três Lagoas (MS). Fonte: Autores, 2019.



Foto 9 - “Café Camponês Literário” – Roda de conversa sobre Agroecologia promovida pelo Projeto de Extensão Universidade Necessária e Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica do Bolsão (NEA)/UFMS – Três Lagoas (MS) (2019). Fonte: Autores, 2019.



Foto 10 – Fregueses e feirantes em dia de Feira Livre – Três Lagoas (MS). Fonte: Autores, 2019.

Apresentações musicais, teatrais, manifestações e protestos políticos (de distintos matizes ideológicos), panfletagens e coleta de assinaturas são algumas das formas em que se expressa, por meio da Feira Livre, um sentido público desse espaço de comercialização. O conteúdo deste movimento de “politização do espaço urbano”, que encontra na Feira um meio para sua realização, evidencia a condição contraditória de uma cidade produzida sob a hegemonia do capital. Por um lado, a competição, enquanto fundamento do “modo capitalista de pensar” (MARTINS, 1978), atravessa a cidade por meio dos fluxos de mercadorias e capitais, subsumindo as relações sociais aos nexos basicamente econômicos. Por outro lado, limitadamente, nas brechas, se desenham traços de solidariedade/cooperação que emergem a partir do encontro – este, um meio potencial para a produção da coesão social necessária a qualquer projeto emancipatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Três Lagoas tem sua história forjada pela ação de diversos agentes econômicos e classes sociais que imprimem, em seu conteúdo, suas marcas. A Feira Livre constitui, ao longo dessa história, a materialização de contradições geradas nesse processo, abrigando e sendo permeada por interesses divergentes e ações que a situam como expressão de processos sociais mais amplos que seus próprios limites imediatos.



Por um lado, a análise realizada identificou um conjunto de elementos que apontam para a predominância de imposições hegemônicas, verticais, fundamentadas no poder do Estado, voltadas ao controle e ordenamento urbano. A busca pela adequação e normatização dos espaços de comercialização constituem-se, aqui, uma ação recorrente.

As diferentes iniciativas do poder público local em prol da retirada da Feira Livre das ruas de Três Lagoas respondem historicamente, como vimos, a tais princípios, resultando – em meados dos anos 1970 – no encarecimento dos produtos e dos preços pagos para a comercialização, limitando o acesso a uma clientela mais abastada. Riscos deste tipo se abrem na atualidade (2020), com um novo projeto de construção de um galpão para a Feira Livre. Apesar da percepção otimista da maior parte dos feirantes e fregueses, como pudemos levantar por meio de aplicação de questionários, persiste, neste caso, o receio de um novo processo de “enobrecimento” da Feira.

Apresentamos evidências de que, sob a verticalidade dos processos dominantes da produção do espaço urbano, a Feira Livre, na rua, abre espaço para a horizontalidade da produção social, coletiva. Constituindo-se um meio para abastecimento urbano, um espaço de encontro, palco de manifestações culturais, artísticas e de reivindicação política, a Feira concentra um potencial crítico que merece destaque. O sentido público que resulta de um conjunto amplo de ações sociais que integram, cotidianamente, este espaço de comercialização, define a Feira como um bem coletivo. Enquanto tal, sua existência, seguramente, tem um significado muito mais amplo do que se pode presumir a partir de uma lógica meramente econômica.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas*. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo: Editora WMF/Martins Fonte, 2009.

DA-SILVA, Leisa Robles Borba. *O Mercadão de Três Lagoas: um estudo de caso das transformações urbanas (1970 a 1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008, 108 p.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. *O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2006, 167 p.



HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011, 177 p.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Revista Cidades*, vol. 3, n. 5, p. 81-100, 2006.

RIBEIRO-SILVA, Cristovão Henrique. *A lógica da territorialização da Indústria: o parque industrial em Três Lagoas - MS de 1990-2010*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2013, 205 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2014.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

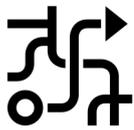
FONTES

AXELSON, Bruno. Grupo faz protesto contra reforma da Previdência em Três Lagoas, MS. 18/03/2017. Disponível em <http://gl.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2017/03/grupo-faz-protesto-contrareforma-da-previdencia-em-tres-lagoas-ms.html>. Acesso em 20/12/2019.

EVELYN SOUZA. Protesto em Três Lagoas termina com vaias na Feira Livre da cidade. 19/06/2013. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/protesto-em-tres-lagoas-termina-com-vaias-em-feira-livre-da-cidade>. Acesso em 20/12/2019.

SIMON, Tatiane. Feira Livre será palco para espetáculo em comemoração ao Dia da Consciência Negra. 20/11/2019. Disponível em <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/feira-livre-sera-palco-para-apresentacao-teatral-em-comemora/131929/>. Acesso em 20/12/2019.

TRÊS LAGOAS. Projeto da nova feira livre é apresentado aos feirantes. 27/08/2018. Disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/projeto-da-nova-feira-livre-e-apresentado-aos-feirantes/>. Acesso em 20/12/2018.



TRÊS LAGOAS. SEINTRA retira trilhos para iniciar preparação do terreno onde será construído o galpão da Feira Livre. 01/07/2019. Disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/seintra-retira-trilhos-para-iniciar-preparacao-do-terreno-onde-sera-construido-galpao-da-feira-livre/>. Acesso em 22/12/2019.

Recebido em: 22/12/2019

Aprovado em: 04/02/2020

Entre céus e infernos: as fronteiras do eterno

Between heavens and hells: the frontiers of eternity.

SOUZA, Aécio Thiago Alves de*

<https://orcid.org/0000-0002-9531-0874> 

RESUMO: Com o intuito de estudar as lutas de interpretação no imaginário do inferno, tentou-se demonstrar na pesquisa histórica que o mito da punição eterna após a vida é uma construção da racionalidade filosófica ocidental, anterior ao cristianismo. Acredita-se que os estudos de intolerância religiosa possam se beneficiar das investigações sobre o inferno em sua historicidade: a forma como interpretamos o mundo também é regida pelas mudanças do tempo, da sociedade e do jogo de símbolos pautados na diferença entre si. As regras que fornecem ferramentas para uma ação objetiva no mundo exterior — a nossa visão de mundo — é histórica. O inferno é mais um desses conceitos que possibilitam uma melhor relação com o mundo a nossa volta, principalmente o contexto social, visto que suscita engajamento em normas éticas, além de reconhecimento dentro de um grupo específico. Por seu aspecto psicossocial, é importante entender como tal conceito se desenvolveu para se compreender melhor as manifestações de intolerância religiosa na sociedade brasileira. Estudou-se obras literárias e filosóficas como fontes para a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE:

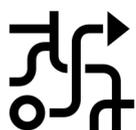
História; inferno; intolerância.

ABSTRACT: In order to study the interpretive struggles within the imaginary of hell, this historical research tries to explain that the myth of eternal punishment after life is a construction of the Western philosophical rational mindset prior to Christianity. It is believed that studies of religious intolerance can be benefited with investigations of hell in its historicity: interpreting the world is also governed by changes in time, society and the set of symbols based on their differences. The rules used as tools for objective action in the concrete and outer world - our worldview - are historical. Hell is one of those concepts that enable a better relationship with the world around us, especially the social context, as it generates engagement in ethical norms, as well as recognition within a specific group. Because this psychosocial aspect, it is important to understand how this concept is developed to better understand the manifestations of religious intolerance in Brazilian society. Studying literary and philosophical works as sources for a research.

KEYWORDS

History; hell; intolerance.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) dentro da linha de pesquisa "Sociedade, política e Representações". E-mail: aeciothiagoa@gmail.com



INTRODUÇÃO

Pretende-se na prática da pesquisa histórica encontrar como o inferno pôde ser instrumentalizado para a intolerância religiosa. O artigo se divide desta forma: na primeira parte foi destacado que o campo intelectual para a formação de um além vida punitivo já estava presente na filosofia ocidental antes de Cristo, sendo sua formulação um resultado do debate sobre o campo do relativismo que constitui a convivência entre humanos. Usei como fonte *Odisséia* de Homero e o diálogo *Górgias* de Platão. Na segunda parte, entra em cena as lutas de representação que, durante momentos iniciais da Igreja — quando ela percebe sua função política —, estudiosos trazem sua própria interpretação sobre a Bíblia, gerando noções de inferno que foram estigmatizadas como heresia, uma vez que não tinham função coercitiva política. Toda esta empreitada será guiada pelos estudos de Georges Minois que já se ocupou de descrever as diferentes facetas do além vida punitivo em seu "*Historia de los infiernos*" em várias culturas — orientais e ocidentais — com quem concordo com a concepção de que o inferno é fruto de uma sociedade complexa e capaz de abstrações:

La idea del infierno, probablemente, no apareció muy pronto en la humanidad, puesto que implica nociones ya notablemente elaboradas: por una parte, la supervivencia del alma o de un doble, y, por otra, un esbozo de moral, o, por lo menos, la existencia de prohibiciones cuya transgresión es capaz de justificar una condena (MINOIS, 2005. p. 19).

Tentei argumentar que a noção de inferno também se inscreve nas oposições binárias e dicotômicas, como descritas pelo filósofo Friedrich Nietzsche¹ em "Para além do bem e do mal, prelúdio a uma filosofia do futuro", ao questionar: "A crença nas oposições de valores é a fé fundamental dos metafísicos" (2007, p. 34). O binarismo — para se sustentar — não se faz na convivência das pessoas (não é política), mas tenta se fundar na metafísica (fora do mundo da argumentação e persuasão), o que leva à concepções limitantes de pensar o mundo simbólico e nossas relações com o mundo material (exterior). E para interpretar as fontes de Homero e Platão, também contarei com os estudos de Hannah Arendt², para ler o inferno em seu aspecto secular, sendo uma tentativa homogeneizante e que, por tal razão, é

¹Filósofo alemão do século XIX que trabalhou sobre a afirmação da vida e a crítica da racionalidade ocidental, privilegiando o perspectivismo.

²Teórica política alemã do século XX que defendia o pluralismo na política.



a "morte da política" (VALÉRIO; RIBEIRO, 2013, p.50) na medida em que aqueles que estão fora das normas descritas pela Igreja são enquadrados no espectro do inferno sem a possibilidade do debate e da solução de divergências (negação da pluralidade humana). Arendt discorre sobre *autoridade* e sobre a filosofia platônica como fundamentação da vida em comunidade para entender o mito das recompensas e condenações pós vida que serviram para a Igreja e seu inferno.

Por objetivo, procuro entender quais os elementos da dicotomia Céu/Inferno que possibilitam a exclusão e a violência contra determinados grupos da sociedade, como exemplo, as religiões de matriz africana. Recentemente, a representatividade política das religiões cristãs (mais precisamente neopentecostais) têm elevado o debate entre intolerância religiosa e agentes políticos. Pretendo entender a tradição dos usos do inferno que possibilitem repensar a ação política atual.

Por fim, entendo que a liberdade só é possível na medida em que existe diferença (o diálogo *do eu comigo mesmo* é um aprisionamento, não liberdade), porém o inferno exclui a diferença — uma ferramenta de visão de mundo estática, a-histórica e que tende a rigidez de pensamento, dificultando a capacidade dialógica da vida.

A TRADIÇÃO OCIDENTAL

Primeiro, como definir *inferno*? O inferno é o contraponto que terminará por fortalecer a ética de determinado grupo e a sobreposição de uma visão de mundo sobre as demais. A noção de um além vida punitivo, está inserida numa lógica de oposições binárias: Bem/Mal; Bonito/Feio; Verdadeiro/Falso; Homem/Mulher e, nesse caso específico da pesquisa, o Céu/Inferno, em que ora tencionamos para um lado, ora para outro de acordo com as necessidades. Quando se faz isso, temos uma tendência a hierarquizar um como Melhor/Pior que o outro. O catecismo³ atual da Igreja Católica diz que o inferno é a separação com Deus; o foco não é o diabo (ser que teoricamente é o responsável por ele), mas sim o distanciamento de Deus. Tenta criar a memória dessa separação como sempre

³ O catecismo em questão foi uma construção recente, manejado e pensado de diferentes formas ao longo dos anos por diferentes pensadores. O catecismo utilizado aqui foi pensado pelo Papa João Paulo II em 1992, já com o intuito de ser um compêndio e como tentativa de ser um marco sob o qual se deveria construir as memórias futuras.



presente na interpretação católica. De acordo com o catecismo contemporâneo⁴ de número 135:

A doutrina da Igreja afirma a existência do Inferno e a sua eternidade. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente, após a morte, aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, «o fogo eterno» (632). A principal pena do inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o homem pode ter a vida e a felicidade para que foi criado e a que aspira (VATICANO, on-line, S/D).

A ênfase em Deus é significativa na medida em que a existência do inferno beneficia muito mais a representação Dele do que a do diabo em si. A imagem do inferno e suas violências simbólicas acabam por sustentar o mundo de representações que é o Paraíso na figura de Deus. É este sustentáculo assustador que pretendo averiguar. Para tanto, *inferno* é um lugar em que ocorre um tipo de punição por faltar a certos princípios de determinadas comunidades em determinado tempo histórico — este é o além vida punitivo. É necessário dizer que em todos os lugares do mundo onde houve um acentuado debate sobre os dilemas morais, pode-se encontrar ideias semelhantes ao conceito de paraíso e inferno tão conhecidos. Aqui, focou-se na questão ocidental, embora se possa rastrear algumas possíveis influências do zoroastrismo⁵ na religião cristã (TATSCH, S/D, p.123)⁶.

Com o fomento do pensamento ético, logo as concepções de punição ou recompensa após a vida começariam. Por exemplo, o filósofo romano epicurista Lucrécio no século anterior a Cristo já discordava das religiões e pensamentos filosóficos de sua época quanto a punição pós vida. Para ele, a morte era total e a própria existência já era o seu inferno (MINOIS, 2005. p.62-63.). O campo filosófico do pensamento de punição ou recompensa depois da morte já estava preparado antes mesmo da chegada do Cristo e não era exclusividade de comunidades religiosas.

Então, como aparece o além vida na antiguidade grega antes de Cristo? Como o Hades se apresenta na *Odisséia* de Homero, datada aproximadamente entre o século VIII e VII A.C? Na *Odisséia*, encontra-se o mundo dos mortos e comportamento ético em vida juntos, como explica Flávia Eyler:

[...] uma narrativa que se desenvolve sob as condições da guerra, na *Iliada*, e de paz, na *Odisséia*, e define um manual ético para o homem aristocrático (o

⁴Catecismo sobre o inferno começa em 1033.

⁵O Zoroastrismo é uma religião que nasceu na antiga Pérsia, atual região do Irã, por um homem chamado de Zaratustra (ou Zoroastro) que viveu entre 1500 e 1200 A.C. A possíveis influências seriam: a disputa entre *bem* e *mal*; juízo final; ressurreição dos mortos.

⁶A versão em PDF do livro não possui data nem paginação, assim, a página exposta se refere ao número de páginas dado pelo leitor de PDF.



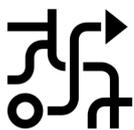
chefe do *óikos*) na moral heróica. O comportamento do homem aristocrático, tanto na guerra quanto na paz, definia aquilo que faria do homem um homem por inteiro, completo. Assim, os heróis gregos foram tomados como modelos paradigmáticos. (2014. p.39-40).⁷

A Odisséia, como um modelo de comportamentos em que os homens podem se espelhar, precisa explicar como é a vida após a morte para dar continuidade as questões éticas dos homens⁸. O Hades é aparentemente um local sombrio, uma vez que Tirésias — sábio com quem Odisseu foi pedir ajuda no mundo dos mortos — pergunta: "Divino filho de Laertes, ardiloso Odisseu, que viestes fazer aqui? Deixaste a luz de Hélio por quê?" (HOMERO, p.183). No entanto, não é mencionado nenhum tipo de sofrimento maior que o esquecimento e a tristeza, nem se quer é demonstrada especialização de pessoas no Hades, como na passagem: "Procedentes do Érebo, congregam-se, em grupos, as psiques de finados: noivas, moços, anciões castigados pela vida, virgens viçosas, afligidas por dores novas, exércitos de feridos por bronze guerreiros, favoritos de Ares, ainda em suas armaduras manchadas de sangue" (HOMERO, p. 181). Não se vê muita diferença entre os guerreiros e os civis no que diz respeito ao mundo dos mortos grego (seria a mensagem de que *a morte iguala* à todos? A morte como igualitária também aparecerá em Platão mais adiante). Denuncia-se que *dores novas* surgem, mas não são descritas. O mundo inferior é habitado por almas ou sombras, pois não é possível tocar os mortos — Odisseu tentou abraçar a própria mãe, falhando em seu intento (HOMERO, 2014, p.189). Representação pura daquilo que falta, daquilo que se foi.

Odisseu, então, encontra-se com Aquiles e Ajax. Aquele afirma que o território do Hades não é um lugar agradável, pois "preferiria como cabra de oito trabalhar para outro, um pobretão, a ser rei desse povo de mortos" (HOMERO, 2014, p. 205). Os mortos se lembram do passado, inclusive, não se apaga as memórias e os rancores uma vez que Ajax — magoado com Odisseu — evita conversar com o antigo companheiro (HOMERO, 2014, p.209). Os mortos gostam de contar suas histórias, suas vidas e a guerra de Tróia. Apesar de ser um lugar sombrio e deprimente, o Hades não tira a capacidade de lembrar e conversar sobre acontecimentos passados. As sombras são capazes de *pensar e debater* (possui espaço político, mesmo que restrito): não é um lugar de torturas eternas na medida em que os espíritos andam e conversam livremente e não sofrem dor física, afinal, os espíritos não têm

⁷ Importante notar que se refere à aristocracia, ou seja, ao membros da elite.

⁸ Na antiguidade grega, as mulheres não tinham espaço político de ação, logo, as narrativas heróicas valorizam o *homem* como sendo supostamente *superior*, excluindo as mulheres.

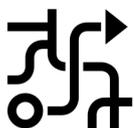


carne e não há nada para se fazer sentir (o inferno cristão não aparenta ter espaços para diálogo, algo que reflete nos vivos).

A Odisséia, apesar de ser datada do século VIII A.C, tem suas origens mais antigas. A estória atribuída à Homero é uma compilação de mitos e lendas passadas oralmente pelos chamados aedos ou rapsodos no mundo grego antigo (FELICIANO; RASSI, 2013, p.77). Quando as tradições transmitidas oralmente são passadas para a escrita, percebe-se uma característica antiga da cultura grega: não havia até então uma necessidade ética de atribuir castigos no além vida. Embora se tentasse impor a justiça divina "Temis" (passada oralmente), após a emergência da Pólis e do convívio político, substituiu-se para uma justiça humana, a "diké" com normas escritas (BRANDÃO,1986. p.152). Mas essas justiças, divina e humana, diziam respeito à organização social e da ordem cósmica em vida, não após a morte. A sociedade grega no período palaciano⁹ era diversificada com vários grupos culturais. O que se lê é uma das várias representações possíveis que a época poderia atribuir: cada sociedade inventa suas várias verdades. O que eu quero dizer com isso? Que embora a Odisséia não relate nenhuma forma de punição específica. Curiosamente, fornece um julgamento: "Lá estava Minos. Empunhando um cetro de ouro, pronunciava sentenças aos mortos. Fantasmas queriam saber o que lhes determinava a justiça" (HOMERO, 2014, p.209). Isto é um indicativo de algum tipo de retribuição não especificada.

Encontra-se precedentes na mitologia grega com respeito ao castigo no além: o Tártaro, lugar onde os titãs derrotados pelos deuses foram jogados, lugar para *imortais*. A Odisséia também garante um precedente desse tipo: a figura de um ser divino que, como punição, foi esticado nos campos de Hades e amarrado para que dois abutres comam seu fígado: Tício, que não se deve confundir com Prometeus (HOMERO, 2014, p.209). No entanto, Tício é um ser mitológico não humano, sendo, neste caso, responsabilidade dos deuses e suas competências divinas. Na Odisséia, os humanos não aparentam sofrer dos mesmos castigos, embora haja um tipo de julgamento feito por Minos. Existem três personagens humanos da mitologia grega que, de fato, foram condenados a torturas eternas: Sísifo, Tântalo e Íxion (HOMERO, 2014, p.211), mas só foram punidos por irritar os deuses pessoalmente. Estes casos especiais em que ocorre a tortura são para algumas pessoas mais traiçoeiras — no caso, que irritam aos deuses, que extrapolam sua condição de humanos — que precisam pagar por seus erros não somente em vida, mas após a morte. Vê-se alguns

⁹Anterior ao genos, quando a sociedade Creto-micênica floresceu sob o poder de reis e ao redor de seus palácios.



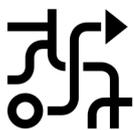
detalhes sobre comportamento ético — respeite aos deuses, não saia da sua *natureza*¹⁰, por exemplo — na figura de tais personagens. Porém, esta representação não se fez na tentativa de suplantar as demais, nem se expandiu o conceito de punição *para todos* os sujeitos. Homero não menciona a Ilha dos Bem-aventurados, um lugar semelhante ao Paraíso cristão. Será outro poeta que legará essa representação: Hesíodo em "O trabalho e os dias", que segundo Junito de Souza Brandão: "conjugam-se o trabalho com a justiça" (1986, p. 147).

A ilha dos Bem-aventurados surge da necessidade de Hesíodo situar os heróis da mitologia grega que estavam deslocados da decadência da humanidade que ele tenta transcrever: idade dos homens de ouro; idade dos homens de prata; idade dos homens de bronze; homens de ferro e idade dos Heróis (BRANDÃO, 1986, p.170). Hesíodo inclui a tal *Ilha* numa tentativa de responder a problemática histórica do seu discurso que mistura mitologia e historicidade. Ele tenta justificar a relação entre trabalho e justiça na mitologia grega. Dá um caráter além da força do homem ao seu ideal de justiça, valorizando o trabalho:

Ora, o trabalho é uma lei imposta pela vingança de Zeus. O mito de Prometeu e Pandora explica a origem dessa lei, assim como todas as desgraças que atormentam o homem (versos 42-105). A experiência histórica demonstra que é "inteiramente impossível escapar aos desígnios de Zeus". A necessidade da justiça é demonstrada pelo mito das *Cinco Idades*: a dedicação ao trabalho e à justiça assegura a prosperidade nesta vida e a recompensa na outra. Ao revés, os que se deixam dominar pela *hýbris*, pela "démeseure", pelo descomedimento, serão implacavelmente castigados nesta e no além. Pertencemos todos à idade do ferro, da *hýbris* (versos 106-201). A lei do descomedimento reina em Téspias, onde reside o poeta, como demonstra o apólogo do gavião e do rouxinol. Elevando o tom, o autor traça um quadro das desgraças reservadas aos injustos e perjuros (versos 202-273). É necessário, pois, que Perses adquira riquezas e considerações, mas não pela violência e sim pelo trabalho e pela justiça. Numa série de preceitos exorta o irmão a conduzir-se com moderação e sabedoria perante os vizinhos, amigos e parentes (versos 274-382). (BRANDÃO, 1986. p.164).

Hesíodo legitima os conceitos de justiça com relação a forças exteriores aos mortais e, com isso, sua hierarquização no pós-vida. O trabalho imposto por Zeus gera uma vida justa que se estenderá até depois da morte. Alguns se tornam espíritos, outros caem no esquecimento do Hades e outros vivem num paraíso. Os gregos antigos tinham um ideal de comportamento chamado "Areté", um ideal de excelência do ser humano. Significa o ideal de valores que o ser humano pode atingir para excelência que um simples humano pode chegar. Porém, ele não pode tentar "ser além" do que é, pois, ao tentar extrapolar seus desejos, ocorreria a "Hybris", ser ou agir fora da medida. Os exageros eram considerados

¹⁰ Tendência jusnaturalista do pensamento grego a privilegiar "natureza", essência imutável do Ser, que supostamente regeria a vida.



prejudiciais ao desenvolvimento. Esta forma de comportamento estava ligado ao humano, não em fatores externos. Sim, os gregos deveriam respeitar os deuses, como diz o mito de Sísifo¹¹, mas o comportamento para com a comunidade não era responsabilidade direta dos deuses (algo que começou a ser misturado por Hesíodo). Por isso não aparece na mitologia uma visão tão perturbadora do mundo dos mortos como é o inferno cristão (a vida política não era regida por eles). O foco era pensar a vida perante aqueles ao seu redor, dentro da sua condição de mortal, da sua *natureza*, do seu *cargo no cosmos*. Os deuses tinham a sua própria *natureza* e eles eram responsáveis por suas próprias questões, independente dos humanos. Como disse Eyer:

A dependência da divindade, para os gregos, não significa servidão, pois o mundo dos deuses ficava a tal distância que não impedia a autonomia dos homens ou, por outro lado, não implicava seu aniquilamento perante a infinidade do divino. A religiosidade do homem grego não desembocava na via da renúncia ao mundo, e sim na sua estetização (2014. p.47).

O importante é notar que já antes da formação da Polis grega, antes dos grandes filósofos começarem a debater sobre natureza ou convívio político, encontramos vestígios do qual se respaldam o inferno (julgamento indefinido e punição de alguns). A capacidade de imaginar um além punitivo já estava presente na mitologia antes mesmo de Platão debater sobre isso em seu diálogo "Górgias". Porém, com ele o debate ético é mais intenso. O mito da vida após a morte decorre justamente de um longo debate ético que Sócrates tem com Polo. Primeiramente, eles discorrem sobre o que seria melhor: ser vítima da injustiça ou causá-la? A partir daí, Sócrates começa a relacionar o conceito de alma com o de justiça; diz que existem os seguintes males que acometem às características: para a riqueza existe a pobreza, para o corpo existe a doença e para a alma existe a injustiça. Encontra-se o seguinte diálogo:

Sócrates — E da maldade e da injustiça? Se te atrapalhas com o problema assim formulado, considera o seguinte: para onde e para quem levamos os doentes do corpo?

Polo — Para os médicos, Sócrates.

Sócrates — E os que cometem injustiça ou são intemperantes?

Polo — Referes-te aos juizes?

Sócrates — Para receberem castigo, não é verdade?

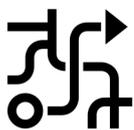
Polo — De acordo.

Sócrates — E não é usando de alguma justiça que punem com razão os que punem?

Polo — É evidente.

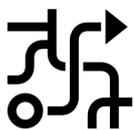
Sócrates — Logo, a economia livra da pobreza; a medicina, da doença; e o castigo, da intemperança e da injustiça (PLATÃO, p. 34).

¹¹Condenado a rolar uma pedra pelo morro incansavelmente.



A ideia de castigo como maneira de administrar justiça é acentuada em Platão e é no diálogo com Cálicles que Sócrates inicia sua visão sobre o Hades, narrando uma história mitológica, anedótica, dizendo que os homens seriam julgados após a morte, pois só aí — desgarrados dos bens materiais da vida — o julgamento seria justo (PLATÃO, p. 75-76); sendo a morte o lugar em que a diferença material não aparece como diferenciador; há a *igualdade na morte*. Nessa passagem, retoma-se a Ilha dos Bem-aventurados descrita por Hesíodo, porém, diferente deste, não são os *Heróis* que vão para a tal ilha, os humanos comuns vão, de acordo com sua vida justa. Ao pensar que a justiça do homem pode ser relativa, foi necessário que algo compensasse tais falhas após a vida: é necessário extrapolar a justiça para além da condição humana, a natureza deve justificar o regime de justiça e, assim, torná-lo imortal e universal. O Cosmos em si deve conter a justiça: a verdade transcendente no qual o filósofo em solidão contemplativa encontra (a verdade de uma elite capaz de filosofar). Platão tenta passar essa *verdade* transcendente para as *pessoas comuns* que não filosofam, para dar permanência no mundo relativo da convivência dos humanos, coagindo as pessoas a *sua verdade* (REALE, 2003. p. 140) com o uso de mitos de punição e recompensa. Percebe-se que o arcabouço teórico de Platão — mundo das ideias perfeitas que servem como medida para o mundo material, inclusive, das relações políticas — foi transposto para a doutrina do inferno cristão posteriormente quando a Igreja se viu como instituição (ARENDDT, 2016, p.172).

Platão tenta defender o seu ideal de justiça e escora seu argumento em forças externas: uma verdade absoluta que estimula os demais a seguirem, tomarem parte "dessa luta": tenta coagir a massa de maneira não violenta (ARENDDT, 2016, p.151). Entendendo a história como um embate de representações em que uns tentam expandir o seu ideal de mundo sobre os demais, como explicado em Chartier (2011, p. 22), percebe-se que ao tentar impor o seu ideal de justiça aos demais, Platão impõe o seu ideal de mundo dos mortos. Aqui já temos — com respaldo em algumas mitologias como a de Sísifo, e a escrita de Hesíodo — a representação do inferno se moldando ainda dentro da cultura ocidental, o que não exclui a influência de pensamentos orientais como o Zoroastrismo persa na filosofia grega do período. Há também que se notar a cultura egípcia, bem familiar aos povos do mediterrâneo que também já possuía uma forma de "julgamento" após a morte.

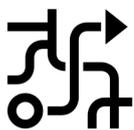


O pensamento ocidental está interligado ao jogo de oposições¹² que, igualmente, está posto em questões éticas. Quando escolhemos "esta concepção" é mais *correta* que "aquela outra", estamos fazendo um julgamento valorativo de melhor/pior. Assim, o inferno corresponde a noção de justiça para Platão, mostrando o lado do *mal* em contraste com o *bem*, fundadas no mundo das ideais que davam molde para o mundo material. Como Nietzsche argumentou, a filosofia platônica acreditava achar uma essência única das coisas — a vontade de *verdade*. De dar um sentido que, de forma alguma, pode ser mudado nem mesmo pela interpretação subjetiva do pensador. Segundo o filósofo, a característica das lutas de representação é uma tentativa de soberania instintiva e racional ao mesmo tempo! Nietzsche, ao questionar a dicotomia entre consciência e instinto — algo que refuta (2007. p. 35) —, diz:

Mas qualquer um que examine os instintos fundamentais do homem com a finalidade de saber até que ponto eles desempenharam, exatamente aqui, um papel de gênios — ou de demônios e duendes — *inspiradores* reconhecerá que já todos esses instintos fizeram filosofia, e que o maior desejo de cada um seria apresentar-se a si próprio como fim último da existência, e como *soberano* legítimo, de todos os outros. Já que todo o instinto é ávido de domínio, e *enquanto tal* intenta filosofar (2007, p.37).

Obviamente, pode-se questionar esse aspecto determinista da vontade de *ser soberano* apresentado. No entanto, a filosofia de Nietzsche é elucidativa na medida que repensa e põe à crítica as formas de pensamento ocidental. Como ele tenta desconstruir os pressupostos das oposições binários (dualismo), fica fácil entender como o inferno se formou dentro de uma disputa de representações: a *vontade* de dominar, de estar mais certo que os outros, cria para si (no diálogo narcisista do "eu comigo mesmo") um *raciocínio* que a legitima. O inferno também é uma busca pela essência do que é certo e do que é errado, dentro de um reducionismo dualista. Funda-se a metafísica para tentar dar razões últimas para a vida, dar uma imortalidade para determinado tipo de vivência. Uma visão de mundo que dê argumentos sólidos para manter as regras de um grupo sobre outros, como a Igreja pôde perceber: "A introdução do inferno platônico no corpo das crenças dogmáticas cristãs fortaleceu a tal ponto a autoridade religiosa que ela podia esperar permanecer vitoriosa em qualquer contenda com o poder secular" (ARENDDT, 2016, p.177). Assim, a doutrina do inferno nega o diálogo do "eu com os outros", negando a política.

¹²Essas oposições são interpretações mentais de tensões ou contradições da vida material (exterior).



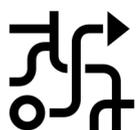
DEPOIS DE CRISTO.

É inegável que em algum momento Satanás teria de ser mencionado numa pesquisa sobre o seu lar. Um pequeno estudo dele serve de importante ferramenta para ajudar a decifrar o inferno na medida em que, ao estudar o arquétipo do Diabo, manifesta-se a lógica do pensamento religioso em que está inserido. É uma ferramenta para encontrar a cadeia de pensamento que estrutura um viés religioso em um dado período de tempo que permite entender as funções que o inferno possui. Como constatou Nogueira em "O diabo no imaginário cristão", nos primórdios do judaísmo, a figura de Satanás — termo hebraico que significa *acusador* — não é muito bem descrito. Ele aparece pouco no Antigo Testamento (que chamarei a partir de agora de AT) e sem grandes atributos além de ser um instigador. O inferno ou Sheol judaico é pouco corporificado também. A concepção era difusa, subjetiva, traduzida muitas vezes como “abismo” ou “sepultura”. Eis uma passagem do AT sobre o Sheol em Isaías 5:14, retirado da Bíblia Sagrada ARC: “Por isso a *sepultura* aumentou o seu apetite, e abriu a sua boca desmesuradamente; e a glória deles, e a sua multidão, e a sua pompa, e os que entre eles folgavam, a ela desceram” (1995, on-line). Aqui, Sheol foi traduzido para *sepultura*¹³. Em "O nascimento do Purgatório", Jacques Le Goff anuncia um ponto importante sobre o Sheol: ele não era um local específico para tortura, embora podendo ser assustador em alguns aspectos (1995. p. 46). Há locais para *impuros*, o que não quer dizer *culpados* (1995. p. 47). Le Goff informa que ocorreu uma mudança no pensamento judaico nos séculos cristãos:

Nesta reviravolta da era cristã, rica em mudanças, parece-me ter sido decisiva para o desenvolvimento da ideia de purgatório a evolução do pensamento religioso judaico. Encontramo-la nos textos rabínicos dos dois primeiros séculos da era cristã. Manifesta-se primeiro por uma maior precisão da geografia do além. Quanto ao fundo - na maioria dos textos - não há grandes modificações. Depois da morte, as almas vão sempre ou para um lugar intermédio, o *shéol*, ou directamente para o lugar do castigo eterno, a *geena*, ou de recompensas, também eternas, o Eden. Os céus são essencialmente a morada de Deus, mas certos rabinos situam neles também a morada das almas dos justos. Neste caso, elas estão no sétimo céu, no mais alto dos sete firmamentos. Mas interrogamo-nos sobre as dimensões do além e sobre a sua localização em relação à terra. O *shéol* é sempre subterrâneo e escuro, é o conjunto das covas e dos túmulos, o mundo dos mortos e da morte (1995, p. 57-58).

Neste ponto, na passagem para era cristã, identifica-se uma diferenciação do inferno. O debate ético durante a antiguidade clássica provocaram uma nova organização

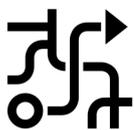
¹³Na Bíblia Sagrada Nova Edição Papal, que uso como base, Sheol foi traduzido para “habitação dos mortos”.



geográfica do além, numa perspectiva de separar as pessoas de acordo com suas qualidades. A lógica do no judaísmo primitivo se pautava numa visão de Deus mais absoluta, uma visão monista. Não há uma dualidade que separe o Bem do Mal no AT: Deus é o responsável por tudo, até mesmo da punição. Alfredo dos Santos Oliva também esboça concepção parecida:

Não há necessidade do Diabo no antigo testamento porque o mal é fruto da desobediência humana. O relato teológico sobre a queda do gênero humano, na forma como é narrada nos capítulos 2 e 3 do livro dos Gênesis, ilustra bem o que estou afirmando. No texto sagrado, Deus aparece como criador de todas as coisas, inclusive do gênero humano, de forma boa e perfeita. O ser humano recebe orientações de seu criador para viver e se perpetuar num estado de bondade e perfeição. O ser humano, todavia, desobedece às orientações de Deus e a consequência de sua ação é a dor, a vergonha, o trabalho árduo da terra, a dominação da mulher pelo homem. A desobediência humana, fator desencadeador destes males, é instigado por um animal, a serpente, e não um ser sobrenatural (anjo caído, demônio ou Diabo). Isto acontece porque o Antigo Testamento é permeado por uma visão monista, onde Deus é quem garante a ordem cósmica e qualquer ser ou pessoa que pretenda atrapalhar esta ordem recebe a devida retribuição por sua desobediência. Neste sentido, pode-se dizer que no Antigo Testamento o mal praticado pelo ser humano traz embutido em si o castigo. Assim sendo, seria correto afirmar que o Deus Javé é o originador de uma série de males em retribuição ao mal praticado pelo ser humano, todavia ele não é o causador do mal em um sentido moral (2007, p. 29-30).

Deus é o senhor da ordem do universo e tudo está dentro de seus planos, aqueles que fogem ao seu plano sofrem porque é isso que acontece quando se foge à perfeição que Deus proporcionou. Não há força que se oponha a lógica estabelecida por Ele ao universo. Não há espaço para Diabo e, conseqüentemente, para o inferno punitivo aqui. Sem necessidade de um lugar específico de punição para os maus no além, um lugar com tormentos específicos para cada pecador ou de sofrimento eterno governado por uma entidade que simboliza todo o *Mal*. Deus é o comandante, nada acontece senão por seu conhecimento e anuência. Inclusive, Satanás só pode agir se Deus permitir, como foi demonstrado na história narrada no livro de Jó. Resumidamente, Jó era um homem fiel a Deus, com uma grande família; rico; com muito gado e escravos. E Satanás — depois de vagar pelo mundo, pois o texto não menciona o inferno, detalhe importante — encontra-se com Deus orgulhoso da fidelidade de Jó. Satanás ao ver que a vida dele era muito boa, coloca em dúvida sua fé e propõe à Deus que ele testasse Jó: ao tirar toda a sua riqueza, ele rapidamente se voltaria contra Deus, demonstrando-se um homem de pouca fé. E assim Deus permitiu que Satanás agisse, que causasse os males contra Jó. No fim, Jó continuou fiel a Deus mesmo perdendo suas riquezas e sua família — chamam isso de *provação*, não *punição*. Satanás não destruiu a vida de Jó por conta própria e na surdina, nem fez nada que Deus não tivesse



concordado. Ele é um instrumento para causar a *provação*, testar a fé e servir de exemplo para os leitores. Seu papel é secundário na lógica religiosa da época — provavelmente durante o cativeiro da Babilônia¹⁴ — ele não precisa de um reino só seu em que tem plenos poderes. A passagem bíblica diz apenas que Satanás dava uma *volta pelo mundo* quando se encontrou com Deus. O inferno é completamente esquecido, caracterizando a sua pouca relevância para a lógica monista em que o mais importante era Deus e sua ordem cósmica. O inferno ganharia força quando a religião judaico-cristã mudasse de perspectiva, para uma posição política no mundo, transpondo o mito de punições e recompensas de Platão para o dogmatismo (ARENDDT, 2016, p.171).

O diabo e o inferno possuem um outro lado útil para coerção política carismática: o inimigo controlado. Quando Deus domina o imaginário das pessoas, o diabo é o inimigo que nunca irá vencer, ou seja, ser fiel a Deus te faz uma pessoa *boa* e um eterno *vencedor*. O diabo e o inferno representam os perdedores que devem sofrer as consequências da derrota. Existe essa característica de *se opor* (coerção pelo medo) e *sustentar* (vencedores) ao mesmo tempo; a fraqueza do diabo e seu reino assustador só legitimam ainda mais o poder de Deus: se existe um vencedor que tem as recompensas do céu, tem que haver um perdedor que arque com as consequências. Esta última visão é chamada de dualista, que se contrapõe a visão monista do AT.

A aceitação da punição do além está em consonância com a aceitação da punição na vida material, algo que constantemente se transforma e ganha novas estéticas. Por exemplo, as interpretações — exegeses — dos pais da Igreja, foram excluídas ao longo dos anos. A mais impressionante delas foi a interpretação de Orígenes de Alexandria e sua apocatástase. Sua interpretação do fogo eterno era metafórica.: seria uma purificação e não haveria uma condenação eterna, pois Deus, em sua bondade, não permitira isso. A teoria da apocatástase de Orígenes acreditava que, após o Juízo Final, todas as almas — não importa quais sejam, do céu ou do inferno — seriam redimidas e salvas. Seu seguidor, Clemente de Alexandria, também partilhará de tal pensamento (MINOIS, 2005, p. 127).

Inicia-se também um processo de demonização dos inimigos. Vendo o mundo e o sagrado de uma forma dualista — duelo entre forças do Bem e do Mal — cabe agora colocar seus inimigos no lado do Mal. E será mais precisamente nos primeiros séculos após o nascimento de Jesus que os teólogos se esforçaram para explicar as forças malignas:

¹⁴A Bíblia Sagrada Nova Edição Papal, que uso como fonte, anuncia este período.



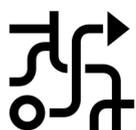
Quando, no século II d.C., foram traduzidos para o grego os livros sagrados, denominaram-se os ídolos e divindades pagãs e alguns dos animais fantásticos que povoavam as crenças do antigo Oriente. Estabelecida uma mesma denominação comum, uma parte das doutrinas demonológicas, incorporadas à tradições orais, inundando as crenças judias de espíritos malfazejos (NOGUEIRA, 1986. p.14).

Agora os hóspedes do inferno estariam à espreita para tentar os humanos. E com esta conspiração infernal, causar o medo na população para que ela não se desvie da religião cristã. O inferno fez parte da angústia das pessoas, junto a todo o resto do mundo conspiratório, tornando-se ferramenta despolitizadora, num sentido arendtiano, como foi discutido por Mairon Escorsi Valéri e Renilson Rosa Ribeiro no artigo "Para que serve a história ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política", em que eles explicam o conceito de política em Hannah Arendt, que usei para analisar o inferno:

Segundo Hanna Arendt a condição da política é a liberdade, a ação dos homens diante de outros, de que a política se opera sempre *entre homens* e na forma primordial da dissensão, se constitui enquanto tal no encontro e no confronto das pluralidades através do discurso, do debate livre na esfera pública. A política se dá entre homens na medida de suas diferenças, no confronto plural, não no enclausuramento identitário narcisista voltado para a celebração de suas verdades (2013. p.48-49).

Ao longo dos debates sobre além vida, houve uma tendência à ignorar as diferenças. O inferno é uma doutrina que nega a política na medida em que essa se faz por pessoas diferentes, com visões de mundo diferente, que estão convivendo juntos com suas diferenças. Ele é a exclusão dos diferentes e aqui entra um ponto de discórdia: é notável, sim, que o inferno tem a premissa de punir criminosos e de coagir pessoas à não praticarem violência, isto não é o problema. Ele pode ser usado para se seguir uma vida melhor e justa? Pode sim, no entanto, não é só a violência na Terra que é condenada no inferno, coisas inofensivas também são colocadas no mesmo balaio e ganham status de crime. Esta é a discórdia do debate sobre a punição eterna que atinge as vida atual. Por exemplo, a questão da homossexualidade e sua falta de aceitação no mundo moderno. Uma pessoa que se sente atraída por alguém do mesmo sexo e ao mesmo tempo é correspondida, não está causando dano à ninguém. No entanto, quando se coloca o homossexual no inferno, tem-se uma tendência à ver o comportamento como um crime. E mais: punível com mesma violência!

Alguns grupos religiosos aceitam após a morte será feita a justiça com base na violência. Ora, o inferno é a coerção para evitar que pessoas cometam violência com os irmãos, mas ao mesmo tempo legitima a violência no além. Alguns entendem a violência



como forma de resolver crimes, no entanto, certas características culturais ou sexuais não o são. Esta ligação é perigosa. É nesta perspectiva que lembrar que o inferno é mais um discurso construído — dentre suas várias funções, não exclusivamente — para formar regras de convívio social e que é variável com o tempo é importante: podemos negar a sua violência. Ressalto que estas relações não são ingênuas, são imbuídas de repressão, homogeneização, hierarquização e exclusões dentro da luta de representações: é só na diferença que se pode ter mais confiança numa liberdade, na capacidade de escolha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a realidade exterior precisa ser interpretada — dentro de um jogo simbólico de diferenças (MUNSLOW, 2009, p.17) — percebi que a noção de inferno atende também a uma tentativa de explicar a angústia da vida com um invólucro ético, pois toda forma de pensamento dualista de oposições é, em si, uma questão valorativa; questões valorativas supõe um debate ético (melhor/pior e por quê?). O inferno é um instrumento metafísico, criado por nosso intelecto, para estabelecer regras de comportamento político pautadas numa ideia de *verdade* essencial, que sobreviva à futilidade das relações humanas e seu relativismo. No entanto, o desenvolvimento dos símbolos sofrem mudanças com o passar do tempo, pela reflexão e pela mudança da sociedade. O inferno já atendeu a vários interesses, em discursos que visam o poder sobre os demais, numa tentativa hegemônica de pensamento.

Sendo, hoje, ferramenta homogeneizante que visa colocar os inimigos da fé em um lugar só, contribui para a negação do agir político: contribui para uma visão menos plural da sociedade, na medida em que não somente pessoas que cometem crimes vão parar lá, mas também divergentes em rituais ou comportamentos mesmo que inofensivos. A negação do diálogo fomenta sociedades antidemocráticas e favorece a eleição de candidatos autoritários. Suas características apelativas de violência são fundamentadas nos regimes de verdade e de justiça de cada tempo: o inferno é violento e cruel porque a sociedade que a fez também o é. Com o reconhecimento da violência como forma justa de agir perante algum delito, o além também foi constituído assim. O perigo da defesa do inferno como *a-histórico* é: a aceitação da violência pela sociedade em um movimento recíproco; ora, se essa pessoa vai ser punida no inferno, aqui também se pode fazer uso da violência para condenar pecadores, pois caso contrário, eu e meus companheiros de fé corremos o risco de sermos



contagiados ou acusados de *omissão* diante de Deus, sendo levados para o inferno também. É melhor impor a violência aqui, antes que eu mesmo sofra a violência depois da morte. Ao aceitar que a justiça divina se faz pela violência no além, tende-se a criar uma aceitação da violência como forma de resolver os problemas no mundo ao invés do diálogo. O efeito psicológico da noção de inferno na aceitação da violência nas comunidades religiosas poderia ser estudado.

No Brasil, a intolerância religiosa contra religiões africanas são preocupantes. Segundo os dados estatísticos do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (CEPLIR) do Rio de Janeiro, entre os anos de 2012 e 2015, 71% dos 1014 casos registrados são contra religiões afro-brasileiras, disparado do segundo colocado de evangélicos com 8% (Santos, 2019, p. 4). Não são novos os preconceitos contra as religiões africanas, está impregnado no Brasil desde o período colonial, época em que a cultura e a humanidade africanas forma negadas. O preconceito das religiões africanas teve seu início com a escravização e o racismo da Idade Moderna. Como Mbembe aborda em "Crítica da razão negra": a modernidade construiu seus projetos de *humanidade*; *Estado* e *capitalismo liberal* europeu em cima dos conceitos de *animalidade*; *sem organização* e *escravidão africana* (2014, p.10). A intolerância religiosa no Brasil é uma junção de práticas antigas e de novas: roupagens da tradição católica, da modernidade e da ascensão das igrejas neopentecostais. Com isso, vê-se o inferno e a demonização se tornando discursos para atingir o poder com a eleição de prefeitos, deputados e senadores, por exemplo, Marcelo Crivella (Republicanos), prefeito do Rio de Janeiro e o deputado federal Marco Feliciano (atualmente sem partido por ter sido expulso do Podemos, anteriormente filiado ao Partido Social Cristão). Ambos já fizeram afirmações de negação da religiosidade africana¹⁵. A questão aqui não é fazer uma oposição da participação política dos interesses de comunidades religiosas, pelo contrário, é defender a participação de todas as religiosidades. Enfatiza-se, como exemplo, atuais grupos religiosos neopentecostais que usam os elementos da tradição¹⁶ pesquisada neste artigo para demonizar outra parte da sociedade: a de origem africana e indígena. Usam a religião para projetos de exclusão; censura; preconceito e violência. Neste ponto, propus essa investigação de elementos da dicotomia Céu/Inferno que são habilitados sub-

¹⁵ Ver nas fontes.

¹⁶ Isto não quer dizer que "a culpa são dos gregos ou dos católicos" caindo assim na estratégia comum dos revisionismos históricos: "Ora, se todo mundo é culpado, ninguém é". Foi-se enfatizado a historicidade do inferno e como sua imagem suscita ideias de comportamento para convivência em conjunto num mesmo mundo (política). Mais do que julgar como *culpados*, o trabalho do historiado(a) é entender como tais elementos têm sido engajados para coagir a sociedade para determinados projetos de mundo.



repticiamente para coagir a sociedade à um projeto de humanidade eurocêntrica e cristã. Lembrando sempre que as comunidades religiosas são muito diversas e possuem rupturas internas, não se pode homogeneizar o catolicismo, o protestantismo ou o judaísmo. A abordagem deste trabalho foi uma visão geral da antiguidade clássica e dos primeiros anos do cristianismo, cabendo estudos mais focados para encontrar contradições internas.

Por fim, a pesquisa possibilitou um melhor entendimento não só do uso simbólico de uma vida após a morte afeta o comportamento social das pessoas em sua própria temporalidade, como também nos ajudou a desvendar um pouco da lógica do pensamento da filosofia ocidental. Quis demonstrar como várias culturas tiveram importância na formação dessas ideias, cabendo um estudo mais aprofundado sobre quais as contribuições da cultura grega ocidental tiveram para o além punitivo. Quis também enfatizar como a justiça e a violência vivida materialmente pelas pessoas se espalha para o além metafísico, seguindo um movimento recíproco de sustentação de vieses; uma via de mão dupla. E como o ser humano é um ser político, entendo que o inferno pode ser apoderado para causar a exclusão de grupos minoritários que não necessariamente produzem algum mal para a sociedade. O inferno também é permeado de preconceitos, pois é uma invenção humana.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*, volume I. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados, v. 13, n. 24, p.15-29, 2011. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>> Acesso em 22 ago 2018.

EYLER, Flávia Maria Schlee. *História antiga, Grécia e Roma: a formação do ocidente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FELICIANO, Rodrigo Oliveira; RASSI, Marcos Antônio Caixeta. *Justiça na sociedade grega arcaica: do pensamento mítico ao discurso filosófico*. *Perquirere*. Patos de Minas, v. 10, n. 2, p.76-87, 2013. Disponível em: <<https://vdocuments.site/justica-na-sociedade-grega-ana-sua-efetividade-influenciava-nao- apenas.html>> Acesso em 22 ago 2018.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. 2ª Edição. – Lisboa: Estampa, 1995.

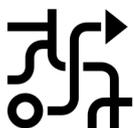
MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2014.



- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MINOIS, Georges. *Historia de los infiernos*. Barcelona: Paidó, 2005.
- MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*, prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Martin Claret, 2007
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVA, Alfredo dos Santos. *História do diabo no Brasil*. São Paulo: Fonte Editoria, 2007.
- OLIVEIRA, Amanda Muniz; BASTOS, Rodolfo. Os modos de sentir o mundo: a história das mentalidades e sua relação com o inconsciente coletivo. *Revista Expedições: Teoria & Historiografia*. Goiânia, v. 6, n.2, p.129-134, 2015
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. São Paulo: Paulus, 2003.
- TATSCH, Flávia Galli. Persas. In: FUNARI, Pedro Paulo (org). *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo: Contexto, S/D.
- VALÉRIO, Mairon E; RIBEIRO, Renilson R. Para que serve a história ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v. 6, n. 3, p.40-52, 2013.

FONTES:

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 4ª Edição. — São Paulo: Moderna, 2009.
- BALZA, Guilherme. Deputado Federal diz no Twitter que "Africanos descendem de ancestral amaldiçoado". *Uol Notícias*, São Paulo, 31 mar 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm>>. Acesso em 16 abr 2020.
- BÍBLIA SAGRADA, nova Edição Papal. Lisboa: C. D. Stampley Enterprises inc, S/D.
- BÍBLIA SAGRADA ARC, Almeida Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=_KDjCwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 13 abr 2020.
- Crivella pede perdão por trechos de livro em que critica católicos, homossexuais, e religiões africanas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de Out 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1823337-crivella-pede-perdao-por-trechos-de-livro-em-critica-igreja-catolica-religoes-africanas-e-homossexuais.shtml>>. Acesso em 16 abr 2020.
- FERGUSON, Sinclair B; et al, *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Hagnos, 2009.



HOMERO. *Odisséia II: Regresso* (Bilíngue). São Paulo: L&PM Pocket, 2007.

O livro da Filosofia. São Paulo: Globo, 2011.

PLATÃO. *Górgias*. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/~fidalgo/retorica/platao-gorgias.pdf>>. Acesso em 12 dez 2018.

SANTOS, Babalawô Ivanir dos. *Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço*. Rio de Janeiro: Kline: CEAP, 2016.

VATICANO, *Catecismo da Igreja Católica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/pls2cap3_683-1065_po.html>. Acesso em 13 abr 2020.

Recebido em: 01/02/2020

Aprovado em: 26/04/2020

Livros didáticos: uma análise crítica de duas obras trabalhadas no nono ano do ensino fundamental e os caminhos percorridos para a construção do conhecimento histórico

Didactics Books: a critical analysis of two works managed at the nine grade of elementary school and the ways to build the historical knowledge

GONÇALVES, Hugo Alves*

<https://orcid.org/0000-0001-9457-7967> 

RESUMO: Este trabalho visa discutir os principais aspectos que compõem o livro didático, com foco nas características pedagógicas, nas narrativas e os sujeitos que as constituem, assim como as fontes históricas, suas relações com o conhecimento e as ligações mais gerais que integram a obra. Para tal abordagem, foi utilizada bibliografia específica sobre a temática, bem como a análise de dois livros didáticos da antiga oitava série e atual nono ano do ensino fundamental: “Navegando pela História”, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, de 2002, e o livro intitulado “Histórias, Conceitos e Procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, do ano de 2006. O texto segue com um balanço separado de cada obra e aponta algumas considerações gerais sobre as mesmas, tendo como objetivo central a comparação entre os livros, seus usos, desusos e suas possibilidades.

PALAVRAS-CHAVE

História; Livros Didáticos; Ensino.

SANTOS, Maycon Regis Nogueira dos**

<https://orcid.org/0000-0002-4992-0647> 

ABSTRACT: This work aims to discuss the main aspects that make up the textbook, focusing on the pedagogical characteristics, in the narratives and the subjects that constitute them, as well as the historical sources, their relations with knowledge and the more general connections that integrate the work. For this approach, specific bibliography on the theme was used, as well as the analysis of two didactic books from the former eighth grade and current ninth year of elementary education: “Navegando pela História”, by Silvia Panazzo and Maria Luísa Vaz, from 2002, and the book entitled “Histórias, Conceitos and Procedimentos”, by Ricardo Dreguer and Eliete Toledo, from 2006. The text follows with a separate balance of each work and points out some general considerations about them, having as central objective the comparison between the books, their uses, disuse and their possibilities.

KEYWORDS

History; Didactes Boks; Education

* Mestrando no curso de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: guim.goncalves@hotmail.com

** Mestrando no curso de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: maycon_rn@hotmail.com



INTRODUÇÃO

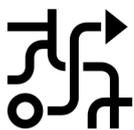
O livro didático que chega até a sala de aula é muito diferente daquele que já foi um “verdadeiro manual”, como nos aponta Décio Gatti Junior (2004). Sem imagens, com textos corridos, sem nenhuma característica mais pedagógica, o manual era muito mais parecido com um livro “clássico” do que materiais de hoje. Com a massificação da educação, o livro didático assumiu a função maior dentro de todo o sistema: se tornou o principal suporte educativo dos professores, os quais não estavam preparados para tamanha mudança. Passou a conter uma linguagem mais fácil, várias imagens, textos menores, exercícios de apoio e outras características que norteiam a aula. Vale ressaltar que esta mudança não foi algo tão positivo, pois estes livros se tornaram um verdadeiro ramo comercial muito lucrativo, fazendo com que seu conteúdo variasse de acordo com as demandas do mercado.

Gatti Jr nos mostra essa transformação quando diz:

Do velho manual, pequeno, contendo praticamente textos, auxiliar das lições e explicações dadas nas aulas pelos professores, antes da década de 1970, o livro didático transformou-se: formato maior, capas chamativas, muitas cores e ilustrações, boxes, exercícios, indicações de filmes e textos complementares (GATTI JR, 2004, p.12)

Tornando-se um objeto complexo, classificar o livro didático constitui-se trabalho bastante complicado, vide as definições (e dificuldades encontradas nessa tarefa), de grandes nomes da área de educação, especificamente dos materiais didáticos, como Circe Bittencourt e Kazumi Munakata. Eles nos apresentam o livro didático como um material de diferentes funções e um objeto cultural bastante complexo. Podemos relacionar essas definições para dar início a nosso artigo, que enxerga este instrumento como uma ferramenta de cunho pedagógico (que exprime diversas características que norteiam a aula), com caráter ideológico (que expressa uma ideologia dominante/governo), consequentemente como produto do mercado (que é feito para vender e obter lucros) e propriamente como fonte (ao indicar vários aspectos da sociedade em que é produzido e em que é inserido). (BITTENCOURT, 2005).

O texto segue com uma análise crítica de dois livros didáticos, da antiga oitava série do ensino fundamental, atual nono ano. A escolha destas duas obras tem relação direta com as questões de “diferenças” no Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, que é o programa responsável pela avaliação e disponibilização de obras didáticas, literárias e pedagógicas, bem como de outros materiais que auxiliam na prática educativa, de forma

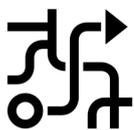


sistemizada, regular e gratuita, às escolas públicas, de educação básica das redes municipais, estaduais, federal, distrital, instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas que sejam sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público (um PNLD sendo do edital do ano de 2005 e o outro do ano de 2008), que, segundo Yara Cristina Alvim (2009), carregam diferenças entre si, sendo a maior delas o diálogo mais intenso entre pareceristas e professores, que ocorria com maior frequência no programa de 2005 e que resultou em maior variedade de conteúdos teórico-metodológicos. Assim, para a autora, os mesmos conseguiam atender desde os professores que optavam pela visão tradicional da história e, também, aqueles que nutriam preferência por abordagens mais renovadoras da escrita da História. Já no programa de 2008, a mesma observou uma tendência, por parte do Estado, de querer incutir a ideia de livro didático ideal. Mas, para a autora, ainda existiram outras diferenças, como: número de avaliadores (que em 2005 foram dezessete e 2008 foram trinta e um envolvidos), ocorreu a substituição de quase todos os avaliadores de um processo para o outro, pois só um desses avaliadores participou dos dois programas, ocasionando certa diversidade de olhares e de coleções escolhidas entre os mesmos. Ademais, também foram levados em consideração, para esta análise, o ano de publicação e a editora da obra, fazendo com que comparações fossem profícuas.

As obras são “Navegando pela História”, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, de 2002, e o livro intitulado “Histórias, Conceitos e Procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, do ano de 2006, que serão analisados à luz das seguintes categorias: uso de fontes primárias nos livros didáticos, sujeitos destacados pelos autores dos livros didáticos, atividades elencadas para estabelecer relações de mudanças e permanência, bem como, ao final, o texto segue com um balanço separado de cada obra e aponta algumas considerações gerais sobre as mesmas, tendo como objetivo central a comparação entre os livros, seus usos, desusos e suas possibilidades.

“NAVEGANDO PELA HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE OS CAMINHOS DOS LIVROS DIDÁTICOS

O livro, “Navegando Pela História” editado pelo grupo “Quinteto Editorial”, no ano de 2002, apresenta uma linguagem de fácil acesso, que ajuda o professor no decorrer da aula, assim como colabora com uma melhor compreensão pelo aluno, e é cercado de imagens e de fontes históricas. Essas imagens não são analisadas da maneira propícia no que



recomendam autores como Bittencourt (2005), demonstrando como seria a maneira ideal para se trabalhar com tais tipos de fontes, relacionando com os demais aspectos, como o próprio contexto, assim como as intenções e motivações. Estas imagens, da obra citada, são colocadas apenas como forma de fixação: não apresentam nenhuma atividade que requer uma análise mais profunda e crítica.

Os outros tipos de fontes são trabalhados de uma forma básica, assim como os demais livros (em “Box” separados) e a maioria apresenta uma série de atividades correlacionadas, como no capítulo “A reestruturação do capitalismo” com um excerto da obra “O Manifesto Comunista”. Dentre essas atividades, as perguntas colocadas requerem algumas análises e comparações mais profundas (como quando compara a situação do trabalhador na época de 1848 e o operário da atualidade). Vale destacar, também, o uso de um importante tipo de atividade denominada “ampliando vocabulário”, o qual, de certa forma, incita o aluno à pesquisa.

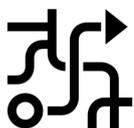
Essas atividades que fazem comparações e análises mais complexas são citadas por Circe Bitencourt, quando diz:

Uma análise dos conteúdos pedagógicos ou do método de aprendizagem de um livro didático deve atentar para a averiguação das atividades mediante as quais os alunos terão oportunidade de fazer comparações, identificar as semelhanças e diferenças entre os acontecimentos, estabelecer relações entre situações históricas ou entre a série de documentos expostos no final ou intercalados nos capítulos e indicar outras obras para leitura, fornecendo pistas para a realização de pesquisa em outras fontes de informação (BITENCOURT, 2005, p.316)

Vale ressaltar também outro ponto importante: no final de cada capítulo é possível encontrar diversas sugestões de filmes e obras literárias. Uma boa oportunidade para o aluno ampliar o conhecimento básico que é colocado em seu livro didático.



Figura 1- Fonte complementar ao texto da página 13



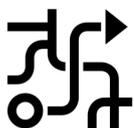
Assim como a função pedagógica, o livro apresenta um grande caráter político ideológico, geralmente aquele que o Estado quer transmitir para o restante da população; nas ideias de Circe Bittencourt (2005), citando outros autores: verdadeiras autobiografias dos estados modernos. Podemos destacar dentro desta análise a grande influência das características: europeias, brancas, masculinas e heterossexuais. Uma maneira unilateral e com difícil espaço para outro pensamento, como nos é destacado:

O conhecimento produzido por ele é categórico, característica perceptível pelo discurso unitário e simplificado que reproduz, sem possibilidade de ser contestado, como afirmam vários de seus críticos. Trata-se de textos que dificilmente são passíveis de contestação ou confronto, pois expressam “uma verdade” de maneira bem impositiva. (BITENCOURT, 2005, p.312)

Aqui podemos citar as imagens do capítulo “Imperialismo: a competição entre as nações industriais”, que são colocadas a fim de mostrar a supremacia europeia sobre o continente Africano durante as “colonizações”, não mostrando nenhuma contrapartida e nenhuma resistência dos africanos. Podemos observar, na página 23, uma imagem de dois homens brancos, sendo carregados por um “nativo”, sem nenhuma problematização a posteriori. Podemos destacar também a falta de tópicos sobre resistências e de outras versões sobre a partilha do continente Africano e Asiático. A visão europeia e conquistadora fica bastante óbvia quando é colocado um “box” para ressaltar as “conquistas” da Rainha Inglesa Vitória.

É possível observar um contraponto com as temáticas de revoluções e dos processos de “descolonização”: da segregação racial nos Estados Unidos, ao processo de independência dos Estados asiáticos/africanos e o Estado Cubano. Com um número de páginas relativamente grande, ressaltam de maneira satisfatória esses assuntos, mesmo que com muitas imagens sem uma análise mais aprofundada. Um ponto que destoa do ambiente europeu, colonizador e capitalista.

Dentro desta mesma análise, vale salientar as posições das autoras sobre a “era Vargas” e a “ditadura militar de 1964”. Este primeiro tópico é mais enfático com as características fascistas do líder populista brasileiro, apontando de maneira bem superficial seus “feitos trabalhistas”, com auxílio de um texto intitulado “O mito Vargas”. Quando se trata do Golpe de 1964 e a Ditadura Militar, o olhar crítico permanece, mas não adentra tão profundamente em assuntos essenciais, como as terríveis torturas, os inúmeros desaparecimentos e a própria luta armada; centrando grande parte do texto apenas na censura e na pouca problematização do conceito de milagre econômico.



Dentro de uma análise profunda, de quem seriam os “personagens principais” deste livro, deve se atentar ao fato deste ser um produto mercadológico e que atende as necessidades impostas pelos critérios de avaliação do PNLD (incluindo na capa, uma grande informação de “aprovação pelo MEC”). Valendo muitas das vezes, a “não importância” nos conteúdos a serem apresentados, como nos demonstra Munakata:

A partir de 1996, instituiu-se a avaliação prévia, pela qual os livros didáticos inscritos no Programa passaram a ser examinados por especialistas. Somente os livros que obtivessem o parecer favorável poderiam ser escolhidos pelos professores. Não é impossível que tal situação tenha incentivado a produção de livros direcionada não diretamente aos professores e aos alunos, mas aos avaliadores, geralmente recrutados da universidade e, segundo a crítica corrente, nem sempre habituados às práticas de sala de aula. (MUNAKATA, 2012, p.62)

Essa característica só ressalta o grande mercado consumidor que este ramo tem: o Estado. Os livros que mais vendem no Brasil são os didáticos e seus compradores em sua grande maioria são propriamente as escolas públicas.

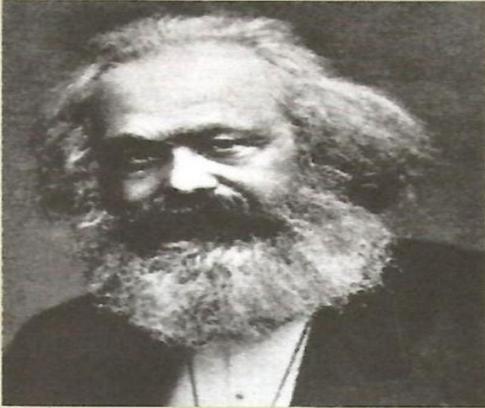
Dentro dessa obra, vários são os tipos de fontes que são apresentadas para os alunos, sendo possível observar a grande quantidade de imagens (relacionado também a compra e o caráter sedutor de um livro - assim como a capa - e seu “jogo de cores e tamanhos”) e um número razoável de documentos escritos.

Circe Bitencourt nos mostra a origem dessa influência e como elas são apresentadas no decorrer da obra:

Inspirados em obras estrangeiras, francesas, sobretudo, que organizam os chamados “dossiês”, nos quais é apresentada uma série de dados adicionais ao texto principal do capítulo, os manuais didáticos, de maneira geral, tem-se esmerado na inclusão de documentos. Estes são de natureza diversa, destacando-se excertos de notícias de jornais, de obras literárias, de obras de historiadores e letras de música, além de ilustrações, gráficos, mapas e dados estatísticos. As ilustrações, na maioria dos livros, continuam sendo apresentadas sem as devidas referências de origem (autoria, data, locais de produção e preservação) e, assim como os demais documentos inseridos no final dos capítulos, sem sugestões de análise que permitam uma atividade pedagógica adequada para um aproveitamento consistente desse material. (BITENCOURT, 2005, p.310)

As fontes escritas são problematizadas de uma maneira razoável, sempre após o texto escrito em forma de algumas atividades; menções aos documentos trabalhados no decorrer do capítulo também são encontradas nos exercícios finais de cada um destes. Como exemplo, o exercício em torno do documento “Manifesto comunista”, apresentado na imagem abaixo destacada do livro didático em questão. Vale observar, como um ponto

negativo, que o livro não apresenta a referência por completo da obra, faltando as datas, o que deixa a cargo do professor relacionar com o período de produção, pois, a atividade faz relações do passado com o presente, sendo de extrema necessidade essa colocação.



Karl Marx.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta.

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma Antiga encontramos patricios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, gradações especiais.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. (...)

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia.

A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os **proletários**. (...)

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. (...)

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!"

Karl Marx e Friedrich Engels.
 Textos, v. III. São Paulo, Alfa-Omega, s/d.

A partir de seus conhecimentos sobre a atual situação dos trabalhadores e de pesquisas em jornais e revistas sobre as condições de trabalho de grande parte da população brasileira e mundial, debata as seguintes questões com a classe:

1. Os desafios da economia capitalista permanecem, as desigualdades sociais persistem. No cenário atual de múltiplas formas de exploração do trabalho (assalariado, informal, temporário, de prestação de serviços, escravo, infantil etc.), o discurso de Marx e Engels, convocando os proletários do mundo a organizarem uma revolução, permanece como uma alternativa possível para a superação desses desafios e desigualdades?
2. Quais são as reivindicações dos trabalhadores de hoje? Quais as transformações pretendidas nas relações de trabalho? Qual é o papel do Estado nessas relações?
3. Para finalizar o trabalho, elaborem em conjunto um *Manifesto em Defesa dos Direitos do Trabalhador*. Conversem com o professor sobre a possibilidade de enviar esse manifesto a sindicatos, secretarias do Trabalho, organizações não-governamentais etc.

Figura 2- Fonte encontrada na página 18¹.

As imagens quase nunca são discutidas e problematizadas da maneira correta, como mencionado por Circe Bitencourt (2005). Para um aproveitamento desse material por completo, a mesma autora, em outra obra (específica sobre o conteúdo de análises de imagens nos livros didáticos), nos apresenta de maneira rápida e eficaz, como trabalhar essa

¹ Trecho retirado do “Manifesto comunista” e que se encontra na página 18 da obra “Navegando pela História”, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, de 2002.

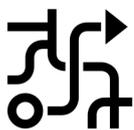


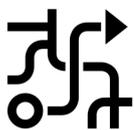
imagem de uma maneira mais adequada. Baseada em outros autores, também especialistas no assunto, Bitencourt (2004), indica que, num primeiro momento, se faça uma leitura geral da obra, deixando relacionar com outras obras já conhecidas (estabelecer relações com as experiências já vividas); O outro passo será “especificar seu conteúdo”: “qual o tema”, “quais os personagens identificáveis”, “roupas”, etc. Em sequência, basta voltar a análise novamente para a questão externa: “como e por quem fora produzido” e “para quem se fez essa produção”. Também é necessário referenciar o livro e seu contexto que fora produzido, como: “quem é o autor”, “quem é o editor” e “por que elas foram selecionadas para comporem esse livro”? Por fim, ela pontua que é interessante fazer relações com obras contemporâneas a ela e a outras mais antigas.

Essas relações do passado com o presente podem ser observadas logo na apresentação da obra, quando as autoras fazem algumas breves considerações, colocando como um dos objetivos destacados dentro da obra a interpretação dos textos, os documentos históricos e a relação destes com a realidade em que o aluno está inserido. Além disso, afirma que por meio de atividades variadas será possível fazer comparações e analisar características de diferentes sociedades, bem como debater pontos de vistas e ideias (PANAZZO; VAZ, 2002).

Estas ligações somente aparecem nas importantes atividades no final de cada capítulo. Em quase todas as listas de exercícios, as atividades requerem alguma relação do passado com o presente, uma importante maneira de despertar o interesse do aluno, pois ele se sentiria sujeito da história contada. Neste mesmo capítulo, é válido ressaltar a comparação de dois períodos históricos, do mesmo país, como as revoluções liberais da França (1830 e 1848) e as de outras nações, como os processos de unificação da Alemanha e da Itália. Neste sentido, cabe ao professor, em mais tópicos e no restante do material, saber relacionar com a consciência histórica de cada aluno; também é importante o trabalho com mais de um tipo de fonte didática e a colaboração das partes superiores da escola, pois, muitas das vezes, os materiais necessários não são encontrados.

“HISTÓRIAS, CONCEITOS E PROCEDIMENTOS”: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS CONTEÚDOS UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

O livro didático é, ainda hoje, o instrumento mais utilizado pelos professores em sala de aula (BITTENCOURT, 2005). Isso posto, fica evidente a importância do mesmo no



processo de ensino-aprendizagem e, então, torna-se interessante refletir em como utilizá-lo de forma adequada no exercício da profissão.

Devemos ressaltar que os mesmos estão carregados de ideologias e políticas oficiais que tentam, por meio da normatização do ensino, fazer com que a educação siga caminhos planejados pela classe dominante, mas, segundo Bittencourt (2005), é possível que professores trabalhem esses livros de formas diversificadas, inclusive, os ressignificando. A autora ressalta que este vem passando por muitas modificações desde sua criação e hoje é diverso tanto em conteúdo, quanto em variedades, ou seja, existe uma grande quantidade e vários modelos de livros produzidos e que estão disponíveis no mercado - mesmo que essa escolha não esteja somente ligada ao professor – o cenário é bem diferente de quando se iniciou a utilização do livro didático como ferramenta.

Segundo Bittencourt (2005), o livro didático é um suporte que carrega em si os conteúdos que foram debatidos e construídos nas cadeiras universitárias por especialistas, e que passam por simplificações para que possam ser ensinados nas escolas de todo o país.

O livro didático carrega toda uma estrutura pedagógica que inclui desde atividades, imagens, fontes e elementos que facilitam ao aluno a compreensão do conteúdo apresentado. Segundo Bittencourt (2005, p.302): “Além de explicitar os conteúdos escolares, é um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar.”

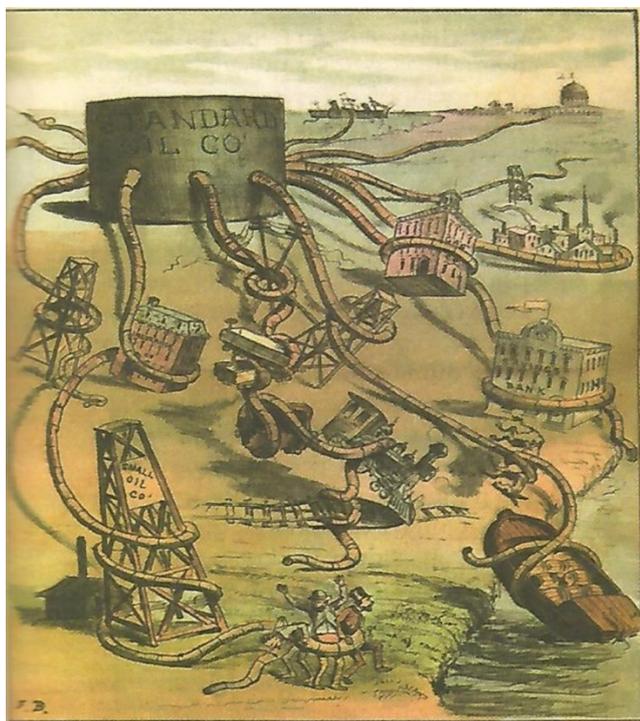
Sendo assim, podemos dizer que o livro didático, apesar de ser vítima de inúmeras críticas, é um grande aliado do professor e uma das ferramentas mais importantes no ensino de História (RUSEN, 2011). Pois facilita o trabalho pedagógico ao trazer de forma pensada e sistematizada conteúdos que o mesmo precisa ter em mãos para o exercício de sua profissão. Dito isso, é preciso ressaltar que, de forma alguma, o livro didático deve ser visto como a única ferramenta a ser trabalhada em uma sala de aula, pois o mesmo pode (e deve) ser utilizado como um suporte ao professor, assim como as mídias audiovisuais e muitos outros. Segundo Bittencourt (2005), deste pensamento de que existiria um livro didático ideal, que abarcaria de forma perfeita todos os conteúdos e traria todas as ferramentas necessárias para o ensino, é que nascem críticas a estes materiais, pois segundo a autora, este livro didático ideal não existe.

Partindo dessa lógica, propomos analisar o livro didático dos autores Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, chamado: “História - conceitos e procedimentos” que fora editado pela Atual editora, no ano de 2006. A obra, de início, promete uma abordagem por unidades, essas unidades trariam diferentes povos em uma mesma época ou o mesmo povo em

diferentes períodos. Neste primeiro momento, buscamos analisar quais os procedimentos que encontraríamos no livro que facilitassem a construção do ensino-aprendizagem, quais os meios pedagógicos utilizados para que o leitor alcançasse esses objetivos.

O livro realmente impressiona em alguns pontos, pois traz um emaranhado de atividades que tornam possível a construção deste conhecimento, se bem trabalhadas pelo professor, de forma crítica: indicação de livros, filmes, questões com fontes históricas, conceitos e noções, imagens (essas imagens e as fontes geralmente trabalham com um olhar não tradicional da história) e sempre interligadas com o assunto abordado, para melhor construção do conhecimento.

Um exemplo disso é a imagem abaixo, que também é uma fonte, utilizada no livro quando os autores tratam das mudanças econômicas por meio da expansão do capitalismo e abordam as questões da formação de cartéis, da junção de empresas que culminaram no fechamento de organizações pequenas ou em sua incorporação pelas maiores e, também, nos aumentos de preços. A imagem ainda vem com um questionamento que faz o leitor raciocinar sobre todo esse processo de forma crítica.



Este cartum de 1884 chama-se "O monstro do monopólio". Quem seria o "monstro" e por que foi representado como um polvo?

Figura 3 - Fonte complementar ao texto da página 13².

² Cartum de 1884 intitulado de "O monstro do monopólio" de autor desconhecido, que se encontra na página 13 da obra "Histórias, Conceitos e Procedimentos", de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo.



O livro apresenta imagens variadas como esta e sempre com questionamentos que fazem refletir sobre aquele período, aquele povo ou outros estudados naquela unidade. Esta, por exemplo, aponta de forma evidente e crítica os assuntos abordados no texto contido no livro. As imagens e fontes históricas quase sempre estão bem contextualizadas e de acordo com a abordagem feita pelos autores. Em alguns momentos percebemos a opinião dos autores nos textos e as imagens vêm de acordo com essas abordagens.

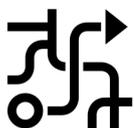
É percebido, também, que o livro quando trata de questões como aumento da economia, apresenta, por meio dos textos e atividades, um olhar questionador e político no sentido de fazer o leitor se perguntar: aumento econômico para quem? Conforme evidenciamos no trecho em que os autores falam da expansão econômica e industrial e quem ela favoreceu:

Apesar de existir um grupo enriquecido pela produção industrial, outras camadas da população não usufruíam dos benefícios do capitalismo, como o acesso, por exemplo, às inovações tecnológicas. Entre elas, estavam os trabalhadores fabris, cujo número crescia nos novos complexos industriais das novas cidades. (DREGUER, TOLEDO, 2006, p.14)

Nesses trechos fica evidente que o livro aponta dois olhares, o de uma história escrita na perspectiva das classes dominantes e, também, um olhar baseado na história vista de baixo, que faz com que reflitamos que existe outro ponto a ser abordado e que quase sempre é negligenciado pela História. Neste livro, os autores trazem estes olhares de forma muito nítida, sempre como uma História à contrapelo, principalmente por meio das atividades.

No que tange a sujeitos históricos, o livro não traz uma personificação muito enraizada, faz uma narrativa mais contextualizada com o período e, inclusive, afirma isso em certos momentos. Uma coisa que ficou bem nítida é que, na maioria das vezes, o sujeito que aparece é o homem branco, cristão e heterossexual, como se contar a história desses sujeitos fosse o mesmo que contar uma história universal.

Não percebemos um revisionismo histórico no que tange a mulher, os homossexuais e outros, porém há um revisionismo econômico da história, pois os autores contam a história tradicional, da classe dominante, e depois fazem críticas e questionamentos sobre ela, isso tudo no próprio texto ou nas fontes trazidas, posteriormente, como já demonstrado no trecho acima.



Quando se trata de Brasil é perceptível um maior cuidado com o tom questionador, até mesmo porque este livro atende a um mercado, é uma mercadoria que precisa ser vendida e como tal não confronta a ideologia dominante (MUNAKATA, 2012).

Ao abordar o Brasil Império é como se o negro não existisse para além da escravidão, aborda-se muito pouco e enfatiza outras questões do período, o que segundo Bittencourt (2005), ocorre em diversos livros didáticos de História.

Até quando o mesmo vai trabalhar a era Vargas e o Estado Novo, apesar de dar protagonismo ao Vargas e falar detalhadamente sobre o autoritarismo e menos detalhadamente das questões trabalhistas, os autores tentam associar isso a um movimento mundial que vinha acontecendo e não a uma particularidade do governo ou de um governante brasileiro. Mas o enfatiza como um período ditatorial como podemos ver no trecho a seguir:

Em 1937 foi anunciada a descoberta de um suposto plano de tomada do poder pelos comunistas. Esse plano, forjado por militares, serviu de pretexto para o golpe de Estado, realizado em novembro de 1937. Uma nova Constituição foi imposta, concedendo a Getúlio Vargas o poder de dissolver o congresso e legislar por decretos-leis. Esse período de governo ditatorial, conhecido como Estado Novo. (DREGUER, TOLEDO, 2006, p. 96)

O posicionamento dos autores é enfático quando lemos a palavra forjar ou golpe, mas como dissemos anteriormente, não há uma personificação, e sim atitudes do Estado brasileiro na figura dos militares.

Após trabalhar com os conteúdos de cada unidade, o livro aponta uma área em que vai tratar de conceitos e noções: nesta área o mesmo acrescenta textos de historiadores como Hobsbawm e pede para que o leitor elabore mapas conceituais de forma a reviver na memória os principais conceitos trabalhados na unidade.

Outro ponto bem interessante é que quando o mesmo vai para o campo: “Diálogo com o presente” traz abordagens dialéticas como a apresentada logo abaixo sobre inovações tecnológicas da expansão capitalista:

Neste capítulo estudamos o processo de expansão capitalista do final do século XIX e início do século XX. Neste processo, as inovações tecnológicas tiveram um importante papel, assim como ocorre no mundo atual. Contudo, vimos também que tais inovações não beneficiaram o conjunto da população dos países em que foram desenvolvidas. E, atualmente, as inovações tecnológicas são acessíveis a todos? (DREGUER, TOLEDO, 2006, p.26).

Logo após, os autores trazem um texto de informações atuais sobre essa disparidade social e tecnológica entre os mais pobres e os mais ricos, deixando claro que a desigualdade



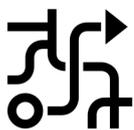
social é gigantesca, e que o avanço tecnológico e melhoramento econômico chegaram, mas só para alguns.

Para finalizar, vale ressaltar que o livro trabalha criticamente diversos assuntos e que um professor bem preparado pode vislumbrá-lo de forma profícua em sala de aula. Contudo, uma importante crítica a se fazer é que, apesar de ser posterior à lei 10.639/2003, não identificamos o atendimento adequado da mesma no material. O povo negro quase não é trabalhado ou, quando trabalhado, é apresentado no contexto da escravidão, com raras exceções, e não como sujeitos protagonistas de suas histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jorn Rusen (2011), em um capítulo intitulado “O livro didático ideal”, pontua diversos aspectos que seriam indispensáveis para qualquer material didático, tendo como base o seu conceito mais famoso, o da “consciência histórica”. Para este autor, se cada livro conseguisse atingir os inúmeros itens listados dentro desta visão, ele seria considerado “perfeito” para se trabalhar dentro das salas de aula. Porém, essa visão está cercada de vários problemas, como o das singularidades e especificidades de cada lugar. Tendo isso como base, partilhamos da ideia de Bittencourt que acredita não ter nenhum uso ideal de um livro didático e muito menos um livro didático ideal. Com essa definição, enxergamos vários pontos positivos e negativos dentre os livros pesquisados, alguns destoando mais do que os outros, o que nos fez, dentro dessas considerações, escolher um para ser a “melhor” opção para trabalharmos dentro de sala de aula.

O primeiro livro pesquisado “Navegando pela História”, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, pode ser considerado um bom livro para ser trabalhado em sala de aula, mas requer algumas problematizações maiores. As autoras trazem importantes conceitos, imagens e tópicos, que adentram de uma maneira superficial e que requerem várias outras atividades complementares e outros pensamentos mais críticos. Se o professor conseguir conciliar outros materiais juntos com o livro, ele se tornará adequado, caso contrário, o que acontece na maioria das vezes, por uma falha no período de formação dos professores, por falta da formação continuada ou mesmo do próprio método de ensino falho do sistema de educação, ao não dar possibilidades de preparo de aulas, e a possibilidade dos diversos outros materiais adequados, este material não colaborará da maneira correta com a aula.



Podemos concluir que o segundo livro analisado, “História: conceitos e procedimentos” é um bom livro para se trabalhar em sala de aula. Apesar de algumas limitações, a que todo livro está sujeito - porém menores que o primeiro livro - ele aborda os temas a que se propõe de forma crítica e contextualizada com as fontes, imagens, conceitos, atualidades e faz uso da dialética relacionando presente e passado. Ademais, acreditamos que trabalhando de forma crítica a obra de Toledo e Dreguer, o professor obtenha um bom resultado em sala de aula, pois o livro traz elementos interessantes e atuais que se complementam com o material pedagógico, presente no próprio livro, para assim apresentar duas abordagens sobre um mesmo assunto, o que faz com que os alunos possam refletir e terem um pensamento mais crítico, em relação à própria disciplina de história e as que dialogam com ela.

Os livros também apresentam PNLDs diferentes, que conseqüentemente passam por outros critérios de avaliação, outros avaliadores, e são elaborados em espaços temporais distintos, sendo uma das obras apresentadas com data de publicação de 2002, e a outra no ano de 2006. Podemos tomar como base, o exemplo da Lei 10639/03 e a obrigatoriedade da segunda obra mencionada já conter mais conteúdos que relacionem com o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (mesmo que ainda não de uma maneira adequada e da forma que a legislação determina).

Outro aspecto que podemos levar em consideração diz mais a respeito sobre as avaliações: a partir do PNLD de 2005, as questões de desaprovações foram mais evidenciadas, mostrando os erros de informações e a presença de conceitos errôneos, ou até mesmo de visões preconceituosas sobre diversos assuntos. Apesar destas diferenças, cabe afirmar que há também muita permanência nas formas e nos conteúdos desses materiais e, por isso, cabe aos professores uma abordagem diversificada, de olho nas legislações atuais voltadas às minorias e aos contextos educacionais, atentar-se para as boas práticas em educação e reinventar-se rotineiramente.

Portanto, para finalizar, como professores de História e que, acima de tudo, acreditam em uma História que deva preparar não só para os saberes acadêmicos, mas que seja capaz de formar uma consciência histórica crítica e que forneça elementos para uma leitura de mundo contextualizada com sua realidade de vida optáramos pela segunda obra: “História: conceitos e procedimentos”, pois, em nossa análise, observamos que o mesmo disponibiliza elementos indispensáveis para a formação crítica desta consciência.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Yara C. A avaliação do livro didático de História: diálogos entre pareceristas e professores à luz dos Guias de Livros Didáticos do PNLD. *Anais ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos entre textos e imagens. In. *O saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Materiais didáticos: concepções e usos. In. *Ensino de História Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático no contexto do PNLD: desafios comuns entre as disciplinas escolares. *Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, v. 10, 2014.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004.

GATTI JR. Décio. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: Edusc, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial, 2015.

MUNAKATA, Kazumi, O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições/ v.23, n.3. (69) | P. 51-66 | set./dez. 2012.*

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In *Jörn Rüsen e o ensino de História*. UFPR, 2011.

FONTES

DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. *História Conceitos e Procedimentos*, 8 série. 1. ed. São Paulo. Atual, 2006.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. *Navegando pela História*, 8 série. 1.ed. São Paulo. Quinteto Editorial, 2002

Recebido em: 28/08/2019

Aprovado em: 13/04/2020

Mapeamento Inicial do Acervo Escolar em Naviraí-MS (2017-2018): Um Instrumento de Pesquisa

Initial Mapping of the School Collection in Naviraí-MS (2017-2018): A Research Instrument

ANDRADE, Verônica Barbosa*
<https://orcid.org/0000-0001-9028-5035> 

ASSIS, Vivianny Bessão de**
<https://orcid.org/0000-0003-3146-0627> 

RESUMO: Neste texto apresentam-se resultados parciais de uma pesquisa histórica na área de Educação que teve como objetivos compreender aspectos da história da Escola Estadual Juracy Alves Cardoso no município de Naviraí, interior do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Com base em pesquisa histórica e por meio de procedimentos de localização, reunião, seleção e análise de fontes documentais realizou-se uma investigação no acervo documental da escola com base no qual elaborou-se um instrumento de pesquisa, intitulado *Bibliografia de e sobre a escola Juracy Alves Cardoso: um instrumento de pesquisa* (2018) onde estão reunidas até o momento 6.018 fontes, em sua maioria fotografias. O estudo foi desenvolvido em uma perspectiva quantitativa e qualitativa, aliando pesquisa bibliográfica e pesquisa documental que é indispensável no trabalho historiográfico. Os resultados da pesquisa apontam que a referida escola conta com um acervo sobretudo fotográfico, de atividades realizadas na instituição, com imagens de professores, alunos, exposições de trabalhos manuais, desfiles, projetos, prêmios, comemorações, aulas, apresentações teatrais, entre outras. Ressalta-se que a maior parte das fotografias é dos anos 2000 em diante fato relacionado ao barateamento da produção fotográfica e às fotografias digitais. A organização do instrumento de pesquisa propiciou a ordenação e categorização das fontes localizadas, contribuindo para ordenação de fontes sobre a história regional em Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Instituições escolares; Acervos escolares; Instrumento de Pesquisa.

ABSTRACT: This article presents partial results of a historical research in the area of Education that had as objectives to understand aspects of the history of the State School Juracy Alves Cardoso in the municipality of Naviraí, in the state of Mato Grosso do Sul (MS). Based on historical research and through procedures of locating, meeting, selecting and analyzing documentary sources an investigation was carried out in the collection of documents of the school on the basis of which a research instrument was developed, entitled *Bibliography of and about the school Juracy Alves Cardoso: a research instrument* (2018) where up to now 6,018 sources are gathered, mostly photographs. The study was developed in a quantitative and qualitative perspective, combining bibliographical research and documentary research that is indispensable in the historiographic work. The results of the research show that this school has a collection of photographic material, activities carried out at the institution, with images of teachers, pupils, exhibitions of handicrafts, parades, projects, prizes, celebrations, classes, theatrical presentations, among others. It is emphasized that most of the photographs are from the years 2000 onwards, a fact related to the cheapness of photographic production and digital photographs. The organization of the research instrument led to the ordering and categorization of the localized sources, contributing to the ordering of sources on regional history in Mato Grosso do Sul.

KEYWORDS: History of Education; School institutions; School collections; Research Instrument.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Naviraí. E-mail: veronicawve@gmail.com

** Doutora em Educação, Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí. E-mail: viviannybessão@gmail.com



INTRODUÇÃO

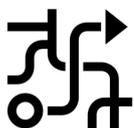
Estudar as instituições escolares em termos historiográficos implica em retomar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a compreender um dado ou algum momento do passado. Para compreender melhor o que as fontes revelam se faz necessário que elas mesmas sejam consideradas dentro de sua história e em um contexto mais amplo, pois a compreensão da história das instituições escolares guarda uma relação com a história do contexto nos quais essas instituições se situam (MIGUEL, 2007).

Fazer a história das instituições escolares justifica-se não apenas pela preocupação de registrar o passado e/ou o presente por meio das fontes, mas por compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade que se utiliza das instituições escolares como um espaço privilegiado de formação.

O trabalho historiográfico sobre Instituições Escolares propicia interpretar o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instruíram e criaram, enfim, permite compreender o sentido da sua identidade e da sua singularidade, pois, como afirma Hobsbawm (1998, p. 23): “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”.

Esta pesquisa buscou compreender aspectos da singularidade da escola Juraci Alves Cardoso, que foi escolhida como objeto de estudo por ser a primeira instituição estadual do município de Naviraí, interior do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e por isso, a mais antiga, à qual vem servindo de “modelo” pedagógico para as demais escolas do município. Esta pesquisa justifica-se ainda pelo fato de haver poucos estudos sobre a história das práticas escolares nesse município.

É necessário ressaltar que para se fazer pesquisa historiográfica depende-se essencialmente de fontes. As instituições escolares, salvo pouquíssimas exceções, não têm a cultura de preservação de sua história. Por outro lado, embora os documentos oficiais escritos sejam importantíssimos para a pesquisa historiográfica, hoje, a partir da contribuição da Nova História Cultural, a concepção de fonte está muito ampliada. Trabalha-se com fotos, filmes, cadernos escolares, livros didáticos, mobiliário escolar, plantas de prédios, diários, apontamentos pessoais, correspondência particular e uma infinidade de outros materiais que são tratados como fontes.



O historiador da educação se depara com a tarefa de localizar, organizar, selecionar e analisar documentos que oferecem importantes subsídios sobre a história. Isto significa que o historiador da educação tem a tarefa de constituir seu conjunto de fontes, mas é preciso ter clareza que dependendo da época a ser analisada a escassez de fontes é um problema comum. Sobre esse aspecto, Vieira (2013) afirma que “[...] a reconstrução da história das instituições escolares está intimamente relacionada à preservação e à organização dos seus arquivos, por meio dos quais se terá acesso às fontes que possibilitarão a pesquisa e a produção do conhecimento” (VIEIRA, 2013, p. 72).

Mas o que são fontes? Orso (2013) define fontes como os “[...] documentos, registros, marcas e vestígios deixados por indivíduos, por grupos, pelas sociedades e pela natureza que representam ou expressam uma determinada forma de ser da matéria, seja ela natural, humana ou social, em seu processo de contradição e transformação” (ORSO, 2013, p. 43).

As fontes, portanto, constituem o ponto de partida para o conhecimento histórico, as fontes não são a história, mas por meio delas é possível conhecer e compreender parte desse passado, muitas vezes ainda presente e operante nos sujeitos que, de certa forma, relacionam-se com ele. Benjamim (1994) adverte que não é possível ter acesso ao passado “[...] como ele de fato foi [...]” (p. 224), de modo que é preciso ter clareza sobre a provisoriedade dos fatos históricos.

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (BENJAMIM, 1994, p. 224-225).

Com essa clareza, e em relação aos documentos em instituições escolares, Toledo e Andrade (2014), afirmam que no Brasil, “[...] a preocupação em relação aos arquivos para pesquisa educacional é recente e pouco disseminada [...]”, mas o número de novos objetos analisados a partir de sua historicidade tem crescido consideravelmente, a história das instituições escolares é um deles.

É preciso considerar ainda que a instituição é um produto da ação humana, ela visa atender as necessidades do presente. Segundo Saviani (2013), a palavra instituição guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. A instituição se apresenta como uma estrutura material e é constituída para atender às necessidades humanas. (SAVIANI, 2013).

Cabe destacar que as instituições não são entidades isoladas da realidade social, elas se constituem a partir da história dos homens em meio ao processo de produção da vida



social. Sobre esse aspecto, Sanfelice (2007) afirma que “[...] as instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2007, p. 78-79), elas estão vinculadas a esses aspectos, influenciando e sendo influenciada concomitantemente.

Com isso, o processo de localização e ordenação das fontes documentais na escola Juracy Alves Cardoso resultou na elaboração de um “instrumento de pesquisa” ou “guia de fontes” onde foram ordenadas referências de textos, vídeos, documentos e fotografias localizadas nessa escola. Segundo Bellotto (1991, p. 104), os instrumentos de pesquisa são fundamentais no processo historiográfico, considerado como “[...] a primeira providência do método histórico [...]”, pois “[...] constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da história.” (BELLOTTO, 1979, p. 133).

Este estudo foi desenvolvido em uma perspectiva quantitativa e qualitativa, aliando pesquisa bibliográfica e pesquisa documental que é indispensável no trabalho historiográfico. A pesquisa bibliográfica consistiu da análise de informações pertinentes à temática sobre a história da educação no Brasil, história das instituições escolares e acervos escolares, na visão de diversos autores.

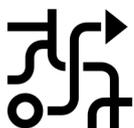
A investigação documental foi realizada no acervo da escola selecionada, pois, de acordo com Ludke e André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Os objetivos da pesquisa foram:

1. iniciar a elaboração de um “instrumento de pesquisa” sobre a história da escola Juracy Alves Cardoso, com base em pesquisa documental e por meio de processos de localização, seleção, organização e análise de fontes documentais e;
2. contribuir para a produção de uma história da educação no município de Naviraí e região, subsidiando pesquisas correlatas.

METODOLOGIA

Com base na pesquisa ao acervo elaboramos o documento: Bibliografia de e sobre a Escola Juracy Alves Cardoso (ALMEIDA; ASSIS, 2018), no qual foram reunidos e ordenados textos, fotografias e vídeos dos anos de 1952 (data provável) a 2015 que contam aspectos da



história dessa escola e dos sujeitos que a constituíram. Com a pesquisa documental localizamos, até o momento, 6.018 fotografias, 134 vídeos e pequenos textos sobre a escola Juracy Alves Cardoso que estão armazenados em 64 fontes diferentes, em sua maioria CDs.

Organizamos essas fontes em 92 seções denominadas de acordo com as informações obtidas com a consulta ao arquivo e descrevemos o conteúdo e as informações de cada arquivo em um diário de bordo, utilizando-o como a primeira organização do instrumento de pesquisa. Todas as referências localizadas no acervo foram ordenadas de acordo com a Norma Brasileira de Referência (NBR) – 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Conforme orienta Chartier (1990), a relação entre o pesquisador e os documentos escolhidos como fonte da pesquisa é complexa, pois exige um esforço do pesquisador em não os ver como “a verdade”, mas como representações sociais elaboradas por sujeitos de uma época determinada. Tal clareza, propõe um olhar para a multiplicidade das fontes, mas também para a compreensão sobre “[...] os grupos que as forjam [...]”, pois “[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...]”. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Em decorrência da compreensão sobre a complexidade dos documentos, os abordamos nesta pesquisa como “configurações textuais”, conforme conceito formulado por Mortatti (2000), cuja análise deve incidir sobre:

[...] o conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. (MORTATTI, 2000, p. 31).

De acordo com Mortatti (2001), o método de análise da “configuração textual” possibilita explicar uma “[...] representação, a partir da problematização de outras representações construídas e tomadas como corpus [...]” (p. 184), que, neste caso, foi o “instrumento de pesquisa” onde foram reunidas e ordenadas as fontes do acervo escolar.

Tendo em vista as opções teórico-metodológicas descritas acima, visou-se investigar o processo de criação e instalação da escola mencionada, bem como a ordenação de fontes documentais.



DÉCADA DE 1950: CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ

Naviraí (MS) teve início na década de 1950, especificamente em 1953, quando o engenheiro Dr. João Granjé iniciou as divisões das primeiras propriedades da colonizadora Vera Cruz Mato Grosso LTDA. Reservou três fazendas de 100 alqueires cada, na cabeceira e margem esquerda do córrego Muriti. Estas fazendas pertenceram o Sr. Ariosto da Rivas, Sr. Batista e o Sr. Vicente, membros da companhia mencionada. Nessas fazendas formou-se uma colônia com a família de empregados, novos donos de terras e pessoas que moravam ali provisoriamente, dando início a cidade de Naviraí.

Havia um senhor chamado Francisco Barbosa que ensinava adultos e crianças a lerem em casa, pois não havia escola na colônia. Por intermédio do Sr. João Jorge Costa, Sr. Sebastião Finoto e outros moradores criou-se a primeira escola de Naviraí. Nessa década, Naviraí pertencia ao Município de Dourados (MS) e, anos depois, a escola passou a funcionar em salas de aula, por meio de salas bem simples, denominadas Escolas reunidas da cidade de Naviraí.

No ano de 1967 foi construído o Grupo Escolar na Administração do prefeito Antônio Augusto dos Santos. Nesta época, as escolas Reunidas foram elevadas à categoria de grupo Escolar pelo decreto nº 223 de 19 de abril de 1967. E em 1972, Naviraí recebeu a segunda escola o Centro Educacional de Naviraí que, em 1973, passou a chamar Escola Estadual de I e II Graus Juracy Alves Cardoso, mediante o Decreto 1589 de 16 de agosto de 1973. A Escola Estadual Juracy Alves Cardoso recebeu esse nome em homenagem à 1ª dama, senhora Juracy Alves Cardoso, esposa do então Prefeito Sr. João Martins Cardoso, pelos “[...] relevantes serviços prestados aos menos favorecido” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

Atualmente, a referida escola conta com um acervo sobretudo fotográfico, de atividades realizadas na instituição, bem como fotografias do prédio. Constam imagens de professores, alunos, exposições de trabalhos manuais, desfiles, projetos, prêmios, comemorações, aulas, apresentações teatrais, entre outras. Ressalta-se que a maior parte das fotografias é dos anos 2000 em diante, fato relacionado ao barateamento da produção fotográfica e às fotografias digitais.

A pesquisa documental teve início em agosto de 2017 e conforme mencionado, os documentos mais antigos localizados têm a data provável de 1952, são três fotografias que mostram o pouso de avião na cidade de Naviraí, as derrubadas de árvores para construção



de casas e as primeiras construções. Após esse período, localizamos dez fotografias da década de 1970, que demonstram as avenidas e principais ruas do centro da cidade, o primeiro cinema de Naviraí e uma casa que funcionava como salas de aulas.

Também identificamos o registro dos primeiros desfiles cívicos (de 07 de setembro), e a primeira Formatura do 4º ano ginásial (1970), juntamente com a Fanfarra do ginásio estadual e a Primeira turma de professores da Escola Normal de Naviraí (1973). Os registros seguintes a que tivemos acesso são bem mais recentes com data de 2002 em diante.

A fim de ordenar as fontes localizadas, organizamos os dados em Quadros e os ordenamos por ano, seção, assunto e quantidade de fontes localizadas. No Quadro 1, apresentamos os prêmios que a escola recebeu a partir do ano de 2002.

Quadro 1: Prêmios recebidos

Ano	Seção	Prêmios recebidos	Atividade desenvolvida/ assunto	Sujeitos	Quant.
2002	Fotografia	Gestão escolar	Melhor gestão	Direção	1
2002	Fotografia	Concurso de redação	Projeto escrevendo para o futuro	Alunos	1
2003	Fotografia	Concurso de redação	Projeto Nacional “Respeito a vida também se aprende na escola	Alunos	1
2006	Fotografia	Concurso de redação	Projeto escrevendo para o futuro	Alunos	1
2008	Fotografia	Concurso de redação	<i>Prêmio Concurso Estadual Obras literárias sobre a educação de trânsito de MS</i>	Alunos	1
2009	Fotografia	Concursos de redação	<i>Se eu fosse um bombeiro;</i>	Alunos	1
2009	Fotografia	Concursos de redação	<i>Ensinando para o Trânsito</i>	Alunos	1
2009	Fotografia	Concursos de redação	<i>Concurso de redação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), cujo tema não possível localizar</i>	Alunos	1
2010	Fotografia	Menção honrosa	<i>Menção Honrosa para o aluno do EJA-Olimpíadas de matemática</i>	Alunos	1
2010	Fotografia	Menção honrosa	<i>Menção honrosa para o aluno Christian Costa Schimitz pelo prêmio de 1º. lugar no concurso Soletrando FISK</i>	Alunos	1
2010	Fotografia	Concurso de redação	<i>E o Concurso Nacional a biodiversidade por trás da câmera</i>	Alunos	1
2011	Fotografia e vídeo	Concurso de redação	<i>Entrega dos prêmios melhores alunos do ano de 2011</i>	Alunos	83
2012	Fotografia	Concurso de redação	<i>Alunas premiadas por melhor conto literário e redação. 2012</i>	Alunos	4
2011	Fotografia	Concurso de redação	<i>Premiação aos melhores alunos de 2011</i>	Alunos	1
2012	Fotografia	Concurso de redação	<i>Premiação – Programa Escola Para o Sucesso. 2012</i>	Alunos	1
2012	Fotografia	Concurso de redação	<i>Alunas premiadas, melhor redação e conto literário</i>	Alunos	2
2011	Fotografia	Concurso de redação	<i>Premiação Aluna Rebeka dos Santos no concurso de Frases acessibilidade</i>	Alunos	1



2011	Fotografia	Menção honrosa	<i>Menção Honrosa para a aluna Rebeka dos Santos - Olimpíada de Matemática</i>	Alunos	1
2011	Fotografia	Prêmios	<i>Entrega de prêmios pelo governo do estado aos melhores alunos de 2011</i>	Alunos	83
2012	Fotografia	Concurso de redação	<i>Uso inadequado da Rede de Esgoto – as consequências para a saúde e para o meio ambiente</i>	Alunos	1
2012	Fotografia e Vídeo	Concurso de redação	<i>7º. melhor Conto literário/2012 do MS, com o tema Terra dos Bichos do Pantanal, no programa Escola Para o Sucesso e no Concurso de redação Sanesul</i>	Alunos	1
2012	Fotografia	Concurso local – logotipo da escola	<i>Concurso logotipo da escola Juracy criado por alunos da escola</i>	Alunos	1

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

De acordo com Quadro 1, em 2002 a escola recebeu dois prêmios: de Melhor gestão escolar e Projeto escrevendo para o futuro referente a um projeto de leitura. Em 2003, ganhou o Prêmio Projeto Nacional – Respeito à vida também se aprende na Escola. Em 2006, o prêmio pelo Projeto escrevendo para o futuro. Em 2008, o Concurso Estadual Obras literárias sobre a educação de trânsito de MS. Em 2009, foram mais três prêmios todos ligados a concursos de redação: Se eu fosse um bombeiro; Ensinando para o Trânsito e Concurso de redação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), cujo tema não possível localizar.

Em 2010, dois alunos da escola receberam menções honrosas e um prêmio, são eles: Menção Honrosa para o aluno do EJA-Olimpíadas de matemática; Menção honrosa para o aluno Christian Costa Schimitz pelo prêmio de 1º. lugar no concurso Soletrando FISK. E o Concurso Nacional “A biodiversidade por trás da câmera”. Nos anos de 2010 a 2012, ocorreu a entrega de prêmios para os melhores alunos pelo projeto de leitura intitulado “Projeto Tosco”, com o qual a escola foi premiada com bicicletas para os melhores alunos.

Ainda em 2012, foram premiadas quatro alunas no concurso de redação *Uso inadequado da Rede de Esgoto – as consequências para a saúde e para o meio ambiente*, e outra aluna foi selecionada com o 7º. melhor Conto literário/2012 do MS, com o tema *Terra dos Bichos do Pantanal*, no programa *Escola Para o Sucesso* e no Concurso de redação *Sanesul*. Em 2012 também houve o Concurso logotipo da escola *Juracy*, trata-se de um concurso interno no qual os alunos criaram um logo para a instituição. Foram ao todo, 16 prêmios em dez anos.

Além dos prêmios, por meio das fontes é possível dizer que a escola desenvolveu muitos projetos de ensino.

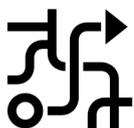


Quadro 2: Projetos desenvolvidos pela escola

Ano	Seção	Projetos desenvolvidos	Sujeitos	Quant.
2007	Fotografias	<i>Projeto trânsito</i>	Professores e alunos	5
2010	Fotografias	<i>Projeto jornal escolar</i>	Professores e alunos	1
2010	Fotografias	<i>Projeto Dengue</i>	Professores e alunos	
2010	Fotografias	<i>Respondendo ao questionário do Projeto Tosco</i>	Alunos	16
2010	Fotografias	<i>Leitura do livro Projeto Tosco</i>	Alunos	12
2011	Fotografias	<i>Projeto árvore</i>	Professores e alunos	
2012	Fotografias	<i>Combate ao alcoolismo com Polícia Militar</i>	Polícia militar e alunos	
2011	Fotografias	“Projeto Tosco”	Alunos	1
2012	Fotografias	<i>Projeto tosco</i>	Professores e alunos	5
2012		<i>Projeto Tosco 2012</i>	Alunos	80
2012	Fotografias	<i>Entrega do livro Tosco</i>	Alunos	22
2012	Fotografias	<i>Entrevista explicando o projeto Tosco</i>	Alunos	9
2012	Fotografias	<i>Apresentação da proposta do Projeto Tosco aos docentes. 2012.</i>	Professores	21
2012	Fotografias	<i>Projeto da prof. Cláudia sobre combate ao alcoolismo. 2012</i>	Professores e alunos	37
2012	Fotografias	<i>Projetos desenvolvidos na sala de tecnologia. 2012</i>	Alunos	2
2012	Fotografias	<i>Projeto de pesquisas no laboratório de informática Profa. Juditi (Noturno). 2012</i>	Professores e alunos	22
2012	Fotografias	<i>Mundo mágico do pequeno leitor</i>	Professores e alunos	2
2012	Fotografias	<i>Projeto coordenação de área</i>	Professores e alunos	10
2012	Fotografias	<i>Projeto aprendendo com Música</i>	Professores e alunos	1
2012	Fotografias	<i>PROERD</i>	Polícia militar e alunos	4
2012	Fotografias	<i>Gêneros textuais</i>	Professores e alunos	2
2012	Fotografias	<i>Programa além das palavras</i>	Professores e alunos	2
2012	Fotografias	<i>Combate ao bullying</i>	Professores e alunos	1
2012	Fotografias	<i>Educação no trânsito</i>	Professores e alunos	1
2015	Fotografias	<i>Projeto professor Sérgio-médico (área da saúde)</i>	Professores e alunos	46
2015	Fotografias	<i>Projeto professora Mirian sobre o meio ambiente</i>	Professores e alunos	34
2015	Fotografias	<i>Projeto professora Jaqueline sobre amпуlheta</i>	Professores e alunos	34
2015	Fotografias	<i>Projeto sobre leitura</i>	Professores e alunos	2

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

De acordo com o Quadro 2, a partir de 2007 a escola dedicou-se à organização de vários projetos: Projeto trânsito (2007); Projeto jornal escolar (2010), Projeto Dengue com



palestras sobre o tema (2010); e Projeto árvore (2011). Em 2012 foram dez projetos diferentes: Combate ao alcoolismo com a Polícia Militar; Mundo mágico do pequeno leitor; Projeto coordenação de área; Projeto aprendendo com Música; PROERD; Gêneros textuais; Programa além das palavras; Combate ao bullying e Educação no trânsito.

O projeto que mais tempo foi realizado na escola foi o “Projeto Tosco”, desenvolvido durante três anos consecutivos, de 2010 a 2012. Localizamos alguns registros de 2015 que pela forma com que foram arquivadas as fotos não nos permitiram descrever a natureza e objetivos dos seguintes projetos: Projeto professor Sérgio-médico; Projeto professora Mirian sobre o meio ambiente; Projeto professora Jaqueline sobre amпуlheta; Projeto sobre leitura. No entanto, analisando as fotografias, nota-se que a maioria deles organizou-se em torno de temas abordados por professores em suas aulas, ou seja, de projetos didáticos individuais de alguns docentes.

As festas e datas comemorativas foram outro tema sobre o qual localizamos muitos registros fotográficos, conforme observa-se no Quadro 3.

Quadro 3: Festas e datas comemoradas pela escola

Ano	Seção	Local	Festas e datas comemorativas	Sujeitos	Quant.
2007	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia dos professores e funcionários</i>	professores e funcionários	1
2008	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia das mães</i>	pais	2
2008	Fotografias	Festa na escola	<i>Festa junina</i>	Alunos	6
2009	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia dos professores e funcionários</i>	professores e funcionários	3
2009	Fotografias	Evento	1ª. Amostra Cultural da escola	Alunos, professores e pais	145
2010	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia das mães</i>	Mães e alunos	33
2010	Fotografias	Festa na escola	<i>Semana da pátria</i>	Alunos	3
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Comemorações cívicas</i>	Alunos	3
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia das mães</i>	Alunos	1
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Páscoa</i>	Alunos	3
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia do índio</i>	Alunos	1
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Festa junina com apresentação de quadrilha</i>	Alunos	2
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Dia dos professores e funcionários</i>	Professores e funcionários	90
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Folclore e Consciência negra</i>	Alunos	13
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>dia das crianças</i>	Alunos	55
2012	Fotografias	Evento externo	Comemoração do aniversário da diretora	Professores e funcionários	10
2012	Fotografias	Evento externo	Festa de final de ano	Professores e funcionários	49
2012	Fotografias	Festa na escola	Festa de despedida de funcionários que estavam se aposentando	Professores e funcionários	24
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Formatura 9º ano</i>	Pais, funcionários e	2



				alunos	
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Formatura EJA</i>	Alunos e professores	2
2012	Fotografias	Festa na escola	<i>Formatura do PROERD</i>	alunos	1
2012	Fotografias	Evento externo	Feira do livro com a diretora	diretora	12
2013	Fotografias	Festa na escola	Festa do dia das crianças	Alunos	5
	Fotografias	Festa na escola	Festa da páscoa	Alunos	35
2013	Fotografias	Evento externo	Jantar na casa da diretora homenagem à professores e funcionários	Professores e funcionários	65
2014	Fotografias	Evento externo	Despedida da diretora-adjunta que se aposentou	Professores	53

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Há diversas fotografias que apresentam festas realizadas na escola e em outros ambientes que registram sobretudo, datas comemorativas, tais como: em 2007 dia dos professores e funcionários; em 2008 dias das mães e festa junina; em 2009 dia dos professores e funcionários; evento cultural realizado na escola sobre a copa Mundial, e fotos da 1ª. Amostra Cultural da escola.

Em 2012 localizamos ainda a comemoração do dia da Consciência negra, com brinquedos feitos pelos alunos para essa data e apresentação do dia das crianças. Há ainda, fotos da comemoração do aniversário da diretora e da comemoração de festa de final de ano. Localizamos também festa de despedida de funcionários que estavam se aposentando e registros de três formaturas.

Foi possível perceber um número considerável de palestras realizadas na escola, sobretudo a partir do ano de 2007.

Quadro 4: Palestras ocorridas na escola

Ano	Seção	Palestras	Atividade desenvolvida/ assunto	Sujeitos	Quant.
2007	Fotografias	Palestra na escola	Transito	Alunos	20
2010	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra Dengue</i>	Alunos	70
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Prevenção a dengue</i>	Alunos	1
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Meio ambiente</i>	Alunos	21
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra com psicóloga</i>	Alunos	12
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra com o Sr. Ítalo, história de Naviraí</i>	Alunos	11
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra do dia das crianças</i>	Alunos	24
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra com pastor</i>	Alunos	46



2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra sobre doença sexualmente transmissíveis (DST).</i>	Alunos	12
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra com PM sobre combate ao alcoolismo</i>	Alunos	14
2012	Fotografias	Palestra na escola	<i>Palestra com prof. Chocolate</i>	Alunos	19

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Em 2012 foi o ano de maior número de palestra realizadas na escola com os seguintes temas: prevenção a dengue; palestra sobre o dia das crianças; doença sexualmente transmissíveis (DST); meio ambiente.

Também localizamos registros da seguinte forma: palestra com psicóloga para os alunos e palestra com pastor, cujo temas não pudemos identificar. Houve também palestra com o Sr. Ítalo, um agricultor residente há muitos anos no município que esteve na escola compartilhando com os alunos algumas curiosidades sobre a história de Naviraí para turmas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Localizamos muitos registros fotográficos que nos permitiram compreender parte do dia a dia da escola e diversos registros de atividades de ensino desenvolvidas em sala de aula por diferentes professores.

Quadro 5: Atividades de rotina na instituição

Ano	Seção	Rotina na instituição	Sujeitos	Quant.
2009	Fotografias	<i>laboratório de informática</i>	Docentes e técnicos	6
2009	Fotografias	Horta da escola	Diretora e funcionários	5
2010	Fotografias	<i>alunos em atividades na sala de aula</i>	Alunos	5
2011	Fotografias	<i>Atividade extraclasse</i>	Alunos	4
2011	Fotografias	<i>Reforço escolar</i>	Alunos	1
2011	Fotografias	<i>Consciência negra</i>	Alunos	2
2011	Fotografias	<i>Teatro</i>	Alunos	3
2012	Fotografias	<i>Atividades em sala de aula utilizando o livro Tosco</i>	Alunos	19
2012	Fotografias	<i>Produção de cartazes em comemoração ao dia de Tiradentes</i>	Alunos	4
2012	Fotografias	<i>Fotos em frente à bandeira na semana da pátria</i>	Alunos	8
2012	Fotografias	<i>Ensaio quadrilha e biblioteca</i>	Alunos	1
2012	Fotografias	<i>Ensaio da música da paz</i>	Alunos	10
2012	Fotografias	<i>Teatro da turma da prof. Thaise</i>	Alunos	19
2012	Fotografias	<i>atividades de leitura na biblioteca</i>	Alunos	7
2012	Fotografias	<i>atividades na sala da brinquedoteca</i>	Alunos	7
2012	Fotografias	<i>atividades na sala de recursos multifuncional</i>	Alunos	8
2012	Fotografias	<i>Atividade de leitura</i>	Alunos	
2012	Fotografias	<i>Alunos em atividades na quadra esportiva</i>	Alunos	6
2012	Fotografias	<i>Atividades com jogos de matemática online, no laboratório de informática</i>	Alunos	17
2012	Fotografias	<i>Alunos do 9ºA da turma da prof. Tânia de artes.</i>	Alunos	4



2012	Fotografias	<i>Alunos fazendo atividades em grupo na sala de aula.</i>	Alunos	20
2012	Fotografias	<i>Alunos em atividades no laboratório de tecnologia</i>	Alunos	16
2012	Fotografias	<i>Atividade feitas com os alunos pelo prof. Jean</i>	Alunos	20
2012	Fotografias	<i>Maquete feita pela turma do 7º ano A</i>	Alunos	17
2015	Fotografias	<i>Trabalho professora Mirian</i>	Alunos	11
2015	Fotografias	<i>Atividades no laboratório de informática</i>	Alunos	4

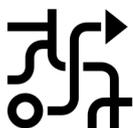
Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Conforme aponta o Quadro 5, localizamos fotografias de docentes e técnicos no laboratório de informática, alunos em atividades na sala de aula, em atividade extraclasse, no reforço escolar, produzindo materiais para o dia da Consciência negra, participando de Teatro na escola, produzindo cartazes. Há fotos que foram tiradas em frente à bandeira na semana da pátria, ensaio de quadrilha, fotos da diretora e algumas pessoas cuidando da horta que atualmente serve para complementar o lanche dos alunos.

Há registros de alunos na biblioteca; em atividades na brinquedoteca; atividades na sala de recursos multifuncional; alunos em atividades na quadra esportiva; com jogos de matemática online no laboratório de informática. Há diversos registros nos quais não conseguimos identificar o assunto, ou os motivos pelos quais se fizeram registrar esses momentos, como por exemplo Alunos do 9ºA da turma da prof. Tânia de artes, Alunos fazendo atividades em grupo na sala de aula. Outros exemplos são: alunos em atividades no laboratório de tecnologia; atividade feitas com os alunos pelo prof. Jean; Maquete feita pela turma do 7º ano A; Trabalho professora Mirian.

Sobre a formação desses professores localizamos alguns documentos que contam um pouco sobre a formação continuada e metodologias desenvolvidas por eles em sala de aula. Localizamos seis vídeos contendo estudos e orientações para o quadro docente da escola, com os seguintes temas: Motivação para professores; Rubem Alves “O papel do professor”; Lição das formigas; Função diagnóstica da avaliação; Resgate seus valores; O carpinteiro. Há ainda registros de formação continuada cuja temas não conseguimos distinguir pela forma de registro: Formação continuada. (2012, 13 fotografias); Formação continuada (2012, 4 fotografias); Metodologias desenvolvidas por professores. (2012, 3 fotografias).

No ano de 2005, a escola recebeu a implantação do primeiro laboratório de tecnologia e, no ano de 2010, a sua primeira grande reforma, esse fato trouxe muita alegria aos funcionários, pois ainda comentam sobre as mudanças realizadas. Sobre essa reforma localizamos diversas fotos, dentre elas: alunos plantando árvores; fotos da limpeza do



espaço; fotos da antiga horta; mudanças na fachada; reparos do antes e depois da reforma. Em 2011, houve a implantação da sala multifuncional e da brinquedoteca. Em 2014 ocorreu a reinauguração do laboratório de informática.

Outro evento muito comemorado pela instituição foi a festa de comemoração dos 40 anos da escola, realizada em 2012. Essa festa reuniu diversas autoridades da cidade, há registros fotográficos dos primeiros professores da escola Juracy, das modalidades de ensino oferecidas e da construção de salas no decorrer dos 40 anos. Também encontra-se informações sobre a filosofia e gestão da escola Juracy, sua localidade, quantidades de funcionários e alunos, conforme observa-se no Quadro 6.

Quadro 6: Festa dos 40 anos da escola

Ano	Seção	Festa 40 anos	Sujeitos	Quant
2012	Fotografias	<i>Fotos sobre a história da escola Juracy</i>	Fundadores da cidade	55
2012	Fotografias	<i>Fotos dos convidados e funcionários apresentando o evento</i>	Diretora e convidados	25
2012	Fotografias	<i>Missa e apresentação cultural dos alunos</i>	Padre, alunos e convidados	22
2012	Fotografias	<i>Entrega de presentes para homenageados</i>	ex-diretores e professores aposentados	1
2012	Fotografias	<i>Fotos de alunos uniformizados e funcionários, diretor e professores com a camiseta feita para o evento</i>	Diretora, professores, funcionários e alunos	6
2012	Fotografias	<i>Logotipo do evento e cartazes</i>	-	4
2012	Fotografias	<i>Fotos dos primeiros professores e gestores do Juracy</i>	Convidados	13
2012	Fotografias	<i>Funcionários aposentados</i>	Professores	10
2012	Texto	<i>Agradecimento aos profissionais da escola Juracy que reconstituíram os seus 40 anos</i>	-	1
2012	Texto	<i>Dedicatória aos funcionários administrativos e professores da escola Juracy</i>	-	1
2012	Texto	<i>Dedicatória aos pais e alunos que estudaram na escola Juracy.</i>	-	1
2012	Texto	<i>Início do município e educação de Naviraí</i>	-	1
2012	Texto	<i>Primeira escola de Naviraí</i>	-	1
2012	Texto	<i>Organização, localidade, quantidades de funcionários e alunos da escola Juracy</i>	-	1
2012	Texto	<i>Jornal da Escola Estadual Juracy Alves Cardoso</i>	-	1
2012	Texto	<i>Criação da escola Juracy Alves Cardoso</i>	-	1
2012	Texto	<i>Modalidades de ensino e construção de salas na escola no decorrer dos 40 anos da escola Juracy</i>	-	1
2012	Texto	<i>Filosofia e gestão da escola Juracy</i>	-	1
2012	Fotografias	<i>Diretora com convidado e funcionários apresentando o evento</i>	Diretora e convidados	25



2012	Fotografias	<i>Entrega de presentes para homenagear ex-diretores e professores que fizeram parte da escola Juracy</i>	Diretora e convidados	17
2012	Fotografias	<i>Funcionários, diretor e professores com a camisa feita para o evento</i>	Diretora e convidados	32
2012	Fotografias	<i>Professores e funcionários com convidados e alunos</i>	Professores, alunos e convidados	22
2012	Fotografias	<i>Convidados para o evento</i>	Convidados	33
2012	Fotografias	<i>Pessoas que apresentaram o evento, ministraram palestra e participaram falando publicamente</i>	Convidados	4

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Há ainda fontes nas categorias: palestras, datas comemorativas, projetos, atividades escolares, premiações e jogos escolares, cuja data não foi possível identificar.

A organização do acervo escolar aqui apresentado é resultado de um ano de trabalho (ago. 2017 a ago. 2018), nesse período, catalogamos os documentos que estavam em 12 Cds com registros dos anos de 2010 a 2015, e alguns poucos registros de anos anteriores. Nesse curto período de tempo salta aos olhos o volume de atividades registradas do ano de 2012, ano em que ocorreu a festa de comemoração dos 40 anos da escola.

Entendemos que essa grande quantidade de registros não foi por acaso, por isso nos perguntamos: qual o sentimento havia na escola naquele ano? para qual fim buscavam salvar do esquecimento as atividades desenvolvidas em 2012? não podemos ter certezas em relação a memória, mas podemos perceber que esse ano se destacou em relação aos anos anteriores. Não foi possível saber se o trabalho dos professores foi diferente por conta desse evento, ou se alguém simplesmente decidiu registrar tudo o que ocorreu naquele ano, coisas especiais, como a festa dos 40 anos, e coisas corriqueiras como atividades em sala de aula.

Pierre Nora (1993), em seu texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993), explica que os lugares de memória como é o caso dos acervos escolares, são de natureza ambígua, pois abrangem três sentidos: o material, o simbólico e o funcional. Para Nora (1993),

[...] mesmo um lugar de aparência puramente material como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. [...] Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão, mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 22).



Nesse sentido, é preciso considerar que a escola reuniu aquilo que quis intencionalmente “guardar” do tempo, portanto, não se trata de uma história neutra, mas selecionada em meio a muitos outros fatores históricos que foram considerados como “bons” o suficiente para serem guardados por diferentes sujeitos de cada momento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse do instrumento de pesquisa nos perguntamos: O que esses documentos significam? O que se pode apreender a partir deles? De que modo podem ser problematizados? Por meio das fontes catalogadas foi possível compreender alguns motivos que atribuíram a essa escola o prestígio de ser vista como “modelo” para as demais no município e na região.

Seu destaque não está somente no fato de ser a primeira escola estadual do município, mas porque ela vive uma cultura de participação em concursos, é vencedora de diferentes prêmios que foram recebidos por alunos, professores e pela gestão escolar, totalizando 16 prêmios em dez anos. As menções honrosas dos alunos estavam todas relacionadas ao mérito da aprendizagem alcançada em alguma área de ensino, como na redação, soletração, leitura, matemática ou meio ambiente.

As fontes também ressaltam a grande quantidade de projetos desenvolvidos pelos professores demonstrando uma preocupação com o ensino diferenciado em relação a organização dos conteúdos escolares. O primeiro registro fotográfico localizado nesse sentido é de 2007, ampliando-se progressivamente, principalmente no ano de 2012, com 17 projetos de diferentes temas, tais como: música, gêneros textuais, programa além das palavras, combate ao bullying, educação no trânsito, dentre outros.

A análise desses conteúdos de ensino são uma categoria importante da história das instituições escolares, pois possibilitam

[...] identificar tanto os processos de homogeneização da educação institucionalizada de um modo geral como a realidade interna dos processos de escolarização, uma vez que ele organiza o processo educacional formal englobando grades curriculares, conteúdos, métodos, práticas e finalidades de ensino [...]. (MARQUES; IRLA, 2017, p. 23)

Sobre a formação dos professores dessa escola localizamos alguns documentos que demonstraram que a maior parte dos cursos visavam motivar e trabalhar a autoestima do



professor, no estilo de texto “autoajuda”. As fontes indicam que esses materiais foram os que ficaram arquivados das diferentes formações que os professores receberam. Também localizamos outros registros fotográficos onde estavam escritos “Formação continuada”, assim, de forma vaga, não nos permitiram compreender o conteúdo do estudo oferecido.

Com relação às fotografias, deve-se levar em consideração o que afirma Leite (1998, p. 72), quando explica que para a história o que interessa na fotografia é “[...] o ângulo de quem observa, analisa e tenta compor fotografias já existentes”. Portanto, o entendimento que o observador tem da imagem é o campo da análise do historiador, por isso, para analisar o significado da imagem, é importante reconhecer que ela está permeada de uma série de construções e intencionalidades. (LEITE, 1998).

A produção de fotografias está condicionada a seleções e escolhas de grupos sociais ou pessoas determinadas que consideram importante fazer o registro de determinada situação ou evento. Nesse sentido, Borges (2003) afirma que as imagens fotográficas devem ser vistas como documentos que informam a respeito da cultura material de um determinado período histórico, além de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social. Nesse sentido, podemos entender que esses tipos de texto foram os que mais fizeram sentido a esses professores durante o período de formação na escola.

Michel Pollak (1992), em seu texto “Memória e identidade social”, explica ainda que a memória é seletiva e afetiva e são esses aspectos que fazem com que grupos sociais selecionem os eventos que “merecem” ser guardados ou não. Outro aspecto é o valor atribuído a esses eventos, pois eles podem ser interpretados de forma diferente por outros grupos que atuaram naquele mesmo local em outros momentos. Conforme elucida Selau (2004),

[n]em tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. O caráter seletivo da memória é reforçado pela noção de pertencimento afetivo ao grupo ao qual um determinado indivíduo pertence, pois o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra é o que faz com que uma dada memória permaneça. (SELAU, 2004, p. 220).

Este trabalho possibilitou a organização e produção de um instrumento de pesquisa, na forma de um inventário, com o objetivo de promover a produção historiográfica sobre as instituições escolares do Sul do Mato Grosso, o que favorece novos estudos contribuindo para a escrita da História da Educação dessa região.



Entre as perspectivas futuras para o prosseguimento desta pesquisa, encontra-se o acondicionamento do acervo, a identificação de alguns sujeitos mencionados nas fontes, a análise das práticas realizadas na instituição em diferentes períodos, especialmente, no que tange às representações da infância e do modelo de ensino perpetuado por essa escola para as demais escolas do município e região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira de Referências* (NBR 6023). Rio de Janeiro, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: *Congresso Brasileiro de Arquivologia*, 4, 1979, *Anais...*, p. 133-147.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A Queiroz, 1991.

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa. *Unirevista*, vol. 1, n° 1: 32-46 (janeiro 2006). disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/art%2005%20bcorsetti.pdf> . Acesso em: 21 de abril de 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

MARQUES, Inês Velter; IRALA, Clovis. Acervos públicos e arquivos escolares: fontes para o estudo da História das Instituições Educativas no Sul de Mato Grosso (1940-1977). In: FURTADO, Alessandra Cristina; PINTO, Adriana Aparecida (Orgs.). *A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens*. Dourados, MS: UFGD, 2017, p. 15-30.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Proj História*. São Paulo, v. 10, dez.1993, p. 7-29.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 217-228, jan. 2004. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esboço/article/view/486/9887>>. Acesso em: 27 ago. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



MIGUEL, M. E. B.. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: *Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. NASCIMENTO, M.I.M. et. al. (Orgs). Campinas: autores associados, HISTEDBR, coleção memória da educação, 2007, p. 31-38.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

Recebido em: 25/05/2019

Aprovado em: 06/04/2020

ENSAIOS DE GRADUAÇÃO

A formação da identidade brasileira presentes em “Brasil na América” de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana

The formation of brazilian identity attendant in “Brasil na América” by Manoel Bomfim and “Southern Populations in Brazil” by Oliveira Viana

SANTOS, Luana Dias dos *

<https://orcid.org/0000-0002-0616-8731> 

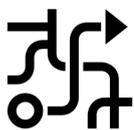
RESUMO: As discussões sobre o processo de formação nacional e identidade brasileira, perpassam por diversos intelectuais do século XIX e XX, que por meio da historiografia analisaram os conflitos, os agentes principais e as modificações políticas que influenciavam diretamente a construção da nação brasileira. Este ensaio tem como objetivo central a análise de duas obras, que procuraram construir um ideal de identidade nacional, centrada em duas visões, e ao mesmo tempo, analisar os discursos que se tornaram dominantes na sociedade atual do século XXI. A fontes que proporcionaram esse ensaio são os livros “O Brasil na América” (1997) de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana (1973).

Palavra-chave: mestiçagem; identidade; historiografia.

ABSTRACT: The discussions about the process of national formation and Brazilian identity, span several intellectuals from the 19th and 20th century, who through historiography analyzed the conflicts, the main agents and the political changes that directly influenced the construction of the Brazilian nation. This essay has as its central objective the analysis of two works, which sought to build an ideal of national identity, centered on two visions, and at the same time, to analyze the discourses that have become dominant in the current society of the 21th century. The historical sources that provided this essay are the books “O Brasil na América” (1997) by Manoel Bomfim and “Southern Populations in Brazil” by Oliveira Viana (1973).

Key-words: miscegenation; identity; historiography.

* Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas. Bolsista PIBIC/ UFMS E-mail: paondd@gmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

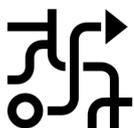
Manoel José Bomfim (1868-1932) atuou como intelectual brasileiro. Escreveu diversas obras sobre a formação da sociedade brasileira, com influências teóricas progressistas, e detém, em sua escrita, uma forma diferenciada de compreender e analisar a construção da nacionalidade brasileira, evidenciando aspectos importantes de sua época, que fora profundamente marcada pelas disputas de poder que configuravam a cultura política da primeira república no Brasil.

Em contrapartida, Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), também um intelectual brasileiro, desenvolveu um pensamento que dialoga diretamente com a tradição do ideário “conservador imperial” (REIS, 2006, p.99), tendo influências pontuais de teóricos europeus propagadores do darwinismo social, tais como Conde de Goubineau, Lagouge e Gutave Le Bon. Seu olhar histórico para a formação do Brasil diferia em diversos aspectos de Manoel Bomfim, sobretudo em relação à importância e (des)valorização da miscigenação pela qual a sociedade brasileira derivou.

Manoel Bomfim e Oliveira Viana, apesar de serem intelectuais de um período temporal similar, seus pensamentos sobre a sociedade brasileira diferem. A visão sobre a racialidade e as lutas políticas em torno da construção nacional brasileira, mostram que os caminhos feitos pelos autores para determinar uma identidade brasileira, definiram-se por uma forma mais progressista e outra conservadora de entendimento do mundo.

Nesse sentido, a visão progressista de Manoel Bomfim, destacou-se nessa análise, ao ser atribuído em seus escritos, uma máxima importância ao *mameluco* – um ser miscigenado – no processo de construção da nação. Na contramão, o pensamento de Oliveira Viana, que idealiza o homem branco como única possibilidade de progresso e melhoramento da sociedade brasileira, defende a ideia da homogeneidade racial centrada na superioridade da raça branca europeia.

Os discursos encontrados nas obras de Viana, possibilita uma correlação com um pensamento que, no plano de legitimação política, foi o mais propagado. Mesmo sendo incompatível com as características multiétnicas da sociedade brasileira, defendia um discurso de superioridade racial, centrado na apologia dos brancos europeus. O autor os identificava como parâmetro de civilização e tradição a ser continuada, algo compartilhado com os intelectuais e cientificistas conservadores que buscavam nas teorias raciais o desenvolvimento e progresso da nação. Nesse ponto, este ensaio procura sistematizar para



além da construção de uma identidade brasileira a ser construída nas obras de Oliveira Viana e Manoel Bomfim, mas como a *miscigenação* influenciava diretamente no projeto de nacionalidade em formação.

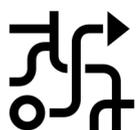
Scharwcz (1993) aponta em sua análise sobre a cientificidade e seus estudiosos do século XIX que, sendo o Brasil um país majoritariamente mestiço, as teorias raciais foram de extrema importância para se discutir a significância das misturas raciais, embora tenham sido incorporadas pela sociedade científica brasileira posteriormente à Europa e América do Norte, diferindo até mesmo em sua aplicação devido a dinâmica racial tão específica.

A partir disso, pode-se perceber que, sendo a aplicação das teorias raciais na sociedade brasileira diferente de como estava sendo abordada nos outros países, o discurso que aflorou entre os intelectuais, tanto externos quanto internos, era de exaltação da mestiçagem, pois acreditavam que o Brasil, inexoravelmente, se tornaria branco (SCHARWCZ, 1993, p.33). Essa ideia colaborou para as defesas sobre a formação identitária brasileira, construídas nas narrativas de Oliveira Viana e Manoel Bomfim, de forma que a mestiçagem foi considerada por ambos como o mecanismo mais importante da formação nacional. Partindo da análise feita sobre “*O Brasil na América*”, Bomfim descreve a mestiçagem como a essencialidade da construção da nação brasileira, entendendo que o Brasil

[...] se fez à custa de desenvolvido cruzamento, em que entraram, finalmente, as três raças humanas extremas. Se se admite qualquer inconveniente em tais cruzamentos, há que admitir, com isto, que a Nação Brasileira radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o Homem (BOMFIM, 1997, p.172).

Observa-se que, além de valorizar a mestiçagem, Bomfim faz críticas àqueles que acreditam na superioridade da raça pura, como Oliveira Viana, ao relacionar seu nome aos preconceitos das teorias raciais. Em suas alegações, Bomfim acredita que ao estimar uma inferioridade dos negros e indígenas, ignora-se a significação de uma sociedade mestiça, na qual, nesses casos, o preconceito supera a razão. Por esse motivo, a crítica remete ao pensamento sobre arianização dos negros encontrado nas obras de Oliveira Viana, que por meio das teorias raciais sugeria uma supremacia branca.

Em sua análise, Oliveira Viana atribuía o desenvolvimento da Colônia e Império do Brasil aos lusitanos brancos, e acreditava que graças a estes, o país não tinha se enegrecido, pois existia uma relação racial entre brancos (europeus e brasileiros descendentes) e negros ou indígenas, considerados como raças inferiores. Portanto, apesar de advertir sobre os



cruzamentos genéticos, encontra na miscigenação a possibilidade de branqueamento da sociedade à longo prazo. Inspirando-se no darwinismo social e se aproximando de teóricos como Goubineau, configura para a sociedade brasileira a passagem do arianismo puro ao darwinismo social, aplicando a política do evolucionismo no plano social, para justificar a dominação do ocidente europeu branco em relação ao restante do mundo. Na mesma linha, justifica para além do Ocidente, a dominação colonialista do continente africano, aos olhos do eurocentrismo capitalista cristão.

Este ensaio, baseado na proposta de Certeau (1989) sobre a escrita da história e o lugar do historiador na construção de uma narrativa sobre o passado, parte do pressuposto de que a operação historiográfica é essencial na caracterização da profissão do historiador, cuja escrita resulta da prática de pesquisa com suas fontes, de seu lugar social e a escala de sua observação, de modo representar determinados aspectos do passado, mas não a sua totalidade. Portanto, para o estudo da historiografia, é de extrema importância entender que todo “[...] ‘fato histórico’ resulta de umas práxis, porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido” (CERTEAU, 1989, p.41).

Diante disso, o objetivo consiste em analisar os discursos sobre a formação da identidade brasileira e, como isso interferiu nos projetos de nação propostos por Manoel Bomfim e Oliveira Viana. Para tanto, realizou-se o esforço de crítica e comparação de intelectuais familiarizados com as discussões raciais do século XIX. Utilizando-se das discussões propostas por Jessé Souza (2017), busca-se, através deste ensaio, relacionar aos debates historiográficos problemáticas atuais e discursos dominantes de uma elite branca, detentora de poder econômico e cultural, que perpassam diversos âmbitos da sociedade e reproduzem um conservadorismo, interferindo diretamente na permanência das desigualdades racial, de gênero e de classe.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO “BRASIL” A PARTIR DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA

A formação da sociedade brasileira se deu por uma série de acontecimentos particulares e únicos, isto é, por processos sociais, políticos e raciais que determinaram lutas e linhas de estudos sobre o processo de desenvolvimento nacional. Dentre elas, a perspectiva de Manoel Bomfim, em “*Brasil na América*” remete ao leitor que o protagonista nacional foram os gentis, desde o primeiro contato entre portugueses e os povos originários.



O protagonismo dos gentis, evidenciado pelo autor, está relacionado ao progresso que a sociedade brasileira sucedeu, traçando um marco temporal desde a Colônia até o Império. Os portugueses, apesar de importantes nesse processo de desenvolvimento nacional, ficaram em segundo plano. Isto porque, Bomfim classifica o auxílio e as trocas de saberes proporcionados pelos indígenas, como essenciais para esse processo, já que aos portugueses faltavam conhecimento suficiente sobre o novo território para que tivessem êxito na colonização.

Nesse sentido, miscigenação não teria sido uma exploração; Bomfim romantiza o contato entre o branco europeu e indígenas e, aponta como uma troca de saberes e companheirismo, possibilitando o conhecimento e recursos a serem utilizados sobre a vasta região brasileira – não uma invasão de terras já habitadas. Nesse sentido, Bomfim vê nessa relação – entre brancos e indígenas – o mameluco como o protagonista miscigenado que possibilitou o desenvolvimento da pátria brasileira.

No caso do Brasil, fundindo-se as raças componentes, desprezaram-se os preconceitos que, noutras colônias, criaram as castas, dando motivos às lutas de Raças. A nobreza de então, que deu grande parte do heroísmo do primeiro Brasil, forma uma bela aristocracia rural, vivendo do escravo sim, mas tão humana, que não tem par em todos os outros países colônias da época (BOMFIM, 1997, p.375).

Nesta passagem, Bomfim procura mostrar que a colonização portuguesa na América não se igualou ao que ocorreu em outras colônias europeias, pois, para ele aquela possuiu um caráter humanizador. Neste viés, ao compará-la com a colonização espanhola, o autor critica o caráter desumano do tratamento dos espanhóis em relação aos indígenas, fato que havia inferiorizado a nação surgida da colonização violenta. Assim, sustentava seu argumento de que a escravidão indígena era menos prejudicial e humana, ao dispor aos escravos vestimentas, comida e tratos de bondade por parte dos senhores de engenho.

O discurso de Bomfim, sobre miscigenação, caminha próximo a de intelectuais que, segundo Costa (1999), apontavam a sociedade brasileira como detentora de uma mobilidade social que tornava o preconceito racial menor equiparado aos de classe. Em vista disso, tinham-se a ideia que o caso brasileiro diferia dos Estados Unidos, em termos raciais, posto que os norte-americanos não eram um povo miscigenado, mas segregados racialmente. Logo, a ascendência social por parte da população negra, estava entrelaçada a miscigenação, pois significava a eliminação do preconceito racial.

A propagação de um discurso de harmonia entre as raças criou uma ideia de *democracia racial*, ignorando a segregação racial tão perceptível entre a população



brasileira. Como aponta Figueiredo e Grosquel (2009) a democracia racial foi e é um mito, pois, mesmo escancarada – entretanto, sem uma lei que a definia, como a Jim Crow¹ – ela era nítida nas diferentes classes sociais. Dessa forma, os intelectuais que promoveram uma visão da sociedade brasileira pautada na democracia racial impossibilitaram a formação do que os autores chamam de consciência racial, entre a população negra e mestiça, no Brasil.

Observando como Bomfim formula suas ideias sobre a colonização e as relações entre portugueses e indígenas, o autor propaga uma homogeneização de uma população nacionalmente igual e brasileira, na qual as distinções (gentil e português) só existiram nos primeiros contatos da colonização. Por meio da catequese os gentis teriam sido incorporados na sociedade e o cruzamento genético possibilitado, desde cedo, a criação de uma *pátria brasileira*. Nesse sentido, as relações entre português e gentil teria formado o agente principal e consolidador de uma identidade totalmente brasileira: o *mameluco*. Nesse ponto, o pensamento de Bomfim se difere de Oliveira Viana, que vê o homem branco português, como agente principal para a formação da nação, fazendo apologia à volta do lusitanismo, como referência de civilização.

Bomfim, em seu projeto de nacionalismo, criticava a aristocracia e governança imperial bragantina. Para o autor, o governo lusitano, desde a colônia, não estava relacionado aos interesses do povo brasileiro, tratando a nação com desprezo e extorsão de suas riquezas. Sua política tinha o objetivo de amparar Portugal, que era incapaz de se auto sustentar. Bomfim faz críticas à própria Proclamação de Independência em relação a Portugal, que acreditava ser uma farsa por não ser inteiramente brasileira, posto que fora conduzida por um príncipe português. Para ele, o processo tinha o intuito de consolidar a linhagem portuguesa no trono brasileiro, já que não havia uma resistência fortalecida suficiente para uma luta armada que os tirassem do poder.

Em “*O Brasil na América*”, Bomfim volta a afirmar que um dos problemas que manteve o poder lusitano tão presente na sociedade e política brasileira foi a falta de movimentos revolucionários, de cunho nacionalista, que não tiveram forças suficientes para declamar a independência e reivindicar o poder aos brasileiros.

Em verdade, o grito do Ipiranga, pela boca de um príncipe português, aliciado para a independência do Brasil pelo Conde dos Arcos, tão português que não

¹ Jim Crow (1865-1965) foi um sistema que “consistia em um conjunto de códigos sociais e legais que determinava a separação completa das “raças” e limitava acentuadamente as oportunidades de vida dos afro-americanos, ao mesmo tempo em que os prendia aos brancos numa relação de submissão generalizada sustentada pela coação legal e pela violência terrorista.” (WACQUANT, 2006, p.11). A lei defendia que os negros deveriam se relacionar apenas com negros, viver em locações, frequentar igrejas e utilizar os assentos no transporte público destinados aos negros.



pode ser tolerado pelos próprios brasileiros da Independência; aquilo foi uma afronta ao ideal desta pátria, já tão potente na consciência dos nacional que tivera a força de fazer mártires – os de dezessete, executados pelo próprio bragantismo (BOMFIM, 1997, p.421).

Dessa forma, os fatos que sucederam após a Proclamação foi o rompimento do domínio e exploração da metrópole portuguesa sobre o Brasil, mas não sua erradicação do trono brasileiro. Nesse sentido, o projeto de sociedade visivelmente democrata e nacionalista não foi sucedida, pois havia a continuação do governo português com a monarquia Bragança no trono brasileiro.

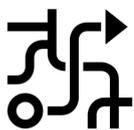
Por outro lado, Oliveira Viana, tanto em “*Populações Meridionais no Brasil*” quanto em outras obras, como *O Ocaso do Império*, vê no lusitanismo a glória de uma pátria bem construída social e politicamente.

Durante o período imperial tínhamos, ainda mais do que hoje, uma estrutura social muito simplificada; de maneira que a vida política não se distribuía por vários centros de atividade, não se dispartia por várias classes ou grupos profissionais: concentrava-se quase toda numa classe única, que era a grande aristocracia rural (VIANA, 1973, p.21).

Com uma visão mais elitista e conservadora, o autor entende a elite fazendeira e a monarquia lusitana como os agentes principais do desenvolvimento da sociedade brasileira. Viana atribui à D. Pedro II as qualidades de “[...] homem de bem, ao modo antigo, ele tinha claro idealismo latina da Verdade, da Justiça e da Bondade” (VIANA, 1973, p.183). A elite branca fazendeira detinha a característica mais importante: o sangue europeu, e conseqüentemente, conseguiam prosperidade em suas terras, o que possibilitava o desenvolvimento econômico do Império.

Depois de três séculos de paciente elaboração, a nossa poderosa nobreza rural atinge, assim, a sua culminância: nas suas mãos está agora o governo do país. Ela é quem vai daqui por diante dirigi-lo. É esta a sua última função em nossa história. Dela parte o movimento pastoril e agrícola do I século. Dela parte o movimento sertanista do II século. Dela parte o movimento minerador do III século. Nela se apoia o movimento político da Independência e da fundação do Império. Centro de polarização de todas as classes sociais do País, a sua entrada no cenário da alta política nacional é o maior acontecimento do IV século (VIANA, 1973, p.41).

Oliveira Viana busca historicizar a grande conquista e enaltecer os bens que a política dos grandes proprietários rurais promoveu. Essa elite branca fazendeira, estava assegurada por grandes extensões territoriais e possuía poder suficiente para lutar contra o poder centralizador. Na análise de Sousa (2013), a miscigenação aparece como um



mecanismo de consolidação de uma sociedade pautada nos valores de uma política elitista, de exploração e conquistas, baseados no derramamento de sangue negro e indígena.

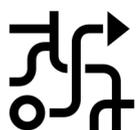
Pode-se entrelaçar o pensamento de Viana, com o bandeirantismo que, no século XXI, enaltecia os bandeirantes como grandes conquistadores. O pensamento de que a vida indígena vale menos que o poder econômico, é encontrado escancaradamente em *Populações Meridionais no Brasil* (1927). O autor explana que a conquista de sesmaria se deu graças à coragem e bravura dos bandeirantes em adentrar terras longínquas, expulsando e matando indígenas, atrelando isso a um “ato de heroísmo”.

O bandeirantismo, em sua gênese, encerrou-se, mas na sociedade atual a expulsão dos indígenas das terras permanece como um “ato necessário” para o desenvolvimento econômico dos latifúndios. Viana destaca a necessidade de expulsar os indígenas para o “coração das matas”, longe das fazendas e das cidades, argumentos que ainda se fazem presentes nos discursos proferidos por aqueles que se encontram no poder atualmente.

Diante disso, a política de branqueamento entra no hall de interesses da elite branca, utilizando da imigração europeia como impulsão para a concretização de uma miscigenação, que melhoraria o desenvolvimento individual e coletivo da sociedade brasileira. A melhor opção era a de impulsionar a imigração branca europeia para concretizar a política de branqueamento, ao invés de proporcionar melhoria de vida social e econômica para a população mestiça, negra e indígena marginalizada.

Enquanto os indígenas eram empurrados para longe das cidades, o que Viana entende como resultado do “triunfo do sertanismo” (VIANA, 1973, p.132), os negros não tiveram amparo institucional para adentrarem o sistema capitalista. Faltavam-lhes conhecimentos, educação básica e formação qualificada sobre o mercado empregador tão disputado.

Além disso, com a chegada de imigrantes europeus, a disputa ficou mais acirrada, pois, ao comparar a preparação e o conhecimento de um sistema capitalista e o modo de produção europeu, que vinha sendo consolidado desde o século XVIII, os imigrantes tinham vantagem sobre os negros, recém libertos, acostumados com o sistema escravocrata de trabalho. Como afirma Jessé Souza, “[...] o ‘estrangeiro’ aparecia aqui, inclusive, como a grande esperança nacional de progresso rápido” (SOUZA, 2017, p.47), que funcionava também como a modernização da mão-de-obra, recentemente valorizada com o advento do capitalismo no Brasil. Por essa via, a reprodução de desigualdades classe no Brasil, se construiu em cima do preconceito de raça, conseqüente de uma política racista e eugenista.



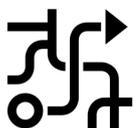
A imigração, na visão de Bomfim, foi impulsionada de forma errônea para o âmbito político e econômico em que se encontrava o Brasil no período. Em *América Latina: males de origem* (1993) vê que a emigração deveria acontecer se o país estivesse em condições de comportar essa população que vinha em busca de uma vida melhor, e não o contrário. Para o autor, então, a imigração não passou de uma “importação de braços”, criando um ciclo de mão-de-obra barata que não favorece os imigrantes, deslocando-os de volta à sua pátria.

Em contrapartida, Oliveira Viana considerava a imigração e a mestiçagem como um meio para um fim: tratava-se da purificação da raça e da expansão do território brasileiro, visto que só foi possível alcançar regiões afastadas graças às famílias poligâmicas instituídas durante o período colonial, ou seja, as relações entre senhor e escrava. Entretanto, Munanga (1999) analisa que os casamentos com as mulheres de outras “raças” se tratou, na maioria dos casos, de estupros e da dominação do senhor branco sobre os corpos dessas mulheres.

A mestiçagem foi usada como uma ferramenta do darwinismo social por ser uma prática de poder recorrente na sociedade brasileira. Dessa forma, surge uma nova dinâmica racial e, logo, uma nova classe social. Viana afirma que estes seres miscigenados deveriam ser “classificados” diferentemente, visto que não eram nem brancos, negros ou indígenas, mas uma mistura genética. Dessa forma, o que parecia uma oportunidade de ascensão social, para Viana é, na verdade, ilusória:

Essa classificação, porém, é provisória ou, melhor, ilusória. O mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repele. Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social indefinida. Ele vive continuamente numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão constante de forças contraditórias (VIANA, 1973, p.129).

Viana mostra que o mestiço pertencia a uma categoria específica na hierarquia racial, não partilhando da mesma inferioridade do negro e do indígena, tampouco da superioridade branca. De acordo com o autor, por viverem na ambiguidade, alguns miscigenados não gostavam de serem explorados como negros escravos, pois não eram totalmente negros. Esta posição admitida pelos mestiços é criticada, pois não importava o quanto de sangue branco corria em suas veias ainda possuía o sangue negro e partilhava das mesmas características físicas. Só tinham possibilidade de ascensão social aqueles que se aproximavam ao máximo dos brancos europeus. Da grande massa de mestiços que popularizavam o Brasil, estes serviriam principalmente para o combate e proteção da aristocracia brasileira e seu poder. Na concepção de Viana, somente após várias gerações, quando o sangue negro e indígena estivesse expurgado, é que o progresso seria alcançado.



Em sua análise, Viana reconhecia diferenças entre os próprios mulatos: os mulatos do tipo inferior, que se aproximavam mais das características dos negros; e os mulatos arianos, superiores, que traziam os traços do branco português, considerados:

[...]produtos diretos do cruzamento de branco com negro, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo somáticos da raça nobre. Do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana (VIANA, 1973, p.171).

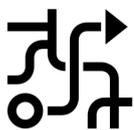
Além disso, Viana explica que os negros não eram uma população homogênea, já que partilham de diferentes características físicas e culturais, mesmo que, no contexto geral, sejam “indomesticáveis e incivilizados”, sem propensão de melhoramento ou ascendência social e intelectual. Esta leitura evidencia a influência das teorias raciais em suas obras, ideias que ainda hoje encontram forte ressonância na cultura política de diversos setores da sociedade brasileira.

Ademais, o pensamento de Viana está diretamente ancorado no determinismo biológico como fator explicativo das diferenças sociais presentes na sociedade brasileira. Ao contrário de Bomfim, ele não percebe essa desigualdade construída historicamente, mas como um dado natural e incontornável. Dessa forma, o determinismo biológico e o evolucionismo social são paradigmas que o mobiliza para explicar o Brasil, reforçando o mito da superioridade de uma elite branca em relação ao restante dos sujeitos nacionais.

O que resulta de todo o processo de arianização é a fase da “escravidão moderna” (SOUZA, 2017, p.51), a reprodução de uma elite branca fazendeira, que continua a deter os meios de produção, logo, a reprodução de uma dominação. Relacionando com Weber (1999), a dominação, não necessariamente parte da necessidade de capital econômico, contudo, não está fora dele. Nesse sentido, a dominação está em diversos setores da sociedade desempenhados, tanto por um monarca quanto por um chefe de família.

Seguindo a lógica de Oliveira Viana, os senhores brancos, por meio do paternalismo – aquele que, no domínio social, guiava e acolhia em seu território, os agregados, escravos, os mamelucos etc., como o “bom” senhor branco que conduz às conquistas – permanece como pensamento recorrente na atual sociedade brasileira.

Trazendo a discussão para refletir sobre as problemáticas da sociedade atual, percebe-se que a aplicação do racismo científico pode ser observado mesmo décadas após o começo do século XX. Além disso, o discurso sobre a existência de uma democracia racial, dificultou a erradicação do racismo estrutural, por exemplo. Nesse sentido, Jesse de Souza



(2017) analisa que a população negra, passou a disputar a desigualdade de classe entre brancos pobres, ao mesmo tempo, que precisou lidar com o racismo, que o desqualifica.

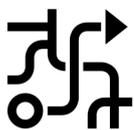
Em vista disso, o racismo científico, atuou em duas mãos: preconizou a mão de obra negra, ao mesmo tempo, que incentivou uma imigração maciça brancos pobres, sem possibilidade de amparo para ambos. A formação nacional e sua identidade brasileira, por esse motivo, está entrelaçada ao discurso de miscigenação. As consequências da escravidão, da mestiçagem e da imigração, constituíram classes sociais, não somente formadas por aspectos econômicos, mas, sobretudo, socioculturais (SOUZA, 2017, p.54).

Nesse sentido, as análises historiográficas sobre os livros “O Brasil na América” e “Populações Meridionais no Brasil”, apontam caminhos para compreender as problemáticas tão pertinentes do século XXI. Percebe-se que a sociedade brasileira é constituída por uma desigualdade construída por uma exploração simbólica, que precisa ser analisada interseccionando classe, raça e gênero.

Partindo da análise de Souza (2017) sobre a constituição da permanência de interesses da elite sob uma população pobre e marginalizada no Brasil, reproduz valores que não estão pautados apenas no acúmulo de capital econômico, mas também, o capital cultural. Fortemente apropriado pela classe média, esse capital cultural “vai tender – do mesmo modo que os ricos fazem com o dinheiro – a perceber o conhecimento valorizado como algo que deve ser exclusivo à sua classe social” (SOUZA, 2017, p.57). Sendo assim, o capital cultural é a forma que o indivíduo internaliza o conhecimento apreendido e o que se acumula culturalmente como a educação, arte, literatura.

Associa-se a desigualdade socio cultural ao discurso meritocrático, ao qual disporiam todos os indivíduos a possibilidade de “chegar à algum lugar”, desconsiderando a marginalização dos sujeitos e a dificuldade de ser aceitos em espaços públicos, que é seu por direito. Criminalizam os corpos negros e lhe recusam educação de qualidade, reproduzem a ideia que todos tem a mesmas habilidades, em discursos fundamentalistas, ignorando construção socio, cultural e histórica dos sujeitos. Visto que, a classe média herda principalmente o capital cultural, mais ou menos como o capital econômico, e as pessoas das classes populares continuam a reproduzir o pouco que chegam até elas. As desigualdades não são extinguidas, continuam a ser perpetuadas e naturalizadas por meio de discursos que tem o intuito de beneficiar determinados sujeitos em detrimento de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O ensaio então, procurou estabelecer uma relação, mesmo que sendo de discordância, entre Oliveira Viana e Manoel Bomfim. Nesse sentido, a formação nacional, ao mesmo tempo que discutem sobre os mesmos sujeitos – branco europeu, o indígena e o negro – suas visões se opõem sobre seus protagonismos. Para Bomfim, percebe-se que o lusitanismo além de um mal para a sociedade, sua contribuição mínima, gerou impactos, que retardou a formação de uma identidade nacional solidificada.

Em direção oposta, Oliveira Viana vê no branco europeu qualidades que levariam ao progresso e consolidação de uma identidade brasileira, utilizando da política de branqueamento e os ideários arianistas. Conforme discute Munanga (1999), as ideias propostas por autores como Viana, integram um discurso genocida que parte do pressuposto de que, aos extinguir uma população negra pode-se, enfim, construir uma sociedade melhorada nos sentidos morais e intelectuais.

Diante da análise feita das obras, é possível entender que os dois pensamentos tiveram impactos significativos na construção de modelos de identidade e nacionalidade brasileira. A construção identitária que se formou ignorou as diferentes etnias e culturas, sendo mistificadas e oprimidas. Os discursos sobre nacionalidade homogeneizaram os pensamentos de que o Brasil, sendo um país mestiço, não conseguiu criar uma mentalidade crítica sobre as opressões raciais e de classe, fortemente enraizada, contribuindo para a ascensão de discursos de que não existam desigualdades entre o povo brasileiro

Bomfim, com uma narrativa progressista e romantizada sobre a sociedade brasileira, contribuiu para reprodução de um olhar homogêneo e não hierarquizante da população. Para o autor, a sociedade brasileira possuiu muitos problemas que precisavam ser analisados e reformulados, inclusive a política bragantina enraizada na política desde o período colonial. Contudo, sua análise propõe uma suavização da escravidão, que em seu todo, foram cruéis, tanto psicológica quanto física, para os negros e indígenas.

Em seu texto, ele vislumbra os males da escravidão, mas não percebe, ou deliberadamente escolheu não demonstrar, pelo menos em sua obra o “*Brasil na América*”, que os indígenas também foram escravizados e dizimados no processo de ocupação de seus territórios. Ao contrário do que propõe Bomfim, eles não foram doadores voluntários de suas terras, mas sim vítimas de genocídio. Esse aspecto da história do Brasil não pode ser romantizado pela história da historiografia.

Enquanto Viana, com seu pensamento arianista, construiu uma narrativa que contribuiu diretamente para a preservação dos privilégios das elites brancas no poder,



naturalizadas, ao mesmo tempo em que de forma politicamente deliberada fomentou a reprodução do discurso sobre a inferiorização dos negros.

Contrapondo o discurso homogêneo e repressivo proposto pelos autores, lutas extensivas foram feitas pelo Movimento Negro Unificado, em 2003, conseguindo a implementação de cotas raciais e uma lei que pudesse abranger os ensinamentos sobre povos indígenas, africano e a cultura afro-brasileira no interior das salas de aulas. Foi então, implementada a lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o ensino de História, tendo como obrigatoriedade o ensino africanizado nas escolas, com o intuito de se ter reflexões, repensando os sujeitos construídos historicamente como não detentores de poder, ou seja, como sujeitos descartados do processo da formação história-cultural do Brasil.

Esse movimento de inserção sobre a cultura indígena e africana nos ensinamentos, é entendido como formação de identidades e o resgate cultural, que apesar de constituintes da sociedade brasileira, foi marginalizado e escondido, fora do alcance de uma parcela da sociedade, embranquecida – não necessariamente em sua pele, mas em valores, padrões de beleza e vocabulários. No mais, a construção de uma identidade possibilita a formação de uma consciência racial e de classe, paradigmas visibilizados a partir do ensino e aprendizagem dos processos históricos. Como afirma Munanga, significa “a recuperação da negritude, na sua complexibilidade biológica, cultural e ontológica (MUNANGA, 1999, p.101).

O papel da história na construção de uma identidade cultural, que mostre os diversos sujeitos precursores do desenvolvimento de uma nacionalidade, é fundamental para nos revermos com o nosso passado histórico efetivo. A classe média que se aproxima, em níveis de capital cultural, da elite, ignora a historicidade com que foram construídas as famílias senhoriais – a elite – e suas vantagens dentro do contexto brasileiro, naturalizando o discurso que atribuía às mesmas possibilidades de crescimento econômico e cultural entre todas as classes sociais.

Ao mesmo tempo, sentindo-se ameaçados pela crescente ascensão das populações marginalizadas, sejam nas questões de classe e raça, em espaços que antes eram designados apenas àqueles que detinham poder econômico e/ou cultural, há uma retomada de discursos conservadores, propondo privatizações e tomada de direitos de bem social, para que as classes sociais não se modifiquem, garantindo a perpetuação dos privilégios à uma pequena parcela da sociedade. Tal como demonstra Max Weber em sua clássica sociologia da dominação:

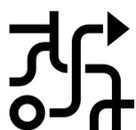


Toda dominação que pretenda continuidade é, em algum ponto decisivo, dominação secreta. Mas os dispositivos específicos da dominação, baseados numa relação associativa, consistem, de modo geral, no fato de que determinado círculo de pessoas, habituadas a obedecer às ordens de líderes e interessadas pessoalmente na conservação da dominação, por participarem desta e de suas vantagens, se matem permanentemente disponíveis e repartem internamente aqueles poderes de mando e de coação que servem para conservar a dominação (WEBER, 1999, p.196).

Por esse motivo, a classe dominante guarda o segredo do conhecimento e de suas intenções, inalcançável para as classes populares, que almejam adentrar os espaços privilegiados fortemente assegurados por aqueles que historicamente detém o poder no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Editora: Topbooks, 1993.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- FIGUEIREDO, Angela. GROSFOGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Soc. E Cult. Goiânia, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.
- PAIVA, Vanilda. *Oliveira Viana: nacionalismo ou racismo*. *SINTESE: Revista de Filosofia*, 1976. pp. 57-84.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUSA, Ronilson de Oliveira. *Oliveira Viana e as questões da miscigenação no Brasil: a desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país*. In: *Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA, 2013.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. pp. 46-103.
- VIANA, O. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.



WEBER, Marx. 1864-1920 *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade Brasília, 1999.

FONTES

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

Recebido em: 27/04/2020

Aprovado em: 01/06/2020

Considerações sobre o ensino de história a partir dos pressupostos de uma educação inclusiva

Considerations about history teaching from the assumptions of an inclusive education

SILVA, Andresa Fernanda*

<https://orcid.org/0000-0002-0381-0952> 

REGAGNAN, Isabela Rodrigues**

<http://orcid.org/0000-0001-6891-3533> 

RESUMO: Neste ensaio, relacionamos os conceitos e temas estudados na disciplina “Educação Especial e práticas inclusivas” na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas / MS à prática pedagógica de dois professores de História do mesmo município. Nosso objetivo foi analisar, por intermédio da história oral, como os professores trabalham e planejam suas aulas, visando a construção de um ensino de história sobre os parâmetros de uma educação inclusiva.

Palavras Chaves: Ensino de História, escola, inclusão, exclusão.

ABSTRACT: In this essay, we relate the concepts and themes studied in the discipline “Special Education and Inclusive Practices” at the Federal University of MatoGrosso do Sul (UFMS), TrêsLagoas / MS campus to the pedagogical practice of two History teachers from the same municipality. Our goal was to analyze through oral history how teachers work and plan their classes, aiming at building a history teaching on the parameters of an inclusive education.

Keywords: History teaching, school, inclusion, exclusion.

* Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. E-mail: andresa.fernanda1606@gmail.com

** Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. E-mail: isabelaregagnan@hotmail.com



INTRODUÇÃO

No primeiro semestre do ano de 2019, participamos como discentes da disciplina “Educação Especial e práticas inclusivas”, ministrada pelo professor Doutor José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas / MS. Os temas discutidos durante as aulas nos provocaram a pensar como a Educação Especial é concebida no estado do Mato Grosso do Sul, em especial em escolas de Três Lagoas.

Nossas principais inquietações foram: como a educação especial acontece nas escolas? De que maneira os professores planejam suas aulas? Há conhecimento por parte dos professores sobre as políticas públicas que defendem o direito dos alunos com deficiência? Estes entre outros questionamentos foram feitos aos professores entrevistados por nós, afim de pensar as abordagens de um ensino de história a partir dos pressupostos de uma educação inclusiva.

O trabalho da Educação Especial é oferecer recursos, materiais e serviços para que o aluno com deficiência¹ possa aprender a partir de suas capacidades na sala de aula comum, sem que existam dicotomias e homogeneizações. No entanto, essa modalidade² de ensino, muitas vezes, ainda não é entendida como deveria nas escolas que, por sua vez, ainda conservam um entendimento iluminista aos sujeitos, ou seja, a ideia de que eles devam desenvolver todas as habilidades e competências para contemplar aquilo que o sistema de ensino exige. Este entendimento está relacionado à crescente busca de algo que “falta” aos alunos, o que favorece a criação de oposições e, por consequência, exclusão.

Durante as aulas de Educação Especial, ao entrarmos em contato com essas discussões, entendemos que a necessidade de distinguir os estudantes é reflexo de todo comportamento convencional já cristalizado e naturalizado pelo espaço da escola, que propicia esses tipos de ramificações: normais/ anormais, racional/ irracional, completo/ incompleto. Não há como negar que isso implica em relações de poder, que historicamente construídas passaram a regular a vida dos alunos com e sem deficiência. (SKLIAR, 1999). Mediante a labuta dos profissionais da educação que estão dia a dia na sala de aula, em contato real com os estudantes, entendemos ser necessário compreender as questões de

¹ Aquele que possui algum tipo de deficiência auditiva, visual, física ou intelectual, altas habilidades/superdotação ou Transtorno do Espectro do Autismo.

² A Educação Especial é uma modalidade de ensino pois não mais substitui o ensino comum, mas o complementa e/ou suplementa. Trata-se de um serviço do ensino regular.



fundo da inclusão para a identificação e problematização das possibilidades de desconstrução de ideias enraizadas nas escolas que impossibilitam que a inclusão escolar seja legitimada na prática. Neste texto, iniciamos a discussão apresentando alguns marcos históricos referentes à Educação Especial no Brasil. Em seguida, iniciaremos a discussão apontando para o debate teórico sobre a filosofia da diferença e como a mesma se estabeleceu na escola para promover a exclusão, partindo dos pensamentos platônicos e aristotélicos. Ao longo das discussões abordaremos exclusivamente as perspectivas da Educação Especial dentro do ensino de história, contextualizando as argumentações a partir das entrevistas feitas com os professores de história da educação básica.

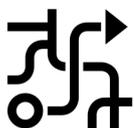
AS FASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL (DÉCADAS DE 1950-1960)

A história da Educação Especial no Brasil traz consigo fases e apontamentos muito interessantes. As passagens de uma fase a outra e o adendo da legislação somando no processo de construção da inclusão nos faz enxergar quantas conquistas foram adquiridas e como ainda temos muitas a conquistar, pois, criamos a falsa ilusão de que incluímos os alunos com deficiência nas aulas e nos espaços da escola, mas o que de fato fazemos é apenas o trabalho de integrar esses sujeitos, os colocando em situações e atividades pré-estabelecidas, sem qualquer perspectiva de construção coletiva e específica para esses alunos.

Anterior ao processo de inclusão, a educação especial era então chamada de “Educação dos excepcionais”, - que a partir da década de 1960 - já com inúmeros estudos de intelectuais que se comprometeram em investigar as raízes e os desdobramentos das diferenças humanas, a mesma passou a ser vista dentro de uma modalidade de ensino. Uma das contribuintes nesta trajetória foi à professora Mantoan³, dedicada a estudar o comportamento de crianças especiais. Tais estudos foram contribuições unânimes que renovaram o ensino de crianças especiais no Brasil, destacando mais uma vez as capacidades individuais e cognitivas desses sujeitos.

O atendimento especializado as crianças e jovens com deficiência se dá inicialmente em espaços privados, a chamada fase de segregação, em que, segundo Mantoan:

³Maria Teresa Eglér Mantoan, professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas e coordenadora do Laboratório de estudos e pesquisas em Ensino e diferença- LEPED pela mesma universidade.



Enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar {...} foram fundadas as instituições mais tradicionais de atendimento as pessoas com deficiência mental, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo e o pioneirismo do Instituto dos meninos cegos, fundado no Rio de Janeiro, em fins de 1854 (MANTOAN, 2001, p. 3)

A influência da iniciativa privada, ou seja, dos institutos em trabalhar com deficiência fez alimentar o tal sentimento de assistencialismo, ou seja, tratar a formação e o acesso das crianças e jovens em instituições isoladas contribuiu para condicioná-las a uma visão segregativa, que incorporava as crianças com deficiência em outro eixo, que se quer pensava em uma escola de viés democrático onde alunos com e/ou sem deficiência poderiam e deveriam conviver nos mesmos espaços.

Assumida pelo poder público na década de 1950, a educação especial entra agora em uma nova fase, a chamada integração, marcada solenemente pela criação das chamadas “campanhas”, que eram destinadas de maneira excepcional a atender cada uma das deficiências, o que desencadeou a criação de vários institutos neste período, como é o caso do Instituto Nacional de Surdos- INES, fruto de uma campanha em prol da educação dos surdos no Brasil.

Com a criação das campanhas, temos as temidas imposições dos alunos com deficiência a escola, não temos ações pensadas nas escolas para os alunos com deficiência, temos uma escola já estabelecida e solidificada, onde os alunos apenas chegam e se ajustam, o que mais uma vez revela o falso caráter democrático da escola e a ignorância de abertura a novos conhecimentos, conforme pontua Mantoan:

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. (MANTOAN, 2003, p. 13)

Se dentro do próprio campo do saber a escola não caminha de mãos dadas com a realidade dos seus alunos, como então poderemos tocar nos diálogos que envolvem inclusão, diferença e diversidade? As ignorâncias dos próprios alunos são alimentadas pela escola, que valoriza o seguimento do currículo e o cumprimento dos matérias e apostilas, mais do que as reais necessidades dos sujeitos, especialmente aqueles que apresentam alguma



deficiência, tratados por muitas escolas e por pseudos educadores como cidadãos de “segunda classe”.

Valorizar as diferenças é o único caminho para se construir uma escola inclusiva, que segue o modelo social da deficiência, onde a escola se ajusta aos sujeitos, seja no investimento em tecnologias assistivas, na formação docente, nas adaptações físicas dos espaços da escola, dentre outros incentivos e mudanças, que visam trabalhar para redefinir a educação e proporcionar *condições de acesso e permanência*⁴ na escola para que a lei seja assegurada. Destaca-se, neste sentido, sobretudo a Constituição Federal de 1988 que traz as pessoas com deficiência notória flexibilidade para lutarem pelos seus próprios direitos e representações, principalmente no que diz respeito a ocupar os espaços públicos, incluindo a escola.

A dicotomia epistemológica de termos (integração X inclusão), carrega consigo uma imensa confusão e certas divergências, o que não deveria, já que, pelos avanços nas leis e nos debates que fomentam a inclusão nas escolas este tipo de discussão já teria de ser superado, pois, revela falta de compreensão, especialmente dentro da escola. Sobre estes dois conceitos, Mantoan define muito bem:

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN, 2003, P.15)

Em paralelo ao conceito de integração, a autora também traz à tona o conceito de inclusão, dentro de uma perspectiva de questionamentos das próprias práticas educacionais, que podem ser incoerentes a medida que não correspondem com o que de fato é educação inclusiva. De acordo com Mantoan (2003, p. 13), inclusão caracteriza-se não somente como uma política de organização dos espaços da educação especial e do ensino regular. Temos sobre esta proposta um modelo radical de educação e de gestão escolar, que leva em consideração o todo, alunos e professores, sem segregação e atendimentos diferentes, em que todos os estudantes devem estar no ensino regular e na sala de aula.

Questionar as práticas tradicionais implica mudanças e conhecimento, mas por vezes incorpora uma linha tortuosa de medo, medo da incapacidade. A falta de aproximação dos educadores com a realidade latente de seus alunos faz com que questões como essa

⁴Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90



passem despercebidas, pois, como sinaliza Mantoan(2003, p. 8), inclusão significa rever e cogitar fazer diferente, fazer da perspectiva educacional outra, quebrando paradigmas de separações entre as modalidades de ensino, com é o caso do ensino especial e o ensino regular. O modelo de educação para todos deve ser planejado, o alcance da educação especial deve contemplar todas as ações (avaliações da aprendizagem, atividades, currículos, atividades extraclases) ocupando sempre os espaços da escola.

Caminhando para o fim da contextualização histórica, as discussões que tangem a educação especial no Brasil seguem mais fervorosas. Lidar com inclusão em 2020 não deveria ser um obstáculo, porém, a medida que as políticas públicas e as sombras da integração avançam é preciso ficarmos atentos. O trabalho de analisar, investigar e interpretar nossas práticas enquanto professores está longe de ter um fim, é preciso vigilância, coletividade e construção das práticas pelo corpo de gestão da escola acreditando efetivamente nas potencialidades e capacidades de seus alunos.

A FILOSOFIA DA DIFERENÇA COMO “ALAVANCA” PARA A FORMAÇÃO INCLUSIVA

Compreender a filosofia da diferença dentro do recorte do ensino especial e no espectro de formação de professores e alunos não é uma tarefa fácil, por isso, iremos esmiuçar os conceitos propostos: filosofia da diferença, diferença, e diversidade, termos recorrentes no campo dos estudos sobre a inclusão escolar.

Falar das condições de acesso e permanência na escola são questões necessárias, mas, quando determinados alunos não são bem aceitos e excluídos deste processo é que entra a discussão fomentada por Gilles Deleuze, que abarca os pensamentos platônicos e aristotélicos que, segundo Lanut& Mantoan (2018) nos ajuda a entender as formas pelas quais a sociedade exclui algumas pessoas, pelo fato de não corresponderem aos ícones, e sim aos simulacros⁵. Uma cópia sem precedentes e dissimulada, que foge à regra, promovendo

⁵ [...] distinguir a essência e a aparência, o inteligível e o sensível, a Ideia e a imagem, o original e a cópia, o modelo e o simulacro. Mas já vemos que estas expressões não são equivalentes. A distinção se descola entre duas espécies de imagens. As cópias são possuidoras em segundo lugar, pretendentes bem fundados, garantidos pela semelhança; os simulacros são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essencial. É neste sentido que Platão divide em dois o domínio das imagens-ídolos: de um lado, as cópias-ícones, de outro os simulacros-fantasmas. Podemos então definir melhor o conjunto da motivação platônica: trata-se de selecionar os pretendentes, distinguindo as boas e as más cópias ou antes as cópias sempre bem fundadas e os simulacros sempre submersos na dessemelhança. (Deleuze, 2000, P. 262)



dicotomias e ramificações entre os seres, homogeneizações mediante a um perfil tido como ideal, exemplificado aqui pelos alunos que não são deficientes.

Arelados ao conceito de diferença e a sua distinção com o conceito de diversidade, podemos destacar pontos importantes, que segundo Mantoan (2011, p.103) traz consigo a discussão crucial que toca na diferença frente a formação da identidade, a diferença enquanto espelho daquilo que os sujeitos são, sem comparações. Por isso, não devemos subverter a mesma a diversidade, que considera a pauta dos hábitos que são visíveis nos indivíduos, ao contrário da diferença, totalmente subjetiva aos sujeitos.

Trabalhando com os impactos de negação da diferença no contexto pedagógico sinalizamos questões interessantes, pois, a medida em que não se reconhece as diferenças acabamos promovendo uma catalogação direta dos estudantes e uma padronização dos meios de ensino, obstruindo as participações do coletivo da escola e ficando condicionados a opiniões de “especialistas”, que trabalham “laudando” os estudantes com deficiência e limitando o trabalho do professor, que já não sabe lidar com esse aluno por não ter formações que abarquem a inclusão escolar.

Os relatos de professores, já citados por nós no começo deste texto, pontuam de maneira objetiva a carência de formação que interpasse a inclusão escolar, como é possível analisar na fala do professor X⁶, questionado sobre como deveria ocorrer a inclusão nas escolas:

Acho que deveria ter uma estrutura melhor e uma melhor preparação dos professores, tanto uma questão de estrutura da escola, tanto a questão de termos um curso mais exato pra isso, ter uma formação pra isso, porque é o que falta pra gente (professores). Porque normalmente recebemos alunos com diversas necessidades e você não sabe lidar, não só a questão física, mas também a questão intelectual, nos falta muito isso para compreendermos como devemos trabalhar com esses alunos. Por exemplo, temos um aluno aqui que é deficiente visual e como é que trabalhamos com esse aluno? Simplesmente com o que foi passado pra gente, cada professor vai desenvolvendo uma maneira pra trabalhar com ele, então, além da falta de estrutura, por exemplo, não tem ninguém pra acompanhar ele, então é supercomplicado isso, ele não tem o material específico, o material tinha que vir em braile, e sempre a falta, a educação em geral trabalha com a falta, mas em específico a educação especial, um problema grave que a gente tem.

São aspectos pontuais que marcam a fala do professor entrevistado, “a educação especial sempre trabalha com a falta”, ou melhor, trabalha sobre improvisos. A escola e o

⁶X e Y serão usados para referenciar os professores de história aqui entrevistados, assegurando um protocolo de segurança para preservar suas identidades. As entrevistas seguem em anexo ao final do texto.



professor reconhecem as diferenças, porém, a condição de precariedade da própria escola induz o corpo pedagógico a trabalhar com o que tem, ou por vezes com o que não tem.

Pensar a escola como um lugar inclusivo faz dos sujeitos que estão neste espaço protagonistas. Todos devem estar empenhados em desenvolverem trabalhos e possibilidades para fazer da escola um lugar de todos (MANTOAN, 2003, p. 30)

Adentrar as influências das questões sociais e econômicas é necessário no debate da educação inclusiva, mas, para além disso, está algo bem mais grave e que nas escolas se espalham rapidamente, os chamados “laudos”. A obsessão da instituição sobre os laudos propicia muitas discussões, e uma delas recai sobre a chamada medicalização dos alunos com deficiência.

A exigência da escola sobre os “laudos” por vezes não auxilia tanto o trabalho dos educadores, pois, como relatado pelo professor X os documentos chegam sempre desatualizados:

Mas infelizmente, nosso maior problema ainda são com os laudos, não sei se isso chega ou vai de encontro a pesquisa que vocês estão fazendo, mas é o que passamos na escola, pois, nós temos uma variedade de alunos aqui que têm dificuldades gigantescas, e uma coisa muito importante na educação é que professor não é médico, pra gente fica muito complicado trabalhar com tantas particularidades sem ter o conhecimento profundo disso, por exemplo, nós temos alunos com dislexia, alunos com TDAH, normalmente muito difícil pra diagnosticar, é complicado você gerir tudo isso em uma sala de aula. Os laudos normalmente costumam estar desatualizados, pois, a condição das famílias também não são muito boas pra custear uma consulta médica, então nós nunca sabemos qual a real necessidade desses alunos.

Mais uma vez, vê-se o “laudo” a frente do planejamento, porém, enxergamos as outras fases da docência. O reconhecimento do professor frente à realidade de seus alunos é clara, pois têm consciência da situação econômica vulnerável que alguns estão expostos, ainda mais se é um aluno com deficiência. Saber as especificidades dos alunos é o caminho para desenvolver melhor o ensino especial, mesmo que para isso faltem recursos e incentivos.

É de praxe que a família e a escola supervalorizem os laudos e diagnósticos de crianças e jovens com deficiência, induzindo esses indivíduos a doses altas de medicação, um outro debate que recai sobre a filosofia da diferença, conforme pontua Orrú:

Nesse contexto se evidencia a tendência de normatizar o indivíduo, visto que se algo em seu corpo ou mente não se iguala ao padrão do que se entende por ser saudável, ele é concebido como um indivíduo que precisa ser



“modificado”, sua estrutura, seu comportamento deve seguir as convenções homogeneizadoras do indivíduo saudável (ORRÚ, 2016, p. 1423).

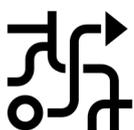
Controlar os alunos por intermédio da medicação é uma onda que se aproxima das escolas faz muitos anos, e sobre isso, devemos ficar atentos, pois, promover a normatização dos sujeitos em meio a um espaço de diferenças, como é o caso da escola, propicia um caminho que pode ter duas ramificações: uma que caminha rumo a inclusão social desses indivíduos e outra que preza solenemente pela exclusão destes.

É dever da escola garantir o trabalho de formação com as diferenças que envolvem seus alunos, propiciando atividades de formação para os professores e também à equipe gestora da escola, que têm como obrigação repensar seus planos pedagógicos e modelos de ensino trabalhados. O planejamento pedagógico deve ser reelaborado levando em consideração a formação ética e justa dos alunos, assegurando não somente a qualidade do ensino, mas, caminhos à total quebra de paradigmas com o sistema tradicional de ensinar. (MANTOAN, 2003)

ENSINO DE HISTÓRIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

Assim como o passar dos séculos trouxe transformações, o ensino de história também foi modificado e reestruturado desde a sua implantação no Brasil em meados do século XIX, em 1838, durante o período regencial, no colégio Dom Pedro II. De início e assim como se seguiu em alguns séculos que se passaram, a disciplina visava muito mais o eurocêntrismo como influência, junto do sentimento nacionalista e da aclamação dos heróis da pátria, tendo como metodologia central a memorização de datas e de fatos. Por ser voltado para a elite da época, o acesso ao ensino não era inclusivo, excluindo aqueles considerados subalternos (NADAI, 1993, p.146). Desse modo, é de fácil compreensão perceber que na escola o ensino de história não foi de primeiro momento programado para receber os diversos tipos de alunos. Isso se torna ainda mais claro quando se trata dos alunos com necessidades especiais, sendo a exclusão nesse campo ainda mais vasta.

Devido à crença inicial de que a escola é uma instituição que produz e reproduz padrões sociais, a mesma delimitou para os próprios alunos que estes seguissem o padrão normativo e realizassem o que é delimitado para tal padrão, entretanto: “Todos aqueles que fogem do padrão estabelecido pelo dito “modelo ideal”, são classificados a partir de suas



supostas insuficiências, incapacidades” (SANTOS e LANUTTI, 2018, p. 01). Esses vetores se tornaram propulsores da exclusão, sendo carregados de estereótipos, preconceitos e uma radicalização da norma. Cabe então refletir e questionar: Não deveria ser a escola, principal instituição educacional, juntamente com o ensino de história e as demais áreas das ciências humanas, a base para se construir e propiciar o direito e o princípio étnico da diferença? A escola inclui ou exclui?

Com os avanços tecnológicos, as novas estruturas e as conquistas no campo das políticas públicas, a escola pública e ensino de história passaram teoricamente por uma reestruturação - havendo um crescimento significativo em torno do acesso a educação básica da rede pública - tendo como cunho principal a formação de cidadãos com senso crítico, com uma visão aguçada para com o tempo, espaço e o mundo que os rodeiam e com a compreensão a cercada diferença e aceitação de cada indivíduo na sociedade. Faz parte do ensino e aprendizagem em história que os professores sejam aptos para se “depararem com as desigualdades de uma sociedade moderna e arcaica, de contradições não dissimuladas, mas que possui em comum um público estudantil com dificuldades para estabelecer relações com os tempos históricos” (BITTENCOURT, 2010, p.7).

No que diz respeito à formação dos professores pautando a diversidade e a diferença, foi possível analisar, pelas entrevistas, que os professores da rede pública de Três Lagoas não tem uma formação e capacitação adequada que os façam compreender e incluir os alunos e suas diversidades nas práticas de ensino, fazendo com que os mesmos se sintam excluídos e que muitas vezes não compreendam o conteúdo que está sendo ministrado pelo professor, gerando defasagem na sua aprendizagem.

Nesse contexto, se faz necessário pensar em um processo que a escola necessita passar para que acolha os seus alunos e dê o suporte e educação que os mesmos precisam. Por isso, há uma emergência de uma formação e capacitação para os professores de história trabalharem com seus alunos, de acordo com suas diversidades e diferenças, pensando em um ensino plural que acolha todos, além do cumprimento da modalidade prevista pela LDB, pois, sem essa formação adequada e sem o cumprimento das modalidades que tangem o ensino inclusivo os alunos continuarão sofrendo processos que os excluam dentro e fora da sala de aula, como pautado por Jane Peruzolacono (2007, p.9) “[...] um dos desafios para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem é: A existência de uma política de formação de professores; a existência de um projeto pedagógico compartilhado com toda a comunidade (inclusive com as áreas da saúde, psicologia, assistência social, trabalho e justiça)”

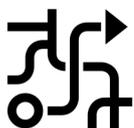


É nessa instância que se torna vigente o papel fundamental da instituição escolar e do ensino de história como meio para trabalhar questões culturais, sociais, étnicas acerca da identidade que advém de vários e diversos tipos de público, no caso os próprios alunos. Os funcionários e principalmente os professores devem ser capacitados para lidar todos os dias com diversos casos acerca da identidade e da diferença, tão pautados por Tomaz Tadeu da Silva (2000),

Já sabemos que a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição- discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p. 81).

Através da afirmação do autor, podemos compreender que a identidade e a diferença são dependentes uma das outras e que ambas são construções sociais que acabam por delimitar e excluir os sujeitos dentro e fora dos locais públicos e também privados. No que tange a exclusão no meio educacional, sabemos que ao falarmos de alunos com necessidades especiais há para com esses uma exclusão disfarçada de inclusão. Isso porque uma escola junto a um ensino que visem à inclusão dos alunos só será ideal quando a instituição trabalhar de maneira eficaz os fatores da identidade e da diferença de cada aluno, com base nas diretrizes das políticas de inclusão, o que de fato não vem acontecendo nas escolas da rede pública de ensino do estado do Mato Grosso do Sul. Isso fica evidente por meio do relato do professor X de história, ao ser questionado se a escola em que ele leciona promove algum tipo de formação para que os professores entendam a inclusão escolar:

Não, é assim, a escola possui um corpo pedagógico que auxilia a gente, mas, nada muito específico pra isso, então nós professores pensamos de forma conjunta para avaliar um aluno ou outro, pensa como trabalhar com esse aluno, mas nada que seja estabelecido um padrão pra isso, não tem um curso pra isso e a cada dia aparece alguém diferente pra gente trabalhar. Quando eu trabalhava na escola Y, tínhamos um trabalho muito forte com deficientes auditivos, aqui quando eu cheguei na escola X, tínhamos uma aluna, que tinha um pouquinho de deficiência intelectual, mas o grave eram os problemas com a locomoção, essa questão do nosso aluno cego também, não tivemos formações específicas pra isso. A escola publica é muito plural, ela recebe muita gente, mas não te traz um curso específico pra isso, nós tínhamos a Noesp, que é uma secretaria de assistência a educação especial no Mato Grosso do Sul que orientava bem os professores, mas, infelizmente o projeto acabou.



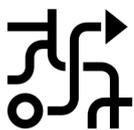
Como salientado anteriormente, a escola da rede pública teve com o passar dos anos um aumento gradativo no que diz respeito ao acesso por parte dos alunos. Como relata o professor, a escola recebe muita gente e é um mecanismo de pluralidade, entretanto, isso acaba, contraditoriamente, por funcionar de maneira ineficaz tendo em vista que os professores e funcionários não têm formação, capacitação e suporte para lidar com toda essa pluralidade, fazendo com que a ideia de inclusão não seja inequívoca.

Outro fator muito abrangente diz respeito não somente ao ato de ensinar e a maneira que será propagado o conhecimento histórico. Carla Márcia Pamphile dos Santos pontua que:

O ato de historicisar, nem sempre se adéqua a realidade de se ter e fazer uma educação inclusiva, pois, ensinar história em conformidade com as novas políticas públicas educacionais (PCN - Ensino Médio) e adotadas pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) sob a orientação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não trouxe para o âmbito da sala de aula o aluno incluso, ou seja, os livros didáticos adotados na escola (SANTOS, 2011, p. 2169).

Os conteúdos de história apresentados nos livros que fazem parte da grade curricular da educação básica estão longe de serem enquadrados na realidade. Isso porque os livros, por exemplo, não trazem nenhum mecanismo para lidar com um aluno com deficiência visual ou locomotora, impedindo-o de manusear e aprender com o material. Da mesma maneira, Santos (2011) afirma que há uma dificuldade em torno dos livros didáticos no processo de inclusão. O professor X também afirma ser a barreira que mais limita o aprendizado: “O material didático, porque, por exemplo em partes de arquitetura se tivéssemos alunos com necessidades físicas teríamos esse problema, hoje, acho que a parte de infraestrutura da escola não afeta tanto, eu acho pior essa parte de material didático mesmo”. Além do mais, o professor observa também que: “são muitas especificidades, eu não sei até que ponto eu consigo trabalhar com esses alunos e até que ponto meu trabalho é bom pra eles”.

O processo de educar carece de um preparo amplo e eficiente por parte dos professores: “a prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais” (ROGALSKI, 2010, p. 3). Entretanto, de acordo com o professor X, notamos que além de não haver capacitação, há também um receio por parte do ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Isso porque a escola e o Estado acabam por delimitar barreiras no aprendizado dos mesmos, dificultando também o trabalho do professor. Cabrini (1987) aponta que:

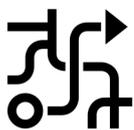


Essa história, que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual,(...) torna “natural” o fato de o aluno não se ver como agente histórico (CABRINI, 1987, p. 21 apud SANTOS, 2011, p. 2170).

Quando questionado aos professores X e Y sobre os recursos utilizados para preparar as aulas, ambos afirmam que fazem um planejamento global, mas que pensam na particularidade de cada aluno e através disso buscam utilizar recursos audiovisuais, sensoriais que ajudem na orientação discente e que principalmente fazem o uso da história oral, especialmente no caso dos alunos com deficiência visual. Deste modo, é salientado por Cabrini (1987) que o professor utilize de métodos e metodologias que rompam barreiras e atendam às necessidades dos alunos especiais, tornando-os inclusos, e que através do ensino de história, os alunos aprendam de fato a sua própria realidade e reflitam sua condição enquanto sujeitos históricos, produzindo e contribuindo para a produção da história na sociedade em que estão inseridos.

Por meio do pressuposto presente nessa pesquisa, vemos que tanto a escola como o ensino de história, são mecanismos fundamentais para romper as barreiras das desigualdades e propiciar os ideais acerca da identidade e da diferença, como salientado por Santos (2011, p. 2169); “Ter uma escola inclusa, ensinar a alunos inclusos e não mais excluir alunos desse processo pedagógico; educá-los para aquisição do conhecimento histórico e torná-los críticos e cidadãos, passa a ser um dos objetivos dos professores de história que no seu cotidiano escolar vem se deparando cada vez em maior escala”. Entretanto, por meio das entrevistas feitas com os professores de história da rede pública do estado do Mato Grosso do Sul, notamos que as escolas não vêm funcionando como um mecanismo de inclusão que a teoria fomentou.

Mesmo com todos os esforços advindos por parte dos professores junto ao seu saber histórico, a busca de métodos que englobe todos os alunos e os conteúdos críticos e étnicos, carece na base das próprias escolas da prática educacional que visa à propagação das políticas de inclusão escolar. O próprio currículo intervém de maneira universal delimitando uma norma no ensino e aprendizagem e uma norma para os próprios alunos, não funcionando de maneira inclusiva e sim de forma normatiza e exclusiva. Desse modo, isso acaba por se tornar “uma das razões pelas quais a escola não consegue, de fato, se tornar um ambiente de todos” (SANTOS e LANUTTI, 2018, p. 2).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do levantamento de dados bibliográficos e do trabalho com os relatos, essa pesquisa buscou problematizar como a escola junto ao ensino de história vem lidando com a questão de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Seguindo o viés historiográfico acerca da história da educação especial, notamos que a mesma surgiu e se fixou por meio de muitas pautas e discussões, resistindo a imposições que muitas vezes foram colocadas para estar. Entretanto, podemos perceber também através do que aqui foi pontuado e pelas questões empíricas que a Educação Especial no Brasil, mesmo diante de tantas lutas, não é reconhecida e não tem os seus valores e direitos como de fato deveria, carecendo muitas vezes de um suporte vindo do Estado.

Outro fator tangível que essa pesquisa procurou ressaltar diz sobre as questões da filosofia da diferença e como esta seria o “ponta pé” inicial para discutir e ensinar dentro das instituições escolares a grande mescla cultural e social, e questões relacionadas a diferença x diversidade. Ademais, podemos compreender que a filosofia da diferença tem uma função primordial na aceitação dos sujeitos, porém, o que acontece nas escolas públicas é a falta de conhecimento sobre a filosofia da diferença e como essa se torna nula no ensino e da consciência dos alunos dentro e fora das salas de aula, mostrando-nos mais uma vez a precariedade e a falta de capacitação dos docentes e discentes acerca de trabalhar e ensinar a diversidade e diferença como questões que tangem as deficiências.

E como estudo final, buscamos destacar como o ensino de história está envolto nas questões que dizem respeito à diversidade e a diferença junto do processo de inclusão. Por meio dos relatos dos professores de história das escolas públicas aqui entrevistados e por meio da análises bibliográficas, concluímos que o ensino de história junto às demais áreas das ciências humanas seriam os campos ideais para que todo apontamento sobre inclusão, tanto de pessoas com necessidades especiais quanto a inclusão de diversas culturas e etnias, fossem trabalhados e dialogados de maneira explícita e eficiente com os alunos, pois, teoricamente são essas áreas que estão destinadas a formar cidadãos com senso crítico, com uma visão aguçada para com o mundo em que vivemos. Todavia, isso não vem acontecendo por parte do ensino de história, isso porque o currículo, junto ao material didático, não busca trabalhar os diversos tipos de sujeitos e suas diferenças, ou até mesmo não se interpreta que um aluno com deficiência visual – como citado nessa pesquisa – não consegue

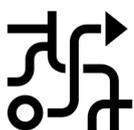


ler um livro se não em braile, o que não é fornecido para o mesmo. Outro fator relevante é que o professor de história não tem capacitação para trabalhar com esses sujeitos. Mesmo que ele se esforce e dê o seu melhor, ainda falta muitos pontos a serem trabalhados e que geram uma defasagem no melhor aprendizado do aluno com necessidades especiais e, por isso, há uma necessidade de se trabalhar, compreender e ter formação e capacitação para lidar com os diversos públicos que estão inseridos dentro das salas de aula, e na composição das escolas.

Seguindo todo pressuposto pontuado nessa pesquisa, podemos então concluir e melhor compreender que existem sim meios e fatores que auxiliam e defendem a educação especial no Brasil e que buscam maneiras de trabalhá-la e inseri-la de forma eficiente no ensino das escolas de educação básica. Contudo, há ainda um desleixo e desamparo muito grande com essa questão, fazendo com que os professores e os próprios alunos careçam de um suporte que priorize a questão da educação para os alunos com necessidades especiais. O que vemos aqui são as instituições escolares buscando formar padrões e mão de obra para a sociedade, e não cidadãos com senso crítico, que saibam seus direitos e que sejam, de maneira eficiente, capacitados para a realidade acerca do mundo. Mesmo com todo avanço da educação especial no Brasil, essa ainda não é vista com prioridade, e é devido a isso que existe um abandono e uma infraestrutura precária para com os alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Marcus Vinicius. *Psicologia da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008.
- LANUTI, De Oliveira Evangelista, José Eduardo &, MANTOAN, Égler Maria, Teresa. Resignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença, *Polyphônia*. Revista de Educación Inclusiva, 2 (1), 2018, p. 119-129.
- DELEUZE, Gilles. Platão e o Simulacro. In: *Lógica do Sentido*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LANUTI, José, Eduardo de Oliveira Evangelista. Adaptar ou recriar o ensino para ensinar a todos? Por uma Pedagogia da Diferença. In: *VI Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações e IV Simpósio Internacional de Educação a Distância*, 2017, Presidente Prudente / SP. Anais... Presidente Prudente/SP: Unesp, 2017. p. 63-70



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Os sentidos da diferença. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p.103-104, jan./jun. 2011

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A educação especial no Brasil - da exclusão à inclusão escolar*. FE/UNICAMP: 2001. (Mimeo.)

ORRÚ, Silvia Ester. O perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo. In: *Revista eletrônica Gestão & Saúde*, Vol. 04, Nº 01. Ano 2013. p. 1419-14229.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. *Revista de Educação do IDEAU*, v. 5, n.º 12, jul-dez 2010.

SANTOS, Carla Márcia Pamphile dos. O Ensino de História e o Processo de Inclusão Escolar: o ensino de história a alunos inclusos na rede pública do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

LANUTI, De Oliveira Evangelista, José, Eduardo &. SANTOS, Martinha, Clarete Dutra dos. Por que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ignorou o direito de todos a uma educação inclusiva? *Revista Aluvião*, v. 4, p. 1-3, 2018.

SEFFNER, Fernando. Das (possíveis) perversas faces das políticas de inclusão escolar: o que o ensino de História tem a ver com isso. In: *Anais - XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. *Educação & Realidade*, 24 jul./ dez, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomáz Tadeu da; HALL, Stuart; Kathryn Woodward (orgs). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em: 30/03/2020

Aprovado em: 13/05/2020



ANEXOS

ENTREVISTA 1 – “PROFESSOR X”

Como você acha que a inclusão deve acontecer nas escolas?

R: Acho que deveria ter uma estrutura melhor e uma melhor preparação dos professores, tanto uma questão de estrutura da escola, tanto a questão de termos um curso mais exato pra isso, ter uma formação pra isso, porque é o que falta pra gente (professores). Porque normalmente recebemos alunos com diversas necessidades e você não sabe lidar, não só a questão física, mas também a questão intelectual, nos falta muito isso para compreendermos como devemos trabalhar com esses alunos. Por exemplo, temos um aluno aqui que é deficiente visual e como é que trabalhamos com esse aluno? Simplesmente com o que foi passado pra gente, cada professor vai desenvolvendo uma maneira pra trabalhar com ele, então, além da falta de estrutura, por exemplo, não tem ninguém pra acompanhar ele, então é super complicado isso, ele não tem o material específico, o material tinha que vir em braile, e sempre a falta, a educação em geral trabalha com a falta, mas em específico a educação especial, um problema grave que a gente tem.”

A escola promove algum tipo de formação para que os professores entendam a inclusão escolar?

R: Não, é assim, a escola possui um corpo pedagógico que auxilia a gente, mas, nada muito específico pra isso, então nós professores pensamos de forma conjunta para avaliar um aluno ou outro, pensa como trabalhar com esse aluno, mas nada que seja estabelecido um padrão pra isso, não tem um curso pra isso e a cada dia aparece alguém diferente pra gente trabalhar. Quando eu trabalhava na escola “Afonso Pena” tínhamos um trabalho muito forte com deficientes auditivos, aqui quando eu cheguei no Bom Jesus, tínhamos a aluna Carol, que tinha um pouquinho de deficiência intelectual, mas o grave eram os problemas com a locomoção, essa questão do nosso aluno cego também, não tivemos formações específicas pra isso. A escola pública é muito plural, ela recebe muita gente, mas não te traz um curso específico pra isso, nós tínhamos a Noesp, que é uma secretaria de assistência a educação especial no Mato Grosso do Sul que orientava bem os professores, mas, infelizmente o projeto acabou. Mas infelizmente, nosso maior problema ainda são com os laudos, não sei se isso chega ou vai de encontro a pesquisa que vocês estão fazendo, mas é o que passamos na escola, pois, nós temos uma variedade de alunos aqui que têm dificuldades gigantescas, e uma coisa muito importante na educação é que professor não é médico, pra gente fica muito complicado trabalhar com tantas particularidades sem ter o conhecimento profundo disso,



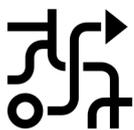
por exemplo, nós temos alunos com discalculia, alunos com dislexia, alunos com DDA , normalmente muito difícil pra diagnosticar, é complicado você gerir tudo isso em uma sala de aula. Os laudos normalmente costumam estar desatualizados, pois, a condição das famílias também não são muito boas pra custear uma consulta médica, então nós nunca sabemos qual a real necessidade desses alunos.

Você sabe qual a política que defende os direitos dos alunos com deficiência?!

R: Não, ainda mais nesse governo, é complicado ter alguma política que defenda os alunos, ainda mais os alunos com deficiência. Aqui no Mato Grosso do Sul a gente tinha a Noesp como eu disse, os educadores passavam visitando as escolas, fazendo orientações, mas, nada assim muito extenso.

A escola apresenta barreiras que limitam em partes o aprendizado dos alunos com deficiência?!

R: Eu acho que apresenta, principalmente com o material didático, porque, por exemplo em partes de arquitetura se tivéssemos alunos com necessidades físicas teríamos esse problema, hoje, acho que a parte de infraestrutura da escola não afeta tanto, eu acho pior essa parte de material didático mesmo, por exemplo, nós temos um aluno do terceiro ano, deficiente visual, que é super bom, mas ainda bem que ele é muito ativo, ele tem muitas particularidades que o ajudam bem, então, na história, na área de humanas você ainda consegue alguma coisa bacana, agora você imagina nas exatas, em física por exemplo, como é que você explica isso para aquele aluno porque são fórmulas, fica difícil se você não tem material didático pra isso, não tenho nem ideia como os professores trabalham com isso. Na minha área ele se sai super bem, dou aula pra ele de história e sociologia, e como ele é bom ouvinte escreve super bem, e como ele tem uma melhor amiga que sempre o acompanha ajuda a trabalhar melhor, para fazer atividades em grupo também, ele apresenta seminário super bem, seminário dele é fantástico, foi até engraçado, cômica a situação, pois, no ultimo seminário que ele apresentou, ele começou a virar e ficar mais de frente pra lousa e uma amiga corrigiu a posição dele, ele até brincou “A professor, não to enxergando”, mas é bem legal ver como ele lida com a situação. Mas são muitas especificidades, eu não sei até que ponto eu consigo trabalhar com esses alunos e até que ponto meu trabalho é bom pra eles, porque, se os alunos são bons facilita, agora se eles não são pra gente é mais complicado, você não consegue atingir tão bem esses alunos. Os alunos que não tem deficiências abraçam os alunos deficientes, a escola pública lida bem com essas diferenças, já que, é uma situação comum, pois, sempre recebemos alunos assim, estamos acostumados com eles e com seus



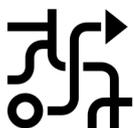
interpretes e acompanhantes também e a sala mais ainda, pois, em sua maioria estudam desde pequenos juntos e estão bem acostumados.

Quais os recursos que você utiliza para preparar a sua aula?

R: Para os alunos com deficiência não tem nenhuma elaboração específica, o que difere é o atendimento durante a aula, que também pode ser diferente quando necessário, nosso aluno do terceiro ano mesmo o Roni, pra ele não é tão diferenciado, pois, como minha aula é bastante dialogada e falada pra ele é bem cômodo, já que a audição é super importante, as notas dele são maiores do que boa parte da sala, ele não tem o texto lá e tal, mas ele consegue acompanhar super bem, porque está sempre atento. Nós tínhamos a Carol ano passado que tinha dificuldades motoras, mas conseguia copiar o texto, então, assim como eles você tem que ter a noção de deixar um tempo maior para as atividades. Quando eu dava aula em uma escola estadual famosa aqui na cidade, por exemplo, para os deficientes auditivos nós deixávamos um tempo maior, porque pra eles não é fácil o processo de tradução, porque se aquilo tá em português eles têm que traduzir pra língua de sinais, então, na hora de apresentar trabalho deles, eu fazia muito mais questão que a apresentação fosse oral pra facilitar o processo pra eles, e é essa a vantagem de trabalhar em uma escola que tem essa tradição de trabalhar com alunos com deficiência que ai já passam as orientações para os professores, aqui no Bom Jesus eu nunca trabalhei com aluno deficiente auditivo, acho que seria difícil, mas, na escola pública a gente sempre se adapta, a capacidade da escola pública de se adaptar é impressionante. Na hora de preparar a aula você deve pensar na particularidade de cada aluno, ver aquilo que ele pode fazer, aquilo que ele não quer fazer, nós tínhamos um aluno que estava no primeiro ano e não era alfabetizado, apresentava uma série de dificuldades e para ajudar a facilitar nós trabalhávamos em dupla, provas e trabalhos, pois, ele não sabia escrever mais sabia falar corretamente e assim ia ajudando o colega.

Com base no que você faz o planejamento da sua aula?

R: Basicamente seguimos um currículo, ele é bem extenso, nem sempre dá pra trabalhar ele inteiro, mas você segue e foca, ele tem uma serie de orientações, várias competências, a maneira que você deve trabalhar com o aluno, e como em história nós temos poucas aulas, fica difícil trabalhar, o terceiro ano do médio mesmo, você pega ai onze aulas de história no mês pela lógica, em cada aula deveríamos cumprir uma competência do currículo, mas é impossível, não só pelas aulas, mas pelos imprevistos que ocorrem, choveu não tem aluno, é ferido, e dia de reunião é conselho de classe, então isso tudo atrapalha o caminho, mas estamos acostumados, mas trabalhar o currículo é uma exigência do corpo pedagógico,



coordenadora avalia os planos de aula pra analisar as competências do currículo e tem total liberdade para alterar se necessário.

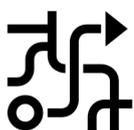
Você pensa nas dificuldades do seu aluno para preparar a sua aula?

R: Com certeza, estou trabalhando com os alunos do estagio que são da residência pedagógica e uma coisa que eu sempre falo pra eles é que a realidade da universidade e da escola é completamente diferente, e o que eu oriento é sobre o vocabulário deles, vou dar um exemplo que aconteceu na aula do nono ano que é uma das salas onde eles fazem estágio, então o rapaz foi dar aula e falou “lei da demanda e da procura” pra gente parece uma coisa muito simples, mas pra eles é complicado, primeiro que boa parte não sabe que lei é essa e segundo que conhecem como “oferta e procura”, então se você sai da oferta e vai pra demanda, pronto, já causa uma confusão, não tem sentido pra eles, e é bem difícil esse trabalho, pois, na universidade isso é muito comum, vocês usam todos os dias. Eles têm uma dificuldade que é assim, eu explico pra eles o que é república, e quando eu falo que tal pessoa é republicana eles não conseguem associar, então, em cada aula minha, começo de trabalho que eu faço é dar um texto base que os alunos vão utilizar todas as aulas e as palavras que ele não entender eles vão sublinhar pra que eu possa trabalhar o significado e exemplificar cada um deles. No sétimo C, tenho uma aluna do Haiti, havia no texto a palavra “abertura econômica”, ela não sabia o que era, pra ela a palavra abertura não fazia sentido, coisa que gente já é normal, então é realmente esse trabalho de formiguinha saber a dificuldade de cada um pra tentar entender não só as dificuldades dos alunos, mas de sala por sala, eu tenho três primeiros anos, um é completamente diferente do outro, eu sei onde eu posso puxar ou não, então você tem que trabalhar com essas coisas, além dos alunos que possuem alguma deficiência ou necessidade especial.

ENTREVISTA 2 – “PROFESSOR Y”

Como você acha que a inclusão deve acontecer nas escolas?

R: É, vamo lá, primeiramente a inclusão deve partir, é claro, da estrutura da escola, deve ter alguns procedimentos e normas, é pra dizer qual problema, que tipo de problema e o laudo que tem o aluno, para incluir. Depois vem em seguida o próprio professor, educador, que deveria ter uma capacitação direcionada em relação há isso. E a terceira etapa os próprios alunos, colega de sala que deveria ter uma preparação, formação e conscientização para acolher. Acredito que deveria passar por esses três processos.



A escola promove algum tipo de formação para que os professores entendam a inclusão escolar?

R: É, no caso aqui da escola, eu estou há três anos. No meu ponto de vista sim houve uma pequena evolução, que é sempre no começo do ano, é, recentemente no aja que eu dou aula nós temos psicólogas e eventualmente tivemos algumas palestras para aprender lidar com jovens que tem laudos, mas ainda eu acredito que a escola ainda carece dessa estrutura de formação. É trazer profissionais desde o início do ano nessas formações pedagógicas para que possamos direcionar, fazer uma lista com os laudos desde surdo, autista, dislexia, que tenham comprovados para que assim trouxesse profissionais para nos direcionar. Então ainda sim carecemos dessas capacitações.

Você sabe qual a política que defende os direitos dos alunos com deficiência?!

R: Sim, nós temos as próprias políticas públicas da educação e alguns artigos são voltados a essa questão da educação especial de como devemos nos portar em relação a isso e ai entra a questão que é novamente a crítica, você tem as políticas que sabemos que ela existe por direito e eles precisam de uma atenção diferenciada, acho que falta dentro dessa políticas públicas de que forma, ou metodologias possamos inclui-los de uma forma mais eficaz.

A escola apresenta barreiras que limitam em partes o aprendizado dos alunos com deficiência?!

Não, de maneira alguma, muito pelo contrário, aqui na escola faço até um elogio porque se não me falhe a memória não sei se é a única ou se tem mais alguma escola estadual, pública que recebe esses alunos com algum tipo de laudo com deficiência. Não acho Barreira, atendemos os alunos sempre de portas abertas. Temos professores especializados para acompanhá-los, mas nós os educadores principais que somos os professores regulares, as vezes eu vejo que carece de uma formação mais direcionada para nós para lidar com o aluno que tem deficiência.

Quais os recursos que você utiliza para preparar a sua aula?

R: É, a grande dificuldade que nós encontramos é isso, primeiro a, sejamos sinceros, o professor nós temos que dar os pulos de toda maneira, nós temos salas muito lotadas, vocês podem observar principalmente nesse ano, com acima de 30/35 alunos, então além de você controlar a sala, talvez seria interessante você fazer uma atividade direcionada para esses alunos. Nós propomos as seguintes formas, buscar pedagógicas a partir de imagens, vídeos, debates, dinamismo, desenhos, trazer um pouco a arte em tona. Mas qual outro problema que vai gerar, dependendo de algum aluno ou outro que as vezes não tem profissional acompanhando. Por exemplo, temos um autista dentro do 6ano, e a mãe veio conversar mas



ainda não passou nada oficial por parte da coordenação. E é muito evidente é muito explícito que ele tem um certo laudo uma certa dificuldade então se eu não saber qual que é o laudo de fato por escrito não saberei quais metodologias eu vou poder usar; é um problema o que, motor? Auditivo? É déficit de atenção? Então isso que nós carecemos um pouco nessas formações, nesses processos, nesses procedimentos.

Com base no que você faz o planejamento da sua aula?

R: Na preparação da aula nós fazemos um planejamento global e dentro das próprias habilidades a serem alcançadas é colocado as metodologias, é você consta lá, não só para o grupo mas para a aula ser diferenciada nós procuramos sempre algum detalhe é colocar uma aula um pouco mãos minuciosa, um foco para determinado aluno X, usar uma metodologia diferenciada, um aluno que tem muita dificuldade de compreensão, principalmente da escrita, com uma grande dificuldade; então trabalhar mais com imagens, símbolos, história oral.

Você pensa nas dificuldades do seu aluno para preparar a sua aula?

R: Com certeza, penso sim e creio que o maior desafio do professor até seria algum mérito algum prazer, é saber a partir de algum momento que você a dificuldade, melhor ainda, quando você descobre, consegue descobrir de fato qual a maior dificuldade desse aluno e aí você pode preparar uma boa aula, um conteúdo direcionado a ele. Mas a preocupação de fato são esses com deficiência, aí o foco é o progresso deles.

Recebido em: 30/03/2020
Aprovado em: 13/05/2020

RESENHAS

FAUSTO, Boris. O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala. São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras: 2019. 255p.

TRESCENTTI, João Lucas Poiani ⁷⁰
<https://orcid.org/0000-0002-1801-6882> 

Os chamados *faits divers*, ou seja, tudo o que é fora do comum, insólito ou inesperado, têm frequentado, desde o final do Oitocentos, as páginas da imprensa e assegurado o sucesso de várias publicações. A fórmula tem se adaptado a cada novo veículo, seja o rádio, a televisão ou a internet. Os crimes bizarros constituem-se em fonte inesgotável, como atesta, por exemplo, os programas das redes de televisão abertas, que cotidianamente esmiúçam detalhes de perversidades variadas. Para ficar apenas num exemplo, basta citar o caso ocorrido em fevereiro de 2020, no programa policiaisco da TV Record de São Paulo, Cidade Alerta, apresentado por Luiz Bacci, que informou, ao vivo, para uma mãe que sua filha acabara de ser assassinada pelo namorado. O caso gerou fortes críticas, tendo em vista a espetacularização barata da dor alheia, regada por altas doses de falta de ética.

Tais práticas, é importante lembrar, remontam ao final do século XIX, momento em que os jornais, então os principais veículos de comunicação, narravam, não sem doses de sensacionalismo, a repercussão de crimes, conforme demonstra Boris Fausto no seu novo livro, *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala*. São Paulo, 1908-1928. O autor organizou a obra em duas partes: a primeira, intitulada “O crime da Galeria de Cristal”, contém dez capítulos⁷¹ e outra, sob o título “Os crimes da mala”, divide-se em doze capítulos.⁷² A obra abre-se com uma introdução e encerra-se com conclusão e anexo, que traz o diário de um dos réus, publicado originalmente em 1908 no jornal *O Estado de S. Paulo*.

⁷⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis. E-mail: jlprescentti@hotmail.com

⁷¹ O Crime, A Galeria de Cristal. O Crime-Folhetim, Os personagens, O enterro. A repercussão do crime. Disputas na imprensa, Duas visões feministas opostas, Na cadeia pública. O primeiro julgamento, O segundo julgamento e a indignada imprensa carioca, Terceiro julgamento: uma batalha quase decisiva, Últimos lances, Os julgamentos de Elizário: um final previsível.

⁷² Negócio e afetos, O crime, O sensacionalismo da imprensa. Fantasias, Rumo a São Paulo. Um “furo” fracassado, Trad e Carolina: cartas de amor?, Peripécias judiciais. Preconceitos e simpatias, O diário de Trad, Trad domina a cena, Uma longa prisão. Livre, mas vigiado, O segundo crime da mala, Os crimes em letra e imagem, Trad, Pistone e Maria Féa em confronto.

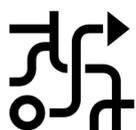


O volume contém, ainda, fotografias relativas aos acontecimentos e personagens envolvidos, além de alguns desenhos, charges e propagandas publicados nos jornais e que, ainda que de modo indireto, guardavam relação com os fatos analisados.

Na introdução, o historiador apresentou os objetos de seu estudo, ou seja, o crime da Galeria de Cristal, ocorrido em 1909, e dois crimes que ficaram conhecidos como sendo da mala, datados de 1908 e 1928, todos registrados na cidade de São Paulo. A análise não é cronológica, mas organizada segundo a natureza dos assassinatos, já que os dois últimos seguiram o mesmo padrão, ainda que os responsáveis fossem pessoas distintas. A escolha não foi aleatória, trata-se de três delitos que causaram sensação na época, envolveram figuras femininas e permitem múltiplas apreensões, seja em relação às motivações, aos perpetradores, ao desenrolar da investigação, do processo e do julgamento. Noutros termos, três crimes que receberam considerável atenção da imprensa e que ofereceram ao historiador a oportunidade de refletir sobre o contexto em que ocorreram e as narrativas construídas em torno dos mesmos.

Como destacou Fausto, as décadas iniciais do século XX foram momentos de transformações importantes na cidade de São Paulo, cada vez mais cosmopolita: “Tudo se acelerava: as invenções, os divertimentos, a comunicação, a última moda – o *dernier cri* -, vinda de fato ou supostamente de Paris.” (FAUSTO, 2019, p. 22, grifos do autor). Vivia-se no período posteriormente denominado de *Belle Époque*, quando os símbolos do progresso técnico, a exemplo dos automóveis, bondes elétricos, iluminação pública, cinema, câmeras fotográficas portáteis, anunciavam a modernidade e insuflavam a crença no progresso e no domínio sobre a natureza. As mudanças não se restringiam aos artefatos técnicos, também alteravam as relações e o comportamento social, com a multiplicação das “[...] brigas de botequim, a socos ou a facadas [...]” (FAUSTO, 2019, p. 23), que alimentavam as rubricas dedicadas aos *faits divers*, que povoavam não apenas as páginas dos impressos periódicos, (KALIFA, 1993) mas também as telas dos cinematógrafos, cujas imagens impressionavam por ainda guardarem o sabor das novidades.

O crescimento urbano acelerado, que marcou São Paulo a partir da década de 1880 e que transformou a antiga cidade de estudantes numa das mais dinâmicas capitais da América Latina, mostrava a sua outra face, com o aumento da criminalidade, aspecto estudado por Boris Fausto em *Crime e cotidiano*, quando analisou “[...] centenas de autos, alguns dos quais fixados na minha memória por seu conteúdo dramático, expresso nas peças judiciais, nas fotografias, nas cartas escritas em línguas estrangeiras.” (FAUSTO, 2019, p. 217)



e deparou-se com dois dos crimes deste novo livro: o da Galeria de Cristal e o primeiro dos denominados da mala.

Embora não tenha podido analisar novamente os processos judiciais, que se encontram atualmente “[...] ‘deslocados’ – um quase sinônimo da impossibilidade de consultá-los [...]”, (FAUSTO, 2019, p. 217) Fausto criou uma narrativa envolvente sobre pessoas comuns, que saíram do anonimato diretamente para as páginas dos jornais. Inspirado nas perspectivas abertas pela história do cotidiano e da micro-história, o historiador analisou, de forma circunstanciada, como a imprensa noticiou esses episódios, desde o primeiro momento até o seu desfecho nos tribunais, e assumiu, por vezes, a tarefa da polícia, na medida em que tentou investigar e resolver o enigma, sem deixar de se tomar posição a favor ou contra os acusados.

O historiador detalhou as circunstâncias que envolveram e o desenrolar dos crimes, um deles cometido por uma mulher que se apaixonou por um jovem bacharel e o assassinou, após ter sido abandonada grávida, e outros dois cometidos por estrangeiros, que se fixaram no Brasil em 1908 e 1928, respectivamente. O primeiro assassinou o patrão e o segundo a esposa, tendo se livrado dos corpos da mesma forma, colocando-os em malas.

Frente à impossibilidade de propor quadros generalizantes, como o próprio autor destacou, a pesquisa teve em mira analisar, a partir de casos específicos, o debate jurídico em torno dos métodos de investigação, dos argumentos legais mobilizados, a exemplo de eventuais atenuantes, particularmente utilizados no caso do crime da Galeria de Cristal, da atuação dos advogados, que por meio de longas arguições apelavam para os mais recônditos sentimentos do júri e mesmo às instâncias superiores da magistratura, na tentativa de livrarem seus clientes da cadeia, dos promotores, que falavam em nome das vítimas, do júri, cujos votos eram aguardados com ansiedade, e também dos populares que, seja dentro ou fora do Fórum, esperavam curiosos o desfecho da história.

Merece destaque o tom da narrativa, capaz de atingir um público amplo, sem abdicar, contudo, do rigor historiográfico e do tratamento crítico das fontes, que não são mobilizadas como portadoras de verdades, mas enquanto construção narrativa que requer análise e atenção em relação aos interesses envolvidos, entre eles aumento da venda dos jornais. Além das qualidades em termos de trabalho metodológico com documentação diversificada, merece atenção o sabor das páginas escritas por Boris Fausto, que nos convida a refletir sobre uma outra São Paulo, habitada por levas de imigrantes pobres, cujas vozes se ouve, ainda que de forma indireta, a partir dos registros e notícias policiais, tal como



ocorre com mulheres pobres, enganadas e abusadas e que, no mais das vezes, carregavam sozinhas suas dores.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Israel Ozanam de Sousa. *Quem era o Doutor Anísio? O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916)*. 2018. 548 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FAUSTO, Boris. *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala*. São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras: 2019.

KALIFA, Dominique. Les tâcherons de l'information: petits reporters et faits divers à la "Belle Époque". *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Paris, n. 4, p. 578-603, tome 40. 1993. https://www.persee.fr/doc/rhmc_0048-8003_1993_num_40_4_1691.

Recebido em : 28/03/2020

Aprovado em : 22/05/2020

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1° ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158p.

Kathiusy Gomes da Silva*

<https://orcid.org/0000-0001-9947-8589> 

Mariana Esteves de Oliveira**

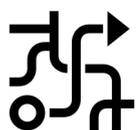
<https://orcid.org/0000-0001-9411-3206> 

Silvia Federici nasceu em Parma, Itália, em 1942 e vem ganhando cada vez mais leitores e leitoras no Brasil. Em seus trabalhos discute sobre mulheres, gênero, trabalho e como a reprodução – e o trabalho doméstico/reprodutivo – são as chaves para compreender a desvalorização das mulheres na sociedade capitalista.

No livro “Mulheres e caça às bruxas”, lançado no Brasil em 2019, Federici faz uma retomada da discussão desenvolvida no livro “O Calibã e a Bruxa” de 2004, traduzido para o português pelo Coletivo Sycorax e publicado pela Editora Elefante em 2017. Naquele momento, Federici (2017) se preocupava em demonstrar como o processo de acumulação primitiva do capital foi alcançado também a partir da caça às bruxas da era moderna, num amplo e profundo processo de perseguição e disciplinarização dos corpos femininos, da sociabilidade e da reprodução, a incidir sobre a divisão sexual e na desvalorização (e não remuneração) do trabalho doméstico e reprodutivo. A proposta dela era alçar a caça às bruxas ao hall de elementos expostos por Marx sobre a acumulação primitiva, tais como a expropriação agrária dos cercamentos ingleses, o colonialismo, a pirataria e a usura (MARX, 1985). Apesar da centralidade nas relações sociais e no trabalho, não há um consenso se Federici efetivamente avança com as teses de Marx, porém, n’O Calibã, o acúmulo de fontes e experiências daquele processo extensamente analisado revelam, no mínimo, que o capital não teria tamanha força social sem a diminuição proporcional do poder horizontal e comunitário das mulheres.

* Graduanda do 7º período no curso de História UFMS/CPTL. Bolsista PET e Pivic. E-mail: kathiusy@gmail.com

** Professora Adjunta na UFMS/CPTL; Doutora em História (UFGD/2016); Membro da diretoria da ANPUH (Brasil 2019-2021 e MS 2018-2020); Pesquisadora associada do INCT Proprietas. E-mail: mariana.esteves@ufms.br



Nesse novo livro, *Mulheres e Caça às Bruxas*, Federici se concentra em dois aspectos: retomar a relação entre a violência contra mulheres ao advento do capital e apresentar o novo fenômeno de caça às bruxas em países outrora colonizados. Assim, defende que a caça às bruxas não é algo pontual, localizado num campo cultural de um tempo, mas estrutural e presente nos ciclos do capitalismo desde sua gênese. Para iniciar, reconsidera o ambiente e as motivações sociais que produziram as acusações de bruxaria, dando destaque ao processo de cercamento e privatização de terras no advento do capital, bem como destaca a relação entre a caça às bruxas, o crescente cercamento do corpo feminino e a persistente expropriação agrária nos recônditos do planeta.

O livro é estruturado a partir da organização de vários artigos antes expostos em palestras, divididos em duas partes. A primeira é denominada “Revisitando a acumulação primitiva do capital e a caça às bruxas na Europa” e possui cinco capítulos; a segunda é chamada de “Novas formas de acumulação de capital e a caça às bruxas em nossa época” e possui dois capítulos.

Os primeiros capítulos abordam as motivações histórico-sociais que levaram à tortura de milhares de mulheres na Europa, muitas mortas em fogueiras, entre os séculos XVI e XVII. No primeiro capítulo “Midsommervises ‘Vi elsker vort land’: canção de verão ‘Amamos nosso país’”, Federici destaca como a caça às bruxas se tornou uma prática presente na cultura popular, expressa comumente em canções como a que ela exemplifica no capítulo. No segundo capítulo “Por que falar outra vez em caças às bruxas?”, a autora aborda o aumento das pesquisas sobre bruxas a partir da nova história, com ênfase aos detalhes dos julgamentos, mas alerta serem poucos e novos os estudos sobre as motivações sociais desse processo, das condições socio materiais que levaram às perseguições, e que dialoguem com o conjunto de transformações da transição do feudalismo ao capitalismo. O terceiro capítulo “Caça às bruxas, cercamentos e o fim das relações de propriedade comunal”, sustenta que os cercamentos de terras inglesas e o capitalismo agrário surgido a partir do fim o século XV na Europa oferecem um pano de fundo para compreender muitas das acusações de bruxaria. Neste capítulo a autora destaca que, além dos cercamentos, deve-se abordar outros aspectos desse período histórico para compreender o aumento no número de perseguições às bruxas e a violência: o crescimento das relações monetárias; a ocupação privada de terra (até então comunais); as novas formas de tributação; perda de direitos consuetudinários das mulheres; surgimento de novas leis (que proibiam até a prática pedinte inclusive às viúvas); e, eliminação de crenças e práticas comuns na Europa

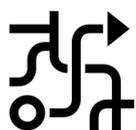


medieval. Mote para a autora abordar a ideia de “cercamentos de conhecimentos”, destacando a imposição dos novos padrões de saber e saber-fazer.

No quarto capítulo “A caça às bruxas e o medo do poder das mulheres”, Federici destaca o novo código social e ético que passou a ser imposto às mulheres, com suas bases no Estado e na Igreja. A teoria desse capítulo é que as mulheres eram acusadas de bruxaria porque as transformações que geraram a base do capitalismo destruíram os seus meios de sobrevivência e as bases do seu poder social, deixando-as dependentes de caridade, em uma sociedade que pregava a desintegração dos laços comunais. Aborda a caracterização mais comum da bruxa, como uma mulher pobre e idosa que vivia sozinha, dependia de doações, ameaçava e amaldiçoava as pessoas por conta da sua marginalização. No último capítulo dessa primeira parte, “Sobre o significado de ‘Gossip’”, a autora historiciza esse termo, que no medievo significava a amizade entre mulheres, com foco na solidariedade feminina, mas que durante o desenvolvimento do capitalismo foi descaracterizado até significar, de forma depreciativa, “encontros” de mulheres para beber e fofocar, com o foco nesta última ação. A transformação do significado de “gossip” se deu *pari passu* ao fortalecimento da autoridade patriarcal e a feminização da pobreza.

Na segunda parte, os capítulos abordam a caça às bruxas e as novas formas de perseguição e violência empregadas às mulheres no século XXI, com destaque para a realidade das mulheres africanas. No sexto capítulo, “Globalização, acumulação de capital e violência contra as mulheres: uma perspectiva internacional e histórica”, a autora revela as novas formas de caça às bruxas a partir da literatura crescente sobre o tema, destacando ainda os encontros e conferências internacionais que discutem a violência, maternidade, estupro e outras temáticas que envolvem as mulheres. Federici afirma que desde os anos de 1990, no continente africano e na Índia, houve a volta do fenômeno da caça às bruxas, vinculando-o a fatores como: fragmentação das relações comunais, décadas de empobrecimento, desnutrição e doenças, precarização do trabalho, sistemas de saúde desestruturados, expansão de seitas evangélicas neocalvinistas e, principalmente, interesses econômicos de uma camada social específica.

No sétimo capítulo, intitulado “Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais”, Federici caracteriza a nova caça às bruxas como sendo expedições punitivas de homens jovens que participam de grupos paramilitares ou se autodenominam perseguidores de bruxas. Para a autora, essa caça às bruxas é compreendida no processo de crise da reprodução social causada pela liberalização e pela



globalização das economias africanas. Essa crise enfraqueceu as economias locais e desvalorizou a posição social das mulheres, produzindo intensos conflitos relativos ao uso de recursos naturais, principalmente a terra. Federici destaca que as feministas deveriam dar mais atenção ao novo fenômeno de caça às bruxas, que está atingindo as mulheres de formas tão violentas que, em algumas regiões do continente africano, como Gana, foram criados campos de bruxas onde as acusadas vivem em exílio.

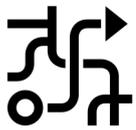
A leitura de “Mulheres e caça às bruxas” evidencia como Silvia Federici possui um vasto cabedal de fontes sobre as caças às bruxas de ontem e hoje, e como a suas pesquisas e vivências no continente africano, como professora, possibilitaram relacionar o desenvolvimento e o metabolismo do capitalismo com a descaracterização da figura do feminino. Reitera como esse fenômeno produziu marcas de violência, torturas e mortes de indivíduos vitais à reprodução do capitalismo, mas também à sua resistência, no passado e no presente.

A leitura deste livro é mais dinâmica que em “O Calibã e a Bruxa” (2017), pois a autora se empenhou em desenvolver a discussão da temática de forma mais direta e em uma obra mais curta, justamente pela proposta do livro ser mais acessível ao grande público. Mas a obra não deixa de ser uma continuidade, uma reunião de debates que se sucederam àquela primorosa pesquisa histórica. Basta lembrar que em vários momentos do livro, a autora indica algumas ideias que foram mais extensamente discutidas no Calibã, mas é possível compreender a argumentação, mesmo sem ter feito a leitura do primeiro livro. Nossa recomendação, todavia, é que leiam o conjunto todo da obra de Federici que foi traduzido para o português, não apenas para o reconhecimento de uma história outra sobre a modernidade, mas porque esta abordagem ganha um sentido prático ao entendimento da violência contra às mulheres e no seu necessário combate, nas malhas entrelaçadas do corpo, da terra, do trabalho e do capital.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

_____. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. CANDIANI, Heci Regina (trad.). 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158p.



MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: *O Capital*. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1985.

Recebido em: 08/04/2020

Aprovado em: 01/06/2020